

SANDRO BENEDITO SGUAREZI



# AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

  
EDITORA  
UNEMAT

**AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
LIMITES E POSSIBILIDADES**

# UNEMAT

Universidade do Estado de Mato Grosso

Carlos Alberto Reves Maldonado

Reitor: Rodrigo Bruno Zanin  
Vice-reitora: Nilce Maria da Silva



Editora Unemat 2020  
*online*

## **Conselho Editorial**

Presidente: Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

Judite de Azevedo do Carmo - Membro

Ana Maria Lima - Membro

Maria Aparecida Pereira Pierangeli

Célia R. Araújo Soares Lopes

Milena Borges de Moraes

Ivete Cevallos

Jussara de Araújo Gonçalves

Denise da Costa Boamorte Cortela

Teldo Anderson da Silva Pereira

Carla Monteiro de Souza

Fabiano Rodrigues de Melo

SANDRO BENEDITO SGUAREZI

**AUTOGESTÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:  
LIMITES E POSSIBILIDADES**

1ª Edição



Mato Grosso  
2020

Copyright (c) Sandro Benedito Sguarezi, 2020.

Todos os direitos reservados ao autor. É proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou de qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal. O conteúdo da obra está liberado para outras publicações do autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S523a Sguarezi, Sandro Benedito.  
Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades  
- Digital 2. Ed. [e-book] / Sandro Benedito Sguarezi. –  
Cáceres: Unemat Editora, 2020.

238. p. : il.  
ISBN 978-65-990142-2-2

1. Economia Solidária. 2. Autogestão. I. Título.  
II. Título: limites e possibilidades.

CDU 316.334.2

Ficha Catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar - CRB1 2037

**Editor:** Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

**Capa:** Rosivaldo Luiz Da Silva

**Diagramador:** Kenny Kendy Kawaguchi

**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado



Editora UNEMAT  
Avenida Tancredo Neves nº 1095 - Cavalhada  
Fone/fax: (0xx65) 3221-0077  
Cáceres-MT – 78200-000 - Brasil  
E-mail: editora@unemat.br

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Primeiras máquinas da Migue: Máquina 1 Galoneira semi-industrial; Máquina 2 Overlok semi-industrial e Máquina 3 Reta/zigue-zague doméstica.....201
- Figura 2 - Sócias da Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA: sede do empreendimento .....204
- Figura 3 - Sede da Coopertan .....220

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição das entrevistas por segmento, entrevistado e instituição .....	31
Tabela 2 – Conferencias Temáticas de Economia Solidária Principais Propostas Princípios .....	192
Tabela 3 – Migue: Palavra-chave e significado.....	209
Tabela 4 – Pesquisas realizadas na Coopertan.....	228
Tabela 5 – Coopertan estudos publicados .....	231
Tabela 6 – Comparativo de indicadores Migue e Coopertan.....	242

## **LISTA DE SIGLAS, ABREVIATURAS E SÍMBOLOS**

- ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
- ABICRED – Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito
- ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social
- ABRASCO – Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva
- ADS/CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores
- ADUNEMAT – Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso
- AF – Agricultura Familiar
- ALAS – Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología
- AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
- AMM – Associação Matogrossense dos Municípios
- ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
- ANPB – Associação Nacional de Presbíteros do Brasil
- ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
- ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
- APROSOJA – Associação de Produtores de Soja e Milho do Estado de Mato Grosso
- ASCAMARTAS – Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangará da Serra
- ASTRAMARE – Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis
- BEMAT – Banco do Estado de Mato Grosso
- CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- CAIs – complexos agroindustriais
- CAMOSC – Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo
- CEB – Comunidades Eclesiais de Base
- CEES – Conselho Estadual de Economia Solidária
- CFE – Campanha da Fraternidade Ecumênica



CFES/CO – Centro de Formação em Economia Solidária do Centro Oeste  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida  
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento  
CONAES – Conferencia Nacional de Economia Solidária  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
CONIC – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs  
COOPEMAR – Cooperativa dos Trabalhadores e Produtores de Materiais Recicláveis do Mato Grosso  
COOPERAT – Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis  
COOPERTAN – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT  
COORIMBATÁ – Cooperativa dos Pescadores e Artesões de Pai André e Bomsucesso  
COOTRAPUC – Cooperativa de Trabalho e Produção Urbana de Cuiabá  
CUT – Central Única dos Trabalhadores  
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos  
DRS – Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil  
DRT – Delegacia Regional do Trabalho  
EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento  
ECOSOL – Economia Solidária  
EES – Empreendimentos Econômicos Solidários  
EMESOL – Encontro Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária  
EPS – Economia Popular Solidária  
ES – Economia Solidária  
FAPEMAT – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso  
FAPERGS – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FBB – Fundação Banco do Brasil  
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FBSSAN – Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

FEES/MT – Fórum Estadual de Economia Solidária

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FSM – Fórum Social Mundial

GT – Grupo de Trabalho

GT Brasileiro – Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICHS – Instituto de Ciências Humanas e Sociais

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IMS – Instituto Marista de Solidariedade

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISC – Instituto de Saúde Coletiva

JUCEMAT – Junta Comercial do Estado de Mato Grosso

MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação

MIGUE – Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA

MMM – Marcha Mundial de Mulheres

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNER – Movimento Nacional de Empresas Recuperadas

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MSC – Movimentos Sociais do Campo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
NECOMT – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho  
NUPES – Núcleo de Participação Social e Economia Solidária  
NUPES – Núcleo de Políticas para a Economia Solidária  
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil  
OCEMAT – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso  
ONG’S – Organizações não Governamentais  
PACS – Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul  
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A  
PNQ – Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego  
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária  
PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares  
PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo  
RADV – Rede Alerta contra o Deserto Verde  
RBJA – Rede Brasileira de Justiça Ambiental  
RBSES – Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária  
RECID – Rede de Educação Cidadã  
Rede ITCPs – Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares  
REMSOL – Rede Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária  
RIPESS – Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária  
SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
SEDER – Secretária Estadual de Desenvolvimento Rural  
SEDRAF – Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar  
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária  
SEPLAN – Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral  
SETAS – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social  
SETECS – Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego e Cidadania

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SNCJS – Programa do Sistema Nacional de Comércio Justo e solidário

SRTE – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNCED – Organização das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

UNEMAT – Universidade do Estado de Mato Grosso

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio Sinos

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Solidária do Brasil

UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

# Sumário

- 14 Apresentação
- 18 Introdução
- CAPÍTULO 1**
- 39 O PONTO DE PARTIDA: O PROBLEMA E SEU CONTEXTO
- 39 1.1 O estado subordinado aos interesses do capital: o avanço do agronegócio para o Centro-Oeste brasileiro e os seus reflexos no Estado de Mato Grosso
- CAPÍTULO 2**
- 63 AS BASES TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO
- 63 2.1 As transformações no mundo do trabalho e reestruturação produtiva: economia solidária como alternativa ao desemprego
- 81 2.2 A Economia Solidária como alternativa à geração de trabalho, renda e desenvolvimento local sustentável
- 95 2.3 A cooperação e os desafios da economia solidária
- CAPÍTULO 3**
- 113 ESTADO, AUTOGESTÃO E SOCIEDADE CIVIL NA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA
- 113 3.1 Estado e autogestão
- 133 3.2 Autogestão, Estado e utopia
- 147 3.3 Sociedade civil, Estado e empreendimentos econômicos solidários

	<b>CAPÍTULO 4</b>
<b>171</b>	<b>LIMITES E POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)</b>
<b>171</b>	4.1 Perspectivas institucionais
<b>195</b>	4.2 Migue Confeções e Prestadora de Serviços LTDA em Cuiabá
<b>196</b>	4.2.1 Histórico da Migue Confeções e Prestadora de Serviços LTDA
<b>206</b>	4.2.2 Análise da Migue
<b>214</b>	4.3 A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN)
<b>217</b>	4.3.1 Histórico da Coopertan
<b>223</b>	4.3.2 Análise da Coopertan
<b>241</b>	4.4 Análise comparativa da Migue e da Coopertan com base nos indicadores
<b>249</b>	4.5 Autogestão: limites e possibilidades
<b>298</b>	4.6 Perspectivas para a economia solidária em Mato Grosso
<b>331</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>
<b>349</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>

## APRESENTAÇÃO

As reflexões aqui apresentadas são resultados do acúmulo de pesquisas que originalmente se iniciaram em 2003 na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) quando foi criado o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT) que vem desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão que visam um diálogo com o ensino e entre o urbano e o rural. O NECOMT através de seus dois Grupos de Pesquisa: Gestão Agricultura Familiar e Agroecologia (GAFA) e Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo Trabalho (GDRS) vem contribuindo significativamente com a construção de conhecimento nesse campo da ciência.

Esse livro é produto de um projeto de pesquisa que originou uma tese de doutorado e foi construído junto com o Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Área de Concentração: Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). A tese foi defendida ao final de 2011, sob orientação da professora Lúcia Maria Machado Bógus.

O texto que apresento ainda não foi totalmente estruturado em uma linguagem objetiva como requer um livro. Mas dada as valiosas contribuições e o acolhimento que a tese recebeu da academia e de outros sujeitos da economia solidária decidi pela publicação. O texto ainda será adequado no formato livro, mas pretendo manter a estrutura original da tese, seus objetivos, sua problemática e fundamentalmente os resultados e discussões, visto que o tema de pesquisa é pertinente na academia, junto aos movimentos sociais e interessa ao Estado e a sociedade civil.

As reflexões aqui apresentadas, embora de responsabilidade exclusiva do autor, devem ser compartilhadas junto aos empreendimentos econômicos solidários (EES) que conheci Brasil à fora, mas especialmente junto aos EES solidários sujeitos da pesquisa. Bem como, não posso deixar de referenciar minha orientadora e as importantes contribuições dos membros da banca de avaliação sob a responsabilidade dos professores Luiz Eduardo W. Wanderley, Maria Lucia Carvalho da Silva, Gilmar Laforga e Maria Zanin que indicaram o texto para publicação. Também quero agradecer o professor Paul Singer que não pode se fazer presente na banca, mas que desde o momento da entrevista sempre colaborou com minhas reflexões, estimulou a pesquisa.

Também referencio o importante apoio institucional da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), do Departamento de Administração e do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT) e seus membros que sempre foram parceiros de jornada. Aqui é pertinente lembrar a importância do apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT), visto que esse apoio institucional permitiu concluir a pesquisa e o doutoramento em apenas três anos e quatro meses.

As transformações sócio-econômicas das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando os rumos do Brasil de forma significativa. O Estado de Mato Grosso, não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país. Além disso, o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais e ambientais. Em resposta a esses problemas surgiu a economia solidária com base na autogestão como uma alternativa



para a democratização econômica. Observa-se que os movimentos sociais protagonizam através da economia solidária uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Silenciosa porque é uma transformação sem armas, sem violência, sem exclusão. Paradigmática porque exige dos trabalhadores a transcendência da heterogestão para a autogestão e coloca o desafio da democracia como modo de vida. Pragmática porque requer o avanço das competências organizativas, internas em cada empreendimento e externas criando redes estratégicas que possibilitem a consolidação dessa iniciativa.

A pesquisa perseguiu o objetivo de identificar os limites e as possibilidades da autogestão em empreendimentos econômicos solidários (EES) no Estado de Mato Grosso. Para ampliar a compreensão do fenômeno foram realizadas entrevistas com representantes dos três segmentos que atuam no campo da economia solidária: Estado, Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Com base nesses resultados foram selecionados dois empreendimentos de referência em autogestão para a observação participante, um na capital e outro no interior do Estado. A análise foi organizada a partir das relações de trabalho no interior dos empreendimentos e da participação dos sócios no processo de tomada de decisão nesses empreendimentos com base em 14 indicadores de autogestão.

Os resultados do estudo mostram a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão e explicitaram não apenas as diferenças e os paradoxos que recobrem esse fenômeno, mas igualmente indicam quais os limites e as possibilidades da autogestão para a construção da economia solidária. Dentre os limites se destacam a falta de formação, a falta de cultura autogestionária, a falta de crédito e a ausência de um marco regulatório. Também se observou

que as relações de autogestão limitam-se às relações internas dos empreendimentos econômicos solidários embora estes dialoguem com outros movimentos sociais. Dentre as possibilidades da autogestão e da economia solidária destaca-se: o resgate da auto-estima e da dignidade dos sujeitos da economia solidária, a forte capacidade de inclusão das pessoas, a busca da autonomia, da emancipação e da cidadania manifesta na vontade desses sujeitos de participar das decisões dentro e fora dos empreendimentos. O compromisso de construir novas relações de trabalho, de lutar por políticas públicas que atendam o setor e a disposição do Movimento de ocupar e avançar nos espaços públicos. Outra possibilidade é o forte impacto desses empreendimentos no desenvolvimento econômico local sustentável e no processo de democratização econômica.

## INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e ambientais, que se acentuaram nos últimos cinquenta anos acarretaram graves consequências no mundo do trabalho; afetaram o Brasil de forma significativa, e o Estado de Mato Grosso não ficou imune a essas transformações. O processo de colonização e a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, por um lado, colocou o Estado na condição de um dos principais produtores agrícolas do país<sup>1</sup> e, por outro, promoveu a exclusão social, a concentração de renda e o crescimento da população nos centros urbanos. Esses fenômenos têm gerado sérios problemas sociais, entre eles o desemprego.

No Brasil, as conquistas sociais da primeira década do novo milênio não foram suficientes para corrigir os déficits históricos. O crescimento econômico brasileiro, que empurrou a fronteira agrícola do país para o centro-oeste brasileiro nos idos de 1970 seguiu a perversa lógica do capital. A concentração fundiária e a formação de uma elite agrária foram – e continuam sendo – responsáveis por uma dinâmica social excludente de subordinação e controle dos trabalhadores no meio rural no Brasil. Essas características se mantêm praticamente inalteradas nos períodos históricos recentes. E seus reflexos mais perversos são percebidos na crescente favelização dos centros urbanos, determinada pela onda migratória e pelo êxodo rural. E o Estado de Mato Grosso, também, sofre com esses problemas e apresenta um passivo ambiental, econômico, social e cultural, que precisa ser reparado.

Ocorre que essa reparação não será feita pelo sistema que gerou essas mazelas. Compete aos trabalhadores lutar pela cidadania

---

<sup>1</sup> Dados da CONAB colocam Mato Grosso como primeiro produtor de: Soja, Bovinos, Algodão, Milho 2ª Safra e Girassol. O segundo produtor de Sorgo e o terceiro de Arroz de sequeiro (CONAB, 2010, p. 5).

e conquistar um espaço, que lhes garanta o mínimo de dignidade, e isso decorre da participação política. A consolidação da democracia no Brasil depende da competência organizativa da sociedade brasileira e do compromisso com a participação nos processos de tomada de decisão. E esse resultado se dará na medida em que as pessoas compreenderem a complexidade do jogo democrático e a importância do fazer coletivo. Os movimentos sociais já perceberam isso e protagonizam, através da economia solidária, uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Silenciosa porque é uma transformação sem armas, sem violência, e que minimiza a exclusão. Paradigmática porque exige dos trabalhadores a transcendência da heterogestão para a autogestão. Pragmática porque exige o avanço das competências organizativas, interna em cada empreendimento e externa, criando redes de colaboração solidárias, estratégicas, que possibilitem a consolidação do movimento.

Os movimentos sociais estão se articulando em redes de comércio, de produção do conhecimento e de informações estratégicas; a essas redes estão se juntando, além dos trabalhadores, intelectuais, instituições universitárias, órgãos públicos, organizações não governamentais e vários segmentos da sociedade civil, todos com o objetivo de melhor organizar e desenvolver empreendimentos econômicos solidários, porque eles se apresentam como uma das alternativas mais ousadas e promissoras para o desenvolvimento local sustentável.

A economia solidária, nas suas mais diferentes formas de organização, tem crescido no Brasil como reflexo dessa organização dos movimentos sociais e tornou-se uma resposta destes ao desemprego estrutural. Desde a criação do próprio emprego, com a construção de alternativas que viabilizem políticas públicas para a inclusão social, a economia solidária está protagonizando uma nova perspectiva

no mundo do trabalho, através da autogestão. Não obstante, essas iniciativas acompanham, nos últimos anos, proposições governamentais, que estão operacionalizando as ações, os créditos, os canais de comercialização, as tecnologias e os processos de formação, para a sua viabilização e consolidação. A sociedade brasileira não pode mais esperar a falsa promessa de resolver primeiro o problema econômico e, por consequência, depois os problemas políticos, sociais e ambientais se modificam automaticamente. É importante incluir solidariamente as pessoas na dinâmica social, para que elas aproveitem as oportunidades, adquiriram cidadania e contribuam diretamente para a geração de riqueza. Uma riqueza não só econômica, mas, também, social e, senão em total harmonia, com equilíbrio e respeito junto à natureza.

O desafio que se apresenta está em aprofundar as análises e o conhecimento a respeito dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso. Dentre as questões que merecem ser problematizadas neste momento estão: Como andam as experiências de autogestão no Mato Grosso? Os espaços de construção coletiva, como os fóruns, estão articulados e promovem a autogestão? A autogestão nos empreendimentos econômicos solidários acontece, de fato? Ou é apenas um discurso falacioso, para justificar o apoio à essa rede de instituições? Não pretende-se formular respostas a todas essas questões, mas, sim, compreender quais são os limites e as possibilidades da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso.

A administração nesses empreendimentos não pode ser aplicada apenas como uma técnica social; na roupagem da autogestão, ela se apresenta como uma arte inter e transdisciplinar, porque foge do enfoque tecnicista, encontrado nas empresas capitalistas. Reafirma-se a necessidade de uma mudança paradigmática dos próprios trabalhadores, que foram educados para a heterogestão e, agora, enfrentam os desafios

da autogestão. Isto posto, o **problema** que se apresenta é: Quais são os principais limites e possibilidades da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso?

A estrutura interna desses empreendimentos varia muito em termos de participação e transparência. Centrar o estudo na autogestão é importante, porque as iniciativas de economia solidária não acontecem sem ela. A autogestão é um pilar desses empreendimentos e um dos princípios da economia solidária.

Com o processo de redemocratização do país e o fortalecimento da sociedade civil, o cooperativismo passou a ocupar um espaço cada vez mais significativo na agenda econômica do país. Mas esse movimento não repercutiu no mesmo grau na agenda de pesquisas. No campo da gestão, os trabalhos de investigação são poucos, e a maioria concentra seu foco na visão racional, positivista, de administração de empresas, sem respeitar as particularidades, princípios e práticas de outras formas associativas de gestão coletiva. Estudar as particularidades e a realidade empírica dos empreendimentos da economia solidária, com base na autogestão, portanto, parece não só oportuno, mas, também, necessário diante dos desafios de nosso tempo.

A pesquisa procurou estudar a autogestão e compreender esse movimento e o seu impacto nas relações de trabalho, confrontando limites e possibilidades da autogestão nas relações de trabalho e no processo de tomada de decisão dentro dos empreendimentos econômicos solidários a partir dos sujeitos, que fazem a economia solidária. O desafio inicial da proposta era identificar se a autogestão ocorria, de fato, no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso. Se até agora, o consumismo e o individualismo permearam as relações sociais como uma prática hegemônica, é inevitável, nesse início de século, a necessidade de conhecer outras possibilidades. E a economia solidária,

tendo como princípio a autogestão, é uma das alternativas emergentes que merecem atenção e estudo para a sua compreensão. Entender em que grau, ou nível é possível pensar a autogestão como alternativa à construção de novas formas de organização dos trabalhadores é o desafio. Por isso, o objetivo geral do trabalho centrou-se em verificar os limites e possibilidades da autogestão no processo de organização dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso.

No sentido de alcançar o objetivo geral, foram delineados os objetivos específicos que visam pontuar as contradições paradigmáticas dos empreendimentos autogestionários na sociedade capitalista; identificar os problemas vivenciados pelos trabalhadores no processo de transição do emprego para o trabalho autônomo, da heterogestão para a autogestão; analisar a se as relações de trabalho ocorrem com base na solidariedade e na autogestão; verificar a importância da autogestão como ferramenta para a construção de novas relações de trabalho nos empreendimentos econômicos solidários, bem como, compreender como se dá a participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisão dentro desses empreendimentos.

Os resultados do estudo mostram a complexidade, que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão. E ainda explícita não apenas as diferenças e os paradoxos que recobrem esse fenômeno, mas, igualmente, indica qual a contribuição da autogestão no processo de organização dos trabalhadores na construção da utopia, do inédito viável freiriano, sinalizando caminhos para outra economia, para o desenvolvimento local sustentável e para *outro mundo possível*.

O primeiro capítulo aborda do ponto de partida do estudo. O problema e seu contexto mostrando um Estado subordinado aos interesses do capital e as graves consequências dessa opção desenvolvimentista da

“Revolução Verde” e de políticas públicas, que favorecem a exploração do homem e da natureza. Analiso como o processo de colonização e a opção por esse modelo de desenvolvimento econômico colocou o Estado na condição de um dos principais produtores agrícolas do país, mas trouxe com ele a exclusão social, a concentração de renda. O crescimento da população concentrada nos centros urbanos não é um privilégio do Mato Grosso. Isso tem gerando sérios problemas sociais na maioria das cidades brasileiras. Problemas como o desemprego, a violência, o déficit habitacional, dentre outros, são resultados dessa política desenvolvimentista.

Num dos tópicos desse capítulo, abordo o problema do crescimento econômico brasileiro, que empurrou a fronteira agrícola do país para o centro-oeste brasileiro. Esse processo que se organizou em torno da lógica do capital, promovendo o avanço do agronegócio para essa região teve reflexos diretos no processo de urbanização do Estado de Mato Grosso. Considera-se, também, que as falsas promessas da “Revolução Verde” deixaram e continuam deixando para o Estado e para a sociedade brasileira quatro passivos, que comprovam sua insustentabilidade.

O passivo econômico, com endividamento agrícola e concentração de riqueza; o passivo social, radicalizando a exclusão social, ampliação da miséria, da pobreza e das desigualdades; o passivo ambiental, com a degradação de rios pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela erosão, pelas queimadas, pelo desmatamento e ocupação de grande parte do Cerrado, do Pantanal e de parte significativa da Amazônia brasileira, com esse modelo insustentável de agricultura; e o passivo cultural, que esgarçou a cultura camponesa, e apartou o camponês de suas tradições.



No capítulo três, apresento uma revisão da literatura sobre as bases teóricas da economia solidária e da autogestão, mostrando as transformações no mundo do trabalho e as consequências da reestruturação produtiva, e o contexto em que a economia solidária e a autogestão se apresentam como alternativa ao desemprego.

Num contexto de crise permanente, novas formas de gestão do trabalho e novas relações de produção vão surgindo e a economia solidária, que tem a autogestão como princípio, se apresenta como uma alternativa não apenas inteligente, mas necessária e viável para dar respostas concretas ao impacto da reestruturação do processo produtivo. Essa reestruturação provocada pela introdução das novas tecnologias exige dos trabalhadores novas respostas às novas formas de gestão do trabalho e suas repercussões. E a autogestão se apresenta como alternativa.

Num viés diametralmente oposto ao propugnado pela economia de mercado, surge a proposta da autogestão e da economia solidária. Nesse tópico, evidencia-se os desafios que a economia solidária enfrenta, no sentido de encontrar nas fissuras produzidas pelo sistema capitalista sua possibilidade de alternativa real e concreta de consolidação a partir da lógica da cooperação e do solidarismo, promovendo o desenvolvimento local sustentável.

No quarto capítulo, a abordagem recai sobre a relação do Estado, da autogestão e sociedade civil com a economia solidária mostrando quão dialética, contraditória e *complexa* é essa relação de confronto na movimentação desses sujeitos. Os desafios paradigmáticos da civilização do século XXI exigem, não só uma aliança entre a sociedade civil e o Estado, mas a autogestão do Estado pela sociedade civil. Garantir a supremacia da sociedade civil diante do Estado é uma tarefa exequível, e a autogestão é uma alternativa, pois ela se coloca como possibilidade

inovadora e se apresenta como condição *sine qua non* para uma sociedade, forte e autônoma. Ao menos, teoricamente a autogestão, por enquanto, tem se apresentado como possibilidade estratégica de desenvolvimento local, que pode levar à sustentabilidade e à consolidação da democracia participativa, fortalecendo a sociedade civil.

A modernidade trouxe com ela o desmantelamento do Estado pelo avanço da globalização hegemônica e, com isso, o fim do Estado de bem-estar social. Porém, numa ação contra-hegemônica, surgem os empreendimentos econômicos solidários, que revigoram a autogestão, fazendo com que a economia solidária se torne uma alternativa. O exercício da participação dentro desses empreendimentos e o desafio de construir novas relações de trabalho transformam o cotidiano desses empreendimentos num espaço de construção de conhecimento técnico e político, que promove a cidadania e invoca os sujeitos à participação, promovendo uma revolução social.

No quinto capítulo, com base na estrutura institucional, trato dos limites e possibilidades da autogestão em empreendimentos econômicos solidários. Inicialmente, apresento as perspectivas institucionais, mostrando como essa articulação entre sociedade civil, Estado e movimentos sociais vêm ocorrendo. O papel dos Fóruns de Economia Solidária na articulação de políticas públicas e a organização do movimento para as conferências locais, estaduais e nacionais de economia solidária reafirmam a importância de colocar a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. É importante ressaltar e compreender que, na base dessa ação coletiva de cooperação, está a autogestão. Evidente que o processo de construção dessa possibilidade passa pela capacidade de organização popular para a participação. Se é um processo, o seu resultado vai depender da competência organizativa e política dos sujeitos envolvidos. Esse é um

dos maiores desafios a serem perseguidos, nem por isso deixa de ser um objetivo exequível.

Após essa reflexão sobre a estrutura institucional da economia solidária, incorpora-se à análise os empreendimentos econômicos solidários, selecionados para a observação participante. A Migue Confeções e Prestadora de Serviços, na capital Cuiabá e a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), em Tangará da Serra. Faz-se um histórico de cada grupo. Apresentam-se as diferenças entre os empreendimentos selecionados. Posteriormente, com base em 14 indicadores, faz-se um comparativo entre a Migue e a Coopertan. Os indicadores sugerem que os empreendimentos são autogeridos, que existe autogestão nas relações de trabalho, e que os sócios participam ativamente do processo de tomada de decisão e da gestão dos empreendimentos. Porém, existem os limites e as possibilidades.

Dentre os limites, destaca-se a necessidade de formação, a falta de crédito e a ausência da cultura de participação. Também, apresenta-se, aqui, o papel das universidades na educação popular, na incubação e no processo de construção de conhecimento e de tecnologias sociais, compatíveis com as necessidades da autogestão, para essa possibilidade avançar ainda mais sobre os espaços públicos. O estudo mostra a preocupação de que a autogestão precisa avançar para além dos limites dos empreendimentos. Ela não pode ficar presa, circunscrita à realidade dos empreendimentos. Ela precisa ser apropriada pela sociedade. E, também, apropriar-se da sociedade. Mas, para isso, precisa enfrentar e superar suas contradições.

Os resultados indicam que a lógica hegemônica está presente no cotidiano das pessoas, se apresenta na burocracia estatal e nas relações de trabalho, porque foi construída com base numa educação

para o emprego, e não para o trabalho. E a autogestão enfrenta essa contradição. Ao resgatar os laços de confiança, a autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, em comunidade. Assim, a autogestão promove o reencantamento do humano e, simultaneamente, busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida para muitos excluídos.

Portanto, existem possibilidades. Nessa caminhada, observou-se que a autogestão se coloca como mais uma alternativa, uma alternativa contra-hegemônica, um embrião de coisas novas. Mas, o Movimento de Economia Solidária não tem a pretensão de um sujeito histórico de promover uma revolução de cima para baixo. Seu objetivo é aglutinar pessoas que, juntas, embora na sua diversidade, em sociedade, possam superar suas contradições e pavimentar novos caminhos. A autogestão não cabe apenas nos espaços produtivos, nas relações de produção. Ela alcança os espaços públicos, e é nesses espaços vazios que ela precisa se consolidar.

A economia solidária via autogestão é uma alternativa e uma oportunidade de organização dos trabalhadores e da sociedade civil de criar novos espaços públicos. Não é um novo modo de produção a ser construído num passe de mágica. É uma utopia, mas uma utopia na perspectiva do inédito viável freiriano, que se realiza em várias configurações e circuitos, promovendo relações de aprendizado não-monetarizadas, redes e cadeias socioprodutivas, que buscam relações mais sustentáveis. Assim, a autogestão, a partir de uma prática cotidiana, promove um aprendizado coletivo que conduz à emancipação dos trabalhadores, a construção de outra sociedade e de *outro mundo possível*.

Em resumo, o trabalho procura problematizar essa realidade, que se coloca como precursora de novas relações de trabalho, de formas participativas do processo de tomada de decisão no contexto

dos empreendimentos econômicos solidários e, para além deles, na sociedade. Uma alternativa que estimula a criatividade e resgata o gosto, o prazer e a vontade dos sujeitos em formatar novos processos de participação. Uma participação viva em busca da radicalização da democracia. É uma possibilidade e uma realidade, que resgata o humano e o reposiciona acima das relações monetárias. Uma alternativa que visa assegurar a reprodução social com base na mobilização dos sujeitos em defesa da vida. Uma alternativa inédita, porém viável.

Ao iniciar uma pesquisa, a questão fundamental para o pesquisador é fazer uma opção, é decidir o que deve ser recortado, o que é pertinente dentre a vastidão de possibilidades que ele encontra no processo da pesquisa. Delimitar o espaço, o contexto de pesquisa e as ferramentas a serem utilizadas nessa aventura são condições fundamentais, para bem percorrer a caminhada. Opta-se pela pesquisa qualitativa, porque se entende que a realidade é construída socialmente, por compreensões que orientam o nosso modo de investigar, no qual a análise se fundamenta na percepção do sentido das produções do sujeito, entrecruzando subjetividade e objetividade. Nesse sentido, “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais, que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados mais visíveis e latentes, que somente são perceptíveis a uma atenção sensível” (CHIZZOTTI, 2008, p. 28).

Nesse quadro de referência, procura-se a compreensão das ações dos agentes, e essa tarefa só é possível se os sujeitos forem ouvidos a partir de sua lógica. Isso permitiu perseguir a essência do fenômeno, fazendo emergir dessa busca a compreensão crítica do processo. De acordo com Raupp e Beuren (2006, p. 92): “Na pesquisa qualitativa, concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas,

por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”.

A compreensão mais adequada do fenômeno supõe conceber a economia solidária como uma dinâmica mais ampla de produzir, distribuir e socializar a riqueza. A pluralidade de formas apresentada pela economia solidária vai muito além da economia de mercado. Centrada na solidariedade, na reciprocidade e na autogestão, é uma economia que religa as dimensões éticas do econômico, do ecológico, do político, do cultural e do social. Tendo a solidariedade como eixo central, a livre adesão e a autogestão, a economia solidária impele a valorização da participação e da organização popular em espaços públicos, no sentido de alavancar soluções inéditas a problemas antes insolúveis.

As principais ferramentas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, documental, e a observação participante, através da participação em conferências, fóruns, seminários, oficinas de formação, reuniões e outros eventos. A participação em três listas de discussões da rede eletrônica, que dialogam e promovem a construção da economia solidária no país e, também, no âmbito internacional (remsol@googlegroups.com; fees@googlegroups.com, e e\_solidaria@yahoogrupos.com.br) foi importante.

Além disso, foram realizadas visitas técnicas *in loco* a vários empreendimentos econômicos solidários, sendo a maioria delas junto aos empreendimentos selecionados para realizar a observação participante. A seleção desses empreendimentos se deu com base nos resultados das entrevistas e nos dados do Atlas da Economia Solidária, versão 2007<sup>2</sup>, elaborado pelo Sistema Nacional de Informações

---

2 Só se utiliza essa base de dados, porque, até o final do mês de setembro de 2011, a ANTEAG não havia concluído o mapeamento no Estado. Segundo informações da ANTEAG a instituição teve os recursos do convênio com a FINEP arretados por decisão judicial que não dizia respeito a esse convênio. Essa ação impediu a

em Economia Solidária (SIES), vinculado à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

O evento de maior importância foi a Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), realizada em junho de 2010 em Brasília. Mas, participei de outros eventos importantes como: a II Conferência Estadual de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso, em Cuiabá, em abril de 2010 e da Conferência Regional de Economia Solidária em São Carlos. Participei dessas conferências porque faziam parte da etapa preparatória da II CONAES, e indicaram os delegados, que representariam os Estados de Mato Grosso e São Paulo na II CONAES. Com base na pergunta de partida: Quais são os principais limites e possibilidades da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso? Optou-se pela entrevista semi-estruturada para a condução da pesquisa.

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, frutos de novas hipóteses, que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante.

---

continuação do trabalho no Mato Grosso e nos demais Estados contemplados no referido convênio. A ANTEAG participa do processo de desenvolvimento do Mapeamento da Economia Solidária junto a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) desde de 2004, por meio de parceria com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e FINEP envolvendo o levantamento e pesquisa de empreendimentos solidários. Em 2009 foi assinado um novo convênio (Convênio nº. 01.09.0297.00 celebrado entre ANTEAG e FINEP/Financiadora de Estudos e Projetos Conforme Lei 8.666 de 21/06/1993) com a FINEP com o objetivo de atingir quase a totalidade dos municípios das Regiões Sudeste e Centro Oeste. A ANTEAG ficou responsável pelo Mapeamento da Economia Solidária das regiões Sudeste e Centro Oeste incluindo os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Goiás, Goiânia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (ANTEAG, 2009). Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=0&cod=31>>. Acesso em 17 fev. 2011.

Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987, p. 147).

As entrevistas foram realizadas no período de abril a dezembro de 2010. Foi o próprio pesquisador que entrevistou os sujeitos da economia solidária envolvidos na pesquisa. Ao todo, foram realizadas 30 entrevistas, sendo 10 entrevistas para cada segmento. O Segmento I incluiu representantes do poder público municipal, estadual e federal, gestores, administradores públicos, poder legislativo, poder judiciário. O Segmento II inclui representantes das Organizações da sociedade civil: entidades de fomento e apoio à economia solidária, outras organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares, e o Segmento III inclui representantes dos Empreendimentos Econômicos Solidários e suas organizações de representação. Das 30 entrevistas, 12 entrevistas foram realizadas na esfera federal e 18 na esfera estadual, obedecendo à proporcionalidade de 10 entrevistas, para cada segmento. A tabela 1 indica a distribuição das entrevistas por segmento, entrevistados e as instituições que representam.

Tabela 1: Distribuição das entrevistas por segmento, entrevistado e instituição

SEGMENTO I		SEGMENTO II		SEGMENTO III	
Entrevistado	Instituição	Entrevistado	Instituição	Entrevistado	Instituição
ARRUDA	SRTE/MT	AMARAL	ANTEAG	AMORIM	AMAMT-IMS
JACONIAS DA SILVA	PMTS	BASTOS	SNCJS-MS	ARTESÃO	Grupo Esperança
LEMOS	Rede de Gestores	CULTI	UNITRABALHO	CASTRO E SILVA	Mígue LTDA



MOREIRA	SETECS-MT	EID	UFPA-PITCPES	CAVALCANTI	MNCR
MUNHOZ	ALMT	GOES	CFES-CO	FERREIRA	Grupo Mudar
RAMOS	FINEP	ICAZA	Rede ITCP	OLIVEIRA	FOMES-TGA
RODRIGUES DA SILVA	SEMA-MT	LADEIA	UNESP-ITCP	PRIANTE FILHO	COORIMBATA
SARDÁ DE FARIA	SENAES	LIMA	UNEMAT-NECOMT	ROCHA	Rede CATASAMPA
SENGER	NUPES	VAILANT	UNEMAT-INCUBEES	TYGEL	FBES
SINGER	SENAES	ZART	UNEMAT-Unitrabalho	VIANA	COOPERTAN

O critério adotado, para definir uma proporcionalidade menor na esfera federal e maior na esfera estadual, foi o grau de conhecimento dos entrevistados a respeito da realidade dos empreendimentos econômicos solidários localizados no Mato Grosso. Outro critério de escolha para as entrevistas foi o nível de compromisso e reconhecimento dos sujeitos da economia solidária nos espaços de referência. Por exemplo: os entrevistados da esfera federal, em sua maioria, representam instituições que não apenas contribuíram na organização da II CONAES. São instituições que atuam e são reconhecidas pelos três segmentos. O critério para definir as lideranças estaduais a serem entrevistadas também seguiu o nível de reconhecimento das instituições estaduais e dos sujeitos da economia solidária no Estado de Mato Grosso.

Na primeira etapa das entrevistas, durante a realização da II CONAES, foram entrevistadas as lideranças de referência de âmbito nacional. Na segunda etapa, perseguindo o objetivo de identificar as experiências mais expressivas de autogestão no Estado de Mato

Grosso, foram entrevistadas 18 lideranças de expressão estadual dos três segmentos.

Na etapa estadual, as entrevistas, além de levantarem os limites e as possibilidades, tinham o objetivo de identificar um empreendimento econômico solidário de referência em autogestão na capital e outro no interior do Estado. Após essa fase da pesquisa, foram definidos os dois empreendimentos para o desenvolvimento da observação participante *in loco*. No percurso da pesquisa, o empreendimento de referência em autogestão identificado na capital foi a Migue Confeções e Prestadora de Serviços LTDA. Apontada pela maioria dos entrevistados, com sessenta e sete por cento (67%) das indicações. O município de Tangará da Serra sempre apareceu como referência, por ser o primeiro a aprovar uma Lei Municipal de Economia Solidária e por ser pioneiro em implantar uma política pública de apoio e fomento ao setor. Sobressaindo-se como empreendimento de referência em autogestão a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), que foi apontada por unanimidade entre os entrevistados como sendo o empreendimento de referência em autogestão, que melhor representa o trabalho em economia solidária no município.

É importante salientar que a pesquisa para identificar os empreendimentos econômicos solidários de referência em autogestão também se pautou na base de dados do SIES 2007. Visto que os empreendimentos econômicos solidários, que foram observados *in loco*, estão cadastrados no referido banco de dados.

As entrevistas passaram pelas seguintes etapas de análise: transcrição, análise e montagem do banco de dados. A transcrição foi feita pelo próprio pesquisador, que logo após a transcrição, montou um banco de dados com os resultados das entrevistas e de outras informações pertinentes, passadas antes ou depois da entrevista gravada

e anotadas pelo entrevistador. Posteriormente, foram elaboradas as reflexões apresentadas na pesquisa. As reflexões e as transcrições mais importantes em relação ao problema de pesquisa aparecem sempre em itálico a partir do capítulo 6, em especial entre os itens 6.2 e 6.6. A relação dos entrevistados e suas instituições de representação encontram-se nos apêndices I, J, K. E a transcrição completa das entrevistas está no CD room (*Compact Disc Room*), disponível na biblioteca.

Depois de identificados os empreendimentos de referência em autogestão para a observação participante *in loco*, o pesquisador, em reunião com o coletivo dos dois empreendimentos, apresentou o projeto de pesquisa de doutoramento e seus objetivos. Após a avaliação, a proposta do pesquisador foi aprovada por unanimidade dentro dos dois empreendimentos e se iniciaram as observações. O período de observação participante dentro dos empreendimentos compreendeu o intervalo de oito meses: janeiro a agosto de 2011.

O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES) definiu sete critérios para avaliar a autogestão nos empreendimentos. O SIES chegou a seguinte conclusão:

Participação nas decisões cotidianas do EES 66%; periodicidade de assembleia mensal 62%; prestação de contas em assembleia geral 61%; Eleição direta dos dirigentes 60%; facilidade de acesso a registros e informações 60%; coletivo de sócios(as), que definem destino das sobras e uso de fundos 49%; plano de trabalho definido em Assembleia 42% (MTE, 2008, p. 29).

Em que pese o rigor científico e o esforço da referida pesquisa, esses critérios ainda ocultam muitas possibilidades sobre o fenômeno da autogestão. Por exemplo, o segundo critério, que se refere à periodicidade da assembleia mensal, não indica se o sócio participou do processo de

tomada de decisão. Pode ser que o sócio estava presente. Ele pode até ter votado. Mas, a questão é: ele expôs sua opinião? Ele debateu? Ele perguntou? Enfim, ele participou efetivamente do processo? Medir essa qualidade da participação no processo autogestionário não é fácil. A pretensão não era desenvolver uma metodologia baseada no preciosismo positivista racionalista, que fechasse a questão. Por isso, a opção pela pesquisa qualitativa, utilizando-se de ferramentas como a observação participante.

Para alcançar os objetivos, organizou-se a análise interna dos empreendimentos econômicos solidários a partir das variáveis das relações de trabalho no âmbito dos empreendimentos e, por fim, a análise da qualidade da participação no processo de tomada de decisão dos empreendimentos, visando compreender os limites e as possibilidades da autogestão nesses empreendimentos.

A observação participante é logicamente a que melhor responde, de modo global, às preocupações habituais dos investigadores em ciências sociais [...] A validade do seu trabalho assenta, nomeadamente, na precisão e no rigor das observações, bem como no contínuo confronto as observações e a pergunta de partida. O investigador estará particularmente atento à reprodução ou não dos fenômenos observados, bem como a convergência entre as diferentes informações obtidas, que devem ser sistematicamente delimitadas (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998, p. 197).

O roteiro de observação foi construído com base na proposta de GAIGER (2009, p. 54), elaborada pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária ([www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br)), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Fundação de Amparo à Pesquisa

do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO) e posteriormente também publicado por Asseburg e Gaiger (2010, p. 12-13). Com base nesses 14 indicadores, foi observado a partir de reuniões, assembleias, oficinas e encontros de formação se a autogestão estava presente nas relações de trabalho e no processo de tomada de decisão dos sócios dos empreendimentos econômicos solidários analisados. A seguir os indicadores:

- ( ) As decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto do grupo;
- ( ) Princípio: *um associado um voto*;
- ( ) Eleições diretas e livres do presidente;
- ( ) Voto secreto nas decisões fundamentais;
- ( ) Uso de ata e outros registros oficiais;
- ( ) Regularidade nas reuniões decisórias;
- ( ) Renovação dos quadros diretivos;
- ( ) Órgãos fiscalizadores independentes da direção;
- ( ) Socialização das informações entre os membros;
- ( ) Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito;
- ( ) Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios;
- ( ) Aporte em capital e trabalho similar entre os sócios;
- ( ) Envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento;
- ( ) Participação igualitária de sócios homens e mulheres (GAIGER, 2009) (GAIGER & ASSEBURG, 2010, p. 12-13).

Outra ferramenta importante, que contribui no processo de observação participante, foi o formulário de entrevista, fase II, do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). O Volume 2 do Guia do SIES 2009 detalha orientações para abordagem, aplicação e preenchimento dos formulários do SIES 2009. O Formulário de Empreendimento Econômico Solidário (EES) reformulado pela Comissão Gestora Nacional do SIES, a partir de demandas que vieram dos próprios estados, a fim de melhor retratar a diversidade da Economia Solidária no Brasil ajudou a preparar melhor a observação, pois leva em conta uma tipologia de EES segundo as atividades econômicas realizadas, e inclui novos aspectos, como questões sobre as características predominantes dos sócios/as do EES. Embora o roteiro de observação não contemple nenhuma das 171 perguntas do questionário diretamente, ele serviu como um instrumento de reforço para validar os 14 indicadores apresentados por Gaiger (2009, p. 54).

O universo da pesquisa compreende as lideranças nacionais e estaduais dos empreendimentos de economia solidária. O foco principal da pesquisa foi o Estado de Mato Grosso. “Mato Grosso possui 3.033.911 habitantes. Isso representa apenas 1,59% da população brasileira e a maioria dos matogrossenses reside em áreas urbanas (82%), a população rural compreende 18% (IBGE, 2010a). Foram escolhidos dois empreendimentos de economia solidária de referência em autogestão um da capital do Estado de Mato Grosso, Cuiabá, e outro de Tangará da Serra no interior do Estado.

A capital de Mato Grosso, Cuiabá tem 551.350 habitantes e Tangará da Serra tem 84.076 habitantes (IBGE, 2010a). O município de Cuiabá foi escolhido devido a importância da capital do Estado e Tangará da Serra por ter sido considerado pelos entrevistados uma referência, visto que é o município que mais apoia a economia solidária

e o local onde, teoricamente, esses empreendimentos estão mais bem organizados.

## CAPÍTULO 1

### PONTO DE PARTIDA: O PROBLEMA E SEU CONTEXTO

#### **1.1 O Estado subordinado aos interesses do capital: o avanço do agronegócio para o Centro-Oeste brasileiro e seus reflexos no Estado de Mato Grosso**

As transformações sociais e econômicas oriundas da Revolução Francesa e da Revolução Industrial se acentuaram nos últimos cinquenta anos e ampliaram sua interferência no mundo do trabalho; afetaram o Brasil de forma significativa e o Estado de Mato Grosso não ficou imune a essas transformações. O processo de colonização e a opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente, por um lado, colocou o Estado na condição de um dos principais produtores agrícolas do país, e por outro promoveu a exclusão social, a concentração de renda e o crescimento da população concentrada nos centros urbanos, isso tem gerado sérios problemas sociais, entre eles o desemprego. O crescimento econômico brasileiro que empurrou a fronteira agrícola do país para o centro-oeste brasileiro seguiu a lógica do capital. A concentração fundiária e a formação de uma elite agrária foram – e continuam sendo – responsáveis por uma dinâmica social excludente de subordinação e controle dos trabalhadores no meio rural no Brasil. Essas características se mantêm praticamente inalteradas nos períodos históricos recentes. E seus reflexos mais perversos são percebidos na crescente favelização dos centros urbanos determinada pela onda migratória e pelo êxodo rural.



O crescimento e a modernização da economia matogrossense estão fortemente ligados a processos e fatores externos ao Estado, desde as transferências constitucionais, o investimento público federal em infraestrutura e a onda migratória, até a crescente demanda mundial por produtos agropecuários; como consequência, Mato Grosso desenvolveu uma economia bastante dependente dos condicionantes externos, principalmente da demanda de *commodities*<sup>3</sup> (MT + 20, 2006, p. 11).

A modernização da agricultura corresponde a um longo processo desencadeado pela apropriação capitalista das terras e da produção agrícola. No Brasil, o processo de modernização se consolida a partir do pós-guerra, e se aprofunda no período da ditadura militar através das políticas de estímulo ao crescimento econômico no país. A lógica de desenvolvimentista do Estado, centrada nos interesses do capitalismo industrial e financeiro, buscou a homogeneização dos padrões de produção, independente das relações sociais e produtivas existentes, principalmente da pequena produção tradicional (campeinato). O que não quer dizer que esse sistema excludente não vem atingindo a agricultura familiar e mesmo o agronegócio<sup>4</sup> – símbolo da exclusão via concentração fundiária e da degradação ambiental –, que, em nome da

---

3 São produtos de base – matérias primas, geralmente *in natura* – com baixo valor agregado, com preços fixados pelo mercado internacional e visam atender às demandas de exportação.

4 O estudo não explora nem aprofunda a análise da agricultura familiar incorporada ao mercado pelas estratégias de integração a agroindústria. Tampouco vai aprofundar o debate na exclusão dos médios e grandes agricultores que nesse período perderam suas propriedades por causa dos elevados índices de endividamento junto aos bancos e as empresas multinacionais que os financiaram a agricultura empresarial. Veja-se que a questão é excludente para os camponeses, mas não deixa ser problemática para a agricultura em geral, os custos dessa política de exploração da natureza, dos trabalhadores do campo, dos camponeses e mesmo dos agricultores de maior porte continua sendo repassada para a sociedade brasileira em forma de alongamento das dívidas do agronegócio e passivos sociais e ambientais. Isso se constitui

modernização, privou milhares de trabalhadores das condições mínimas de subsistência, sendo integrados ao sistema como meros trabalhadores assalariados.

Para Sguarezi e Borges (2010)

A mudança na base técnica e a incorporação de elementos artificialmente criados transformaram as relações sociais, econômicas e culturais no campo brasileiro. Durante o período de gestação e intensificação da modernização da agricultura, a estrutura de poder e de dominação da elite agrária foram reordenadas em novas bases. Por isso, esse processo, denominado de ‘conservador’, recriou os pilares de sustentação político-econômicos herdados desde o período colonial, provocando a exclusão de milhões de trabalhadores rurais que, sem alternativas, acabaram por inchar os bolsões de miséria nos centros urbanos.

Nesse contexto, o associativismo, hoje na conotação que carrega a economia solidária, surge como uma alternativa a serviço dos camponeses e dos agricultores familiares, hoje favelados e desempregados, no sentido de construir possibilidades e formas de sobreviver ou escapar dessa complexa teia mercantilista. Com a redemocratização do país, os movimentos sociais, voltaram a se articular pela reforma agrária, por moradia, por direito a produzir e trabalhar. Esses movimentos carregam com eles a bandeira do direito ao trabalho livre e associado e passam a lutar por políticas públicas de inclusão. Exemplo concreto são os Movimentos Sociais<sup>5</sup> do Campo (MSC),

---

numa grave ameaça a soberania alimentar do país e a soberania da nação, pois a maioria das propriedades rurais estão hipotecadas junto aos bancos e as indústrias (*traders*) à jusante e a montante da cadeia produtiva das culturas mais expressivas da agricultura brasileira. Essa nota tem a pretensão de mostrar não só mais um campo de pesquisa, mas a gravidade da situação de dependência da agricultura brasileira.

5 Também se incluem aí o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), os movimentos urbanos por moradia, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que luta pela terra, por uma agricultura mais sustentável e pela qualidade de vida de quem produz e de quem consome. No entanto, a luta desses movimentos tem sido um tanto inglória, pois apesar do grande número de assentados a reforma agrária tão sonhada ainda não ocorreu e ainda existem centenas de acampamentos onde milhares de desempregados aguardam ansiosos pelo momento de ocuparem a sua própria terra. No entanto, quando lá chegam, se deparam com a ausência de políticas públicas básicas, como: falta de energia elétrica, de crédito agrícola, ausência de escolas, estradas, assessoria técnica e todo o tipo de infraestrutura são a regra e não a exceção.

A cada dia que passa emergem novas frentes de movimentos sociais dessa natureza, que se multiplicam numa miríade de formas procurando despertar consciências e mostrar a importância do comércio justo, do consumo consciente e solidário de produtos orgânicos e agroecológicos livres de agrotóxicos. As fissuras do sistema capitalista permitem brotar e germinar ousadas alternativas, e a economia solidária, ao menos por enquanto, vêm se consolidando nesse contexto. A economia solidária, com base na autogestão, abarca o conjunto das iniciativas que reúne as possibilidades que emergem nas fendas desse sistema perverso e excludente. Não são alternativas ou atividades socialmente caridosas, paternalistas ou economicamente marginais, são iniciativas emergentes que estão se consolidando na contra mão da visão hegemônica, e ocorrem no sentido de minimizar os impactos negativos da exclusão social e da desigualdade provocadas pela opção de modelo de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Os problemas sociais brasileiros são decorrentes de vários fatores, mas a urbanização, que tem ocasionado o crescimento das

---

(MTST), movimento indigenista e outros movimentos populares contra-hegemônicos.

grandes cidades, talvez seja uma das maiores causas desses problemas. A urbanização brasileira trata-se de um movimento praticamente generalizado a partir do terceiro terço do século XX; e com o fim da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico resultante da melhoria relativa da qualidade de vida (SANTOS, 1998, p. 29). Nem por isso esse processo garantiu emprego ou trabalho digno para a maioria que foi expulsa do campo.

Pode-se afirmar que a tecnificação da agricultura brasileira provocada pela modernização da “Revolução Verde” teve papel preponderante nesse processo. A modernização da agricultura brasileira é um processo que está intimamente ligado ao modo de produção capitalista e a forma racional/positivista de tecnificação científica e, indissociada do sistema capitalista, essa visão de ciência contribuiu para o esgarçamento da cultura camponesa e ampliou as grandes mazelas sociais, econômicas e ambientais dos dois últimos séculos. Esse processo se agravou no fim do milênio que se encerrou recentemente.

No início do século XX o otimismo da comunidade agrônoma internacional diante das descobertas e da aplicação do “quimismo” de Justus Von Liebig levaram ao auge daquilo que se pode qualificar como início da moderna agricultura, consagrada pelo padrão químico, motomecânico e genético, que no final da década de 60 explode na chamada “Revolução Verde”, priorizando o aumento da produtividade e interferindo nos padrões culturais e de desenvolvimento, principalmente nos países de terceiro mundo (EHLERS, 1996).

A modernização da agricultura consolidou no campo, de forma hegemônica, o modo de produção especificamente capitalista. Esse processo induzido no período pós Segunda Guerra Mundial, transformou a base técnica da agricultura no país, inserindo um novo padrão de produção e novas formas de relações sociais.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, ‘efeitos perversos’: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’ (PALMEIRA, 1989, p. 87).

A estrutura político-econômica de dominação, construída desde o período colonial, foi mantida sob a tutela do progresso técnico na agricultura. A melhoria da produtividade agrícola se efetivou nas grandes e médias propriedades que, por acaso, conseguiram sobreviver a custos de ampliar a área plantada e a escala de produção via mecanismos de mercado. Mas isso não quer dizer que os agricultores melhoraram a qualidade vida. Grande parcela da população rural, residente em pequenas quantidades de terra, sofreu, e sofre consequências negativas, provocadas pela miserabilidade, proletarização e êxodo rural. Apesar dessa situação, o Estado teve um papel ativo na propagação da ideologia do progresso e proporcionou a conservação de todo um aparato de poder secular em nome da modernização e crescimento econômico do país.

A apropriação capitalista da agricultura, apoiada na visão tecnicista da “Revolução Verde” e sustentada por políticas estatais de financiamento, assistência técnica e extensão rural, possibilitou uma nova dinâmica no campo brasileiro. A “Revolução Verde” estabeleceu inovações que intensificaram de maneira bastante contundente o modo de produzir e o modo de se relacionar com a terra; os chamados “pacotes tecnológicos” revolucionaram o modo de produzir e transformaram

a realidade do campo numa arena de negócios. A ideologia falaciosa propagada pela “Revolução Verde” pregava o fim da falta de alimentos, mas paradoxalmente, ao invés do fim da fome no mundo, provocou o fortalecimento das corporações agroindustriais, a degradação ambiental e a exclusão social, decorrentes da concentração de capital e de terras, do alto preço dos insumos e do maquinário agrícola e um elevado endividamento agrícola. A conjugação desses fatores, contraditoriamente, provocou a ampliação dos problemas no campo brasileiro, pois foram as bases da expansão capitalista na agricultura.

[...] nos países, como o Brasil, em que a ‘Revolução Verde’ não foi acompanhada de uma reforma agrária, mas apenas um sucedâneo desta, resultou graves consequências, tanto de ordem econômica como principalmente sociais. Nestes países a ‘Revolução Verde’ foi apenas um instrumento de ‘modernização conservadora’ que ajudou a aprofundar a internacionalização da economia e a agravar a dependência (BRUM, 1985, p. 71-72).

O desenvolvimento da matriz de produção moderna provocou mudanças significativas, percebidas na estratégia de integração da agricultura à indústria como um ramo em sua cadeia produtiva. O progresso técnico, não foi acompanhado dos avanços sociais requeridos, tampouco de técnicas de gestão estratégicas. Isso elevou o grau de dependência do agricultor brasileiro.

Antes da “Revolução Verde”, a produção agrícola era condicionada por fatores de “ordem natural” – integração das práticas agrícolas aos ciclos naturais, num processo de relação “harmoniosa” do homem com a natureza – e pela utilização de ferramentas e insumos produzidos na própria propriedade.

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos

vários componentes que asseguravam a ‘harmonia’ da produção assentada na relação homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra ‘harmonia’ – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade de reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A esta passagem se denomina *industrialização da agricultura* (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 03).

As condições naturais de produção passaram a ser subordinadas ao avanço técnico de capitalismo tendo como parâmetro o controle artificial de todo o processo. As transformações na produção agrícola, não ficaram restritas a aplicação técnicas, mas afetaram de maneira pejorativa as relações sociais que a permeava. Ampliaram o êxodo rural e geraram a proletarianização dos agricultores tradicionais nos grandes complexos agroindustriais (CAIs). Os CAIs podem ser entendidos como resultado da intensificação da modernização nos anos 60, pois sua emergência se deu através da produção industrial de máquinas e insumos para a agricultura (KAGEYAMA, 1990). Por meio dos CAIs foi possível a estabilização do setor industrial de máquinas e insumos e elevar o grau de dependência da agricultura a agroindústria e do mercado de exportações.

Não obstante, a política de crédito vinculava o financiamento para a produção de monoculturas (milho, soja, algodão, cana-de-açúcar, etc.) a ser processada internamente pelas agroindústrias, ou exportada com preços variáveis de acordo com o mercado internacional (*commodities*). O incentivo a essa produção atendia aos interesses desenvolvimentistas dos setores agrários dominantes, assim se tornou fundamental para a economia, uma vez que os superávits da balança comercial do país dependiam cada vez mais do financiamento desse modelo cada vez mais insustentável.

Nesse contexto, o campesinato não estaria contribuindo para a potencialização da economia nacional e, na visão hegemônica, deveria ser integrado ao processo desenvolvimentista. As políticas de crédito e extensão rural foram importantes para desagregar uma lógica de produção regida por parâmetros diferenciados daqueles incentivados pelo governo e pelo mercado. Assim, o Estado impôs um modelo extensionista centrado em pacotes tecnológicos para difundir a modernização da agricultura e consolidar novas relações de produção, desconsiderando a cultura do campesinato e estimulando a agricultura empresarial dependente de insumos e tecnologias externas.

Aliada a essa política estatal de apoio as grandes multinacionais, o desenvolvimento da indústria brasileira com a implementação da política de *Substituição das Importações* ocasionou um grande êxodo rural, invertendo o percentual de 26,35% de população urbana em 1940, para 76,93% em 1991, e 78,4% em 1996. O Censo Demográfico 2000 indicava que a população urbana era de 81,25% e a população rural de 17,85% (IBGE, 2000). “Já em 2010, apenas 15,65% da população (29.852.986 pessoas) viviam em situação rural, contra 84,35% em situação urbana (160.879.708 pessoas) (IBGE, 2010b).

Até 1940, a maioria da população brasileira vivia no campo. O processo de modernização das grandes propriedades e o uso da terra como reserva de valor expulsaram uma grande parte da população do campo. Em menos de uma geração, 80% da população passou a ser essencialmente urbana. Segundo Dowbor (1995, p. 7) “Num processo intenso de urbanização tardia, o Brasil vê explodir as suas cidades, com imensas periferias caóticas e miseráveis, necessitando de tudo”. Muitos problemas surgiram deste processo e as cidades não conseguiram absorver toda esta mão-de-obra.



Constata-se que o Brasil, hoje, é um país majoritariamente urbano. E na *urbe* multiplicam-se as dificuldades e os problemas sociais emergem. Com uma infraestrutura precária o urbano brasileiro é cercado por uma periferia pobre e sem oportunidades. É nesse contexto, nas cidades que a economia solidária vai encontrando as condições para a sua consolidação.

O difusionismo tecnológico tem sua parcela de responsabilidade nisso, contido nos programas de assistência técnica e extensão rural influenciaram a introdução de novas práticas e relações sociais no campo brasileiro. Essas políticas foram determinadas pelos interesses do modo de produção hegemônico. As relações sociais capitalistas e o aparato técnico desenvolvido foram as bases que conformaram o paradigma de extensão rural exigido pelo modelo econômico dominante. Essa foi a estratégia encontrada para integrar agricultura a agroindústria e ao processo de crescimento econômico do país.

A transmissão do saber técnico na agricultura provocou grande impacto, principalmente na agricultura camponesa, considerada atrasada para a economia do país. O sentido das políticas governamentais era romper com esse “modelo estagnado” e promover sua inserção no circuito mercantil que vinha se desenvolvendo. Amparada por certo conhecimento científico, essa prática buscou reproduzir as relações capitalistas apoiadas pelo Estado, tendo como referência o modelo extensionista norte-americano (CAFORAL; COSTABEBER, 2001). A extensão rural, aliada à disponibilização de crédito rural (vinculado aos “pacotes” modernos), transformava-se na realizadora da modernização da agricultura.

Na economia capitalista, a organização da produção, regida externamente pela dinâmica imposta pelo mercado, requer intensificação e inovação técnica, com objetivo da geração de lucro. A distinção entre

a atividade econômica camponesa e o padrão capitalista de produção está baseada no retorno financeiro das práticas agrícolas. São lógicas de desenvolvimento opostas, organizadas por elementos diferenciados – economia camponesa, internos, e economia capitalista, externos – que garantem suas especificidades e articulações com determinados cenários. O padrão de desenvolvimento agrícola adotado no país não foi condizente com a realidade do campesinato; o agricultor tradicional foi inserido numa dinâmica alheia às suas relações cotidianas, através da retórica falaciosa da “Revolução Verde” e do crescimento econômico.

Hoje percebe-se que as falsas promessas da “Revolução Verde” deixaram e continuam deixando para o Estado e para a sociedade brasileira quatro passivos que comprovam sua insustentabilidade. O passivo econômico, com endividamento agrícola e concentração de riqueza; o passivo social, radicalizando a exclusão social, ampliando as desigualdades, a miséria e a pobreza; o passivo ambiental, com a degradação dos solos e dos rios pelo uso intensivo de agrotóxicos, pela erosão, pelas queimadas, pelo desmatamento e ocupação de grande parte do Cerrado, do Pantanal e de parte significativa da Amazônia brasileira com esse modelo insustentável de agricultura; e o passivo cultural, que esgarçou a cultura camponesa e apartou o camponês de suas tradições.

A tentativa de transformar o camponês em empresário rural acarretou inúmeras mudanças na forma de produzir, pois a lógica camponesa contradizia as práticas adotadas pelo Estado para atender aos interesses do mercado. Estavam em jogo dois saberes diferenciados: o científico e o tradicional; dois projetos de sociedade: um, independente, popular e endógeno, e outro, dependente, elitista e industrial.

Para Borges (2010, p. 34) a disputa entre diferentes grupos, tentando impor projetos de sociedade (e o conjunto de elementos sociais próprios) desenvolve-se, também, nas lutas de representações.

No conflito desses dois projetos contraditórios, ocorreram diversas transformações prevalecendo, em grande proporção, a imposição das políticas governamentais atreladas aos interesses do capital. As representações divergentes são palco de resistências e rupturas, em que a imposição de novas formas de relações está permeada com conteúdo de legitimação de uma forma de dominação. No entremeio das disputas de representações, o domínio da lógica desenvolvimentista estatal era evidente. Com isso, o padrão hegemônico de produção, adotado nas grandes propriedades, deveria ser aplicado na agricultura camponesa.

Segundo Borges e Sguarezi (2010) a situação de pobreza, as condições degradantes de trabalho, o êxodo rural e a consequente marginalização social, evidenciavam que os programas e projetos agrícolas governamentais, em sua origem, foram concebidos com a total ausência da incorporação da massa camponesa e suas particularidades (organização cultural e econômica). A lógica capitalista, assumida pelo Estado, foi determinante para desagregação do campesinato e fragmentação de seu saber e lógica de produção. Implicando no esvaziamento do campo e na urbanização brasileira.

Dessa forma, as mudanças nas bases técnicas, por meio da introdução de máquinas e insumos químicos produzidos na indústria, foram fundamentais para consolidar a modernização da agricultura brasileira. Em seu bojo, os problemas sociais foram se agravando no meio rural e rapidamente cegaram o espaço urbano. A expansão das grandes lavouras refletia na expropriação dos camponeses, os quais eram praticamente obrigados a residir, de forma precária, nos grandes centros urbanos. Esse modelo se tornou um projeto de Estado, que impôs uma lógica de desenvolvimento contraditória à realidade da agricultura tradicional no país. Grande parte dos agricultores que não se integraram ao mercado passou a se proletarizar nas grandes fazendas na forma de

trabalhadores temporários (“bóia-fria”). Em nome da modernização, milhares de camponeses foram privados das condições mínimas de subsistência, o que acarretou um conjunto de consequências perversas, não só para a agricultura no país, mas para o meio ambiente e para toda a sociedade brasileira.

A realidade do Estado de Mato Grosso não é muito diferente. O processo de expansão da fronteira agrícola através da ocupação de áreas de cerrado no centro-oeste brasileiro a partir dos anos de 1970 fez com que o crescimento populacional no Mato Grosso alcançasse taxas de 6,6% ao ano.

[...] em termos absolutos, porém, a população sextuplicou entre 1960 e 1991, quando passou de 325 mil para 2027 mil habitantes. Nos anos 80, o processo de urbanização continuou acelerado de tal modo que, por ocasião do Censo de 1991, quase 75% da população do Estado já residiam no espaço urbano (SILVA, 2008).

Os dados (IBGE, 2007) apresentados pela categoria de População recenseada e estimada mostravam que em 2007 a população estimada de Mato Grosso era de 2.854.642. Com uma taxa de crescimento de 1,89% ao ano. Sendo que a população urbana representava a maioria com aproximadamente 83,25% dos habitantes. Em 2010 “Mato Grosso possuía 3.033.991 habitantes. Isso representa apenas 1,59% da população brasileira e a maioria dos matogrossenses reside em áreas urbanas (82%), a população rural compreende 18% (IBGE, 2010a). Se no Estado, incluindo o interior, a maioria da população está na zona urbana essa situação se agrava nos grandes centros. A capital Cuiabá tem 551.350 habitantes, desses apenas 10.348 estão na zona rural. Várzea Grande, segunda maior cidade do Estado tem 252.709 habitantes, e apenas 3.880 na zona rural. Somando os habitantes da zona conurbana

da capital (população de Cuiabá e Várzea Grande), com 804.059 habitantes, sendo que apenas 14.228 estão na zona urbana. Ou seja, o total da população da área rural na zona conurbana não chega aos 2% e a população urbana ultrapassa de 98% do total de habitantes.

É importante salientar que grande parte desse contingente populacional tem origem no meio rural e sistematicamente vem sendo expulsa do campo pela introdução do modo de produção capitalista na agricultura representada pelo agronegócio. A tecnificação e a utilização de insumos industriais não garantem nem o ‘fim da fome’, tampouco a empregabilidade nas cidades.

No caso das regiões periféricas, como é o Estado de Mato Grosso, essa situação se agrava ainda mais porque os fornecedores da agricultura a montante em sua maioria estão localizados no sudoeste e no sul do país, portanto, não geram expansão de empregos na zona urbana, isso tem ampliado os problemas sociais nas maiores cidades do Estado. Segundo dados oficiais,

Mato Grosso é o terceiro maior Estado do país, é um Estado de proporções continentais: 906.806.90 km<sup>2</sup>, em que, “dos 90 milhões de hectares que formam o Estado, 25 milhões são agricultáveis e apenas 12% estão sendo aproveitados”, o que faz de Mato Grosso o primeiro produtor nacional de soja e algodão e de bovinos. É um dos únicos Estados brasileiros que possui parte dos três mais importantes ecossistemas do planeta: Pantanal (10%); Amazônia (50%) e Cerrado (40%). Com área pouco menor que a da Venezuela, sua área é maior que os territórios da França, Itália e Holanda juntas. Com localização privilegiada, no Centro Oeste e no centro da América do Sul, à 2000 Km dos oceanos Atlântico e Pacífico, Mato Grosso está situado no Centro Geodésico da América do Sul [...] (MATO GROSSO, 2008).

Num Estado de proporções continentais: 906.806.90 km<sup>2</sup>, em que, “dos 90 milhões de hectares que formam o Estado, 25 milhões são agricultáveis e apenas 12% estão sendo aproveitados” (MATO GROSSO, 2008). O debate que urge é como serão aproveitadas essas terras.

No que se refere a localização, Mato Grosso está situado no **CENTRO GEODÉSICO DA AMÉRICA DO SUL** ... Estamos numa localização de privilégio, no Centro Oeste e no centro da América do Sul, à **2000 Km** dos oceanos Atlântico e Pacífico. Por ter **CLIMA E RELEVO FAVORÁVEIS À AGROPECUÁRIA**. é, hoje, um dos grandes produtores de alimentos do país, e, nos últimos anos vem se transformando num importante pólo agroindustrial (MATO GROSSO, 2008).

Por ter clima e relevo favoráveis à agropecuária, é, hoje, um dos grandes produtores de agrícolas do país, e, nos últimos anos vem se transformando num importante pólo agroindustrial. Sua grandeza nos aspectos territorial, sua localização, sua diversidade ambiental, sua heterogeneidade cultural resultante de sua ocupação territorial não esconde suas mazelas sociais, que exigem um redirecionamento do seu processo de desenvolvimento.

As dimensões do Estado refletem nas mesmas proporções à amplitude de seus problemas sociais. Por trás dessa exuberância e desse potencial está a exclusão social. Se nos dois mandatos do governo Dante de Oliveira (1994-2002) o Mato Grosso alcançou uma taxa média de crescimento econômico de 8% ao ano, nesse mesmo período o Estado acumulou um passivo social que ainda não foi calculado. Os dois mandatos do último governo Blairo Maggi (2003-2010) – maior produtor de soja do mundo –, Mato Grosso manteve o índice de

crescimento econômico, por outro lado, esses governos deixaram de lado as preocupações com as questões ambientais e sociais. Dados do MT + 20 (Ano, 2006, p. 24) mostram que o

Mato Grosso é um dos Estados mais dinâmicos do Brasil, registrou, nas últimas décadas, taxas superiores à média nacional; no período de 1985 a 2003, a economia matogrossense cresceu em torno de 7,6% ao ano, enquanto o Brasil registrava taxa de apenas 2,5% anuais, e o Centro-Oeste cerca de 4%. Segundo o IBGE (contas regionais, 2004), em 2003, o PIB - Produto Interno Bruto - de Mato Grosso alcançou R\$ 22,6 bilhões, o que equivale a 1,5% do PIB brasileiro e 19,4% do produto registrado pelo Centro-Oeste. Seu produto por habitante correspondia, em 2003, a R\$ 8,8 mil, um pouco maior que o produto por habitante do País (R\$ 8,7 mil), porém menor que o produto estimado para o Centro-Oeste (R\$ 9,3)

Na realidade o que se observa é que os passivos ambientais, sociais e culturais gerados por essa opção de desenvolvimento se agravam a cada dia. Da mesma forma o passivo ambiental é grande. O Brasil em 2010 passou a ser o maior consumidor de produtos agrotóxicos do mundo.

O Brasil, segundo estudo da consultoria alemã Kleffmann Group, é o maior mercado de agrotóxicos do mundo. O levantamento foi encomendado pela Associação Nacional de Defesa de Vegetal (Andef), que representa os fabricantes, e mostra que essa indústria movimentou no ano passado US\$ 7,1 bilhões, ante US\$ 6,6 bilhões do segundo colocado, os Estados Unidos. Em 2007, a indústria nacional girou US\$ 5,4 bilhões, segundo Lars Schobinger, presidente da Kleffmann Group no Brasil. O consumo cresceu no País, apesar de

a área plantada ter encolhido 2% no ano passado (PACHECO, 2009).

Mato Grosso, por ser uma dos maiores produtores de monocultura do país está entre os maiores consumidores de agrotóxicos e as consequências são graves. Em estudo orientado pelo professor Pignati<sup>6</sup>, Palma et al (2011), aponta que

Todas as amostras de leite materno de uma amostra de sessenta e duas nutrizes de Lucas do Rio Verde-MT apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxico analisado. Os resultados podem ser oriundos da exposição ocupacional, ambiental e alimentar do processo produtivo da agricultura que expôs a população a 114,37 litros de agrotóxico por habitante na safra agrícola de 2009/2010. Nessa exposição estão incluídas as gestantes e nutrizes, que podem ter sido contaminadas nesse ano de 2010 ou em anos anteriores.

Mas, o problema ambiental não se limita a isso. Ainda no plano ambiental, os indicadores apontam uma leve queda no desmatamento, o que não significa dizer que as proporções e os impactos negativos não continuem existindo. Outro problema são as queimadas, que em 2010 voltaram a assolar o Estado, veja-se:

Mato Grosso é o Estado brasileiro com maior número de incêndios provocados pela baixa umidade e pelo tempo seco, que vem atingindo grande parte do País. De acordo com monitoramento do Instituto

---

6 O professor Wanderlei Antonio Pignati é professor do Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá. E há mais de uma década estuda o tema. Para aprofundar veja: PALMA, Danielly C. de A. *Agrotóxico em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT*. 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá.



Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), durante os dias 1º e 29 de agosto, foram registrados, apenas no Estado, mais de 8 mil focos de incêndio, seguido do Pará com 5.772 e Tocantins com 4.355. O total de queimadas no Brasil ultrapassa 26 mil neste período. As queimadas no País aumentaram 134% neste ano, um salto atribuído a ações criminosas e especulativas, clima seco prolongado e avanço da **fronteira agrícola** [grifo nosso] (TERRA, 2010).

O passivo social, que amplia a miséria, a pobreza e o desemprego se configuram na concentração econômica e fundiária que continua a existir, e na atualidade assume novos formatos para atender a competitividade exigida pela globalização hegemônica. Nesse caso a concentração fundiária vem na forma de arrendamento das terras. Grandes produtores rurais endividados e encurralados pelos altos custos de produção estão arrendando suas terras a grandes grupos agropecuários, muitos deles estrangeiros.

A área de soja explorada por grandes grupos comandados por produtores rurais dobrou em Mato Grosso nos últimos cinco anos. Um levantamento inédito do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea) mostra que os 20 maiores grupos plantaram 1,228 milhão de hectares na safra 2009/10 e responderam por 20% dos 6,217 milhões de hectares cultivados com a oleaginosa no Estado na safra 2009/10. Há cinco anos, estes grupos cultivaram 533 mil hectares, respondendo por 9% do plantio de 6,105 milhões de hectares. A área total de soja no Estado ficou limitada pela moratória imposta aos desmatamentos no bioma amazônico (APROSOJA, 2010).

A denúncia do esgotamento desse modelo centrado na monocultura vem sendo realizada pelos movimentos sociais e entidades de pesquisa desde a sua implantação. Essa concentração linear tem

impacto direto na economia local. Devido ao elevado poder de compra, esses grupos realizam compras/aquisições diretas, eliminando as revendas e todo o tipo de comércio e serviços que fazia circular riqueza nos municípios, pois a utilização de tecnologia de ponta gera ainda mais desemprego e êxodo rural. Além disso, essa é uma ameaça direta a soberania alimentar. O depoimento do agricultor Alcenor Luiz Viliotto retrata a perversidade desse modelo.

Não me interessa em arrendar minhas terras para grupos grandes, pois foram eles que quebraram os produtores pequenos. Esses grupos são a pior coisa que existe para o homem do campo e para o comércio do município, pois compram o que precisam diretamente de empresas que fabricam e não no comércio local [...] Na nossa região, quem planta menos de 2 mil hectares trabalha sempre no vermelho. Estamos vendo que restarão somente os grupos grandes; o médio e o pequeno produtor vão ter que entregar sua lavoura (VILIOTTO in: SAMPAIO, 2010, p. 29).

No Mato Grosso, no meio do agronegócio, quem planta entre dois a cinco mil hectares é considerado um médio produtor. Grandes grupos nacionais como: Maggi, Vanguarda do Brasil e Bom Futuro e os argentinos El Tejar e Los Grobo plantam áreas acima dos duzentos mil hectares. O que lhes garante poder de barganha. Isso reforça nossa tese de que a exclusão que afeta os camponeses, não deixa ser um grave problema para a agricultura em geral. Os custos dessa política de exploração da natureza, dos trabalhadores do campo, dos camponeses vêm afetando os agricultores de maior porte. Por isso, reafirma-se que isso se constitui uma grave ameaça à soberania alimentar do país e à soberania da nação, pois a maioria das propriedades rurais está hipotecada junto aos bancos e às indústrias (*traders*) à jusante e a montante da cadeia produtiva das culturas mais expressivas da agricultura brasileira. Somando-se a isso,

o problema do arrendamento das grandes propriedades evidencia a gravidade da situação de dependência da agricultura brasileira.

No plano social, o desempenho do Estado está acima da média nacional. Nos últimos anos os indicadores sinalizam melhorias, mas mesmo assim o Estado apresenta os menores índices de rendimento da região Centro-Oeste e os maiores índices de desigualdade social. Conforme dados do Ipea (2010),

Mato Grosso registra uma diferença salarial entre a população pobre e rica de 2.700%, sendo que a renda mensal per capita dos 40% mais ricos é de R\$ 2.987,62 e dos 10% mais pobres de R\$ 106,58. O rendimento do pobre no Estado é o menor do Centro-Oeste, mas está R\$ 24 acima da média nacional, de R\$ 82,28/mês. Se comparar a renda per capita dos 40% mais ricos com os 40% mais pobres, cujo orçamento é de R\$ 230,17, a diferença é de 1.198%, ou seja, os que possuem melhores condições financeiras recebem 12 vezes mais do que os menos favorecidos. [...] 1,07 milhão de matogrossenses vivem na pobreza, dos quais 804 mil em condições de pobreza absoluta e 267 mil de pobreza extrema.

Analisando esses números pode-se afirmar que 35,25% da população de Mato Grosso são de pobres. Para um Estado tão rico isso é absurdo. Dos 3.035.122 habitantes, 1.070.000 em condição de pobreza absoluta e pobreza extrema é inaceitável. Os números são frios, mas não pode-se deixar de nos indignar diante dessa tragédia que para ser revertida passa pela organização popular, por iniciativas econômicas solidária, apresentando-se como uma possibilidade para a autogestão que de certa forma comporta um projeto pedagógico de educação popular.

Na área educacional, em que pese o Estado ter avançado rumo a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2009 para o ensino fundamental, no ensino médio Mato Grosso apresentou média abaixo da nacional caindo do 9º lugar no IDEB/2007 para 13º lugar IDEB/2009 (INEP, 2010). Outro exemplo concreto do esquecimento das questões sociais e da aversão as iniciativas populares autogeridas foi o veto do Governador do Estado, Blairo Maggi, em 2005, a Lei já aprovada pela Assembleia Legislativa que Instituíu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso<sup>7</sup>.

Esse contexto de transformações das condições sócio-econômicas, políticas e culturais da realidade matogrossense estão exigindo que os movimentos sociais busquem alternativas para a geração de trabalho e renda para a população que se encontra na periferia dos centros urbanos em ambiente de alto de risco, e muitas dessas iniciativas se encontram no campo da economia solidária, que exige que novos conhecimentos sejam produzidos para responder a complexidade<sup>8</sup> dessas transformações.

---

7 Com o primeiro Projeto de Lei vetado na íntegra em 2005, a Rede Matogrossense de Educação e Sócio-economia Solidária (REMSOL) se rearticulou e conseguiu mobilizar novamente todos os parceiros, inclusive dentro da Assembleia Legislativa, que organizou a Frente Parlamentar da Economia Solidária e obrigou recentemente, o Governador sancionar a Lei Estadual (8.936/2008), que cria a política de fomento à economia solidária.

8 *Complexus* significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico), e há um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si. Por isso, a complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade. Os desenvolvimentos próprios a nossa era planetária nos confrontam cada vez mais e de maneira cada vez mais inelutável com os desafios da complexidade (MORIN, 2000b, p. 38).

Evidente que não se resolve o problema utilizando a mesma ótica que o criou. Precisa-se de uma mudança paradigmática, não programática (MORIN, 2000a). O atual modelo de desenvolvimento, com ênfase no crescimento econômico tem levado ao êxodo rural e

O preço desse modelo que comercialmente está tão bem sucedido são os refugiados do campo, que me recuso a considerar como urbanizados. Acho que o termo *urbanização* deveria ser reservado àqueles que estão integrados na vida urbana, porque têm acesso a uma moradia decente e um emprego decente. Porque podem exercer a sua cidadania e vêem que os seus filhos estão realmente desfrutando da igualdade de oportunidades (SACHS, 1996, p. 10).

É manifesto que o processo de urbanização brasileira não contempla a integração e acesso a políticas públicas que garantam a cidadania reclamada por Sachs. É nesse contexto que a economia solidária está se apresentando como uma das alternativas a esse modelo e se torna uma forma de garantir a humanização dessa urbanização. A economia solidária através das cooperativas autogeridas, das associações de catadores de resíduos sólidos, das cooperativas de artesãos, das associações dos moradores sem-teto e de outras tantas iniciativas está se constituindo numa opção para aqueles que não encontram no mercado tradicional um espaço para o exercício de sua cidadania.

Diante da aguda crise ética, cultural, ambiental, social, política e excludente desse sistema, a economia solidária se apresenta como alternativa para minimizar o impacto dessas consequências. Primando por práticas ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente pertinentes que emergem nas fissuras do capitalismo, mostrando o caminho da inclusão social e da sustentabilidade para milhares de empreendimentos econômicos a economia solidária amparada no princípio da autogestão busca se

consolidar com alternativa efetiva nos grandes centros urbanos. Visto que a “Urbanização que na gênese da palavra *urbe* que quer dizer cidade, e urbanização o ato ou efeito de urbanizar (FERNANDEZ; LUFT; GUIMARÃES, 1996, p. 624), no Brasil ocorreu de forma isolada. No Estado de Mato Grosso o processo de urbanização não garantiu as mínimas condições de vida na cidade para os excluídos do campo, resultando no esvaziamento do campo e o inchaço das cidades provocando uma série de problemas ampliando as desigualdades reproduzindo problemas de grandes metrópoles como São Paulo,

A migração de atividades econômicas para o interior ampliou a pobreza urbana. Sinais visíveis da pauperização marcam a paisagem da cidade. Nos últimos dez anos, a chamada “cidade informal” cresceu mais que a “regular”. Os novos domicílios em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos superam os lançamentos do mercado imobiliário e a produção de unidades habitacionais pelo poder público (BÓGUS & TASCHNER, 1999, p. 159).

Se observarmos a violência, desemprego, fome, miséria são velhos problemas que tomam novas formas, mas no paradigma capitalista eles se reproduzem sem novas perspectivas. A reinvenção social da modernidade tornou as cidades, os espaços urbanos em

Em sociedades nas quais a veneração ao Dólar comanda a devoção, tanto de rico como de pobres, e numa era de fundamentalismo econômico em que a soberania do dinheiro substitui o ser humano como valor fundamental, o imperativo para a preservação da vida corre um perigo claro e imediato. Este é o caminho da globalização neo-liberal contemporânea, que empurra grande parte da humanidade para sua armadilha de pobreza estrutural. O princípio da solidariedade, juntamente com os princípios do partilha e de cuidado

mútuo, têm todos sido alvos de ataque pela globalização capitalista (RAMOSE in SANTOS & MENESES, 2009, p. 171).

Porém, novas perspectivas estão surgindo numa outra ótica societal, de uma sociedade solidária, de uma sociedade autogestionária, assentada nos princípios de *partilha e cuidado mútuo*. Daí a importância de analisar os limites e as possibilidades da autogestão dentro dos empreendimentos econômicos solidários localizados nos centros urbanos.

## CAPÍTULO 2

### AS BASES TEÓRICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AUTOGESTÃO

#### **2.1 As transformações no mundo do trabalho e reestruturação produtiva: economia solidária como alternativa ao desemprego**

As profundas transformações do mundo do trabalho nas últimas décadas do século XX e suas implicações sobre o emprego, o trabalho e a organização do tempo livre, por si só exigem uma reflexão sociológica que perpassa pela análise da reestruturação do processo produtivo que sofre com a introdução de novas tecnologias no processo de produção, seja ele no campo, ou na cidade. Além disso, novas formas de gestão do trabalho e novas relações de produção vão surgindo nesse emaranhado enfocando a questão social. “A questão social, hoje, coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas. Traduz-se pela erosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal (BELFIORE-WANDERLEY; BÓGUS e YAZBEK, 2008, p. 9). Portanto, entende-se que a economia solidária, e a autogestão dialogam com a questão social se mostrando como uma alternativa não apenas inteligente, mas necessária e viável para dar respostas concretas ao impacto da reestruturação do processo produtivo provocadas pela introdução das novas tecnologias e suas repercussões no mundo do trabalho.

A economia solidária comporta consigo um projeto de desenvolvimento local sustentável capaz de alavancar pequenos grupos e localidades esquecidas das políticas públicas. Por atuarem



em rede – geralmente essas redes impactam o local, mas alcançam um desdobramento que ultrapassam barreiras territoriais e chegam a interlocução internacional –esses empreendimentos econômicos solidários resgatam a esperança da classe trabalhadora de se libertar do jugo do despotismo do emprego e encontrar a sua realização no prazer do trabalho. Pois,

Trabalhar significa criar utilidades para a satisfação das necessidades humanas [...] Trabalhar é uma atividade exclusivamente humana por ser consciente, deliberada, com o propósito explícito de gerar resultados que possibilitem a satisfação não só relativas à sobrevivência – alimentação, vestuário, abrigo, e manutenção da vida – mas também de necessidades sociais, culturais, artísticas, espirituais, psíquicas, que distinguem o homem dos outros animais. Só é possível ser realizada porque somos dotados de inteligência, iniciativa, espírito crítico, criatividade, que se desenvolvem ao longo de seu processo e, por isso, o trabalho deve permitir a realização plena da natureza humana (LAZZARESCHI, 2007, p. 7-8).

O emprego é uma atividade recente na história da humanidade. O emprego surge junto com o sistema capitalista. É produto, portanto da modernidade. A humanidade nunca viveu sem as contribuições do trabalho, mas o emprego é algo novo.

O emprego passou a existir apenas nas sociedades capitalistas, nas quais os homens são livres e iguais perante a lei [...] O emprego é uma relação contratual de trabalho entre proprietário e o não-proprietário dos meios de produção e/ou renda pela qual se estabelecem as condições de compra e de venda da força de trabalho (LAZZARESCHI, 2007, p. 7-8).

Como enfatiza a referida pesquisadora o emprego não é sinônimo de trabalho. Historicamente, pode se perceber que emprego surge como uma demanda do fenômeno da industrialização, e é relativamente recente, eclode nos meados do século XVIII, resultado da Revolução Francesa e da Revolução Industrial que vão consolidar o processo de industrialização e o modo de produção capitalista e o Estado moderno.

No entanto, o emprego enquanto realidade que substitui o trabalho, vai se concretizar durante os séculos XIX e XX, momento de consolidação do sistema capitalista e na medida em que a humanidade vai caminhando e o grau de desenvolvimento das forças produtivas vai se aprimorando, e assim tem-se como consequência o aperfeiçoamento da divisão do trabalho. Para Marx (1979, p. 47),

Os diversos estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho representam igual número de diferentes formas de propriedade. Em outros termos, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, ao mesmo tempo, relações de indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos de trabalho.

Com o surgimento do sistema capitalista centrado na propriedade privada e na mercadoria, houve um salto radical na divisão do trabalho e ela alterou profundamente a forma de produção. O emprego se apresenta como a forma monetarizada – mercadoria – do trabalho. Entendendo, o produto do trabalho, os instrumentos e as coisas, como mercadorias, passam estes a adquirir valor de troca, e não apenas valor de uso. Mas não se limita a isso, a divisão do trabalho, no sistema capitalista vai muito, além disso. Ela vai causar uma verdadeira revolução nas relações sociais. Pois ela, junto com a mercadoria, vai ser a fonte de todas as contradições entre os indivíduos entre si, e igualmente, entre os indivíduos e a sociedade.

Com o aprimoramento do processo capitalista de produção e com o rompimento definitivo da *divisão natural do trabalho na família*, surgem as máquinas, as fábricas e com estas a necessidade de cooperação no processo de produção. Mas, “A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão do trabalho material e intelectual” (MARX, 1979, p. 56). O trabalho materializado seja ele pelo homem ou pela máquina é resultado daquilo que o próprio homem imaginou, mas quando o trabalhador vende sua força de trabalho ele perde a capacidade intelectual do processo de produção e passa a obrigatoriamente a cooperar com o capitalista – gerente, supervisor –, num projeto que não é dele, mas do proprietário do capital. Daí vão surgir as relações de estranhamento no trabalho.

Todavia, a produção da História resulta da atividade do trabalho que se realiza socialmente para a satisfação de necessidades sociais. Daí o duplo caráter social do trabalho, organizado com base na divisão social do trabalho fundada nas diferentes formas de propriedade dos meios de produção, isto é, a divisão entre as condições e instrumentos ou meios de trabalho e o próprio trabalho que incide numa desigual distribuição dos frutos do trabalho e, conseqüentemente, no estabelecimento de relações de produção conflituosas quando a propriedade dos meios de produção se concentra nas mãos de alguns poucos (LAZZARESCHI, 2008, p. 8).

Fundado no princípio da propriedade privada<sup>9</sup> a divisão social do trabalho carrega consigo um processo de contradição nato

---

9 CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,

entre capital e trabalho, que vai gerar as relações de estranhamento no processo de produção. Ainda reportando-se a Marx, Antunes (1997, p. 25), afirma: “[...] no estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho”. O que significa dizer que, sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, se degrada; não se reconhece, se nega.

Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quanto trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. Por conseguinte, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer as necessidades fora dele (ANTUNES, 1997, p. 25).

Assim o trabalho passa a ser emprego, passa a ser um peso, um fardo que sacrifica o homem – visão judaico-cristã –. Essa obrigação não realiza o potencial humano do trabalhador, ao contrário fragmenta o trabalhador. Com relações de trabalho baseadas no emprego a remuneração do trabalho passou a ser uma mera mercadoria, portanto, o trabalhador não satisfaz suas necessidades no âmbito do trabalho, mas no seu tempo livre.

Tempo livre por quê? Porque quando o trabalhador está no trabalho ele se sente preso, ele é apenas mais um instrumento do processo produtivo e apesar da sua liberdade garantida pelo arcabouço jurídico-legal, a sua alma e o seu corpo estão presos por um contrato no qual ele se compromete a cooperar com a empresa nesse processo. A Constituição Federal (1988) garante não apenas a propriedade privada,

---

nos termos seguintes: XXII - é garantido o direito de propriedade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 out. 2009.

ela “[...] garante a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. E as relações de trabalho com base no emprego derivam daí. Pois o

[...] emprego passou a existir apenas nas sociedades capitalistas, nas quais os homens são livres e iguais perante a lei. A igualdade jurídica é um dos fundamentos dessas sociedades, como também a desigualdade de fato, e condição essencial para a institucionalização do mercado de trabalho e, portanto, do emprego [...] A relação de trabalho se dá entre homens livres, o que significa afirmar que ambas as partes estabelecem essa relação livremente e livremente podem rompê-la, respeitadas as cláusulas do contrato (LAZZARESCHI, 2008, p. 9).

Somos iguais perante a lei, mas a desigualdade de fato é a contradição que garante as relações de exploração entre capital e trabalho. O homem é livre para trabalhar, mas para trabalhar ele precisa de emprego, e só há emprego se houver investimento do capitalista, portanto a liberdade do trabalhador é bastante limitada, porque apesar de ser livre para estabelecer uma relação de trabalho quem define as condições contratuais é a empresa e não o trabalhador. “A cooperação começa no processo de trabalho e, desde que os operários aí participem, eles já deixaram de pertencer a si próprios e foram incorporados ao capital” (MARX, 1980, p. 63). Ou seja, o trabalho se torna mercadoria, e se é mercadoria perde a sua autonomia, a sua liberdade e sua força. Agora a sua força não mais lhe pertence e sim pertencem ao capitalista, que através dos mecanismos de planejamento, controle e supervisão as colocam em movimento através da cooperação. Compete ao empresário capitalista encontrar os mecanismos de alcançar a cooperação da força de trabalho, pois:

Todo o comprador da força de trabalho deve contar com a ‘participação’ do trabalhador, pois, por um lado, o comprador não pode controlar exclusivamente a mercadoria adquirida e, por outro, a utilização da força de trabalho está inevitavelmente ligada à cooperação de seus proprietários. O trabalhador precisa também *querer* trabalhar; o problema fundamental de toda empresa ou organização consiste, portanto, em induzir o trabalhador, como sujeito da força de trabalho, a essa cooperação (OFFE, 1989, p. 78).

Essa cooperação reafirma-se, não é espontânea ela é induzida, comprada, cobrada do trabalhador, uma vez que ele se submeteu em vender a sua força de trabalho. A revolução operada pelo capital no modo de produção só foi possível devido ao poderio social do trabalhador organizado pelo capital em torno da cooperação, porque a força de trabalho não é uma mercadoria qualquer. Veja o raciocínio de Polanyi utilizado por Offe (1989, p. 76-77),

Polanyi estabeleceu a distinção entre mercadorias ‘genuínas’ e ‘fictícias’.<sup>10</sup> Da mesma forma que o propriedade e o dinheiro, a força de trabalho deve ser considerada uma mercadoria fictícia por três razões: Primeiro, diferentemente das mercadorias genuínas, ela não é criada com o objetivo de ser vendida no mercado; as mercadorias são geradas, tanto quantitativa quanto qualitativamente, de acordo com a expectativa de sua venda no mercado. A decisão de produzir mercadoria fictícia trabalho não é tomada pelas empresas orientadas para o mercado, mas pelas famílias e outros agentes de socialização cujas motivações são amplamente distintas da negociabilidade. Portanto, desequilíbrios no mercado de trabalho não levam à revisão imediata das ‘decisões quantitativas e qualitativas de produzir’ força de

---

10 Karl Polanyi. *The Great Transformation*, cap. 6.

trabalho. O critério de negociabilidade encontra-se em oposição direta a variedade de laços culturais que as pessoas socializadas dentro de uma família mantêm. ‘Permitir que o mecanismo de mercado seja o único orientador do destino dos seres humanos... resultaria na destruição da sociedade’.

Observa-se que a mercadoria trabalho é *sui generis*, é única do seu gênero. Na sua gênese a força de trabalho não é produzida para ser comercializada, os pais, antes de ter ou quando tem seus filhos não analisam como estará o mercado de trabalho quando ele estiver na idade adulta. Os autores deixam claro que não é o mercado que vai resolver o problema do desemprego.

Em segundo lugar, a força de trabalho difere das mercadorias convencionais devido a sua marcante variabilidade e flexibilidade. O que o agenciador de mão-de-obra compra no mercado de trabalho não é ‘trabalho’, mas *força* de trabalho. A questão é sempre em que medida a força de trabalho é transformada com êxito em trabalho realizado. A variabilidade e a flexibilidade do trabalho é a razão pela qual Marx denomina capital ‘variável’ o capital-dinheiro gasto na compra da força de trabalho” (OFFE, 1989, p. 77).

Quando a empresa investe na compra de uma máquina, ela sabe qual será o seu consumo de energia/hora, e ao mesmo tempo ela sabe qual será a sua produção/hora. Isso não ocorre com o trabalho, pois o capitalista nunca sabe qual será o retorno que lhe dará o trabalhador contratado. Essa é uma mercadoria que precisa do controle e da supervisão para que ela passe a render o mínimo esperado pela empresa. Pois se o trabalhador não se realiza no trabalho e nele não encontra satisfação, presume-se que o trabalhador não goste de trabalhar para enriquecer a empresa. Como essa relação não está clara a empresa cria

seus mecanismos para ampliar a capacidade produtiva da força de trabalho. Conforme pode se verificar no terceiro argumento do referido autor:

O contrato de trabalho é claramente determinado apenas em relação à remuneração, enquanto as especificações das tarefas concretas – circunstâncias do esforço do trabalhador, intensidade do trabalho, etc. – permanecem relativamente indefinidos. Essa lacuna de indeterminação é preenchida na empresa através da autoridade administrativa (comando de mão-de-obra)” (OFFE, 1989, p. 77).

O capitalista nunca sabe qual vai ser o resultado da força de trabalho que ele comprou. Portanto essa é uma *mercadoria fictícia*. Existe, portanto, *uma ficção das mercadorias*. Mas a sociedade capitalista não criou apenas o trabalho remunerado, ou o emprego. A consolidação do capitalismo trouxe junto com ele outro fenômeno. O fenômeno do desemprego. Um fenômeno que sempre acompanhou o progresso da sociedade capitalista, pois quanto mais o capitalismo se desenvolve, mais ele cria tecnologias para substituir os empregados.

No entanto, é bom lembrar a tese de Claus Offe (1989, p. 72),

Nossa tese é que o mercado de trabalho enquanto princípio alocativo da força de trabalho tem tido apenas um êxito limitado, e dificilmente chegará a uma posição de se sustentar como princípio dominante para a resolução desse duplo problema de alocação no futuro concebível do desenvolvimento econômico, social, e tecnológico.

O autor praticamente afirma que o problema do desemprego jamais será resolvido pelo mesmo paradigma que o criou. Para o autor



*hoje a indústria não consegue vender nem gerar emprego*<sup>11</sup>. O desemprego é uma consequência da crise, e a crise que é consequência da necessidade de valorização do capital<sup>12</sup> é um fenômeno propulsor do sistema. A história do capitalismo foi sempre assim. A brutalidade da concentração de riqueza nas mãos de poucos capitalistas paradoxalmente fez parar a energia que move o sistema: o consumo, e se não há consumo não há venda, se não há venda o desemprego aparece com mais força, e com ele a recessão. Uma das contradições básicas do sistema é essa, a enorme concentração de riqueza que freia o consumo e impede a valorização do capital.

A crise acompanha o sistema capitalista. A crise é um fenômeno e, ao mesmo tempo, um agente propulsor do capitalismo. Foi assim na primeira Revolução Industrial na Inglaterra, depois na segunda

---

11 Veja o exemplo da crise de 2008 que iniciou nos Estados Unidos da América e agora ameaça as economias da União Europeia.

12 Ao estudar, no Livro Segundo, a reprodução do capital social total, assinalou Marx, em diversas passagens, a natureza cíclica dessa reprodução. Ultrapassada a fase de crise, cada ciclo se renova através de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo. Esta natureza cíclica do movimento da reprodução tem a causa fundamental no impulso inelutável do capital à sua valorização (de outra maneira, não seria capital), o que o leva a chocar-se numa frente geral, periodicamente, com as barreiras que a própria valorização cria para o desenvolvimento das forças produtivas. Tais barreiras inexisteriam se o capital não precisasse valorizar-se e conduzir a acumulação ilimitada a colidir com a forma capitalista de sua concretização. Quatro aspectos primordiais do movimento cíclico. O primeiro consistiu na definição das barreiras principais que o próprio capital ergue à sua expansão. O segundo aspecto refere-se ao descolamento e à autonomização da esfera bancária com relação à esfera produtiva de atuação do capital. O terceiro aspecto foi o da caracterização da base técnico-material para o movimento cíclico. O último aspecto diz respeito às crises, tomadas como fase de desenlace do ciclo econômico. É por demais claro e incontestável que Marx recusou a ideia de que a crise cíclica se desencadeasse por efeito da insuficiência da demanda solvente (ou demanda efetiva). Frisou que, justamente na fase de auge, antecedendo a crise de maneira imediata, a oferta de empregos se amplia ao máximo e os salários sobem ao patamar mais alto possível. Por consequência, a crise não se segue a uma queda do consumo, porém, muito ao contrário, à sua elevação mais acentuada nas condições específicas do capitalismo” (MARX, 1, 1996, p. 55-56).

Revolução Industrial nos Estados Unidos da América. Na guerra e no pós-guerra. Ocorreu, também, com a predominância do *fordismo/taylorismo*, no início do século XX, e no final dele, com o *toyotismo/acumulação flexível*<sup>13</sup>. E, agora, com a intensificação do fenômeno da globalização, que gerou a mais forte onda de reestruturação produtiva. De crise em crise, o sistema capitalista se revigora. “Pode-se retomar a frase de Heráclito, que, sete séculos antes de Cristo, dizia de modo lapidar: ‘Viver de morte, morrer de vida’. Hoje, sabe-se que esse não é um paradoxo fútil” (MORIN, 2007, p. 63). Cada crise do capitalismo se assemelha a uma respirada do sistema, e cada vez que ele respira, ele se aproxima da morte. Pois, nesse sentido, cada batida do coração é ao mesmo instante um sopro de vida e um empurrão para a morte. Tudo está calcado nos pressupostos da Renascença, pois “A Renascença [...] testemunhou uma reconstrução radical das visões de espaço e do tempo no mundo ocidental” (HARVEY, 2008, p. 221).

É com o advento do Renascimento<sup>14</sup> na sua prerrogativa humanista – considerado o berço do pensamento da sociedade moderna ocidental – que desponta uma nova proposta paradigmática, na qual é o homem autônomo, não mais Deus que se a constituiria no centro do universo. O Ser humano deve ser o responsável pelo seu destino, tornando-se o ponto de partida de todas as indagações e preocupações. Ou seja, paradigma *antropocêntrico* supera o *teocêntrico*. Com essa

---

13 Para aprofundar a leitura ver David Harvey (2008). Especialmente a parte II: A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. p. 115-184.

14 Cf. Jostein GAARDER, *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*, 1995. “Por Renascimento entende-se um período abrangente de apogeu cultural que se iniciou em fins do século XIV. ... Renascimento significa ‘nascer de novo’ ... E o que viriam nascer de novo eram a arte e a cultura da Antiguidade. Por isso fala-se também do *humanismo do Renascimento*: depois da longa Idade Média, que via todos os aspectos da vida a partir de um prisma divino, o homem volta a ocupar o centro de tudo” (*Ibid.*, p. 215).

mudança, a liberdade humana passa a ser ilimitada, não depende de ninguém, apenas de sua imaginação, da sua vontade. Em decorrência dessas transformações surge também outra visão da natureza, de Deus, da sociedade e do próprio ser humano, ou seja, o homem começa a ver o mundo de outra maneira.

Dessa forma, passa a ser construída uma nova relação do Ser humano com o espaço mundo<sup>15</sup>. Isso vai permitir o surgimento de novas e diferentes concepções filosóficas, sociológicas, religiosas, econômicas e também científicas que levarão a novos métodos científicos. Verdadeiras revoluções científicas, políticas, econômicas e culturais.

O novo paradigma denominado por Guevara (1998, p. 53), “[...] cartesiano-newtoniano ... racional-mecanicista”, consolida-se a partir do pioneirismo dos “[...] líderes dessa revolução (Galileu, Bacon, Descartes, Newton)” (*Id.*, p. 53). Sua aplicação desencadeou um avanço científico sem precedentes que entre outras coisas provocou a especialização do conhecimento, a racionalização do trabalho e o surgimento de novas disciplinas, que buscariam a aplicação pragmática da ciência que é colocada – ou se coloca – a serviço dessa nova visão de sociedade e do sistema de produção capitalista ocidental moderno nas suas diferentes formas.

---

15 Cf. Jessé de SOUZA, (org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*, 1999. “No caso do racionalismo ocidental, esse quadro de referência é o princípio da *dominação do mundo*. Isto implica o fato de que todas as dimensões do pensamento e da ação humana, nos seus aspectos de natureza subjetiva, mundo social e de natureza externa, vão obedecer ao critério de instrumentalidade. A tese de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* deve ser compreendida segundo este registro, ou seja: para Weber, é o protestantismo ascético que atualiza e radicaliza uma forma de consciência, nas suas dimensões cognitiva, e moral que, no contexto do racionalismo ocidental, já existia em semente desde a concepção de mundo helênica, na sua dimensão cognitiva, e no contexto do judaísmo antigo, na sua dimensão moral. Essa atualização se refere ao princípio do controle racional do mundo à medida que este é desencantado” (*Ibid.*, p. 11-13).

Seja na forma de crise ética, seja na forma da crise econômica ou na forma da crise ambiental, a sociedade ocidental está colhendo os resultados daquilo que semeou ao longo desses últimos 500 anos. A globalização<sup>16</sup> e os reflexos da reestruturação produtiva são exemplos concretos vivenciados no nascimento do século XXI.

A reestruturação produtiva resulta da introdução de novas tecnologias de base microeletrônica (tecnologias de informação), conjugada à introdução de novas técnicas gerenciais do processo de trabalho (*toyotismo. Just-in-time/kamban*), cuja a consequência imediata é a desestruturação dos mercados de trabalho que se expressa no aumento do crescente desemprego e do mercado informal de trabalho, no desaparecimento de muitas ocupações e surgimentos de outras para as quais se exigem novas competências profissionais, no estabelecimento de novas e precárias relações de trabalho (jornada parcial de trabalho, contrato temporário de trabalho, banco de horas, terceirização), enfim, num enorme sofrimento humano (LAZZARESCI, 2008, p. 11).

Portanto, o que se produziu foi o oposto do que previa o projeto do Iluminismo. Não se conquistou a liberdade no trabalho, mas, sim, chegou ao ápice do sofrimento e das mazelas sociais, acompanhadas dos desastres ambientais. Surge, assim, a era da incerteza, na era da interdependência global. Mas, também, se descortina uma era de oportunidades, numa perspectiva não menos interdependente, mas local<sup>17</sup>.

---

16 Para aprofundar a leitura ver: BECK, Ulrich. (1999). CASTELLS, Manuel. (1999). IANNI, Octávio. (1996).

17 É o que afirmam Márcio Pochmann (2004), organizador da obra: Reestruturação produtiva: Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social na perspectiva da geração de emprego e também Paul Singer (1998) em sua obra: Uma utopia militante: Repensando o socialismo, com sua proposta de economia solidária baseada na autogestão de cooperativas populares.

Pochmann (2004, p. 61), argumenta que “Diante de tudo isso e da situação de crise por que passa o território nacional, a oportunidade de estimular o desenvolvimento regional ressurgiu como algo importante para o país”. O autor coloca ênfase em cinco alternativas a serem implementadas, com efeito positivo sobre o nível de emprego com base num projeto nacional. De forma sucinta, apresenta-se a proposta:

Primeira alternativa: estabelecimento de um projeto nacional, capaz de definir as linhas gerais de crescimento econômico com justiça social e de colocar o emprego como uma questão prioritária na agenda nacional; a segunda alternativa, sendo a reforma agrária; a terceira, referente ao processo de desconcentração de renda, através da política de renda mínima e a elevação gradual do poder de compra do salário mínimo; a quarta alternativa, diz respeito a implementação dos serviços sociais ‘que por serem ainda pouco desenvolvidos no país possibilitam que a sua renovação e ampliação gerem renda e emprego adicionais’ [...] a quinta alternativa está relacionada à retomada dos investimentos em infraestrutura (POCHMANN, 2004, p. 303; *apud* POCHMANN, 1999).

O conjunto de propostas como se observa está centrada na perspectiva da geração de trabalho, emprego e renda. Evidente que se aplicadas às alternativas haverá um efeito dominó na geração e distribuição de riqueza no país. Mas, o pleno emprego ainda é um desafio amplo. A execução de uma política de reforma agrária para a fixação do homem no campo lhe garantindo qualidade de vida no campo já terá desdobramentos imediatos em várias áreas da economia, além disso, os investimentos no campo retornam em forma de alimentos no prazo de uma safra, ou de um ano agrícola. Outros efeitos multiplicadores viriam

dos investimentos em infraestrutura em especial as áreas da construção civil que tem impacto imediato na economia. Mas mesmo assim, isso seria insuficiente para alocar tantos desempregados Brasil afora.

Na outra vertente estão as propostas das iniciativas da economia solidária<sup>18</sup> que é uma forma de produção baseada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam a inserção produtiva através do trabalho baseado, fundamentalmente, na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

O termo economia solidária, como sabemos abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania (SCHÜTZ; GAIGER, 2006, p. 56-57).

Os empreendimentos econômicos solidários partilham, entre eles, lógicas fundamentais sob suas óbvias diferenças. Uma lógica fundamental é a autogestão. A autogestão, princípio da economia solidária é importante porque busca novas relações sociais e de trabalho. A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão característico da economia solidária, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho.

---

18 Não é objetivo deste trabalho reconstituir historicamente a economia solidária, desde a influência dos socialistas utópicos e a experiência dos Pioneiros de Rochdale. Para adentrar nessa análise, consultar Paul Singer (2002).

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

O contexto de profundas transformações sócio-econômicas das últimas décadas trouxe consequências ao mundo do trabalho, influenciando significativamente os rumos do Brasil no seu projeto de desenvolvimento. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país. Como resposta para enfrentar os problemas ocasionados por essas mudanças, os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda e a *democratização econômica*.

As razões do atual florescimento do associativismo econômico entre os trabalhadores, hoje designado de *economia solidária*, permitem destacar alguns fatores gerais. No cenário macroeconômico, por exemplo, cita-se invariavelmente a redefinição do padrão de acumulação capitalista, por seus feitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as cadeias e estruturas produtivas e sobre a própria geopolítica. A isto estaria associada a crise de grande magnitude que atinge o sistema de trabalho assalariado, pedra angular da ordem social capitalista, cujo o reflexo imediato seria a volta do desemprego massivo e da exclusão social. O fato, em si mesmo, impulsiona os trabalhadores à busca de trabalho e renda. No plano político, a derrocada da experiência socialista teria colocado em xeque

as pautas de intervenção social das organizações e das correntes políticas. Esse fato, uma vez superado um momento inicial de perplexidade e desorientação, estaria ajudando a desobstruir o caminho, em direção a novas experiências sociais e novos esquemas de análise e de formulação estratégica. Assim, mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passageiramente, condições de expansão da primeira [da ecosol] (GAIGER, 2004, p. 08).

Considera-se que a consolidação da democracia no Brasil depende da competência organizativa da sociedade e esse resultado se dará na medida em que as pessoas compreenderem a complexidade da democracia, a importância do fazer coletivo e da participação. Pode-se afirmar que os movimentos sociais também percebem isso e protagonizam através da economia solidária uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Cabe aos trabalhadores a transcenderem da heterogestão para a autogestão, pois esta, coloca o desafio da democracia como modo de vida.

Democracia como modo de vida e garantir o acesso e a tomada de consciência das populações em geral de seus direitos e deveres da cidadania, para alcançar uma cidadania ativa e plena, a construção de sujeitos livres e com capacidade de decisão, lutando pelo objetivo permanente de resgatar o humano (WANDERLEY, 2010, p. 34).

É uma transformação pragmática porque requer o avanço das competências organizativas, internas em cada empreendimento e externas criando redes que possibilitem a consolidação do movimento.

Evidente que é preciso conhecer os constrangimentos dessa alternativa. Identificar os desafios que constituem limites e possibilidades



da autogestão na alavancagem dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no país; investigar e compreender a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão pode contribuir para ampliar essa compreensão.

As propostas de Pochmann e Singer partem de pressupostos diferentes. O primeiro advoga a geração de emprego tradicional com base num projeto de desenvolvimento nacional o segundo advoga a geração de trabalho e renda através do auto-emprego, via a criação e a consolidação do Movimento da Economia Solidária. Mas ambos prevêm a atuação de um Estado forte e de uma sociedade civil altamente organizada. E a autogestão pode contribuir com isso devido a sua capacidade pedagógica de educar para a participação.

Por isso é possível alimentar a esperança de que a amenização do problema do desemprego há de ser encontrada, entendendo-se esse período como um período de transição para uma sociedade melhor e mais justa [...] Além do mais, se ao longo do século XIX e XX, os trabalhadores sempre reagiram inteligentemente às condições adversas de trabalho e de vida que lhes foram impostas e obtiveram sucesso em muitas dessas reivindicações, há razões para crer que também agora saberão reagir inteligentemente às novas condições e transformá-las para garantir o respeito à sua dignidade (LAZZARESCHI, 2008, p. 11).

Nesse sentido, é importante que o trabalhador se alce a protagonista da transformação social que se avizinha. É fundamental que os trabalhadores conscientes de suas possibilidades e limitações se coloquem como sujeitos do processo de construção de uma sociedade solidária, participativa e autogestionária.

## 2.2 A Economia Solidária como alternativa à geração de trabalho, renda e desenvolvimento local sustentável

As transformações no mundo do trabalho estão causando mudanças significativas na sociedade. Como resposta para enfrentar a permanente crise do capital e os problemas ocasionados por essas mudanças os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda na perspectiva do local e da sustentabilidade.

Num viés diametralmente oposto ao propugnado pela economia de mercado surge a proposta da autogestão e da economia solidária. O que se quer evidenciar são os desafios que a economia solidária enfrenta no sentido de encontrar nas fissuras produzidas pelo sistema capitalista. Como a cooperação na ótica do solidarismo pode contribuir para a construção de novas relações de trabalho. Relações estas centradas na valorização do ser humano e não na sua fragmentação. A produção é um fenômeno humano, para Marx (1979, p. 46),

*A produção só aparece como crescimento da população. Ela mesma pressupõe de sua parte relações dos indivíduos entre si. A forma dessas relações é, por sua vez, condicionada pela produção [...] Que representa um modo determinado da atividade desses indivíduos, ou maneira determinada de manifestar a sua vida, um modo de vida determinado [...] O que os indivíduos são, coincide, portanto com a maneira pela qual produzem. E o que eles são, depende, portanto, das condições materiais de sua produção.*

A vida ou o modo de vida é determinado pelas relações de produção. É por isso que quando se fala em economia solidária, se registra uma forma de relação de produção diferente do sistema capitalista, uma forma diferente de manifestar a vida, porque as

condições materiais de produção nos empreendimentos econômicos solidários modificam as relações dos indivíduos entre si. Elas não se dão na ótica da competitividade e da exclusão elas ocorrem a partir da solidariedade.

A sociedade industrial e a modernidade produziram a sociedade de risco<sup>19</sup>. Uma sociedade da incerteza da imprevisibilidade e das grandes mazelas sociais que em nome do progresso econômico e científico colocaram em perigo a vida na terra.

[...] as constelações da sociedade de risco são produzidas porque as certezas da sociedade industrial (o consenso para o progresso ou a abstração dos efeitos e dos riscos ecológicos) dominam o pensamento e a ação das pessoas e das instituições na sociedade industrial [...] A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças (BECK, 1997 in: GIDDENS, BECK, LASH, 1997, p.16).

A maioria das soluções encontradas na sociedade industrial se mostraram insustentáveis. As falsas promessas da sociedade industrial exigem reflexão sobre os rumos a seguir. Portanto, é necessário rever

---

19 O conceito de sociedade de risco designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial [...] O conceito de sociedade de risco provoca transformações notáveis e sistêmicas em três áreas de referência [...] O relacionamento da sociedade industrial com os recursos da natureza e da cultura [...] O relacionamento da sociedade com as ameaças e os problemas produzidos por ela, que por seu lado excedem as bases das ideias sociais de segurança [...] As fontes de significado coletivas e específicas de grupo (por exemplo, consciência de classe ou crença no progresso) na cultura da sociedade industrial estão sofrendo exaustão, desintegração e desencantamento (GIDDENS, BECK, LASH, 1997, p.17-18).

os paradigmas, procurar alternativas, que reinventem e refundem a concepção de sociedade, de mundo, de natureza.

Diante desses desafios o solidarismo se apresenta não como uma solução, mas como uma alternativa capaz de construir relações sustentáveis e solidárias que contribuam para enfrentar esse *conjunto vazio* que é a incerteza.

Assim a economia solidária apresenta um desafio político, epistemológico, societal, educacional, que requer investimentos em produção de conhecimentos que correspondam aos desafios desta caminhada. O processo de administração e de gestão neste sentido, ainda mais na perspectiva da economia solidária, é um processo educacional que é exigente de novas formações sociais, um dos limites é o da gestão, mas não compreendido como uma montanha de técnicas, embora estas façam parte. É um desafio de gestão e de investigação científica de compreender como se dá a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários.

Onde se encontram, onde se cruzam ou onde dialogam os conceitos de desenvolvimento sustentável e economia solidária? Parece-nos que o diálogo nasce na sua competência interdisciplinar de ambos conceitos. Em geral, os trabalhadores estão imbuídos de uma relação de trabalho racionalista *taylorista*, na qual o patrão estabelece diretrizes e o empregado segue as prescrições, a famosa divisão racional do trabalho onde uns pensam e outros executam. Essa é uma cultura difícil de ser entendida, que precisa ser compreendida em seus múltiplos aspectos, para gradativamente ser superada por uma relação de trabalho cooperativo e autogestionário. Além disso, os trabalhadores que se inserem na economia solidária estão mais acostumados e preparados para o trabalho braçal pouco qualificado, faltando-lhes na maioria das vezes a educação básica, o preparo técnico-profissional e o acompanhamento

da evolução tecnológica que ocorre na base produtiva. “A relação administrativa de autogestão é um mundo desconhecido com o qual precisam aprender a lidar” (CULTI, 2009, p. 51-52). Trata-se de um novo paradigma de gestão. Da heterogestão que fundamenta-se no princípio da unidimensionalidade, para a autogestão que centra-se na participação democrática e ativa dos trabalhadores no processo de tomada de decisão de seus próprios empreendimentos.

Clodomir Santos de Moraes (2002) um dos precursores da autogestão na América Latina e Central a partir de Paulo Freire (1981) “[...] considera que os grupos sociais têm três graus de consciência: a Consciência Ingênua, a Consciência Crítica e a Consciência Organizativa” (*op. cit.*, p. 21). Para o autor esses graus de consciência “[...] se desenvolvem de acordo a divisão social do processo produtivo”, daí a importância da autogestão para superar o enfoque *taylorista* entre quem pensa, e quem executa o trabalho, modelo no qual o indivíduo é explorado na sua força de trabalho. Já nas organizações autogestionárias o indivíduo se realiza no trabalho porque ele percebe de forma objetiva o resultado do seu esforço. Isso não impede as críticas do autor que de certa maneira afirma; é fácil os grupos saírem do primeiro grau - consciência ingênua - e chegar ao segundo - consciência crítica - mas alcançarem a consciência organizativa ainda se mostra o maior desafio.

Esse desafio está ligado diretamente a questão da educação, da política, da consciência histórica e da necessidade de transformar a realidade excludente em que se encontram os trabalhadores.

Dialogando sobre consciência crítica e conscientização, Wanderley (2010, p. 38) citando (WANDERLEY, 1984, p. 118), afirma:

Conscientizar é dar consciência do que é o homem  
- consciência de si, do que é o mundo, do que

são os outros homens. Entretanto, em cada época histórica, o modo de se encarar o mundo (se é estático ou aberto à criação humana), o modo porque se manifesta a comunicação dos homens (se é válida uma estrutura de dominação) e, enfim, o valor da própria pessoa, são variáveis. Em última análise, todo o processo de conscientização traz em si uma concepção de homem, uma visão de mundo; logo se insere numa consciência histórica.

Portanto o processo de conscientização exige a abertura do humano. Uma abertura para enfrentar as angústias e as incertezas do desafio da autogestão. Requer uma mudança paradigmática da heterogestão para a autogestão. Tomar consciência disso exige desprendimento e ousadia. Se na fábrica tem quem pensa pelo trabalhador, nos empreendimentos econômicos solidários a autogestão exige do trabalhador além da solidariedade a competência técnica, política e organizativa.

E nessa complexidade crescem as realidades poliformes da economia solidária. Às vezes num mesmo universo esses empreendimentos comportam sentidos diferentes, pois atualmente os estágios de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários assumem diferentes configurações organizacionais. Nessa conjuntura imprevisível de uma sociedade complexa, encontra-se a superposição de várias alternativas e tendências num mosaico variado, com diferentes formas de organização desses empreendimentos.

Santos e Rodriguez (2002, p. 29) citado por (VERONESE, 2009, p. 58) afirmam: “[...] desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial”, fazem parte desse movimento, o que nos permite imaginar que a economia solidária

poderá consolidar-se nos mais variados campos da atividade econômica.  
Para Laville e Gaiger (2009, p. 162)

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

Outra questão pertinente levantada por (GAIGER, 2004),

[...] é que as redes onde se inserem os empreendimentos econômicos solidários, não são formadas somente por organizações da economia solidária; são formadas por/entre elas e mais uma infinidade de outras organizações, uma miríade composta por empresas capitalistas, associações, conselhos populares, instâncias governamentais etc., possivelmente refratárias a um entendimento mútuo. É preciso, então, criar inteligibilidade e reconhecimento entre atores sociais tão diversos.

Aquele ator que ocupa um lugar “inferiorizado” na hierarquia social, cuja perspectiva exalta o cidadão altamente educado (em termos de educação formal) e/ou que possui bens materiais, deve comunicar-se com esses últimos e pode encontrar sérias dificuldades nessa tarefa.

A gestão desse processo em rede, a articulação dos contraditórios interesses e de campos tão distintos amplia o grau de dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários e na medida em que se amplia essa complexidade, se amplia o desafio da gestão para esses empreendimentos. Surge o desafio da economia solidária. A economia solidária, apesar de seguir uma lógica completamente diferente das empresas capitalistas, assemelha-se no processo de decisão estratégica. Nas empresas privadas os administradores especializados são chamados para gerenciar o processo de tomada de decisão cotidiano, mas quem efetivamente decide estrategicamente são os controladores do capital que nem sempre são especialistas.

Esse processo é semelhante nas organizações autogeridas, porque quem toma as decisões mais importantes são os sócios em assembleia geral após amplo processo de discussão coletiva, e essa ampla mobilização de experiência que não fica apenas numa cúpula, como na empresa privada, é que faz a diferença qualitativa dos empreendimentos autogeridos. Ou seja, geralmente, o processo de tomada de decisão estratégico nos empreendimentos econômicos solidários precisa de um horizonte de tempo maior para esgotar argumentações e ponderações dos sócios.

Em geral os empreendimentos de economia solidária estão na contra corrente do processo macro-estrutural e se encontram em um processo contínuo de construção de aprendizagem. E para garantir a consolidação desses empreendimentos é fundamental pensar em: “[...]”



fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23).

Sentimos a necessidade de avançar e outro ponto que tem preocupado os sujeitos envolvidos nesse processo de construção da economia solidária no Estado de Mato Grosso: a administração desses empreendimentos. A administração não apenas na sua questão técnica, mas na sua abrangência humana, ética, política, cultural, ambiental. Esse é o desafio de gestão, reafirmo, no sentido de compreender como se dá a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários.

Portanto a administração nesses empreendimentos não pode ser aplicada apenas como uma técnica social, na roupagem da autogestão ela se apresenta como uma arte inter e transdisciplinar porque foge do enfoque tecnicista encontrado nas empresas capitalistas. Reafirma-se é necessária uma mudança de paradigma mental dos próprios trabalhadores que foram educados para a heterogestão e agora enfrentam os desafios da autogestão. Compreender e superar esse desafio são fundamentais para a sustentabilidade desses empreendimentos. Por isso, as possibilidades da organização dos trabalhadores sob a forma de empreendimentos econômicos solidários perpassam pela compreensão e pela prática da autogestão. Dialogar sobre esse problema parece pertinente para compreender que a iniciativa da economia solidária requer uma prática de re-ligação entre diferentes conceitos dentre eles o do desenvolvimento local sustentável, pois a realidade da economia solidária está umbilicalmente vincada a proposta.

Interdisciplinarmente com o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado a Organização das Nações Unidas pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

(UNCED), no Relatório Final da Comissão de *Brundtland* em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum*, definindo desenvolvimento sustentável como “[...] aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (LEMOS, 1996, p. 7). Para, além disso, é necessário superar essa visão ecotecnocrática baseada no positivismo e na hiperespecialização denunciada por Morin (2000a), e avançar ainda mais no sentido de promover a transdisciplinaridade entre a solidariedade e a sustentabilidade numa visão de ecodesenvolvimentista defendida ainda em 1973 por Maurice Strong e Ignacy Sachs. Porque, além de solidária e socialmente justa, precisa-se de uma economia que promova uma sociedade sustentável e

[...] uma sociedade sustentável é técnica e economicamente viável, ao invés daquela que tenta resolver seus problemas através do crescimento constante. A transição para uma sociedade sustentável exige equilíbrio cuidadoso entre objetivos de curto e longo prazo e ênfase em suficiência, equidade e qualidade de vida, em vez de quantidade de produção. Além de tecnologia e produtividade, a transição vai exigir maturidade, compaixão e sabedoria. Os maiores obstáculos são psicológicos, sociais e políticos (BUARQUE, 1996).

Portanto um desafio paradigmático. Num cenário de insustentabilidade, de crise mundial e de inadequação econômica, social, ecológica e política do sistema capitalista, o modelo de desenvolvimento hegemônico brasileiro, assentado nos pressupostos do capitalismo neoliberal, aponta para a necessidade de visualizar alternativas para a geração de trabalho e renda e desenvolvimento local sustentável. Para garantir o desenvolvimento local sustentável é necessário superar a lógica hegemônica.

No âmbito desta lógica, a não-existência é produzida sob a forma do particular e do local. As entidades e realidades definidas como particulares ou locais são aprisionadas em escalas que as incapacitam de serem alternativas credíveis ao que existe de modo universal ou global (SANTOS, 2008, p. 104)<sup>20</sup>.

Isso significa dizer que a riqueza e a diversidade do local escapam a compreensão da ciência hegemônica, tampouco é reconhecida pelo capital. Portanto é fundamental cambiar o paradigma de sustentabilidade.

Se por um lado, o desenvolvimento sustentável adquire o papel estratégico em discursos e projetos, por outro, é fundamental revigorar esse conceito, que não deve e não pode ser relegado à retórica dos discursos do interesse do capital. Uma das possibilidades para revigorar, não só o conceito, é entender a sustentabilidade também como movimento, algo vivo. A outra é ter a ousadia, da *práxis* desse desenvolvimento local sustentável, é *aprender a aprender* na prática com a economia solidária o que é sustentabilidade, e transformar isso em ações concretas em escala social ampliada em forma de *tecnologias sociais* e políticas públicas que emancipem os movimentos sociais e dialeticamente reflita a ousadia que permita construir a futuridade em horizontes inovadores, porém

---

20 Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 93-135) propõe Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. [...] A sociologia das ausências estão vinculados os cinco modos de produção de não-existência: monocultura do saber e do rigor do saber; a monocultura do tempo linear; a lógica da classificação social; a lógica da escala dominante; e a lógica produtivista. Essa lógica comporta a razão indolente e a visão hegemônica. Para superar a sociologia das ausências ele propõe a sociologia das emergências e as cinco ecologias. A ecologia dos saberes; a ecologia das temporalidades; a ecologia dos reconhecimentos; a ecologia das trans-escalas; e a ecologia das produtividades (id). Esses conceitos são clarificados em Epistemologias do Sul que [...] são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de diálogo horizontal entre esses conhecimentos (SANTOS, MENESES, 2009).

includentes que caminham ao encontro de práticas que reforcem a revisão do paradigma de desenvolvimento. Assim,

O conceito de desenvolvimento local corresponde, sobretudo a uma multiplicidade assinalável de iniciativas de base local, a partir das quais, actores locais, de muitos tipos e numa grande variedade de situações, tentam encontrar respostas para os problemas colocados pelas crises económicas, tecnológicas, ambientais e políticas que puseram termo ao chamado período dos “anos dourados” do crescimento económico relativamente estável dos 30 anos posteriores à II Guerra Mundial (AMARO, 2009, p. 108).

Esse conceito de desenvolvimento dialoga com as propostas da economia solidária e da autogestão. Evidente que as iniciativas da economia solidária contribuem para revigorar as práticas e o conceito de desenvolvimento local sustentável, mas esse conceito deve estar transdisciplinarmente ligado ao conceito da biocivilização, “[...] que tem a vida e a Terra como eixos centrais, a terceira margem já em construção, como se pode ver nas várias sessões do Fórum Social Mundial” (BOFF, 2010, p. 49). Uma civilização cosmológica, planetária, que supere a sociedade industrial, a sociedade da informação, a sociedade do conhecimento e nos leve a era da consciência e a sabedoria<sup>21</sup>.

- 1) um uso sustentável, responsável e solidário dos limitados recursos e serviços da natureza;
- 2) o valor de uso dos bens deve ter prioridade sobre o valor de troca;

---

21 A esse respeito ver: GUEVARA, Arnoldo, J. de H; DIB, Vitória, C. Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência: princípios, práticas e paradoxos. São Paulo: Saraiva, 2007.

- 3) um controle democrático deve ser construído nas relações sociais, especialmente sobre os mercados e os capitais especulativos;
- 4) o *ethos* mínimo mundial deve nascer do intercâmbio multicultural, dando ênfase a ética do cuidado, da compaixão, da cooperação e da responsabilidade universal;
- 5) a espiritualidade, como expressão da singularidade humana e não como monopólio das religiões, deve ser incentivada como uma espécie de aura benfazeja que acompanha a trajetória humana, pois ancora o ser humano e a história numa dimensão para além do espaço e do tempo, conferindo sentido à nossa passagem por este pequeno planeta (BOFF, 2010, p. 50-51)

Para revigorar as práticas de desenvolvimento local sustentáveis é imprescindível que se faça uma releitura de seu conceito e do que é sustentabilidade. O conceito de sustentabilidade não pode advogar a permanência do *status quo* da sociedade de consumo, ele não pode ser apropriado deliberadamente pelo capitalismo, no qual uns poucos ricos permanecem ricos e os muito pobres permanecem miseráveis. Dialogando com Buarque (1996) indica-se para a reflexão quatro objetivos para o desenvolvimento sustentável que são enunciados por Daly (1996, p. 50 e 224) *apud* (DOWBOR 2007, p. 71),

[...] tem de respeitar a escala que o planeta possa sustentar a longo prazo; isto por sua vez implica que respeitemos a visão da *suficiência*, pois não podemos aumentar indefinidamente o nosso consumo sem destruir as bases da reprodução; temos de assegurar a *eficiência* no uso dos recursos, para minimizar o impacto e reduzir os desperdícios impressionantes da nossa forma atual de organização econômica; e temos de assegurar a *equidade* na distribuição, coisa que os mecanismos de mercado não asseguram.

Os referidos autores tocam em pontos chave para a implementação de uma economia sustentável. Mas, talvez, a afirmação mais contundente seja: *os mecanismos de mercado* não asseguram a *equidade na distribuição* não só de bens, mas, também, de oportunidades. A sustentabilidade, na verdadeira acepção da palavra, deve buscar o equilíbrio não da riqueza, mas das condições de vida, da igualdade e da dignidade não só da pessoa humana, mas das condições de vida do humano e do não-humano. Os não-ricos devem ter acesso às condições de vida em pé de igualdade com os ricos. Para tanto, o conceito de desenvolvimento sustentável deve se assentar na lógica da desordem, rumo a uma nova ordem, apontada por pensadores alternativos. E arrisco a dizer que, para erguer *outro mundo possível*, ele deve obedecer a no mínimo três lógicas. A lógica da ecosolidariedade, da teosolidariedade e da antroposolidariedade.

A ecosolidariedade, diz respeito a uma solidariedade que respeite a natureza. Uma ecosolidariedade que reconhecesse que a terra-mãe como nosso lugar comum, o lugar da diversidade política, econômica, religiosa, cultural.

A teosolidariedade, diz respeito a uma solidariedade capaz de reconhecer que a força da vida não está apenas no homem, mas manifesta-se nas mais distintas formas. Uma teosolidariedade que resgate o sagrado da vida, e permita o respeito às religiões e à paz e à harmonia entre as religiões, entre o homem e o divino, entre o homem e as outras formas de vida.

A antroposolidariedade deve permitir que sejam reforçados os pressupostos humanistas radicais em evidência, e em prática. Uma antroposolidariedade que coloque o homem e a humanidade e a sua felicidade como finalidade e não como meio ou recurso para explorar o homem e ou a natureza. Uma antroposolidariedade que permita a

re-ligação do espírito ao corpo e reconhecesse a essência da natureza humana.

Essa tríade das eco-teo-antroposolidariedades pode revigorar o conceito de desenvolvimento sustentável, na medida em que, como nos ensina Morin, Almeida e Carvalho (2002, p. 68) “[...] elas liguem e religuem a cultura científica a cultura humanística” e juntas interligassem-se uma a outra, tecendo em conjunto uma trama que nos conduza a verdadeira sustentabilidade.

Os empreendimentos econômicos solidários comportam intrinsecamente o compromisso com o local e com essa perspectiva de sustentabilidade. Geralmente a proximidade dos indivíduos e a reciprocidade entre eles é um fator determinante de relações e de socialização. Além disso, essas alternativas articulam entre si o político, o econômico, o social e o ambiental, sem um prevalecer sobre o outro. Isso ocorre não só internamente, ultrapassa os limites físicos dessas organizações promovendo uma transformação social interna e externa promovida pelas práticas dos empreendimentos econômicos solidários. No entanto, isso ocorre na medida em que os sujeitos desse processo mantêm vivo o processo de reflexão em relação às suas práticas internas e a sua relação com outros sujeitos e com a comunidade. Essa reflexão, internamente, reforça a identidade do grupo e consolida cada vez mais sua forma de organização coletiva, embora que dependente das relações externas essas relações internas garantem condições para que o grupo protagonize sua trajetória através de suas escolhas sendo responsável pela condução de seu destino.

As diferentes propostas, as diferentes iniciativas no campo da economia solidária são exemplos bem sucedidos de superação da falsa retórica e da falácia desenvolvimentista neoliberal. As propostas alternativas, em sua maioria, surgiram a partir das comunidades

excluídas. Entretanto, essas iniciativas se mostraram sustentáveis, embora paradigmaticamente trabalhem numa ótica oposta à do capitalismo. Daí a importância de considerar o diálogo transdisciplinar entre o desenvolvimento local sustentável e a economia solidária. Nesse sentido, vale a pena refletir sobre o papel da cooperação nos empreendimentos econômicos solidários.

### **2.3 A cooperação e os desafios da economia solidária**

Os conflitos, a cooperação e a solidariedade sempre estiveram presentes na vida do homem desde o surgimento da humanidade. E logo no início da aventura humana na terra foi possível compreender que a vida se tornaria menos difícil se a cooperação e a solidariedade estivessem presentes para enfrentar as adversidades e superar os conflitos.

A cooperação no processo de trabalho, tal como vemos predominar no início da civilização, entre os povos caçadores ou ainda na agricultura das comunidades indianas, baseia-se por um lado na propriedade em comum das condições de produção e por outro no fato de que o indivíduo permanece também ligado à tribo ou a sua comunidade como a abelha à sua colmeia (MARX, 1980, p. 64).

Ai está a base para aquilo que denomina-se hoje por economia solidária. A propriedade comum dos meios de produção, o processo de tomada de decisão com base na autogestão e o vínculo com a comunidade assumindo um compromisso com o desenvolvimento local sustentável.

A economia solidária, tal qual conhece hoje, tem como seus antecedentes os pioneiros do cooperativismo operário e surgiu como uma reação autorganizada durante a Revolução Industrial no século XVIII.



Entre os pioneiros destacam-se: Robert Owen (1771-1858), Willian King (1786-1865), Charles Fourier (1772-1837), Philippe Buchez (1796-1865) e Louis Blanc (1812-1882). É, fundamentalmente, uma filosofia na qual o coletivo prevalece, e busca-se construir outra maneira de processar a economia, tendo base no trabalho e na distribuição equitativa do excedente adquirido e não na acumulação individual de riqueza com base na exploração do trabalho do outro.

Da experiência dos Pioneiros de Rochdale até chegar ao século XXI percebe-se cada vez mais a importância dessas práticas. O maior desafio para as organizações é conseguir a cooperação de seus quadros para alcançar um objetivo comum. Mas dentro dos empreendimentos econômicos solidários pressupõe-se que isso ocorra de forma natural, afinal eles surgem para dar uma resposta às demandas do grupo que se auto-organizou. Nesse contexto, os movimentos sociais se articulam numa iniciativa de vanguarda no processo de construção de novas possibilidades numa sociedade cada vez mais excludente.

É no cotidiano dos movimentos sociais, nas suas místicas, nos seus espaços de diálogo, nas suas lutas que se encontra o sentido e a autenticidade da solidariedade e da cooperação. No Brasil, os povos indígenas já se utilizavam dessas práticas. Posteriormente foram os Quilombolas que mostraram a força da cooperação e da solidariedade. Também nos movimentos revolucionários, que foram sufocados pelo Estado brasileiro, encontram-se relatos dessas práticas. Mais recentemente entre as décadas de 50 e 60 do século XX através da organização das ligas camponesas, das comunidades eclesiais de base, do movimento sindical e de outras formas de organização popular, os movimentos sociais reavivam essa prática banida pela ditadura que se instaurou no país.

É, na década de 1980, que se observa a revitalização dos movimentos sociais no Brasil, apesar da economia solidária não ser o foco, a solidariedade está presente. Numa ação de articulação frente ao avanço das políticas desregulamentadoras e pró-mercado, como instância única e última de sociabilidade, esses movimentos voltam a respirar. É nesse momento que se dá a ascensão política dos trabalhadores, com o retorno da democracia que teve seu auge com a promulgação da nova Constituição em 1988 e as primeiras eleições diretas para presidente em 1989.

Ao contrário do período anterior a década de 1990 é marcada pelo avanço das ideias neoliberais e pelo avanço da globalização que promove profundas transformações nas relações sociais e de trabalho. Ganha espaço a proposta do Estado mínimo através das privatizações e a redução de políticas públicas. A abertura não planejada da economia brasileira coincidiu com transformações sociais de grande vulto ao redor do mundo; assistimos a decadência do socialismo no leste europeu acompanhada pela queda do muro de Berlim; e conhece-se a voracidade das empresas transnacionais e os impactos da automação dos postos de trabalho. Paralelamente, verificou-se o enfraquecimento da luta sindical e o surgimento de vários movimentos sociais desarticulados e pulverizados. É nesse contexto que surgem as iniciativas populares para enfrentar o desemprego. Posteriormente esse movimento se fortalece e se constitui em um Movimento de Economia Solidária.

Essas transformações no mundo do trabalho exigem respostas do movimento sindical que exerceram papel preponderante nesse momento. Com apoio do Departamento Intersindical de Estudos Sócio-econômicos (Dieese) em 1994 foi criada a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag). Esse movimento vai ganhando corpo e as iniciativas de geração

de trabalho e renda que tem como base a forma solidária e associativa multiplicam-se e chamam a atenção de setores da sociedade civil, do poder público, de universidades e entidades de classe e vão sendo criadas organizações que se colocam como apoiadoras ou agregadoras dessas iniciativas.

Em 2001, durante o Fórum Social Mundial (FSM) foi criado o GT Brasileiro. De 2001 a 2003 o GT Brasileiro já havia realizado três plenárias e na realização da terceira plenária criou-se o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), cujo objetivo era promover a interlocução dos empreendimentos econômicos solidários junto ao Governo Federal e outras instituições. Em 2003, a economia solidária ganha destaque quando assistimos também a criação em nível Federal de Governo, da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>22</sup>, visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária.

O movimento vai se articulando e chega a junho de 2006 a I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES), com o tema: Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento organizada com base em três eixos:

- Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.
- O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.
- Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social (I CONAES, 2006a, p. 2)

---

<sup>22</sup> Essas conquistas se devem pela proximidade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva aos movimentos sociais. Essa aproximação, e a organização dos movimentos sociais permitiram a criação desse espaço dentro do governo.

Em março de 2008, foi realizada a IV Plenária Nacional de Economia Solidária organizada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) cujo objetivo foi:

Apresentar para o Brasil uma discussão e um plano de lutas articulados e propositivos apontando para um desenvolvimento alicerçado sobre os princípios da cooperação e da solidariedade. A *cooperação* vista como a ação política, tendo na vivência da autogestão a sua sustentação, e a *solidariedade* vista como a prática entre as pessoas – que tem nos valores, do tipo de ajuda e confiança mútua, seu pilar de segurança (FBES, 2008, p. 2).

E em junho de 2010, realizou-se II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES), com o tema: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Também com três eixos temáticos que propiciaram uma avaliação do caminho percorrido apontando limites e possibilidades para a economia solidária. Os três eixos são:

- Avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental nacional e internacional.
  
- Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento.
  
- A organização do Sistema Nacional de Economia Solidária (II CONAES, 2010a).

As conferências além de se apresentarem como importantes instrumentos de consolidação da democracia participativa mostram que a economia solidária não é um movimento paternalista, tampouco

assistencialista, paradoxalmente se apresenta como um movimento autogestionário que pretende através da organização dos trabalhadores construir novas relações de trabalho e se caracterizar com uma economia sem patrões e sem empregados, mas não se restringe a isso.

Outro espaço de discussão e apresentação da economia solidária foi a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2010 (CFE), que reuniu várias igrejas de diferentes matrizes religiosas. Com o lema: ‘Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro’ (Mt, 6,24), o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) chama as mais diferentes denominações religiosas para repensar os rumos da economia e da vida. Para Sguarezi (2010), “O objetivo da CFE foi colocar em debate uma alternativa de uma economia a serviço da vida e não apenas dos interesses econômicos”. Assim a economia solidária vai se afirmando como importante instrumento de inclusão social, de participação e de criação de consciência política.

É uma economia que, em tese, se contrasta com a economia capitalista porque redefine o centro da atividade econômica, do capital para o trabalho, da maximização do lucro para o preço justo, da alienação da hiperespecialização para a politecnia, da competitividade abusiva para a solidariedade, reformata a lógica econômica hoje centrada no consumismo pelo consumismo e recoloca a economia numa dimensão social, ética, cultural, ambiental e política, apropriadamente chamada de economia solidária.

Porém, em muitos empreendimentos econômicos *ditos* solidários, parece que o “espírito” cooperativista não está presente. Não há nada de autogestão. A hierarquia é reposicionada, o trabalho torna-se precarizado. Pois os trabalhadores estão fora das redes de seguridade social, perdem direitos como: férias, décimo terceiro salário, seguro desemprego entre outros. Além disso, não se supera a distância entre trabalhadores e “intelectuais”. Mas a economia solidária no seu compromisso pedagógico

busca superar essas limitações. Criar o próprio trabalho, viver sem patrão, lutar contra um sistema excludente e em Estado paternalista que embasa suas ações em legislações arcaicas é um desafio que está colocado e a questão que merece ser problematizada neste momento é: A autogestão acontece de fato em empreendimentos econômicos solidários? Ou é apenas um discurso? Centrar o estudo na autogestão é importante porque as iniciativas de economia solidária não se restringem a autogestão, mas a economia solidária não acontece sem ela. A autogestão acaba por ser um pilar desses empreendimentos, pois “A autogestão, no sentido mais amplo, significa o exercício coletivo do poder e surgiu como uma concepção de gestão social ou da visão da sociedade autogestionária presente em várias Teorias Socialistas” (DORNELES, 2005, p. 03), ou seja, a autogestão é um princípio da economia solidária.

A autogestão é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta. Esta constitui um sistema em que voluntariamente, sem perceberem remuneração e sem recorrerem a intermediários, os cidadãos debatem todas as questões importantes, em assembleias. A periodicidade dessas reuniões deve ser compatível com a disponibilidade dos agentes envolvidos (MOTHÉ, 2009, p. 26).

Numa proposta de radicalização da democracia a autogestão é uma estratégia de capilarizar a democracia na sociedade. É uma forma de superar as falsas promessas da democracia representativa e chamar os cidadãos a serem protagonistas e construtores de novas possibilidades econômicas e sociais. É nesse âmbito de discussão e embate político que floresce a economia solidária.

Paul Singer, um dos artesãos da economia solidária no Brasil, afirma:

A ES é o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, finanças e consumo – organizadas de forma autogestionária, ou seja, no âmbito das quais não há distinção de classe: todos os que nelas atuam são seus proprietários e todos os que são proprietários nelas trabalham. A democracia na gestão dos empreendimentos (uma cabeça, um voto) é o que distingue a ES da economia capitalista (SINGER; KRUPPA, 2004, p. 92)

Distingue-se, porém convive no seio do capitalismo. O Movimento de Economia Solidária surge embrionariamente dentro dos problemas gerados pela exclusão social provocada pela sociedade de consumo. É nesse conflito entre capital e trabalho, é na tensão entre a economia de mercado e a sociabilidade que a economia solidária se apresenta como um projeto de organização dos trabalhadores. É na diferença das relações de trabalho entre os seus sujeitos que se encontra ao mesmo tempo a tradição na busca do ideal do trabalho associado e a inovação da proposta. É na forma de gestão que se define, se o empreendimento é de economia solidária, ou não.

Esse movimento casa o princípio entre a posse e o uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com princípio da socialização desses meios (do capitalismo), [...] cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou participação direta [...] ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões ou negociações entre todos; destinação do excedente anual [...] também por critérios acertados entre os cooperados (SINGER, 2003, p. 13).

Dessa forma, é pertinente afirmar que a economia solidária é uma construção e sua dinâmica se dá através do diálogo franco e aberto, no qual, seus sujeitos assumem uma postura democrática e participativa

que poderá se dar através da ação comunicativa<sup>23</sup>, e levar conforme (HABERMAS, 1982) mencionado por Santos (1999, p. 36-45), a uma “[...] situação comunicativa [...]” que procure construir uma relação dialógica com base nos princípios da *verdade*, da *veracidade* e da *justiça*, na busca da satisfação não só dos empreendimentos econômicos solidários e de seus trabalhadores, mas dos consumidores, sem menosprezar a responsabilidade social da organização com a sociedade, com o meio ambiente, com a cultura local e outros elementos com os quais ela interage.

Segundo o professor Farid Eid (2004, s.p),

A Economia Solidária pode ser interpretada como uma economia não capitalista onde a fraternidade é essencial e se traduz pelo conjunto crescente de experiências organizativas de trabalhadores, que buscam articular-se em redes, através de associações, cooperativas, empresas autogestionárias em diversos ramos de atividades, clubes de troca, entre outras, espalhadas pelo país gerando postos de trabalho e renda na construção da cidadania coletiva, na busca por melhoria na qualidade de vida em áreas urbanas e rurais.

---

23 Barbara FREITAG, *A teoria crítica: ontem e hoje*, 1988. “Para Jürgen HABERMAS, A ação comunicativa não é uma faculdade abstrata inerente ao indivíduo isolado, mas um *procedimento argumentativo* pelo qual dois ou mais sujeitos se põem de acordo sobre questões relacionadas à verdade, à justiça e à autenticidade” (*Ibid.* p. 59-60). Cf. Maria Aparecida Ferreira de AGUIAR, *Psicologia Organizacional...*, 2000, p. 62-96-11. Cf. Mats ALVESSON & Stanley DEETZ, Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: *Handbook de Estudos Organizacionais*, 1998. “A ação comunicativa é o entendimento comunicativamente alcançado, dependente da comunicação não distorcida, da presença da discussão livre baseada na boa vontade, argumentação e diálogo. Na base da discussão racional não distorcida, Habermas assume que o consenso pode ser alcançado levando-se em conta os estados presente e desejável. Ele sustenta que na própria linguagem e no modo como é usada existem certas condições para alcançar este ideal: a expectativa e o desejo de ser entendido e acreditado e a esperança de que outros aceitarão nossos argumentos e outras posições” (*Ibid.*, p. 244).



Para alguns militantes esses empreendimentos são os *germes* que corroem o sistema capitalista no processo de construção do socialismo. No entanto, críticos dessa ideia atestam que é um equívoco considerar que os empreendimentos de economia solidária (EES) teriam potencial transformador do sistema global do capital. Para Antunes (2003, p. 114), eles agem

[...] como um mecanismo minimizador da barbárie do desemprego estrutural, eles cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter em uma nova forma de mistificação que pretende, na hipótese mais generosa, “substituir” as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis pelo capital. E na sua versão mais branda e adequada à Ordem pretendem em realidade evitar as transformações capazes de eliminar o capital.

Tais discussões evidenciam as contradições e a complexidade que envolve o tema. Fugindo dessa perspectiva de *remédio para todos os males*, a economia solidária, é uma forma de relacionamento que os movimentos sociais encontraram, e ao mesmo tempo construíram para resistir a visão, e a ação hegemônica do sistema capitalista, dentro do próprio sistema, negando suas contradições, mas inevitavelmente precisa se relacionar com ele. Segundo Gallo (2003, p. 22),

Em princípio pode parecer bastante contraditório o termo Economia Solidária, já que soma conceitos de solidariedade com o de economia. Dentro da lógica capitalista hegemônica, o termo é incoerente porque vai contra os seus princípios de lucratividade e de acumulação do capital. Por outro lado, uma

economia solidária possui uma lógica baseada na cooperação, na solidariedade, na integração e na inserção social; busca também sobreviver através de seus excedentes econômicos e da sua acumulação de capital.

A economia solidária pode não ser a solução definitiva para todas as deficiências do capitalismo, mas a ideia de que os próprios trabalhadores podem criar suas possibilidades e protagonizar sua reação contra a exclusão social através da auto-organização é um grande salto, principalmente quando protagonizado pelos excluídos, visto que ao tomar o seu destino criando o próprio espaço de trabalho através de seus empreendimentos sem esperar soluções do governo e dos patrões já é um grande avanço, é uma grande contribuição para a nação.

Com base na solidariedade, na cooperação e na autogestão é uma economia que vem apresentando excelentes resultados, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista social-organizativo e ambiental, no campo e na cidade. Portanto, a economia solidária assume um compromisso ético com a vida, “Trata-se de um movimento que têm por objetivo a cidadania terrestre” (MORIN; ALMEIDA; CARVALHO, 2002, p. 101). Assim a economia solidária como não está desvinculada da autogestão e da cooperação igualmente se vincula a sustentabilidade. Pois “O uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural” (SACHS, 2001, p. 32).

Economia solidária parte do pressuposto da cooperação nas relações de produção, nas relações sociais, e nas relações com a natureza. Mas qual é a relação do conceito de cooperação e a sua relação com a economia solidária? É bem verdade que a cooperação é algo inerente a sociedade humana, mas ela toma outra forma diante do aprimoramento

do processo capitalista de produção e com o rompimento definitivo da *divisão natural do trabalho na família*. Com o surgimento das máquinas, das fábricas e a consolidação do processo da Revolução Industrial a cooperação toma outra dimensão. O processo de produção capitalista assenta-se na divisão do trabalho, mas essa fragmentação só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera num processo coletivo, que coloca a cooperação como condição *sine qua non* para o processo de produção.

O fim da manufatura exige a cooperação, mas quem vai ficar com o resultado dessa cooperação não é o trabalhador, mas sim o capitalista. O trabalho é do trabalhador, mas o resultado do trabalho é do capitalista que detêm os meios de produção, compra a matéria-prima e a mão de obra. Se por um lado a cooperação é capaz de aumentar a rentabilidade do trabalho em dez vezes, a divisão do trabalho força a cooperação, a cooperação não é sinônimo de união, é uma cooperação não espontânea, obrigada, porque se o trabalhador não responder as demandas e as exigências da cooperação da empresa ele está fora do mercado de trabalho, e assim, fica suprimida a sua capacidade sobrevivência.

Dessa a forma a cooperação ajudou a produzir um homem fragmentado, cindido e dominado pelo despotismo não tendo mais o domínio sobre a sua própria vontade. Com a introdução da máquina no processo produtivo, quem estabelece o ritmo do trabalho humano é o processo de produção, quem exerce o poder sobre a capacidade produtiva do trabalhador são as forças matérias de produção, são elas que determinam a sua relação com o indivíduo e com a sociedade.

Na medida em que a humanidade vai caminhando e o grau de desenvolvimento das forças produtivas vai se aprimorando tem-se como consequência o aperfeiçoamento da divisão do trabalho. Para Marx (1979, p. 47),

Os diversos estágios do desenvolvimento da divisão do trabalho representam igual número de diferentes formas de propriedade. Em outros termos, cada novo estágio da divisão do trabalho determina, ao mesmo tempo, relações de indivíduos entre si, no tocante às coisas, instrumentos e produtos de trabalho.

E o que é cooperação, nesse contexto? A cooperação aqui se diferencia do processo de cooperação dos primórdios da humanidade, das comunidades, nem mesmo da cooperação escravista dos povos asiáticos e dos romanos. Cooperação é, “A forma de trabalho em que muitos trabalham planejadamente lado a lado e conjuntamente, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos, chama-se cooperação” (MARX, 1985, p. 442). A superação da manufatura exige a cooperação, mas quem vai ficar com o resultado dessa cooperação não é o trabalhador é o capitalista, o trabalho é do trabalhador, mas o resultado é do capitalista que detêm os meios de produção, compra a matéria-prima e a mão de obra.

O poderio social, isto é, a força produtiva décupla, nascida da cooperação dos diversos indivíduos, condicionada pela divisão do trabalho, não aparece a esses indivíduos como sua própria força na união, porque essa própria colaboração não é voluntária, mas natural. Ela lhes parece, ao contrário como uma força estranha, situada fora deles, da qual não sabem nem de onde vem nem para onde vai, a qual, portanto, não podem mais dominar e que, inversamente, percorre uma sequência particular de fases e de estágios de desenvolvimento tão independente da vontade e da marcha da humanidade que a verdade dirige esta vontade e esta marcha da humanidade (MARX, 1979, p. 59),

Assim, conforme aumenta a complexidade do processo de produção e se amplia o volume da produção, cresce a necessidade de controle e de direção sobre o processo. Para (MARX, 1985, p. 447),

Com a cooperação de muitos trabalhadores assalariados, o comando do capital converte-se numa exigência para a execução do próprio processo de trabalho, numa verdadeira condição da produção. As ordens do capitalista no campo de produção tornam-se agora tão indispensáveis quanto as ordens do general no campo de batalha.

Portanto, o processo de fragmentação do trabalho no modo de produção capitalista vai exigir uma nova readequação das relações sociais. Se a cooperação existe é por mero efeito do capital, ou seja, a força de trabalho se tornou mera mercadoria, e no processo de trabalho a função de direção do capitalista se torna uma função de exploração do trabalhador, imbricada, na exploração está a contradição e o antagonismo, pois onde existe exploração existe o explorado. Surge, portanto, a alienação e as relações de estranhamento no trabalho.

O trabalho como um fardo, a cooperação como um processo de apropriação do trabalho que já não é mais do trabalhador. “A cooperação começa no processo de trabalho e, desde que os operários aí participem, eles já deixaram de pertencer a si próprios e foram incorporados ao capital” (MARX, 1980, p. 63). Ou seja, o trabalho se torna mercadoria, e se é mercadoria perde a sua autonomia, a sua liberdade a sua força. Agora a sua força não mais lhe pertence e sim pertencem ao capitalista, que através dos mecanismos de planejamento, controle e supervisão as colocam em movimento através da cooperação.

A revolução operada pelo capital no modo de produção só foi possível devido ao poderio social do trabalhador organizado pelo capital em torno da cooperação.

A concentração de grande quantidade de meios de produção nas mãos de alguns capitalistas é pois a condição material da cooperação entre os operários assalariados; e a extensão da cooperação (ou escala de produção) depende do tamanho da concentração” (MARX, 1980, p. 61).

Foi, portanto, a cooperação que garantiu aumento de escala de produção e por consequência a concentração dos meios de produção numa unidade fabril. Pois,

Comparada a uma soma de jornadas individuais isoladas de trabalho, a jornada coletiva de trabalho produz maiores quantidades de calores de uso e diminui o tempo de trabalho necessário para a produção de um determinado efeito útil. Como nossa exposição anterior, este aumento de força produtiva decorre, em todos os casos, da cooperação (MARX, 1980, p. 61).

A utilização dos meios de produção em comum no processo de trabalho aumentou as vantagens do capitalista. Ao otimizar a utilização dos meios de produção o capitalista aumenta a sua taxa de mais-valia<sup>24</sup>. A autoridade do capitalista e o seu despotismo é que geram a cooperação em alta escala, e esta cooperação, exige a subordinação do trabalhador a direção e a supervisão do capital na busca da mais-valia.

---

<sup>24</sup> A mais-valia é produzida pelo emprego da força de trabalho. O capital compra a força de trabalho e paga, em troca, o salário. Trabalhando, o operário produz um novo valor, que não lhe pertence, e sim ao capitalista. É preciso que ele trabalhe um certo tempo para restituir unicamente o valor do salário. Mas isso feito, ele não para, mas trabalha ainda mais algumas horas por dia. O novo valor que ele produza agora, e que passa então ao montante do salário, se chama mais-valia (MARX, 1980, p. 54). É oportuno lembrar que na economia do conhecimento “O eixo de apropriação de mais-valia desloca-se do controle da fábrica para o controle da propriedade intelectual, mudam as relações de produção, altera-se o conteúdo e a remuneração nas trocas internacionais” (DOWBOR, 2007, p. 56).

A partir do momento em que o trabalho se torna mercadoria, o trabalhador é subtraído de sua capacidade de ação no trabalho, lhe é subtraída a capacidade criativa. Com o pagamento do salário o capitalista compra a dignidade do trabalhador, e este, se transforma em coisa.

O que o capitalista encontra diretamente no mercado, não é o trabalho, mas o trabalhador. O que este último vende é a força de trabalho. Desde que começou a trabalhar, seu trabalho não lhe pertence mais, e ele não pode mais vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele mesmo não tem valor (MARX, 1980, p. 194).

Isso ocorre por causa da divisão do trabalho. A divisão sistemática do trabalho num processo de manufatura repetitivo gera vantagens particulares ao capitalista, o aumento da produtividade é conseguido pela maior intensidade do trabalho e a diminuição do gasto improdutivo do trabalhador.

A partir do momento em que ele entrou na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, sua utilização, o trabalho, pertence ao capitalista. O capitalista, mediante a compra da força de trabalho, incorporou o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos constitutivos do produto, que lhe pertencem igualmente. Do seu ponto de vista, o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho por ele comprada, que só pode, no entanto, consumir ao acrescentar-lhe meios de produção (MARX, 1996, p. 304).

A redução do trabalho e do próprio trabalhador a mercadoria para o sistema capitalista se tornou apenas mais um recurso, como atribuem os administradores, um recurso humano, ou seja, o homem, enquanto ser humano inexistente, o trabalhador também não.

Marx condena a divisão do trabalho, citando Dr. Urquhardt (Londres, 1855), afirma: “Subdividir um homem é executá-lo, se ele merece a pena de morte; é assassiná-lo, se ele não a merece. A subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo” (MARX, 1980, p. 78). Ainda não satisfeito refere-se ao economista inglês Adam Smith (na sua obra *A Riqueza das Nações*, de 1776, livro V, cap. I, art. 2) descreve de maneira surpreendente a degenerescência intelectual do operário em virtude da manufatura.

O espírito da maior parte dos homens, diz A. Smith, desenvolve-se necessariamente através e devido a suas ocupações de cada dia. Um homem que passa toda a sua vida fazendo algumas operações simples [...] não tem oportunidade de exercer sua inteligência, torna-se em geral o mais estúpido e ignorante possível. Mas em toda a sociedade industrial e civilizada a classe operária, isto é, a grande massa popular, deve necessariamente chegar a esse estado. Mas o próprio corpo operário ressentiu-se disso, e a manufatura foi a primeira a fornecer a ideia e a matéria da patologia industrial (MARX, 1980, p. 78).

A sustentabilidade capitalista, portanto está garantida pelo esquitejamento do trabalhador através da cooperação forçada e vincula-se ao tempo de trabalho, que se vincula a tecnologia, que tem historicamente papel essencial nesse processo de alienação. É importante dizer que Marx não negava a cooperação e a solidariedade entre os trabalhadores, mas denunciava a cooperação forçada pelo sistema capitalista.

A questão teórica que se impõe, é a de entender até onde é possível pensar a autogestão como uma forma de superação das relações trabalho do modo de produção capitalista. De que forma a cooperação numa perspectiva da economia solidária e da autogestão pode contribuir para se superar essa questão, uma vez que se apresenta como uma proposta



radicalmente antagonista às relações de produção do sistema capitalista? Onde estaria a sua sustentabilidade?

Os antagonismos entre a visão de sociedade capitalista e a propugnada pela perspectiva do solidarismo se mostram incompatíveis, no entanto, iniciativas exitosas de economia solidária estão se desenvolvendo no seio do complexo e excludente sistema capitalista neoliberal. Essa contradição nos leva a analisar a relação da economia solidária como proposta de desenvolvimento e sua relação com a sustentabilidade condição fundamental para que a cooperação espontânea e voluntária se torne ferramenta para a consolidação das iniciativas associativistas dos trabalhadores. Além disso, a sustentabilidade dos empreendimentos econômicos solidários depende da competência do diálogo com o Estado e a sociedade civil, bem como vai requer uma participação de qualidade, autônoma e pró-ativa da sociedade civil diante do Estado.

## CAPÍTULO 3

### ESTADO, AUTOGESTÃO E SOCIEDADE CIVIL NA RELAÇÃO COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA

#### 3.1 Estado e autogestão

A entrada no novo milênio está marcando a modernidade de diferentes formas. A humanidade talvez nunca tenha produzido tanta informação e conhecimento de forma tão rápida, no entanto, persistem as dúvidas diante dos dilemas da civilização. As crises do sistema capitalista é uma crise paradigmática, e afeta a sociedade em todos os sentidos. Profundas e repentinas transformações estão se concretizando e colocando em cheque nossa capacidade de compreensão. Ora é ‘o fim da história’, ora é ‘o fim da globalização’ perversa. Ora percebe-se que nenhuma dessas verdades se concretiza. Paradoxalmente emergem iniciativas diversas em respostas aos problemas criados pela modernidade, iniciativas que destroem conceitos consolidados e se afirmam em valores que não estes construídos de forma fragmentada por verdades que já não são mais absolutas.

Existe, portanto uma crise que é econômica, ética, ambiental e paradigmática. O desafio postado para a ciência, em especial para as ciências sociais, é se colocar a serviço da humanidade na busca pela sua própria compreensão e assim facilitar o equilíbrio das relações do homem com a natureza, para que o homem ao alcançar a compreensão dessa complexidade, passe a ter a compreensão de si mesmo, de seus movimentos, de seus limites e suas possibilidades e assim possa viver

junto com a sociedade a ousadia de sua auto-transformação, baseada em valores que respeitem a vida em sua plenitude.

Qual é o fundamento, ou quais são os fundamentos dessas crises? Qual está sendo o impacto de tamanha e tão rápida transformação social no contexto global e local? Autores renomados e das mais distintas vertentes problematizam essas questões, sem a pretensão de dar respostas o problema colocado pelo texto é o seguinte: Quais são as contradições entre a proposta de autogestão e o Estado capitalista na sua matriz neo-liberal? Em que contexto a autogestão possibilita a organização do trabalho livre e associado nos empreendimentos econômicos solidários e se coloca como possibilidade inovadora? Diante dos desafios paradigmáticos da civilização do século XXI é possível uma aliança entre a sociedade e o Estado pelo viés da autogestão, no sentido de compreender e se inserir nesse contexto, e para, além disso, se colocar como possibilidade estratégica de desenvolvimento local que possibilite a inclusão social na perspectiva da sustentabilidade, da vida e de *outro mundo possível?*

Essas questões não são apenas de cunho teórico, e tampouco serão respondidas aqui. No entanto, se apresentam como um desafio concreto, real, não apenas para a ciência, mas para a humanidade, para nosso cotidiano. Essas reflexões não têm o objetivo de fechar a discussão ou encerrar o diálogo, elas devem contribuir com o debate, um debate que mais do que nunca está aberto, como aberta está dinâmica da vida e da sociedade.

A discussão que envolve o Estado e a autogestão é dialética e contraditória, portanto, *complexa*, pois há um confronto entre as movimentações desses sujeitos uma vez que um visa a realização no trabalho e o outro tem como principal ferramenta o poder da coerção. O desafio de conceituar sob diferentes paradigmas esses sujeitos da

modernidade é uma tarefa difícil devido à sua heterogeneidade, assim, cabe recortar o tema, pois, explicitar o papel da autogestão requer antes, indicar de qual Estado está se falando, e aqui o debate se concentra na concepção do Estado capitalista, na sua vertente neoliberal. Igualmente ao discutir autogestão se torna pré-requisito discorrer sob suas diferentes concepções desse diálogo. Senão antagônicas, ao menos contraditórias, pois existem concepções políticas e conceituais dicotômicas que perpassam pela visão dos movimentos sociais, dos partidos políticos, da academia e alcançam a esfera estatal.

A revisão bibliográfica indica que a literatura sobre o tema é rica, o conceito de autogestão não é novo, o que é novidade nesse universo talvez seja a forma como vem sendo empregado o conceito e a palavra autogestão.

De acordo com Gallino (2005, p. 46),

A ideia de autogestão tem origens remotas na ideologia do movimento operário. De Proudhon a Bakunin, os quais se ligam explicitamente os ideais do anarquismo, de Fourier a Blanc e a Owen, de Marx aos socialistas russos, alemães e italianos do século XX, foram quase que ininterruptas a crença e teoria de que a superação da alienação e a eliminação do domínio de classe deviam ser perseguidas pelo aumento do controle dos trabalhadores seja sobre as condições imediatas do próprio trabalho e sua destinação, seja sobre o modo de regular o conjunto da produção social.

Observa-se, portanto, que a ideia é imanente ao movimento operário e sua luta pela emancipação dos trabalhadores. Também é legítimo se afirmar que o germe da ideia de autogestão está presente nos primórdios da humanidade. Se considerarmos que o homem sempre buscou no coletivo sua sobrevivência, e para alcançá-la teve

inevitavelmente de se aliar de forma minimamente organizada para garantir a vida. Mas, por mais contraditório que possa parecer, é com o surgimento do capitalismo e com o fortalecimento do Estado capitalista burguês que a autogestão se torna uma ideia, uma iniciativa dos operários para garantir condições de se contrapor a ordem hegemônica vigente. É nesse terreno que a autogestão se afirma como uma forma da busca da liberdade, da autonomia e da organização dos trabalhadores nas mais diferentes esferas.

La autogestión es el libre ejercicio de participación democrática de los individuos al interior de las unidades económicas o de cualquier otra índole. Es el control de los excedentes generados en cualquier espacio económico, donde se participa productiva y creativamente. Es la oportunidad cotidiana para desencadenar situaciones de ruptura en las relaciones de poder y explotación, así como para recuperar la voluntad e individualidad, secularmente enajenadas por la costumbre y la institucionalidad política, social, económica y cultural. En fin, es la gestión democrática de todos y cada uno de los espacios de la vida, desde el cuerpo y el hogar hasta los grandes conglomerados sociales y sus instituciones (NÚÑEZ, 2007, p. 114).

O que na sua gênese o movimento autogestionário busca é a superação da hierarquia taylorista da divisão do trabalho, do assalariamento e da burocracia, e numa perspectiva mais ousada a autogestão procura sobrelevar-se a propriedade privada e ao despotismo do Estado capitalista na sua vertente neoliberal. Além disso, a autogestão que é um dos princípios básicos do cooperativismo. É uma ferramenta pedagógica de formação e de educação de todos os envolvidos, pois a autogestão exige a participação dos sujeitos em relação de igualdade não

só no processo de produção, mas igualmente no processo de tomada de decisão do empreendimento, ou, em grau, mais elevado, na sociedade.

A participação em todas as esferas econômicas torna todos proprietários e trabalhadores ao mesmo instante, eliminado os níveis hierárquicos. Trabalhadores sem patrões, operários sem chefes. Essa forma de organização requer uma nova postura dos sujeitos, uma nova forma de pensar e de agir. Necessariamente eles precisam protagonizar, planejar, tomar decisões e executar tarefas, para levá-las a cabo, ou seja, controlam os meios e os resultados da produção, isso exige confiança, cooperação, competência técnica e política, mas, principalmente, solidariedade. Exige também uma nova postura nas relações de produção e na compreensão do mundo do trabalho.

Essa responsabilidade coletiva deve ser legitimada em última instância na assembleia geral, na qual, 'cada cabeça é igual a um voto'. A assembleia geral ocorre no empreendimento ou na empresa autogerida, em consultas populares, assembleias, audiências públicas ou plebiscitos quando envolve a sociedade. A autogestão, portanto, ainda é pouco estudada e ainda mal compreendida no Brasil, e mesmo no exterior, nesse momento de *emergência de paradigmas* ela procura se colocar na esfera de debate e ao mesmo tempo visa se institucionalizar como ferramenta de consolidação da democracia participativa.

Os novos sujeitos de direito da Política Nacional de Economia Solidária, considerados Empreendimentos Econômicos Solidários e seus participantes, são os empreendimentos portadores das seguintes características:

- i. ser uma organização coletiva, singular ou complexa, cujos participantes ou sócios(as) são trabalhadoras(es) do meio urbano ou rural;

ii. realizar atividades de natureza econômica, socioambiental e cultural que devem ser as razões primordiais da existência da organização;

iii. ser uma organização de autogestão cujos participantes ou sócios exerçam coletivamente a gestão das atividades econômicas e a decisão sobre a partilha dos seus resultados, através da administração transparente e democrática, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios, cumprindo o seu estatuto ou regimento interno;

iv. ser uma organização permanente, considerando tanto os empreendimentos que estão em funcionamento quanto aqueles que estão em processo de implantação, desde que o grupo esteja constituído e as atividades econômicas definidas (II CONAES, 2010b, p. 23).

Além disso, a II CONAES também estabeleceu os princípios dos empreendimentos econômicos solidários conforme segue:

i. administração democrática e participativa, soberania da assembleia e singularidade de voto dos sócios;

ii. garantia da adesão livre e voluntária dos seus membros;

iii. estabelecimento de condições de trabalho decente ou digno, desenvolvido por mulheres e homens;

iv. inserção da temática ambiental nas atividades de economia solidária;

- v. desenvolvimento das atividades em cooperação com outros grupos e empreendimentos da mesma natureza;
- vi. busca da inserção comunitária, com a adoção de práticas democráticas e de cidadania;
- vii. prática de preços justos, de acordo com os princípios do Comércio Justo e Solidário;
- viii. respeito à equidade de gênero, raça, etnia e geração;
- ix. prática da produção, do beneficiamento, do armazenamento, da comercialização ou da prestação de serviço de forma coletiva;
- x. exercício e demonstração da transparência na gestão dos recursos e na justa distribuição dos resultados;
- xi. estímulo à participação dos integrantes na formação do capital social do empreendimento econômico solidário;
- xii. ética na sustentabilidade, solidariedade e valorização da pessoa humana na sua relação com o meio-ambiente (II CONAES, 2010b, p. 23-24).

Esses princípios precisam ser internalizados pelos membros dos empreendimentos de economia solidária, são eles que vão garantir relações de trabalho com base no solidarismo. São esses princípios que vão garantir que essa alternativa de organização social avance no sentido de se tornar um projeto estratégico de desenvolvimento incluyente e sustentável.

No que se refere ao marco jurídico da autogestão e da economia solidária no Brasil, o documento oficial esclarece as diferenças entre



empreendimentos autogestionários e empresas de autogestão, conforme a seguir:

Os **Empreendimentos Autogestionários** se caracterizam por serem aqueles constituídos através de projetos sociais realizados em comunidades periféricas, não sendo resultado de uma atividade econômica anterior, como é o caso das empresas de autogestão. As **Empresas de Autogestão**, por sua vez, são aquelas que nascem do fracasso de um negócio anterior e, portanto, pressupõem a existência de uma atividade econômica já organizada que passa a ser comandada pelos trabalhadores, que delas já faziam parte como empregados celetistas. As Empresas de Autogestão desempenham atividade industrial, de pequeno, médio e grande porte, geralmente constituídas por mais de 20 trabalhadores, suas necessidades em termos de marco jurídico, são diferentes das dos empreendimentos autogestionários, os quais geralmente desempenham atividades de serviço ou comércio, como, por exemplo, coleta de materiais recicláveis, artesanato, alimentação, limpeza, jardinagem, agricultura urbana, confecção, entre outros (GONÇALVES, 2005, p. 1-2).

Este marco jurídico, ou essa delimitação, é importante porque coloca duas situações diferentes que se encaixam num mesmo arcabouço teórico conceitual. Em que elas se aproximam, e em que elas se distanciam? Elas se aproximam porque as iniciativas são oriundas de uma necessidade de superação dos trabalhadores, a autogestão surge como resposta a uma necessidade, é uma resposta que brota em situações de carência e risco. Aproximam-se quando o processo de tomada de decisão é coletivo, quando as relações de produção deixam de ser hierarquizadas. Diferente das empresas capitalistas, ou seja, na sua forma de gestão o capital não está acima do trabalho, são os trabalhadores-sócios que soberanamente, ao menos no interior de seus

empreendimentos tomam suas decisões sem estarem sob o jugo do capital<sup>25</sup>.

Elas se distanciam primeiramente porque os empreendimentos autogestionários – em sua maioria – ainda não mantêm relações de mercado, diferente do caso das empresas de autogestão. Apesar de serem autogeridas, as empresas estão inseridas no mercado, elas nascem da falência, da quebra de uma empresa capitalista antes inserida no mercado ou as vezes surgem para atender uma demanda específica de mercado. As duas iniciativas são importantes protagonismos democráticos participativos, mas conservam suas diferenças. Diferenciam-se também porque a democratização das empresas privadas não explicita a vontade política dos movimentos sociais, paradoxalmente, muitas vezes mascara a realidade. Sob a ótica da co-gestão ou da gestão participativa, vinculadas às empresas heterogestionárias que se utilizam dessas ferramentas com o objetivo de iludir os trabalhadores e cujos objetivos se distanciam radicalmente da proposta de autogestão<sup>26</sup>.

Daniel Mothé, em seu Balanço crítico do conceito de autogestão na França, afirma que este ‘vento de democratização’ corresponde a três transformações na sociedade:

- a) um esgotamento da racionalização do poder sob a forma burocrática. A complexificação das organizações tem necessidades de muito mais

---

25 Isso não quer dizer que estejam livres do jugo do sistema capitalista na sua matriz neoliberal, tampouco do Estado burgês.

26 Para melhor compreender ver: BORGES, Juliano, L.; SQUIREZI, Sandro B.; LUCONI, Wilson, L. Da estratégia de controle a autogestão: notas críticas sobre a administração participativa. *Revista Espaço da Sophia*. Nº 43 - Jul/Set 2011. Trimestral - Ano V - versão online - ISSN 1981-318X. Trimestral - Ano V - versão impressa - ISSN 2179-9849. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/no-43-julset-2011/item/422-da-estrat%C3%A9gia-de-controle-a-autogest%C3%A3o-notas-cr%C3%ADticas-sobre-a-administra%C3%A7%C3%A3o-participativa.html?tmpl=component&print=1>>. Acesso em 22 jul. 2011.

informações que venham dos executantes para poder antecipar as decisões.

b) as novas tecnologias informáticas têm, cada vez menos, necessidade de mão-de-obra passiva e, cada vez mais, da inteligência ativa dos assalariados.

c) a liberação dos costumes tende a contestar a legitimidade de toda a autoridade que não seja debatida (MOTHÉ, 2005, p. 106).

Embora essa seja uma realidade, na prática, essas transformações ficaram limitadas aos espaços empresariais tradicionais, elas não chegaram a esfera estatal. O autor mostra que, atualmente, na França, há uma incapacidade da esquerda e dos sindicatos para proporem reformas que facilitem os espaços de autogestão, principalmente porque a esquerda não reivindica mais a abolição do capitalismo. Ao que parece no Brasil a esquerda segue o mesmo caminho.

Embora existam pensadores que discordam disso, como é o caso do professor Paul Singer, um dos precursores da economia solidária e da autogestão no Brasil, a professora Rosângela Nair de Carvalho Barbosa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) alerta para os limites das potencialidades emancipatórias do movimento autogestionário no Brasil.

No Brasil, é nesse governo atual – Luiz Inácio Lula da Silva – que a economia solidária passa a ser ação coletiva formalizada no aparelho do Estado, guardadas as distâncias históricas, também como uma proposição de governo, até aqui com tradições em lutas sociais em defesa do trabalho. Diante disso, não seria absurdo sugerir, como verificou esta pesquisa, que a economia solidária se apresenta como uma estratégia de esquerda aos tempos de reordenamentos sociometabólicos da sociedade capitalista e das assertivas ideológicas e políticas,

motivo que realça ainda mais o exame sobre seus sentidos e potencialidades emancipatórias, de fato (BARBOSA, 2007, p. 93).

A autora mostra que através da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)<sup>27</sup> o Estado brasileiro não apenas reconheceu, mas também se apropriou do discurso dos movimentos sociais e de certa maneira acaba cooptando lideranças do movimento para atuar no Estado. De certa forma, o Estado, tenta cooptar o movimento autogestionário, aqui denominado de economia solidária. Embora essa prática econômica esteja presente na vida de milhares de pessoas e empreendimentos que se sustentam numa relação de solidariedade horizontal Brasil afora, hoje um dos desafios desse movimento e dessa *práxis* é se consolidar como política de Estado. Daí a contradição se as lideranças participam do governo correm o risco de se atrelar ao Estado. E se não participam pouco podem influir no sentido de consolidar uma política pública para o setor.

A proposta da economia solidária, por se contra-hegemônica, não se pretende hegemônica. E as críticas que lhes são auferidas são ferrenhas. Dentro do Movimento Sindical, ou de outros movimentos sociais como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) o debate em torno dessa possibilidade é acirrado. Isso ocorre na academia também.

A difusão da 'Economia Solidária' pode ser interpretada como um sintoma do recesso momentâneo da consciência de classe do proletariado, cujo espaço é ocupado pela

---

<sup>27</sup> Em junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou projeto de lei do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). Reconheceu dessa forma o Estado brasileiro um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980 (SINGER, 2004, p. 3).

propagação de ideologias pequeno-burguesas, apoiadas no mecanismo de difusão do sistema dominante. Não se pode descartar a hipótese de que a adoção de iniciativas de ‘economia solidária’ como política oficial, em diversos países e inclusive por organismos internacionais, corresponda ao interesse de neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial durante mais de um século a partir de 1948 (GERMER, 2006, 202-203).

A acidez da crítica do referido autor é pertinente porque toda a elaboração teórica bem fundamentada contribui para o amadurecimento do processo. É verdade que a economia solidária através da autogestão não assume o papel de sujeito histórico, mas daí afirmar categoricamente que o conjunto dessas iniciativas é uma tentativa de *neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial* parece um equívoco. É subestimar demais um conjunto de iniciativas heterogêneas, diversas, plurais que comportam uma criatividade própria de movimentos populares que se pautam em resistir ao neoliberalismo e apontar alternativas econômicas entrelaçadas com um projeto político que pressupõe uma nova sociedade.

Por certo, o auto-emprego e o empreendedorismo individual estimulados em épocas de crise estejam prestando um desserviço a humanidade se colocando nas trincheiras do neoliberalismo de da globalização hegemônica somando para *neutralizar o ímpeto revolucionário revelado pelo proletariado mundial*, mas iniciativas vincadas a autogestão, mesmo que revelem uma certa precariedade produzem novas relações de trabalho. Relações de trabalho que exigem cooperação, solidariedade e consciência crítica dos sujeitos envolvidos no processo e tem a emancipação dos trabalhadores como horizonte.

Embora o ambiente não seja o ideal, dentro dos empreendimentos econômicos solidários a autogestão é um exercício cotidiano de aprendizagem. Os sujeitos da economia solidária são obrigados pelas suas condições a promover o próprio processo de formação, que se consubstancia na crítica e na autocrítica, na reflexão sobre suas práticas. O processo de formação assume o caráter de problematizar as contradições da sociedade capitalista e suas relações de produção autoritárias e verticalizadas e as contradições de construir a autogestão, promover a participação em relações de produção horizontalizadas.

E não se resume a isso. O desafio do movimento autogestionário, sob a forma de Movimento de Economia Solidária, é se constituir autônomo e independente de governos, não se deixar cooptar como instrumento de reprodução do capital, tampouco pelo Estado. Outro desafio dos empreendimentos é promover a organização dos trabalhadores e levar esses sujeitos à emancipação, mas isso não é possível uma vez que o Estado capitalista prioriza os interesses do capital e não do trabalho. Mesmo assim a autogestão vai se consolidando nas fissuras do sistema e se coloca como uma força política transformadora dentro do sistema. Embora não sendo revolucionário o Movimento de Economia Solidária depende do processo de politização para sua consolidação como movimento social, isso sim lhe garantirá as forças necessárias para disputar a hegemonia num projeto político e se consolidar como teoria. Mas por enquanto ela é apenas mais uma alternativa dentre tantas que emergem.

No que se refere aos graus e níveis de autogestão existem estudos significativos. Segundo Nascimento (2007, p. 33-34), Daniel Mothé (1980), traçou graus e/ou níveis de existência da autogestão.

1º) Diz respeito a relação do operário com seus instrumentos e com a matéria prima. Para Mothé, certas formas de trabalho em cadeia e em peças

não podem ser autogeridos, necessitam de uma modificação dos instrumentos e do aparelho de produção. Neste primeiro nível, a autogestão requer o trabalho do tipo de um 'artesão' ou de um artista, e significa superar o taylorismo.

2º) É o trabalho em equipe, da cooperação entre os trabalhadores, em pequenas unidades de base, como 'equipes autônomas'. Veja-se a experiência dos CQ no Japão, antes de serem 'assimilados' no taylorismo.

3º) Caracteriza-se por uma gestão coletiva mais numerosa, por exemplo, de oficinas.

4º) É o nível da empresa.

5º) É o último nível, o objetivo é o conjunto da sociedade.

São esses dois últimos níveis que interessam para nossa análise agora. No nível quatro a autogestão pode existir de uma forma articulada em rede, ou mesmo de uma forma isolada, dentro de uma cooperativa, ou como define o marco legal, uma empresa de autogestão ou em um empreendimento econômico solidário. Apesar dos avanços, a autogestão fica circunscrita a organização, restringe-se ao processo de tomada de decisão interno de uma única instituição, na qual não existe nível hierárquico, e presume-se que todos os proprietários participam das assembleias gerais em condições de igualdade. Se por um lado nesses empreendimentos há superação do paradigma patronal capitalista, por outro, a organização dos trabalhadores e a liberdade dessas iniciativas estão restritas ao interior do empreendimento, estão naturalmente cerceadas pelo poder coercitivo do Estado e igualmente condicionadas às estruturas existentes, as regras do mercado e do sistema capitalista. Na qual a lógica do sistema centra-se na exploração do trabalho pelo capital, da exploração da natureza sem se importar com a sustentabilidade e a vida.

Num outro nível, o quinto, ou grau mais amplo e sistemático, e no conjunto da sociedade, a autogestão é entendida como forma generalizada, é o caso de um país. Experiências dessa natureza ainda são incipientes, e muitas foram abortadas no seu início pelos equívocos do próprio proponente – que era o Estado e não a sociedade –, ou se degeneraram nas experiências de socialismo de Estado, incorrendo nos mesmos erros do Estado capitalista, a imposição de cima para baixo.

Existe ainda a complexidade natural que envolve a autogestão suas contradições e seus paradoxos tanto conceitual como de ordem prática, pois para compreender a autogestão se faz necessário, experimentá-la, vivê-la e refletir sobre sua prática promovendo sua *práxis*. Os seres humanos ainda estão presos nos costumes de sua criação, muito próximos da relação de poder e facilmente se dobram ao despotismo e a tirania de governos que se intitulam democráticos e na prática impõe de cima para baixo, decisões de gabinete nunca construídas de forma autogestionária. Parece que a liberdade ainda é um fardo para a humanidade, e muitos crêem que é melhor que alguém pense e decida pelo coletivo, porque a prática da autogestão pressupõe além da liberdade a autodisciplina, além da autonomia a responsabilidade individual em prol de outra sociedade, *inédita*, porém *possível*. E sem dúvida, ainda há uma prisão da sociedade ao paradigma do individualismo centrada nos valores da sociedade capitalista.

É o que afirma La Boétie (1987), na tentativa de compreender essa irracionalidade da fraqueza humana diante, não de um governo, mas de uma tirania, o autor recorre a uma abordagem fundamentada na história e na filosofia política ocidental, para explicar como se chega àquilo, que ele denomina de “Servidão voluntária”. Que está calcada, primeiro no costume, depois na covardia. “A natureza do homem é mesmo de ser franco [livre], mas, também sua natureza é tal que



naturalmente ele conserva a feição que a educação lhe dá” (op. cit. p. 25). Com isso ele explicita o poder da cultura no processo de sujeição, e ao mesmo tempo mostra que a educação pode ser um instrumento para levar, tanto a liberdade, quanto a servidão, ou seja, a autogestão/emancipação ou a manipulação.

Daí a necessidade da consolidação do Movimento de Economia Solidária numa perspectiva política e teórica popular para disputar a hegemonia, porém, não se sabe se isso vai ocorrer ou não. Se as pessoas e o conjunto da sociedade estarão dispostas a assumir a responsabilidade dessa construção em mutirão. Essa construção da autogestão, necessariamente, requer educação para a cooperação, para liberdade e para a solidariedade, não fica restrita ao paradigma neoliberal da competitividade mercadológica. Mas este ato pedagógico não se sustenta apenas em conceitos, ele exige a prática. Uma prática social paradoxal àquela hostil predominante no sistema capitalista exige uma predisposição a reciprocidade, uma vivência, uma prática social obstinada pelo humano e que considere o humano, finalidade, e não, recurso ou meio, que considere que o humano faz parte do mundo da natureza e com ela deve buscar o equilíbrio, por isso se faz necessária uma *práxis* que considere a vida, em sua plenitude, em primeiro lugar. A superação dessas amarras e a busca da autogestão têm a ver com a emancipação humana do sistema capitalista e do próprio Estado, pois, quem não está emancipado, por conseguinte, não emancipa ninguém.

Sòmente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em *ser genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; sòmente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propes’<sup>28</sup> e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a

---

28 Próprias fôrças.

forma de força *política*, somente então se processa a emancipação humana (MARX, 2000, p. 52).

Essa aguda e contundente crítica do pensador e militante a respeito da forma de organização social mostra que o homem pode ser ‘espiritual’ e ‘politicamente’ livre, mas ainda assim os homens estarão presos as restrições materiais ocasionadas pela desigualdade social. Há um descompasso, entre o que é, e o que se deseja ser. Assim a sua liberdade não é plena, portanto, não emancipatória. É na busca de fugir dessa perspectiva que a autogestão precisa se autoconstruir. Se construir como prática de emancipação social.

O conceito de emancipação social designa o processo ideológico e histórico de liberação por parte de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, tutela e dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e cidadã no Estado democrático de direito. Emancipar-se denota ainda aceder à maioria de consciência, entendendo-se, por isso, a capacidade de conhecer e reconhecer as normas sociais e morais independentemente de critérios externos impostos ou equivocadamente apresentados como naturais (CATTANI, 2009, p. 175).

Nesse sentido os paradigmas emergentes se tornam alternativas, pois eles indicam pistas e possibilidades ainda não pensadas, alternativas que não se subjugam a ditadura do determinismo *indolente*, ou insensível, seja da economia de mercado ou da ciência hegemônica. Eles contribuem para delinear novos destinos da aventura humana rumo a reinvenção do mundo e emancipando a humanidade, cumprindo a promessa do iluminismo ao encontro de um conhecimento-emancipação.

O paradigma da modernidade comporta duas formas principais de conhecimento: o

conhecimento-emancipação e o conhecimento-regulação. O Conhecimento-emancipação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por *colonialismo* e um estado de saber que designo por *solidariedade*. O conhecimento-regulação é uma trajetória entre um estado de ignorância que designo por *caos* e um estado de saber que designo de *ordem*. Se o primeiro modelo progride do colonialismo para a solidariedade, o segundo progride do caos para a ordem. Nos termos do paradigma da modernidade, a vinculação recíproca entre o pilar da regulação e o pilar da emancipação implica que estes dois modelos de conhecimento se articulem em equilíbrio dinâmico. Isto significa que o poder cognitivo da ordem alimenta o poder cognitivo da solidariedade, e vice-versa. (SANTOS, 2000, p. 78).

A autogestão, entendida em sua complexidade e na sua heterogeneidade, precisa avançar na busca desse equilíbrio. Não se pode negar que as práticas de autogestão precisam avançar, mas elas caminham muito rapidamente para se concretizar como uma prática política e social emancipatória do humano num tecido institucional esgarçado. E essas práticas surgem não apenas por uma questão de preferência, mas por uma questão ética e de preservação da vida na sua totalidade.

Para Assef Bayat (1991), *apud* Nascimento (2007, p. 32), pode-se visualizar uma tentativa inteligente de sistematizar as experiências históricas de autogestão com alto grau de complexidade, nos quais, o objetivo é o conjunto da sociedade. O autor utiliza-se de quatro categorias e outros exemplos de experiências históricas relacionadas a autogestão:

- 1) Autogestão sob o contexto da ‘dualidade de poder’, em conjunturas revolucionárias. (Rússia, 1917; Argélia, 1962; Chile, 1972; Portugal, 1974; Irã 1979);
- 2) Autogestão nos países ditos socialistas do Terceiro Mundo. (China, Cuba, Moçambique e Nicarágua);
- 3) Autogestão em governos populistas do Terceiro Mundo. (Tanzânia, Peru, Egito-Nasser- e Turquia);
- 4) Possibilidades de autogestão em condições normais na periferia do capitalismo.

Esta última possibilidade, não se refere a uma experiência histórica, mas a possibilidades em construção. Para Bayat “[...] o Terceiro Mundo é o principal portador das possibilidades de autogestão, no contexto do capital globalizado” (NASCIMENTO, 2007, p. 32). O objetivo desse texto não é adentrar na análise dos fatores de sucesso ou de fracasso de cada experiência, porque essa tarefa exigiria um tempo considerável de pesquisa e dedicação e mesmo assim não seria algo fácil. O que interessa nessa reflexão teórica é compreender a autogestão num conjunto mais amplo, no conjunto de uma sociedade, de um Estado e a sua relação contraditória com esse sistema coercitivo, bem como, compreender as relações contraditórias entre esses sujeitos.

Como bem demonstra Lefebvre *apud* Nascimento (2009, p. 6)

Para se generalizar, para se transformar num ‘sistema’, em escala de toda a sociedade – unidades de produção, unidades territoriais, instâncias e níveis superiores – a autogestão não pode evitar o choque com o ‘sistema estatal-político, seja ele qual for. A autogestão não pode evitar essa difícil tarefa: constituir-se em poder que não seja estatal’. O ‘Estado da autogestão’, isto é, o Estado no qual

a autogestão se eleva ao poder, só pode ser um tipo de um tipo: um ‘Estado em extinção’.

Entendida assim a autogestão deve ser estudada não apenas no plano teórico, mas deve constituir-se em uma *práxis*. Uma *práxis* de luta, que se coloca como instrumento e meio de reorganização – auto-organização – da sociedade, num movimento dialético e radical de transformação de baixo para cima, da sociedade e do ‘Estado em extinção’. Para uns, “O trabalho autogerido é a antecipação do socialismo por se sustentar em valores anticapitalistas, numa visão bem voluntarista do trabalho” (SINGER, 1999; *apud* BARBOSA, 2007, p. 117). Isso pode até ocorrer, mas o Movimento de Economia Solidária e de autogestão ainda é muito incipente. Mesmo assim, “[...] pensemos que é necessário romper com capitalismo para lançar os fundamentos de um socialismo autogerido e que será através de conflitos e experiências políticas, sociais, ideológicas que se desenhará um novo projeto e um programa transitório” (NASCIMENTO, 2007, p. 37). Esse é o desafio da participação, uma participação politizada autogestionária.

Embora as práticas de autogestão não estejam desvinculadas do mercado e do Estado, elas se colocam num campo de disputa com esses sujeitos. Há um antagonismo claro do que pretende o movimento autogestionário, daquilo que o Estado quer, e mais ainda daquilo que o mercado quer. O desafio desse movimento é construir possibilidades de organização livre e associada dentro desse complexo emaranhado de disputas, fugir delas e encontrar alternativas que não estejam atreladas nem ao Estado nem ao capital. Portanto, uma busca de algo que desconsidere as propostas absolutistas, tanto socialistas quanto capitalistas nas suas diversas formas. O que seria isso? Um ‘Estado em extinção’? Um momento de transição? Um momento de emergência de uma nova forma de gestão social? Talvez. Para Singer (1998, p. 09)

A experiência fracassada [do socialismo] revitalizou a hipótese de que o socialismo, enquanto modo de produção, teria de ser desenvolvido ainda sob hegemonia do capitalismo, ou seja, como um modo de produção subordinado, integrando a formação social capitalista [...] O fracasso do “socialismo realmente existente” revelou que o socialismo sem aspas terá de ser construído pela livre iniciativa dos trabalhadores em competição e contraposição ao modo de produção capitalista *dentro da mesma formação social*. [...] A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os deveres e direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. Organizações como essas não podem ser formadas de cima para baixo, por decretos de algum poder pseudo-socialista, desconhecendo os anseios e propósitos dos produtores/consumidores.

Percebe-se que a autogestão é um movimento, é um processo em construção, com avanços e recuos, com limites e possibilidades que depende da *práxis* dos sujeitos comprometidos com *outro mundo possível*.

### **3.2 Autogestão, Estado e utopia**

O reducionismo científico que cerceia a nossa liberdade e a nossa capacidade de exercício e reflexão exige objetividade na escrita e um recorte do tema. Assim é pertinente indagar: De qual Estado se fala? É mister estabelecer uma diferenciação de conceitos, pois a compreensão

teórica da natureza do Estado moderno não se faz dissociada da sociedade.

A teoria política clássica tratou de dar conta desta diferenciação, buscado os fundamentos do exercício do poder público na contraposição entre interesses individuais e bem público (matriz neoliberal) ou na subordinação do Estado à dominação institucionalizada de classe (matriz marxista). Em ambos os casos, e por diferentes razões, mostraram-se incapazes de compreender as transformações que, a partir do desenvolvimento das mediações entre as esferas do público e do privado, representadas pelas políticas públicas, alterariam de forma crucial a própria natureza do Estado (FLEURY, 1994, p. 12).

Aqui o autor mostra que as verdades científicas e as matrizes políticas tradicionais: socialismo de Estado e capitalismo na vertente neoliberal ou não, não deram e não trarão respostas aos problemas por elas gerados. Para compreender o dilema do público e do privado, do Estado e da autogestão, faz-se necessário um *paradigma emergente*, defendido por Boaventura de Santos (1999<sup>29</sup>; 2008).

Essa mudança paradigmática também é enunciada por Morin (2000a), Santos (2001), Santos e Meneses (2009). Além disso, é preciso entender o debate sobre política pública como um campo de disputa ainda incipiente, como um espaço mesmo de antagonismos e de complexidade, mas que nem por isso, devem deixar de dialogar de forma inter e transdisciplinar.

---

29 O conhecimento do paradigma emergente tende assim a ser um conhecimento não dualista, um conhecimento que se funda na superação das distinções tão familiares e óbvias, que, até há pouco, eram consideradas insubstituíveis, tais como natureza/cultura, natural/artificial, vivo/inanimado, mente/matéria, observador/observado, subjectivo/objectivo, colectivo/individual, animal/pessoa (SANTOS, 1999, 39-40).

Porém, essa análise não pode ser feita de forma linear positivista, é fundamental um olhar transdisciplinar do Estado capaz de concentrar esforços em observar as relações sociais nas diferentes épocas e estruturas, e, por outro, o estágio de desenvolvimento econômico, a formação econômico social e a relação entre a acumulação, o excedente, as relações de poder e de classes deve-se considerar o:

Estado na dupla acepção de máximo ordenamento normativo (jurídico) de uma sociedade, de um aparelho legislativo, administrativo, judiciário e militar que esse ordenamento elabora, impõe coercitivamente a população, ainda que na base de um mínimo de consenso, e defende, se necessário, com o uso da força, cujo o monopólio por lei esta lhe reservado, seja isso considerado legítimo ou não pela maioria da população (GALLINO, 2005, 273).

Não é tarefa fácil explicar as definições e aprofundar os conceitos das diferentes variantes e posições teóricas de grupos e sub-grupos sobre o Estado. No entanto, a análise que considera a presença do Estado vai se limitar a visão da matriz neoliberal predominante, na sociedade ocidental, nesses últimos duzentos anos. “O Estado, sociologicamente, não se deixa definir por seus fins [...] O Estado não se deixa definir, sociologicamente, a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, da forma como é, peculiar a todo outro agrupamento político, a saber, o uso da coação física” (WEBER, 2002, p. 60).

Weber, na mesma oportunidade invoca Trosky, para reafirmar “[...] todo o Estado se fundamenta na força”. E isso é praticamente um dos únicos consensos que perpassa as diferentes matrizes e conceitos de Estado. O que não deixa de ser uma constatação verdadeira, de que se não houver Estado, não há coerção e violência, surgindo em seu lugar uma alternativa que expresse maior liberdade. Ou seja, para



se livrar do instrumento de dominação do homem pelo homem, com base no instrumento da violência legítima que é o Estado, o homem só tem um caminho para chegar a livre associação pela autogestão via a auto-eco-organização<sup>30</sup>.

O Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou – com êxito – monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão. Isso é o mesmo que dizer que o Estado moderno expropriou todos os funcionários que, consoante, o princípio dos ‘Estados’ dispunham no passado, por direito próprio, de meios de gestão, substituindo-se a esses funcionários, no topo da hierarquia inclusive (WEBER, 2002, p. 66).

O resultado dessa expropriação, segundo o autor, foi o surgimento dos ‘homens políticos profissionais’. Esse Estado é extremamente burocrata racional e exerce papel de dominação semelhante ao da empresa capitalista, na qual o capital domina as relações de trabalho. Esse Estado está a serviço de uma elite política e de uma classe de dirigentes. Tem o papel de defender esses interesses usando o monopólio da violência em defesa da ordem social e econômica. É um Estado que defende a propriedade privada e garante legalmente a apropriação do excedente, ou, conforme Marx, a mais-valia numa formação econômico-social

---

30 Para Morin (2007, p. 33) [...] ao mesmo tempo, que o sistema auto-organizador se destaca do meio ambiente e dele se distingue, por sua autonomia e individualidade, ele se liga ainda mais a este pelo aumento da abertura e da troca que acompanham todo o progresso de complexidade: ele é de auto-eco-organizador. Enquanto o sistema fechado não tem a individualidade, nenhuma troca com o exterior, o sistema auto-eco-organizador tem sua própria individualidade ligada a relações com o meio ambiente muito ricas, portanto dependentes. [...] O sistema auto-eco-organizador não pode pois bastar-se a si mesmo, ele só pode ser totalmente lógico ao abarcar em si o ambiente externo. Ele não pode se concluir, se fechar, ser auto-suficiente.

capitalista. Para além, disso é um Estado que está comprometido em aumentar a opressão e a exploração das classes oprimidas através das suas investidas neoliberais.

No que se refere à dinâmica dos Estados contemporâneos – à qual, como já antecipamos, a sociologia do Estado dedicou, no conjunto, até em tempos recentes, muito menos atenção do que o problema das origens –, o fator privilegiado para explicar a transformação do Estado de uma forma ou de outra, dentro de um mesmo tipo de Estado, e a transição de um tipo a outro parece ser a formação econômico-social, conceito que se tornou bastante genérico, capaz de substituir algumas concepções não marxistas da estrutura de uma sociedade. Consolidando-se aos poucos, estendeu sobre o território da comunidade nacional e a todos os níveis da sociedade, e reforça no plano econômico, político e ideológico, seus caracteres ‘naturais’, uma formação econômico-social – que, note-se, em quase toda a literatura a que nos referimos é sempre capitalista –, modifica mais ou menos radicalmente a estratificação social, a natureza, a composição e a relevância das classes sociais. Por causa dessas modificações, alteram-se gradualmente as soluções de força entre as classes e, a mediação da organização política e das respectivas ideologias, os próprios termos do conflito e da luta de classe, a favor do sujeito principal do movimento histórico – as classes operárias. Em certo estágio, a emancipação da classe operária consegue forçar a passagem, dentro de um Estado capitalista, de uma forma menos liberal para outra mais liberal; de um grau mais baixo para um grau mais alto de democracia real. Mas, quando essa emancipação parece ameaçar muito de perto os interesses fundamentais das classes econômicas ou politicamente dominantes, há sempre uma reação autoritária da parte destas, que se manifesta por

uma regressão do Estado liberal e a instalação de uma forma violenta de domínio estatal: o *fascismo*. Todavia, em determinadas circunstâncias acontece que a classe operária ou sua vanguarda militante chega a adquirir tal força de organização e ideológica que é capaz de forçar a transição para um novo tipo de Estado (e de formação econômico-social), no caso específico, um Estado socialista (GALLINO, 2005, 278-279).

E essa formação econômico-social tem se dado na forma de socialismo de Estado, não na forma de autogestão. A questão central é o poder de coerção que o Estado tem quando as classes trabalhadoras se aproximam da emancipação. Em especial, na América Latina e nos países pobres do Sul, o limite da democracia é esse. A condição de indicar representantes, não de transformar a sociedade e o Estado. O poder do Estado se alinha a violência e na defesa dos interesses do capital, ou no caso do socialismo de Estado fica preso a uma elite política que se diz revolucionária, mas acaba sendo consumida pela burocracia estatal.

O ‘formalismo do Estado’, a burocracia, é o ‘Estado enquanto formalismo’; e foi esse Estado que Hegel descreveu. Como esse ‘formalismo de Estado’ se constitui em poder real e se transforma em seu próprio conteúdo material, é evidente que a ‘burocracia’ é um conjunto de ilusões práticas, ou seja, é a ‘ilusão do Estado’. O espírito burocrático do Estado é um espírito totalmente jesuítico, teológico. Os burocratas são jesuítas e os teólogos do Estado. A burocracia é a *republique do prêtre*<sup>31</sup> (Marx, 1983, p. 71).

Marx ajuda compreender que a concepção instrumentalista de Estado explicita as contradições entre Estado e sociedade; entre Estado e trabalhadores. Esse Estado parte do pressuposto de que o Estado está

---

31 República do Padre.

a serviço de uma classe: a burguesia. Daí emergência das contradições entre Estado e sociedade:

Pois a sociedade burguesa necessita de um mediador das contradições, se por um lado o capitalista está destituído do poder legal de coerção e o trabalhador está igualmente destituído dos meios de produção, a contradição e o conflito de classes, precisam ser mediados, por um terceiro sujeito, o Estado, aparentemente neutro atua como o garantidor das liberdades individuais até o instante em que elas não ameacem a propriedade privada. Na verdade o Estado garante é a liberdade do capital, do interesse geral capitalista de valorização do capital, não dos interesses individuais capitalistas. Assim, a aparente separação entre Estado e sociedade garantem as relações de produção, os interesses do capital, e, contraditoriamente, do trabalhador: o pagamento do seu salário e de políticas sociais (FLEURY, 1994, p. 16).

A concepção instrumental/burocrática de Estado impossibilita compreender o Estado como objeto – instrumento da classe dominante – sendo incapaz de fornecer os pré-requisitos para a compreensão da natureza contraditória do processo de desenvolvimento das políticas sociais sob o capitalismo. Conforme aponta a autora, “a negação da contradição e do seu movimento no nível do político leva a pensar a burocracia, seu modo de atuação, as instituições governamentais, enfim, as políticas públicas, unicamente como instrumentos de consolidação da dominação econômica” (FLEURY, 1994, p. 16). Foi por isso que a crítica de Marx ao Estado foi tão ácida. A crítica dele ao Estado capitalista não se limita a citação anterior, o autor afirma que “[...] o Estado não pode emancipar seu cidadão, se ele Estado, está preso a religião. Apesar de conseguir a liberdade religiosa o homem não conseguiu se libertar da religião. E a emancipação humana, apenas se dará quando emancipar-

nos do Estado e da religião” (Marx, 2000, p. 50). Diante disso, enquanto o homem estiver preso, seja a religião ou ao Estado ele não será um ser livre. A condição de emancipação do Estado apenas deverá ocorrer quando o Estado capitalista deixar de representar os interesses da classe burguesa. Enquanto, Weber acreditava que o Estado é o árbitro que busca o equilíbrio entre as contradições do operariado com a burguesia, Marx percebia o Estado como uma criação da burguesia, portanto, o Estado não pode equilibrar essa contradição uma vez que está a serviço da classe detentora do capital.

Segundo Barbosa (2007, p. 31)

O Estado chegou próximo do que defendia Weber após a Segunda Guerra Mundial, até o início da década de 1990. Quando as políticas macroeconômicas basearam-se nas propostas de J. M. Keynes, na arquitetura denominada de *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social). Trata-se de uma alternativa para preservar o desenvolvimento capitalista, regulando o mercado. O Estado<sup>32</sup> assume o papel de agente ativo no investimento em obras públicas para elevar o consumo.

O Estado é colocado para resolver um problema do mercado, não da sociedade. Na realidade o Estado em poucos momentos da história esteve a serviço da classe trabalhadora. Seu poder de polícia na maioria das vezes esteve a serviço da proteção da propriedade privada. Salvar bancos, montadoras e outras empresas privadas que por gestão fraudulenta e mesmo pela competitividade inerente ao sistema capitalista acabam na bancarrota.

---

32 Essa política, denominada keynesiana, considera imprópria a auto-regulação do mercado, proposta pelo liberalismo para conciliar as crises imanentes do capitalismo. Diante da crise econômica de 2008 essa política foi retomada pela maioria dos países.

É importante perceber que a crítica a tirania do Estado não se limita aos teóricos da matriz marxista, ela se encontra na gênese da própria matriz neoliberal. John Stuart Mill colocou com muita clareza na suas reflexões que o indivíduo é livre, mas essa liberdade é egoísta, limitada as questões individuais, e o “único propósito com o qual se legitima o exercício do poder sobre algum membro da comunidade civilizada contra a sua vontade é impedir o dano a outrem” (MILL, 1992, p. 53). Vinculado a matriz neoliberal seu objetivo era pragmático e buscava sempre assegurar o ‘princípio ao dano’, portanto a função do Estado era – via constituição: normas e regras –, evitar danos ao outro, a sociedade e aos negócios. Ou seja, a mínima interferência possível na ação dos negócios e dos indivíduos. Sua reflexão apontava que a moral sempre estava assentada na religião, na opinião e no sentimento que são coisas diferentes da razão que deveria estar assentada numa lei universal, o que dificulta o exercício da liberdade de expressão do indivíduo.

A crítica a tirania do Estado de classe, dos próprios liberais, não se estanca por aí. Eles alegam que a perda da base radical do liberalismo levou ao abandono do liberalismo como um movimento histórico dinâmico. O liberalismo se deixou trair pela defesa do *status quo*, perdeu sua essência de proposta revolucionária permanente. E sua decadência se deve a duas causas:

A primeira é o abandono da teoria dos direitos naturais e da ‘lei maior’, em favor do utilitarismo e a segunda foi o evolucionismo, ou o darwinismo social [...] Os libertários enfrentam não só um problema de formação, mas também um problema de poder, e é uma lei da história o fato de que jamais uma classe dominante abriu mão voluntariamente do seu poder (ROTHBARD, 1988, p. 28-66).

Ai se encontra uma das causas das crises do sistema capitalista e da sua incongruência histórica. Uma crise que sintetiza as contradições e os conflitos produzidos pela expansão capitalista e pelo violento acúmulo de renda. Esse darwinismo social aliado ao utilitarismo não encontraram no Estado capitalista um aparelho de mediação, mas sim, um a espécie de gestor da promiscuidade em favor do capital. O Estado passa a atuar como um parceiro para fragilizar a correlação de luta de classes e ampliar os seus lucros. No entanto, paradoxalmente a crise também é resultado da redução dos lucros dos mercados, que se tornam restritos devido a imensa capacidade de concentração de riqueza. A acumulação socializa a pobreza e não gera riqueza. Eis mais um dos paradoxos da matriz neoliberal porque a crise do capital também passa a ser a crise do Estado capitalista.

A desqualificação do Estado pela classe dominante e pelo neoliberalismo não indica em momento algum que eles irão *abrir mão voluntariamente do poder*. A fragilização do Estado não levou, como o sistema capitalista previa a distribuição da riqueza, tampouco o mercado deu conta de resolver os problemas econômicos, sociais e ecológicos através da sua *mão invisível*.

Diante desse conjunto de contradições quais são as alternativas para a sociedade minimizar a tirania do Estado e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento local com sustentabilidade? Um desenvolvimento que respeite o humano e a vida. Seria o Estado Socialista? Seria o socialismo de Estado? Seria o Estado em extinção, ou o Estado da autogestão proposto por Lefebvre citado por Nascimento (2007, p. 36-37).

Para responder a essas questões, carece-se de construir uma tese para cada ponto de interrogação desses, no entanto, não se pode fugir de enunciar pistas. Se não se pode antecipar respostas, ao menos se

pode construir hipóteses. E uma delas é de que o socialismo de Estado não corresponde ao Estado da autogestão. Essa afirmação, ainda que provisória, parece plausível, porque a autogestão, como se reafirme: é um movimento que se autoconstrói de baixo para cima, é um movimento popular de base. E quando fala-se de base, pode-se afirmar que é um movimento de resistência e resistente. É um movimento dinâmico e vivo, porém fincado em raízes fundantes, profundamente ramificadas e entrelaças numa trama social radical solidificada e alicerçada numa consciência crítica<sup>33</sup> e consciência organizativa<sup>34</sup> capaz de na luta, promover a práxis e com a práxis promover a luta.

Fundante porque carrega a potencialidade de refundar a sociedade e os seus valores, e por consequência os valores do Estado. Profundas, ramificadas, entrelaçadas e tramadas porque a autogestão, como princípio da economia solidária e como movimento social deve construir a competência de protagonizar a auto-eco-organização do paradigma de *outro mundo possível*. Um auto-eco-organizar que supere a fragmentação da luta e junte os diferentes movimentos sociais, respeitando suas diferenças, porém construindo pautas de lutas comuns potencializando o florescimento de novas relações de trabalho e de novas relações sociais. Um auto-eco-organizar que permita a construção de pontes e conexões que conduzam transparência nas relações dentro e entre os diferentes movimentos sociais, sujeitos protagonistas de uma realidade social em processo. Sujeitos capazes de construir na trajetória da vida, a luta. E fazer da luta a própria história, a própria consciência de si e de sua luta, porque é a luta que gera a consciência da sujeição à realidade excludente e tirana imposta pelo capitalismo na sua versão

---

33 Conceito trabalhado por Freire (1981, p. 40-41) e aprofundado por Wanderley (2010, p. 36-38).

34 Conceito trabalhado por Morais (2002, p. 21) a partir de Freire (1981).



aprimorada de neoliberalismo ou do socialismo de Estado igualmente autoritário e perverso.

Duas falsas promessas, a primeira de um Estado mínimo para a sociedade e máximo para o capital, e a segunda, um Estado máximo para um mínimo da sociedade. Ambas centradas numa visão elitista e burocrata que acredita ser iluminada para dirigir os rumos da sociedade, esquecendo-se que a massa, maioria da sociedade, é composta de gente, de pessoas, seres humanos, portanto, portadores de inteligência e capazes de participar ativamente no processo de produção, na economia e na política. Participar e construir novos espaços públicos e de se contrapor na luta à exploração, e assim criar consciência de se auto-organizarem numa perspectiva prática de fazimento de uma nova sociedade, uma sociedade autogestionária. Isso requer utopia, na perspectiva freiriana do inédito viável.

Para Freire (2001, p. 29) “É preciso mesmo brigar contra certos discursos **pós-modernamente** [grifo nosso] reacionários, com ares triunfantes, que decretam a morte dos sonhos e defendem um pragmatismo oportunista e negador da Utopia”. Para tanto a construção de *outro mundo possível*, ou de uma sociedade autogestionária, só se dará na medida em que a participação social se efetive numa luta contra hegemônica, seja ela a luta para supera o socialismo de Estado ou o capitalismo neoliberal.

Ao se consolidar como uma prática de participação social a autogestão pode vir a ser a ponte para outra sociedade, num movimento contra-hegemônico, mas jamais será base para o socialismo de Estado, visto que este também não tem com pressuposto básico a autogestão. O Estado capitalista de matriz neoliberal ainda que represente a hegemonia enfrenta na sociedade organizada uma tímida capacidade de reação. Isso não significa que a autogestão nos empreendimentos econômicos

solidários, mesmo que caracterizada pela sua forma inovadora – por sua variante de economia solidária – garanta o direito a livre associação, pois a liberdade e a organização dos trabalhadores desses empreendimentos ficam circunscritas aos limites internos do empreendimento, visto que são cerceadas pelo mercado, pelo Estado e suas leis. Além disso, o despotismo do Estado ainda não consolidou políticas públicas capazes de dar respostas e apoio as diferentes formas de organizações econômicas horizontais não capitalistas que se organizam formal ou informalmente com base no solidarismo.

Os desafios paradigmáticos da civilização do século XXI exigem, não só uma aliança entre a sociedade civil e o Estado, mas a autogestão do Estado pela sociedade civil, um Estado público, para a sociedade, não um Estado estatal não público. Garantir a supremacia da sociedade civil diante do Estado é uma tarefa exequível apenas pelo viés da autogestão, pois ela se coloca como possibilidade inovadora e se apresenta como condição *sine qua non* para uma sociedade forte, mas ao mesmo tempo exige uma mudança paradigmática na forma de pensar e agir na civilização do século XXI.

É possível, portanto, compreender que a autogestão e a economia solidária estão se colocando para esse debate, para esse enfrentamento. Se elas vão promover uma aliança entre a sociedade civil e o Estado, está explícito que não será dentro dos pressupostos estatistas ou neoliberais. Tampouco sabe-se se a autogestão vai se consolidar ao ponto de decretar o fim do Estado ou a supremacia da sociedade civil sobre ele. Ao menos, teoricamente a autogestão nesse contexto, por enquanto tem se apresentado como possibilidade estratégica de desenvolvimento local, um desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade e da consolidação da democracia participativa arrumando formas de

sobreviver nas fissuras deixadas pelas lacunas desses modelos fracassados de gestão social.

A autogestão insere-se no conceito da sociologia das emergências que para Santos (2008, p. 116) “[...] consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se construindo no presente através de actividades de cuidado”. Esse cuidado com o presente comporta com ele o “Ainda-Não, é a consciência emancipatória” (SANTOS, 2008, p. 117) que a autogestão carrega na sua gênese.

Assim, a autogestão tem o desafio de enquanto alternativa emergente não se deixar prender pelo despotismo de nenhuma dessas verdades históricas e se colocar a serviço da vida nas suas diversas formas de manifestação, pois ela comporta a ideário de *outro mundo possível*.

### **3.3 Sociedade civil, Estado e empreendimentos econômicos solidários**

Na tentativa de uma sumária constituição histórica do conceito de sociedade civil e o seu papel no processo de redemocratização, o brasileiro Sérgio Costa (2001, p. 37) afirma:

O conceito de sociedade civil, recuperado no contexto dos processos de (re)democratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos 70 e 80 [século XX] e reimportado pelos europeus ocidentais e norte-americanos a partir de então, é, como se sabe, tão velho quanto a própria ciência política, sendo-lhes inscritas em seus muitos anos de vida e por diferentes tradições teóricas conotações diversas e nem sempre conciliáveis.

Nota-se que não há consenso a respeito do conceito da expressão *societas civilis*. A contradição está implícita no próprio conceito de sociedade civil. O que é consenso na tradição dessa discussão é a sua relação com o conceito de Estado, isso vem desde os gregos. Para Aristóteles, sociedade civil correspondia a uma ‘comunidade pública ético-política’. Aqui é possível perceber, como argumenta Beck (1999, 121), que

Sociedade e Estado cobrem o mesmo espaço e são pensados, organizados e vivenciados como sendo um mesmo limite [...] O Estado territorial se transforma em um *container* da sociedade, no qual as aspirações de poder e controle do Estado fundamentam e delimitam a sociedade.

No entanto, essa visão clássica do século XVIII não vai perdurar, pois segundo Gransow (1990), citado por Costa (2002), “o Estado não é uma extensão imediata da sociedade civil”.

A modernidade trouxe com ela o desmantelamento do Estado pelo avanço da globalização hegemônica, e com o fim do Estado de bem estar social – *welfare state* –, que reinou nos países desenvolvidos no período do pós-guerra até meados do final do século XX, ocorrendo, quase que, um consenso de que é preciso colocar limites ao poder estatal no sentido de preservar a sociedade civil. Isto se justifica, visto que a globalização econômica, política, ecológica, e cultural e o poder hegemônico das empresas transnacionais promovem a “[...] tarefa de jogar os Estados nacionais uns contra os outros” (BECK, 1999, 122).

Continuando na linha de raciocínio de Costa (2002, p. 39), é possível afirmar que:

A construção social própria à ordem capitalista, que compreende o conjunto das organizações sociais, as formas culturais correspondentes, bem

como a infraestrutura econômica que sustenta essa estrutura social é denominada por Marx (como em Hegel) *bürgerliche Gesellschaft*, expressão que figura nas traduções ora como sociedade civil, ora como sociedade burguesa [...] Na ordem capitalista, a sociedade civil constitui a um só tempo a fonte e a expressão do domínio da burguesia.

A maioria dos autores que trabalham o tema também compreende que a relação entre sociedade civil e Estado é objeto de reflexão sistemática da antiguidade clássica a modernidade. Quando busca explicitar a perspectiva de Hegel, Restrepo (1990, p. 64), afirma:

O que caracteriza a diferença entre sociedade civil e Estado é, a natureza, particular ou geral, do interesse que move os homens à ação ou do bem que buscam por meio dela. Às ações que derivam de um interesse particular dão origem a sociedade civil. E se inscrevem nela. Por outro lado, o Estado é o produto de uma ação que obedece ao interesse geral de toda a coletividade. Dirige-se ao bem universal.

A postura conceitual de Hegel é fundamental para parametrizar a diferença entre o social e o político, porque para ele a sociedade civil é um 'sistema de necessidades' que procura atender suas demandas na interação dos homens em sociedade e através da comunicação.

Essa concepção de sociedade civil foi um fio condutor para Marx. Segundo Restrepo (1990, p. 70-71):

Não é possível encontrar em Marx um conceito único e acabado de sociedade civil [...] O conceito de sua existência ilusória, de sua não existência real, estabelece nela uma distinção e uma relação dialética entre dois níveis: os meios de produção e as relações sociais de produção [...] As relações sociais capitalistas são conflitivas, e a relação de

classes é antagônica [...] O capital é trabalho morto e o trabalho é capital vivo. Todas as relações sociais capitalistas estão contaminadas por essa oposição antagônica. Essa rede de relações sociais – sociedade civil – só existe como unidade enganosa, na medida em que sua divisão e enfrentamento permaneça oculta, acobertada pela ideologia ou reprimida pela força do Estado. Do contrário, já não há sociedade, mas luta aberta de classes. Revolução, em última instância.

Mas, como bem demonstra Bobbio (1982, p. 26), “Gramsci é o primeiro escritor marxista que, em análise da sociedade, serve-se do conceito de sociedade civil, inclusive, reportando-se textualmente a Hegel”. Há, portanto, uma relação de raciocínio entre os autores, uma vez que o Estado esta a serviço da classe dominante. É nesse quadro de perversidade e de subserviência total do Estado ao capital que se percebe cada vez mais o aprofundamento de alienação e constante exploração dos trabalhadores.

Talvez a solução desse enigma, esteja em Gramsci. Este compartilha da crítica marxiana à ordem burguesa, o que difere de Marx é a teoria de Estado Gramsciana, que amplia dialeticamente algumas de suas teses, quando coloca o partido político – *intelectual coletivo* – como a organização capaz de promover a hegemonia. “Ao partido é dado a tarefa de dirigir o processo cultural de ampliação da consciência da classe trabalhadora, corporificando, simultaneamente, o nível mais alto de consciência resultante desse movimento” (COSTA, 2002, p. 41).

Restrepo (1990, p. 75), argumenta na mesma direção, segundo ele:

Gramsci pensa que o vínculo entre sociedade política e o Estado, para a transformação revolucionária, deve ser o Partido classista. [...] Gramsci propõe duas instâncias da prática social: a

*sociedade civil e a sociedade política.* Fiel e intuição essencial de Marx, põe na base de sua noção de sociedade civil a atividade econômica, a extração de mais-valia e a existência de classes em conflito. Mas inclui no conceito de sociedade civil uma dimensão nova: a ‘direção intelectual e moral’ de uma classe em relação a um conjunto social.

Gramsci apela para a autoconsciência crítica e por uma *filosofia da práxis* que seja capaz de superar a visão elitista e preparar a *massa* para a gestão do Estado.

Deve-se sublinhar a importância e o significado que têm os partidos políticos, mundo moderno, na elaboração e difusão das concepções de mundo, na medida em que elaboram essencialmente a ética e a política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções. Os partidos selecionam individualmente a massa atuante, e esta seleção se opera nos campos prático e teórico com uma relação tão mais estreita entre teoria e prática quanto mais seja a concepção vitalmente e radicalmente inovadora e antagônica aos antigos modos de pensar [...] Os partidos são os elaboradores das novas intelectualidades (GRAMSCI, 2006, p. 105).

Sendo os homens resultado de um processo histórico, cabe então aos intelectuais orgânicos o desenvolvimento de conceitos críticos previamente sistematizados e organizados para com coerência, orientar e redirecionar a sociedade de forma radical e inovadora numa perspectiva diferente da historicamente conhecida. O partido político coloca-se a serviço da formação de lideranças para a classe trabalhadora.

Se por um lado Marx coloca o Estado como um instrumento de classe, portanto, “não é o Estado que condiciona e regula a sociedade

civil, mas a sociedade civil é que condiciona e regula o Estado” (ENGELS, 1948; in: BOBBIO, 1982, p. 23). Para Gramsci, há uma junção de sociedade política e de sociedade civil, apesar das contradições elas estão permanentemente ligadas, em uma interlocução direta. E essa interlocução igualmente ocorre entre: Estado e sociedade civil, “[...] o Estado é uma instituição: instrumental, particular, subordinado e transitório” (BOBBIO, 1982, p. 23-24). Enquanto para o primeiro a ideologia se mostra como uma visão equivocada ou errônea da sociedade, para o segundo a ideologia predomina como visão de mundo e de cultura – visão hegemônica. Assim, a sociedade oscila em momentos de maior coerção ou maior hegemonia na busca de equilíbrio. Para Gramsci,

O que caracteriza o Estado democrático não é tanto o monopólio da força, quanto o consenso, a real hegemonia [...] o ‘monopólio’ da direção intelectual e moral. A ideologia não é, pois, um terreno a serviço da dominação. É um campo comum em disputa entre as classes. Mas a ‘luta’ pelo consenso não tolera o exercício da coação (RESTREPO, 1990, p. 76).

Percebe-se que Gramsci avança na sua concepção sem perder a essência de Marx. O antagonismo da luta de classes, a revolução em última instância se transforma em conflito civilizado e civilizador. “Da noção de sociedade civil, como mera aparência enganosa, Gramsci nos remete a um conceito de sociedade civil real, embora atravessada por conflitos profundos” (RESTREPO, 1990, p. 76).

Bobbio (1982, p. 32), insiste em afirmar a “[...] inovação de Gramsci em relação a tradição marxista. A sociedade civil, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas ao da superestrutura”. É na verdade um termo de mediação entre estrutura e superestrutura, entre sociedade civil e sociedade política, entre hegemonia e dominação que visa a superação. Não é o fim do Estado, pelo fim do Estado, mas



sim a busca de uma ‘sociedade regulada’. O fim do Estado significa uma reabsorção da sociedade política e da sociedade civil. Conforme preconiza Bobbio (1982, p. 52),

A aparente ambiguidade depende da real complexidade do bloco histórico, tal como Gramsci o teorizou: ou seja, o fato de que a sociedade civil é momento constitutivo de dois movimentos diversos, do movimento que vai da estrutura à superestrutura e do que se processa na própria superestrutura. De dois movimentos que se processam interdependentemente, mas sem superpor-se: o bloco histórico será um bloco no qual também essa ambiguidade será resolvida, graças a eliminação do dualismo no plano superestrutural, precisamente a eliminação em que consiste, no pensamento de Gramsci, o fim do Estado.

Propostas paradoxalmente opostas às teorias de reforma do Estado defendidas e implementadas na década de 1990, quando,

Ficamos encurralados entre dois discursos, duas culturas, que não se comunicam nem se completam. De um lado, estão os que se concentram no tema modernização, mobilizando em seu favor a ideia de que é preciso adotar novos procedimentos gerenciais e transferir, para a sociedade civil<sup>35</sup>, encargos e atribuições antes exclusivas do Estado. De outro lado, estão os que se voltam para a denúncia e a resistência em nome dos direitos sociais<sup>36</sup>, de uma sociedade mais justa e da mobilização dos interesses subalternos, marginalizados ou não privilegiados (NOGUEIRA, 2004, p. 52).

---

35 Nessa visão leia-se corrente teórica do terceiro setor vinculada ao projeto neoliberal de Estado mínimo, ou de desconstrução do Estado mediante políticas de privatização, terceirização e parceria público-privado orientadas para a visão gerencial de Estado voltada para o mercado.

36 Nessa visão se encaixam os movimentos sociais mais ligados as propostas de gestão dos partidos ditos socialistas. Com maior interferência do Estado na economia em

Essas duas propostas reformistas colocadas como verdades absolutas criaram um vazio desproporcional entre necessidades e a capacidade de intervenção e participação social, se por um lado, criaram uma agenda gerencial estatal burocrática descompromissada com os temas sociais, por outro, se limitaram a reclamar dos efeitos nefastos da hegemonia da globalização e ficaram impedidos de pensar um projeto político para o país. Isso decorre inevitavelmente porque em última instância o que predomina para o capital é a força, representada pelas exigências e imposições da Globalização, que para Beck (1999, 46-47),

Significa a experiência cotidiana da ação sem fronteiras da economia, da informação, da ecologia, da técnica, dos conflitos transculturais e da sociedade civil, e também o acolhimento de algo a um só tempo familiar mas que não traduz em um conceito, que é de difícil compreensão mas que transforma o cotidiano com uma violência inegável e obriga todos a se acomodarem à sua presença e a fornecer respostas.

E a resposta aqui é transformar o Estado em um Estado gerencial. Diante emergência dessa ótica do paradigma gerencial do Estado, e da desvalorização da política a sociedade latino-americana e brasileira dobrou-se aos fatos e o “Estado foi, assim, convertido em um fardo e custo [...] O Estado tornou-se um inimigo, algo a ser combatido” (NOGUEIRA, 2004, p. 44-46).

É bem verdade que diante dessa ausência do Estado e da supremacia do mercado e da competitividade gerada pela globalização a sociedade procurou no voluntarismo, na solidariedade e no empreendedorismo autogestionário formas de organização e de defesa. Diante da crise do desemprego e do empobrecimento e da ineficácia do Estado, a maioria das pessoas passou a crer que Estado era algo

---

forma de monopólio de Estado.

inútil preso a burocracia ineficiente. Em que pese muitas correntes teóricas defenderem um Estado forte assumindo responsabilidade com as questões sociais o que predominou foi a implementação da matriz neoliberal. E a realidade mostra outra face, pois “Nenhuma reforma do Estado feita sob o capitalismo tem como se objetivar *contra* a burocracia, em nome de algum ‘defeito estrutural’ que esse modelo conteria [...] Um processo reformador com essa orientação não teria como fortalecer a si próprio, já que é, em boa medida, das condições mesmas da sua limitação” (NOGUEIRA, 2004, p. 42- 44). Pois o capitalismo socializa apenas a produção, não os seus resultados, essa é a sua gênese e o seu objetivo, e em torno dessa ótica é que se busca a organização do Estado gerencial.

Se eficiência gerencial é fundamental, não se deve abrir mão da importância da política, tampouco da ética numa perspectiva pedagógica e educativa. Assim, deve-se buscar um ‘Estado-ético’. Essa visão gramsciana,

É a dimensão mais articulada com a sociedade civil, que pensada como ‘hegemonia política e cultural de um grupo social sobre a sociedade’, conforma o próprio ‘conteúdo ético’ do Estado. Enfim, a distinção entre gestão e imagem ético-política do Estado nos leva a conhecida formulação de que o Estado é sempre uma composição dialética de sociedade política e sociedade civil, ‘hegemonia coraçada de coerção’ (NOGUEIRA, 2004, p. 50)

Nesse sentido, vale lembrar do Estado-nação, pois segundo Habermas (1995, p. 87), citado por Wanderley e Vigevani (2005, p. 218-219)

[...] o seu surgimento propiciou uma base sobre a qual pôde se articular e institucionalizar a ideia republicana de comunidade. Diante da crise da

globalização talvez seja o Estado-nação o mediador do diálogo complexo entre sociedade política e sociedade civil. Porque a Sociedade civil é um espaço que preenche de conflitos, originários de distintas e divergentes visões de mundo, interesses e projetos políticos defendidos pelas classes, setores e segmentos sociais.

Está latente aí a polêmica discussão levantada sobre as contradições sobre o espaço público e o espaço privado. Para Fleury (1994, p. 12), “A distinção entre Estado e sociedade civil diz respeito à separação que se processa entre a esfera do poder político e a esfera produtiva onde vigoram os interesses econômicos particulares, encontrando-se na polarização público/privado a expressão desse fenômeno”.

Dessa forma, a sociedade civil precisa protagonizar esse diálogo, deve ser forte para se colocar como um sujeito do processo, e não como espectadora apenas ela precisa navegar imprecisamente pela heterogeneidade da sociedade civil, pois, a

Heterogeneidade da sociedade civil é uma expressão da pluralidade política social e cultural que acompanha o desenvolvimento histórico [...] não se pode conceber a sociedade civil como homogênea e virtuosa. A sociedade civil é composta por uma heterogeneidade de atores sociais (entre eles, atores conservadores), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democratizantes (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 27).

A sociedade civil, na sua heterogeneidade precisa superar a dicotomia entre sociedade civil e Estado, respeitando os distintos

interesses dos mais diversos sujeitos comprometidos com essa nova perspectiva social. Nesse caso, igualmente a Wanderley (1992, p. 142),

Prefiro o uso do termo *sujeito*, como aquele que faz a ação ou a dirige, ou, num sentido mais filosófico, o homem como sujeito livre e igual, dono de si mesmo e da natureza, construtor do seu mundo, defensor de direitos e da subjetividade. Ao contrário de *ator*, como aquele que desempenha um papel dentro de um texto, no palco ou na tela.

Urgentemente é a necessidade de resgatar a capacidade de politização da sociedade civil, bem como do Estado. Estes que se apresentam como atores, precisam inevitavelmente assumir a condição de sujeitos políticos. Essa busca por reconceituar o Estado, e politizar a sociedade civil, significa recuperar também o conceito de sociedade civil gramsciana, que nas argumentações de Barbosa (2007, p. 84), leva,

Compreender a sociedade civil como arena política de exposição de consensos e conflitos entre sujeitos sociais, e portanto como território da disputa por hegemonia, significa toma-la como elemento novo para a tradição política da esquerda e, conseqüentemente, na luta pela democracia.

É necessário não ficar preso à democracia representativa, e sim avançar para a democracia participativa. Esse processo de radicalizar a democracia invita a participação e cobra um avanço da compreensão desse processo. É necessário avançar nos dois sentidos da participação: Respeitando aqueles que querem manter o *status quo* e aqueles que desejam promover a transformação. Radicalizar a democracia significa respeitar o outro. E para, além disso, consolidar a democracia nas suas formas mais heterogêneas, incluindo a [...] democracia cultural, a democracia econômica e igualmente assumindo a democracia como um modo de vida” (WANDERLEY, 2010, p. 33-34). Fortalecendo

a sociedade civil organizada, e colocando-a, em primeiro lugar, como mediadora para moderar as relações entre a sociedade, o Estado e o mercado e depois numa forma mais avançada através da autogestão a grande promotora das transformações sociais requeridas em nosso tempo. Porque essa é uma questão ética, e a ética nos conduz à ideia de democracia. “[...] A plenitude do cidadão supõe que ele seja uma pessoa responsável e solidária que possua direitos solidários. Se ele os despreza a democracia se enfraquece e se empobrece. Uma democracia que seja apenas formal não é viva” (MORIN; ALMEIDA; CARVALHO, 2002, p. 101). Por isso a autogestão se apresenta como ferramenta para quebrar o formalismo do Estado e através da participação plena dar vida a democracia possibilitando que as pessoas retomem o gosto pela participação.

Se por um lado a democracia como modo de vida exige uma revisão de valores e uma postura ética das nossas relações com o outro, também exige novas práticas no cotidiano. Já “A democracia econômica consiste, portanto em inserir nos processos decisórios os diversos interesses, e particularmente os que são passíveis de serem prejudicados” (DOWBOR, 2007, p. 106). Ou seja, democracia como modo de vida, dialoga, com democracia econômica, porque essa requer a participação no processo de tomada de decisão de uma imensa maioria que sofre com as consequências de decisões deliberadas, autocráticas e centralizadas, seja no mercado ou no Estado.

No obra “O Socialismo Utópico”, Martin Buber deixa claro que Saint-Simon partia da reforma do Estado; Proudhon, da transformação da sociedade (BUBER, 2007, p. 41). É importante refletir sobre isso, porque reformar o Estado não quer dizer transformar a sociedade. Quando se fala em autogestão, pensa-se numa organização paradigmaticamente oposta à qualquer iniciativa de cima para baixo.

A autogestão, enquanto processo não se institucionaliza por decreto. Também não é uma reforma do Estado, mas sim uma transformação da sociedade que exige a participação ativa da sociedade. Portanto, tomar o Estado e estabelecer um governo e uma constituição pseudo-socialista, não significa transformar a sociedade. Estatizar não é sinônimo de participar, tampouco de tornar público.

Só se pode lograr uma verdadeira reforma da sociedade, partindo de uma modificação radical das relações entre a ordem social e a política. Não se trata mais de substituir uma constituição política por outra, mas de fazer com que, em lugar da organização política imposta autoritariamente à sociedade, advenha uma organização proveniente da própria sociedade (BUBER, 2007, p. 41).

Essa transformação da sociedade requer uma participação qualificada como autogestão, uma sociedade que adquire consciência de si mesmo, nega o despotismo estatal ou de mercado, nega a centralização hierárquica do Estado e da propriedade privada que se converteu em cárcere da participação. Para Proudhon (1998, p. 30) “[...] o governo do homem pelo homem, sob qualquer nome que se disfarce, é opressão; a mais alta perfeição da sociedade se encontra na união da ordem e da anarquia”. Para superar essa contradição Proudhon propõe o mutualismo e o federalismo, pois pra ele a liberdade é essencialmente organizadora. “Mutualismo, organização da economia baseada na reciprocidade de serviços e federalismo, organização da ordem política baseada na irmandade dos grupos, são só dois aspectos da mesma estrutura” (BUBER, 2007, 47). Se mutualismo é a organização econômica baseada na reciprocidade entre produção/trabalho e remuneração é a base da relação da autogestão, pois centra-se na solidariedade, na reciprocidade, e na fraternidade. Já o federalismo centra-se nas relações interpessoais e intergrupais sem escala hierárquica, não há subordinação nas relações

entre as pessoas, nem entre os grupos as relações se estabelecem numa ótica de cooperação, de responsabilidade mútua, e de direitos recíprocos.

Existe mutualidade, reciprocidade – escreve ele – quando numa indústria todos os trabalhadores, ao invés de trabalharem para um empresário que lhes paga, ficando com o seu produto, trabalham uns para os outros, fabricando um produto comum, cujos lucros dividem entre si. Estendamos, agora, o princípio de mutualidade que une o trabalho de cada grupo às associações de trabalho concebidas como unidades, e teremos criado uma forma de civilização que, de qualquer ponto de vista, político, econômico ou estético, se distinguirá totalmente das civilizações anteriores” (BUBER, 2007, p. 44).

Veja que o princípio da mutualidade exclui qualquer forma de expropriação e de exploração, o que é um elemento determinante para distinguir uma sociedade autogestionária de outros tipos de sociedade. Já o federalismo impõe relações equilibradas pois

O federalismo implica não só uma identidade de forma entre organização econômica e a organização política mas também uma distinção entre uma e outra: supõe que os grupos produtores, longe de abandonarem os seus direitos a uma autoridade ávida de se desenvolver, conservariam seus poderes de decisão econômica e não encontrariam no Estado senão um meio de expressão ou de estímulo. O federalismo, colocando o princípio da limitação do poder central pelos poderes particulares e os agrupamentos locais, quebra o dogma da razão de Estado e a tendência comum dos Estados à concentração (TRINDADE, 2001, p. 10; In: MONTEBELLO, 2009, p. 46)



Não se trata apenas de uma forma diferente, mas uma forma equilibrada de relações imparciais entre o particular/local e o central/global. Trata-se de uma relação de equilíbrio de poderes, sem privilégios para um ou para outro. É um equilíbrio que só pode ser garantido por novas relações de trabalho centradas em processos coletivos. Proudhon era radicalmente contra a revolução social pelo político, para ele a revolução social estará comprometida se ela não passa antes pela revolução econômica, ou seja, pelo processo de auto-organização dos trabalhadores.

A revolução social só ocorrerá na medida em que os trabalhadores tomarem consciência de sua exploração, e se organizarem autogestionariamente no processo de produção, na sua base. “Trata-se da clássica separação entre o político e o econômico, onde a não-gestão da economia pelos produtores se articula com a não-gestão do social, do político” (BRUNO, 1985, p.48-50). Há que se superar a cisão entre político e econômico porque a eliminação de intermediários é pressuposto básico para a autogestão e o germe da autogestão está no processo de produção, ou seja, no econômico, e a fragmentação entre o econômico e o político, ou a priorização do político sobre o econômico simplesmente consolida a fragmentação entre quem pensa e quem executa, abrindo espaço para os *políticos profissionais* e para os tecnoburocratas, afastando cada vez mais os trabalhadores da possibilidade de consolidar novas relações de produção baseadas na autogestão, porque não se pode confundir organização ou auto-organização com burocracia.

Boaventura de Sousa Santos (2010, p. 2) recentemente afirmou: “A esquerda tem o poder político, mas a direita continua com o poder econômico”. O que reforça a tese de que o econômico domina o político. O autor afirma que

A esquerda nas duas últimas décadas comprou as teses neoliberais. Aquela esquerda que tem a pretensão de chegar ao governo em muitos países – com exceção de alguns países do continente, como Equador, Bolívia ou Venezuela – acabou por aceitar que o mercado é um princípio de eficiência fundamental, que é melhor que o Estado, que a desregulação é importante, que a iniciativa privada é importante. Ou seja, a esquerda ficou desarmada (Id).

De nada adianta ter um Estado socialista, se te a base das relações sociais obedecendo ao princípio do mercado, o lucro. Por isso é fundamental que a revolução social ocorra pela formação de consciência da base para o topo e não inversamente.

Segundo Montebello (2009, p. 46-47) referenciando Proudhon (2001, p. 87),

O que está em jogo entre as antinomias das relações políticas e as relações econômicas é o esforço pela participação direta, é a luta pela ampliação do princípio da liberdade diante do princípio da autoridade. A participação direta dimensionada por um *contrato sinalagmático e comutativo*. Sinalagmático ou bi-lateral, diz Proudhon seguindo o Código Civil “[...] quando os contratantes obrigam-se reciprocamente uns em relação aos outros [...] quando cada uma das partes se compromete a dar ou fazer uma coisa que é considerada como equivalente ao que se lhe dá ou ao que se faz por ela”. Assim, já desde a noção de contrato, *a forma de organização política desaparece* diante da relação direta estabelecida entre os contratantes, que se desvincilha da *representação*, do fundamento do governo centralizado e hierárquico, que exige o sacrifício de vontade, a delegação em nome da conservação da paz, do bem *maior geral*.

Segundo a autora para Proudhon, os homens são livres para estabelecer seus contratos sem a intervenção do Estado ou da propriedade. Além de livres são autônomos. Considera, entretanto, que se o contrato social pode ser acertado entre dois produtores – e quem duvida que, reduzido a estes termos simples, ele não possa ter solução? –, ele pode ser acertado igualmente entre milhões, pois que sempre se trata da mesma obrigação, e que o número de assinaturas, ao torná-lo cada vez mais eficaz, não acrescenta aí um artigo (PROUDHON, 1998).

Esse contrato também pode ser estabelecido por unidades autônomas autogestionárias

Entendiendo por autogestión la gestión democrática o colectiva de los recursos por parte de los productores directos y em función de sus intereses y necesidades; y entendiendo por asociatividad la unión de esfuerzos y recursos por parte de unidades autônomas y emprendidos para beneficio común de los participantes (NÚÑEZ, 2007, p. 111).

Com a ideia da simplificação, através do contrato estabelecido livre e autonomamente pelos trabalhadores vem a negação do governo de cima para baixo e a transação voluntária, é a negação mesma da ditadura da coletividade sobre o indivíduo, a negação do Estado como proprietário. E a elevação do indivíduo a condição de sujeito autônomo que tem o direito a livre adesão.

A falta de liberdade expressa no autoritarismo antidemocrático estatal, na centralização do processo decisório numa instância burocrática que exclui a democracia por decreto seria superada pelo equilíbrio da liberdade e a ordem viria pelo federalismo, para o qual o verdadeiro problema é o econômico, não o político. E o federalismo é a base dessa forma de organização, através das associações de operários

em produção. “Realizar o socialismo pelo poder e, o que é pior, servir-se do socialismo para chegar ao poder” (PROUDHON, 1998, p. 37). É um equívoco porque uma revolução não se impõe pelo alto. Daí a importância da autogestão.

Para Núñez S (2007, p. 114)

El proyecto asociativo autogestionario constituye históricamente la síntesis posible de los ideales y potencialidades encerradas y desencadenadas por la revolución francesa, la revolución comunista y los movimientos libertarios: libertad, igualdad y fraternidad respectivamente. Señalando críticamente a la libertad burguesa por convivir con una escandalosa desigualdad entre las clases, naciones o géneros, producto de su gran culto al mercado; señalando críticamente la igualdad comunista por convivir con el marginamiento a la libertad, producto de su gran culto al Estado; y señalando críticamente todos los esfuerzos anteriores de cooperación y solidaridad por su parcelamiento y falta de estrategia para connotar el proceso histórico en su conjunto” (NÚÑEZ S, 2007, p 114).

Um projeto associativo, verdadeiramente autogestionário, por natureza nega o deus mercado e o Estado absolutista, nega o proletariado e a burguesia como sujeitos históricos. Também nega a desigualdade e o autoritarismo estatal mercantilista e coloca nas mãos das pessoas em comunidade o protagonismo do seu próprio destino, na busca da radicalização da democracia pela distribuição da autoridade e a destituição de qualquer governo autoritário, colocando o processo decisório na base, nos grupos e nas pessoas que aderem livremente ao processo de autogestão.

Nesse sentido, o conceito de democracia econômica contribuiu para pavimentar o caminho para autogestão. Para Dowbor (2007, p.66)

“A democratização da economia representa muito mais do que um reequilíbrio político: representa um resgate do sentido das coisas, um reencontro entre os objetivos econômicos e os objetivos humanos. E reequilíbrio propugna pela sustentabilidade social, econômica, ecológica e cultural. Um reequilíbrio entre as forças de mercado, a sociedade civil e o Estado rumo a mudança paradigmática que requer uma sociedade autogestionária.

Proudhon propõe que destruir o capitalismo não significa destruir o capital. Ele passa a advogar que a única forma de destruir o capitalismo é opor-se ao seu princípio, opor-se ao lucro. E a forma de se opor ao princípio do capitalismo e organizar o crédito entre os trabalhadores. E a moeda de troca dos trabalhadores é o trabalho. A forma eficiente de destruir o capitalismo é construindo relações de troca que não visem lucro. Colocar o trabalho como um fim, e não como um meio e a forma mais eficiente de construir a autogestão.

Portanto, o socialismo proposto por Proudhon é o socialismo que visa “[...] criar a solidariedade dos trabalhadores entre eles, é criar uma garantia mútua, segundo esse princípio da economia vulgar de tudo que tem um valor de troca pode ser um objeto de troca, pode, por consequência dar matéria a crédito [...] Dessa forma dois trabalhadores podem emprestar entre si seus produtos e, se eles se combinam por operações contínuas desse gênero, organizarão entre eles o crédito” (PROUDHON, 1998, 64). Isso pode se replicar no federalismo, uma associação de trabalhadores, se associando a uma outra associação de trabalhadores, que se unirá a uma federação de associações, com o objetivo de organizar o crédito e a produção, se evidenciando a autogestão dos próprios trabalhadores e isso ele denomina de *fato revolucionário*. E essa obra pertence aos trabalhadores; é uma descoberta e uma construção dos trabalhadores, que percebem que o princípio da autogestão pode lhes

conduzir a liberdade. A liberdade não é uma imposição do Estado para a sociedade, mas uma imposição da sociedade para a própria sociedade. Não é uma imposição do capital sobre trabalho, mas uma imposição social do trabalho para a geração de riqueza e sua distribuição de forma democrática.

En la economía popular, específicamente en su expresión asociativa y autogestionaria, la acumulación se convierte en un medio y el trabajo en un fin; a diferencia Del capitalismo donde la acumulación es el fin, y el empleo e la explotación su principal instrumento para lograrlo. En otras palabras, los bienes e mercancías, son producidos o consumidos por el trabajo y em función Del trabajo, y no producidos o consumidos por el capital y em función del capital, como sucede em el régimen capitalista” (NÚÑEZ, 2007, p. 112).

Essa observação é fundamental porque muitos empreendimentos econômicos solidários enfrentam essa contradição internamente, trabalhadores associados que não se reúnem em associação para superar a lógica do capital, mas para poder competir na lógica do mercado, no empreendedorismo pelo empreendedorismo. Segundo Núñez (2007, p.114), “[...] as mulheres são pioneiras no sentido de exercitar relações solidárias de produção e consumo com base em valores de uso, e não em valores de troca resistindo a mercantilização própria do sistema capitalista”. Há que se cambiar o paradigma do capital para o trabalho. E nesse sentido, é preciso se apropriar da sensibilidade feminina, se apropriar da sua forma de cuidar do outro que a maioria das mulheres carregam com naturalidade.

Para Singer (1998, p. 10), a “Revolução social designa o processo de passagem de um sistema sócioeconômico (ou formação social) a outro”. Nesse sentido o autor sugere que se separe o conceito

de revolução social e de revolução política. Pois para o autor o conceito de revolução política ofuscou a possibilidade de revolução social. As experiências fracassadas de socialismo de Estado não permitiram a revolução social de base. Assim parece que Singer dialoga na perspectiva de Proudhon, pois ambos afastam a possibilidade de um sujeito histórico de realizar a transformação social. Para eles, a revolução não é obra de ninguém é o resultado de um processo de participação das bases. “Uma revolução verdadeiramente orgânica, produto da vida universal, mesmo que tenha seus mensageiros e seus executores, não é verdadeiramente obra de ninguém” (PROUDHON, 1998, p. 144). Nem do partido, nem do Estado e sim do protagonismo dos trabalhadores organizados em autogestão.

Un proyecto autoritario, sea liberal o socialista, tiende a fortalecer al Estado. Y un proyecto libertario, sea liberal o socialista, tiende a fortalecer a la sociedad civil. Si nosotros estamos a fortalecer el Estado, se debilita la sociedad civil. Si nosotros estamos por fortalecer la sociedad civil, vamos debiliar al Estado, es decir, el poder, o mejor dicho, el poder político (porque hay otras expresiones de poder: el poder sexual que tiene el macho, y queremos destruir si somos autogestionarios, si estamos pela democracia cotidiana). Si estamos por eliminar el Estado em tanto aparatos de poder, vamos tener una sociedad civil autogovernada, llamémosla como le llamemos. No le llamemos anarquia porque é uma palabra muy equívoca; llamémola sociedad democrática, una sociedad civil autogestionaria, un proyecto autogestionario, o un socialismo libertario (NÚÑEZ, 2007, p. 144).

Não interessa muito a denominação, a terminologia, o que interessa é se o processo de organização do trabalho livre e associado está garantindo novas relações de trabalho. Se os trabalhadores estão

se apropriando das ferramentas do processo de tomada de decisão e garantindo a qualidade da participação.

Nota-se que no Brasil a sociedade civil não tem conseguido se sustentar na condução do Estado, a sociedade civil não tem autonomia diante do aparelho estatal, não há ainda uma cultura de poder de baixo para cima que dê sustentabilidade para que a sociedade civil seja a controladora do Estado. Presenciaram-se avanços e recuos, momentos de mobilização social interessantes, porém esporádicos. Precisa-se construir mecanismos eficientes de participação para controlar o Estado.

A proposta federativa, por exemplo, veio por outorga de leis e conchavos de cúpula, e mesmo por imitação. Não foi construído sob as bases sublevadas contra a exploração do centro, exceto em raros momentos de separatismo local. Nunca ouve um marco zero, a partir do qual tudo poderia se redefinir. Ao contrário, ouve uma acumulação insistente de direitos adquiridos pelas cúpulas, que cada vez mais se julgam intocáveis. Todas as grandes democracias se curvaram a essa necessidade histórica de recomeçar do início, sem direitos adquiridos. Aí, surge um Estado decorrente, não-fundante. No Brasil, continua fundante: define a sociedade que prefere, define os limites da federação, conserva sindicatos como repartição pública, define direitos populares cuja viabilização não garante, como educação primária, define a defesa do cidadão e do consumidor, pretende sozinho controlar preços, e assim por diante (DEMO, 1999, p. 100).

Num espaço federado no qual um projeto próprio de desenvolvimento local sustentável predomine, o Estado só aparece para articular o todo, para dar equilíbrio entre as relações, o centro não tem autonomia e existe com o objetivo de servir as determinações da base; é a base que define estratégias para o centro e não o contrário. Efetivamente



o poder é exercido de baixo para cima. Nossa peregrinação democrática tem mostrado que o Estado é marcado pela excessiva burocracia e igual ineficiência, no qual a qualidade de serviços públicos de longe atende as expectativas de quem está na base. Por isso o controle do Estado bem como o controle do mercado não virá como benesse, mas como conquista da organização popular. Se hoje, o Estado, em algumas raras circunstâncias, procura frear a voracidade do capital sobre a sociedade é porque há uma participação da base exigindo isso; isso foi uma conquista determinada pela organização dos trabalhadores. Da mesma forma para frear a volúpia espoliativa, seja do Estado, seja do capital, só o controle democrático que deve se originar nas bases e na medida em que essas souberem se organizar pode dar uma resposta efetiva. É fundamental que a sociedade se organize em suas bases para, não só limitar o autoritarismo do Estado, mas para efetivamente controlá-lo, e a partir daí controlar o mercado.

De nada adianta lutar pela desatrelação do Movimento de Economia Solidária do Estado se na sua forma de organização, dentro do movimento predominar a hierarquia e a burocracia e se o conjunto dos trabalhadores permanecerem distante do processo de tomada de decisão. É fundamental que a legitimidade da força venha das bases organizadas, ela só será revolucionária se for legitimada pela base e se a base estiver unida conscientemente em favor de um propósito coletivo e radicalmente democrático.

Delegar a luta é abrir mão dela, os trabalhadores não lutam por delegação, não existe entidade que possa substituir o movimento autogestionário no processo da construção de novas formas econômicas, novas relações de produção que superem as relações de produção capitalistas baseadas na competitividade e se assumam no cotidiano como uma *práxis* democrática e solidária, na qual o trabalho passa a ser

criativo, onde os trabalhadores se realizem pelo trabalho reinventando suas relações, sua tecnologia, seus processos e essas articulações permitam que os trabalhadores autorganizados retomem a dinâmica deles próprios de determinar o ritmo, o planejamento e os resultados do trabalho, num espaço de cooperação e solidarismo que religue o processo entre quem pensa e quem executa.

Trata-se de negar o positivismo racional da administração heterogestionária e burocrática, e também de negar a tomada de poder estatal por um grupo de lideranças e construir nesse processo de transformação de relações a vanguarda própria do conjunto dos trabalhadores visando superar a subordinação ao mercado, ao Estado e a todo o sujeito que se pretende histórico. O único sujeito histórico capaz de transformar as relações de produção é aquele que produz, é o trabalhador. Só o trabalhador autônomo e de forma autogestionária competente e consciente é capaz de promover a transformação das relações de produção e as demais relações de dominação as quais foi subjugado no sistema capitalista.

A economia solidária, através da autogestão, pode levar através da organização dos trabalhadores a novas relações de produção que superem essa relação de subserviência? A economia solidária é uma utopia possível? Sim, mas na medida em que os trabalhadores como únicos sujeitos históricos tiverem a sensibilidade de protagonizar essa utopia através da solidariedade. “Utopia onde se encontram associados o passado que não se nega, mas se combate enquanto destino, e o futuro que se aceita, principalmente como perspectiva” (BRUNO, 1985, p.87). Perspectiva em construção, construção autogerida.

Há também outra lição a tirar, a lição ética essencial: incorporar as nossas ideias em nossa vida. Quantos humanistas e revolucionários nas ideias vivem de maneira egoísta e mesquinha! Quantos emancipadores

em discurso são incapazes de dar um pouco de liberdade aos seus próximos! Quantos professores de filosofia esquecem de aprender um pouco de sabedoria! Devemos tentar assemelhar-nos um pouco com as nossas ideias (MORIN, 2005, p. 141).

Essa perspectiva da economia solidária, da autogestão, da democracia como modo de vida perpassa pela concretude *ética essencial* dos pequenos gestos e ações do cotidiano, responsáveis por resgatar a esperança em outro mundo possível. De nada adianta lutar por um mundo autogestionário se as práticas são autoritárias. Superar essas práticas é um exercício cotidiano para consolidar a autogestão.

## CAPÍTULO 4

### LIMITES E POSSIBILIDADES DA AUTOGESTÃO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS (EES)

#### 4.1 Perspectivas institucionais

O início do século XXI chegou carregado de esperança e na contra mão da visão hegemônica em especial para se contrapor ao pensamento e à arrogância da elite econômica mundial simbolizada pela reunião anual do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, nas montanhas da Suíça, em 2001 surgiu o Fórum Social Mundial (FSM). Com a pretensão de se contrapor a ordem econômica hegemônica neoliberal o FSM se auto-eco-organizou como um espaço contra-hegemônico. Para Santos (2005)

O Fórum Social Mundial é a manifestação mais consistente e global da resistência contra o neoliberalismo. Nele se congregam movimentos e associações dos mais diversos países, atuando nas mais diversas áreas de intervenção, irmanados na luta contra a exclusão, as desigualdades e as discriminações sociais e a destruição da natureza produzidas ou intensificadas pela globalização neoliberal. Fazem-no em nome da aspiração comum de que um outro mundo é possível, um mundo mais justo, mais solidário e mais equilibrado nas suas relações com a natureza.

Num momento de ausência do Estado brasileiro, ou de um Estado totalmente comprometido com o neoliberalismo, a virada do milênio em especial no Brasil dava sinais e pistas de que o país precisava rever a sua trajetória. Era preciso de um fenômeno social e político novo

que contribuiu para essa reflexão, e o FSM acabou sendo esse espaço. Foi nesse contexto de profundas transformações, utopias e realidades que pré-anunciava o novo milênio que se gestou a economia solidária no Brasil.

Com o processo de redemocratização do país, nos idos de 1980, os movimentos sociais voltavam a protagonizar experiências coletivas. Experiências de economia solidária mais pujantes sugeriram como resposta dos trabalhadores, que ainda em 1990, ocupavam fábricas falidas. Também vinham ocorrendo em Estados e municípios cujos governantes eram mais progressistas. Nesse período, também surgiram as primeiras experiências de incubação de empreendimentos econômicos solidários dentro das universidades brasileiras. Essa ambiência favorável e o compromisso dos sujeitos que constroem a economia solidária no país oportunizou a criação do

Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT-Brasileiro), composto de redes e organizações de uma diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades, práticas governamentais de políticas sociais, práticas de apoio ao crédito, redes de informação e vínculo às redes internacionais. As doze entidades e redes nacionais que em momentos e níveis diferentes participavam do GT-Brasileiro eram: Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES); Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS); Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE); Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas em Autogestão (ANTEAG); Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (IBASE); Cáritas Brasileira; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST/CONCRAB); Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede

ITCPs); Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT); UNITRABALHO; Associação Brasileira de Instituições de Micro-Crédito (ABICRED); e alguns gestores públicos que futuramente constituíram a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2011).

De 2001 a 2003 o GT Brasileiro já havia realizado três plenárias. E durante a terceira criou o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) saiu daquela “Plenária com a incumbência de articular e mobilizar as bases da Economia Solidária pelo país em torno da Carta de Princípios e da Plataforma de Lutas aprovadas naquela oportunidade” (FBES, 2011). Além disso, o FBES tem por objetivo promover a interlocução da sociedade civil representada pelos empreendimentos econômicos solidários junto ao Governo Federal e outras instituições no sentido de criar espaços e políticas públicas para atender as demandas de empreendimentos populares de base coletiva.

Com a eleição do Presidente Luis Inácio Lula da Silva em 2002 houve uma reconfiguração política no país que permitiu uma aproximação dos movimentos sociais dos espaços públicos e do Estado. Assim ainda em 2003, a economia solidária ganha destaque com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) no Federal de Governo. A SENAES foi criada visando formular e articular políticas de fomento à economia solidária. Ao longo desses oito anos a SENAES abriu vários canais de interlocução do Movimento de Economia Solidária com órgãos do governo e empresas estatais que passaram a financiar vários projetos que contemplam essas alternativas.

Desde a organização do I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária, realizado em agosto de 2004 com a participação de aproximadamente 2500 pessoas o FBES o contribui decisivamente para a articulação da Economia Solidária no

país. Em 2006 e 2010, respectivamente, contribuiu para organizar a I e a II Conferência Nacional de Economia Solidária, contribuiu para a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária. Além disso, o FBES articulou a criação dos Fóruns Estaduais e Municipais de Economia Solidária que foi mais um passo para o fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária.

Neste período de apenas alguns anos de vida do FBES, vimos um expressivo crescimento da Economia Solidária e de sua organização. Se em 2002 a organicidade da Economia Solidária se manifestava em apenas cinco estados, em 2003 as plenárias estaduais foram realizadas em 17 estados. A partir de 2006, os Fóruns Estaduais estão presentes em todos os 27 estados do Brasil. O crescimento também tem promovido articulações e intercâmbios internacionais, especialmente com América Latina na Rede Intercontinental para a Promoção da Economia Solidária (RIPESS) (FBES, 2011).

A composição dos Fóruns geralmente é integrada pelos três segmentos que atuam no campo da economia solidária no país que são: os empreendimentos da economia solidária, as entidades de assessoria e/ou de fomento e os gestores públicos.

**Empreendimentos Econômicos Solidários** são organizações com as seguintes características: 1) Coletivas (organizações suprafamiliares, singulares e complexas, tais como associações, cooperativas, empresas autogestionárias, clubes de trocas, redes, grupos produtivos, etc.); 2) Seus participantes ou sócias/os são trabalhadoras/es dos meios urbano e/ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; 3) São organizações permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e

as que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; 4) Podem ter ou não um registro legal, prevalecendo a existência real; 5) Realizam atividades econômicas que podem ser de produção de bens, prestação de serviços, de crédito (ou seja, de finanças solidárias), de comercialização e de consumo solidário;

**Entidades de assessoria e/ou fomento** são organizações que desenvolvem ações nas várias modalidades de apoio direto junto aos empreendimentos solidários, tais como: capacitação, assessoria, incubação, pesquisa, acompanhamento, fomento à crédito, assistência técnica e organizativa;

**Gestores públicos** são aqueles que elaboram, executam, implementam e/ou coordenam políticas de economia solidária de prefeituras e governos estaduais (FBES, 2011).

A história do FBES se confunde com o histórico da economia solidária no país e retrata a diversidade desse segmento popular. Embora o grupo tenha criado uma identidade em torno da economia solidária, a unidade nem sempre é presente. No FBES não há unanimidade, e se propugna por práticas de autogestão. As discussões são acirradas, a crítica e a autocrítica estão sempre presentes. Fazer uma reflexão sobre sua práxis é um desafio permanente para o FBES. Outro exercício do FBES é manter o diálogo com o governo sem deixar-se cooptar pelo Estado. Articular o diálogo entre a sociedade civil e o governo no sentido de articular e consolidar políticas públicas tem sido o desafio do FBES nesses poucos anos de sua história.

Até a IV Plenária do FBES, em março de 2008, a representação nacional era composta por 16



entidades nacionais, de diferentes naturezas: de representação de empreendimentos (Abcred, Anteag, Concrab, Ecosol, Unicafes, Unisol Brasil); entidades e redes nacionais de assessoria, pesquisa e fomento (ADS/CUT, Cáritas Brasileira, FASE Nacional, Ibase, IMS, PACS, Rede ITCPs, Rede Unitrabalho); redes mistas (Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária); e a Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (FBES, 2011).

No Estado de Mato Grosso o Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MT) enfrenta dificuldade no seu processo de articulação. O espaço de construção da autogestão é um espaço de solidariedade, mas também não deixa de ser pertinente afirmar que paradoxalmente é um espaço de disputa. Os achados da pesquisa mostram características marcantes dessa disputa nos espaço públicos de construção da economia solidária. Apesar de legítimas essas disputas muitas vezes acabam atrapalhando o processo. É o caso da desarticulação do Fórum Estadual de Economia Solidária (FEES/MT).

O Fórum aqui no Estado começou a se articular entre 2003 e 2004, mas hoje está desarticulado. Nesse primeiro momento, o Fórum foi articulado por instituições universitárias puxadas pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), mas que liderava o processo era a Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso (DRT-MT) e pelos empreendimentos econômicos solidários da Baixada Cuiabana. Depois, entre 2005 e 2009, a Rede Matogrossense de Educação e Sócio Economia Solidária (REMSOL) assumiu a articulação do Fórum no Estado.

Ocorre que as relações paternalistas e autoritárias da capital Cuiabá, e da Baixada Cuiabana, se reproduziam no Fórum. As reuniões por serem em Cuiabá tinham maior participação das instituições e dos

empreendimentos da Baixada Cuiabana, e acompanhando essa visão autoritária a maioria desses participantes acreditava que o FEES/MT se resumia a participação a realidade da Baixada Cuiabana.

Quando a Remsol assume o processo de articulação ela propõe a participação integral do interior. Isso ocorre após a IV do Fórum Brasileiro de Economia Solidária realizada em 2008. Assim instaura-se uma disputa entre a capital e o interior.

*Enquanto a Remsol estava à frente das articulações do Fórum, o Fórum estava indo muito bem. Só que de repente – não é que a Remsol saiu – mas ela parou de investir. Era muita politicagem na época. Teve a dificuldade de trazer os empreendimentos do interior, para trazer o interior fica caro. Uma passagem do Araguaia para Cuiabá é cara e demora no mínimo um dia de viagem. A reunião do Fórum acabou ficando cara e não tinha recursos. As reuniões só aconteciam com os empreendimentos da Baixada Cuiabana e o Fórum Matogrossense acabou virando o Fórum da Baixada Cuiabana [...] Os empreendimentos do interior até que foram convidados. O problema era falta de recurso mesmo. É muito caro para um empreendimento vir uma vez por mês. A gente tentou fazer com que a reunião do Fórum ocorresse de três em três meses e não deu certo. Tentamos fazer uma agenda, mas também não deu certo. Até se desarticular de uma vez. (AMORIM, 2010).*

Observa-se que a falta de recursos financeiros e as grandes distâncias foram determinantes para asfixiar o processo de autogestão.

*Eu particularmente vejo que a Remsol tem se inserido mais ativamente no interior do Estado. Enquanto o Fórum está muito mais preso à região de Cuiabá a Remsol está tentando visualizar como é que estão os empreendimentos econômicos solidários em Colider, Juara, Juína, Cáceres, Tangará da Serra, na*

*Região do Araguaia em Lucas do Rio Verde. Então a Remsol tem uma visão de articular muito mais o interior do Estado. A gente tem percebido também que a Remsol está numa perspectiva de desenvolver ações muito mais efetivas e concretas nas questões que os empreendimentos econômicos solidários mais necessitam. Ações de comercialização por exemplo. Os empreendimentos deixam isso muito claro. Estamos produzindo: para quem vamos comercializar? Eu acredito que a Remsol está caminhando numa direção de buscar respostas mais efetivas para os problemas concretos que os empreendimentos estão enfrentando, percebendo, sentindo. No meu entender é um processo de consolidação dos empreendimentos e por isso há a necessidade de trabalharmos cada vez mais para ampliar essa ideia para que ela chegue realmente aos empreendimentos e elas tomem cada vez mais conta da rede (ZART, 2010).*

A fala de Zart enfoca um pouco o acirramento que se deu, e ainda se dá dentro dos espaços públicos de construção da economia solidária. Nesse sentido é pertinente um diálogo entre o interior e a capital para rearticular o FEES/MT. Os sujeitos da economia solidária precisam encontrar mecanismos de participação incluídos que superem as distâncias. No dia 30 de abril em Cuiabá membros de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e do Estado se reuniram no sentido de rearticular o Fórum. Um dos problemas centrais é a falta de comunicação do interior com a capital. Após a reunião foi tirada uma Comissão Provisória com um coordenador, um secretário e dois membros que em seis meses devem apresentar um regimento interno para o FEES/MT com base nas deliberações da IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

*As divergências são normais, elas sempre irão existir e isso é saudável para o movimento. Eu acredito que isso é ruim quando impede que o movimento aconteça.*

*Eu creio que na medida em que a gente conseguir fortalecer as organizações de base, as articulações nas micro-regiões do Estado a gente conseguirá implantar ações e superar essas divergências. O governo federal tem realizado muito investimento em políticas de fortalecimento da economia solidária nas diferentes áreas: finanças, comercialização, formação e se a gente conseguir que esses recursos cheguem de fato aos empreendimentos nós vamos conseguir de fato superar essas diferenças e fortalecer os empreendimentos, senão vamos enfrentar os mesmos problemas de outras políticas que não chegam à base. A legislação é boa, os editais são bons, mas se esses recursos não chegarem à base não vamos superar essas divergências (GOES, 2010).*

As lideranças manifestam conhecimento das divergências e partilham a necessidade do processo chegar até a base, ou partir dela. Parece-nos que houve o amadurecimento das lideranças sobre a necessidade de enfrentar essas contradições internas. Esse processo de amadurecimento se iniciou a partir da realização das conferências preparatórias para a II CONAES em 2010. Em Mato Grosso foram realizadas oito Conferências Territoriais/Regionais preparatórias para a II Conferência Estadual de Economia Solidária. As regiões foram assim distribuídas: Cuiabá; Cáceres; Colíder; Poconé, Tangará da Serra; Rondonópolis; São Félix do Araguaia; Juína (MTE, 2010). Durante a realização das conferências regionais e no processo de mobilização para a conferência estadual o Movimento de Economia Solidária foi aparando arestas que possibilitaram a convergência em torno de pontos mínimos que devem rearticular o FEES/MT.

O FEES/MT é um mecanismo de construção fundamental para consolidar o Movimento de Economia Solidária no Estado. Ainda que provisoriamente em sua proposta de Regimento Interno que está em debate o FEES/MT, no seu artigo 2º o Fórum

Tem por finalidade elaborar e lutar para implementar, em todas as esferas no âmbito Estadual, iniciativas próprias e políticas públicas, destinadas a fortalecer e expandir as práticas e valores da Economia Solidária, conforme os princípios firmados na IV Plenária do FBES, baseados na cooperação, na inclusão sócio-produtiva, na democracia participativa e no combate à qualquer forma de discriminação, exploração ou opressão, no sentido de assegurar à população em geral e aos empreendedores solidários e consumidores do comércio justo, o pleno exercício de sua cidadania, sendo seu funcionamento regulado por este Regimento Interno (FEES/MT, 2011).

A rearticulação do FEES/MT mostra mais do que o amadurecimento, mostra a responsabilidade dos sujeitos da economia solidária em garantir um espaço público de construção da economia solidária baseada na autogestão. E num quadro social de intensificação de desigualdades esses sujeitos dão uma resposta inteligente e necessária a esse processo de organização que não está livre de contradições mas apesar disso apresenta muitos pontos de convergência e é por isso que vale a pena o exercício da autogestão.

O Fórum Estadual de Economia Solidária, outros espaços públicos a vivência do cotidiano dos empreendimentos são os laboratórios de construção coletiva, são os espaços de aprendizado e troca de experiências. São os espaços próprios para ouvir o outro e fazer a autocrítica tão necessária para estimular a caminhada. Uma caminhada de avanços e recuos, de limites e de possibilidades. É o caso do Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra.

Entre 2005 e 2007 foi oferecido o I Curso de Especialização e Capacitação em Economia Solidária. O projeto realizado numa parceria entre o governo municipal Tangará da Serra e a Universidade

do Estado de Mato Grosso – UNEMAT através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT), Núcleo Unemat/Unitrabalho e os movimentos sociais do município organizados em associações, cooperativas e sindicatos. O Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra foi criado “em abril de 2007, resultado das discussões desse curso, fundado inicialmente por treze empreendimentos e cinco entidades de apoio” (NARDI, LIMA, FROEHLICH, 2011, p. 79).

Segundo Sguarezi, Borges e Zart (2008, p. 14)

Em abril de 2007, foi criado primeiro Fórum Municipal de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de continuar o processo de aperfeiçoamento do curso e contribuir para as discussões no âmbito das políticas públicas. O Fórum Municipal de Economia Solidária é um espaço de discussão e elaboração de propostas para a economia solidária no município. Ele é constituído por empreendimentos solidários e entidades de apoio. A primeira atividade programa da para o Fórum consiste em um diagnóstico de todos os empreendimentos solidários do município, para o planejamento das ações futuras.

O Curso de Especialização e Capacitação em Economia Solidária foi importante não apenas para a criação do Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra. Também contribuiu para a consolidação de uma política pública municipal de economia solidária que ofertou além de cursos, fomento para os empreendimentos econômicos solidários no município e ajudou a criar o Conselho Municipal de Economia Solidária.

O Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra também foi importante parceiro de articulação das audiências públicas junto a Remsol para a criação da Lei 8.936 de 17/07/2008 aprovada pela

Assembleia Legislativa que Instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso.

Dessa forma, o Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra está dando sua contribuição para a articulação das instituições da sociedade civil para promover a economia solidária no Mato Grosso e no país. Membros do Fórum Municipal de Economia Solidária de Tangará da Serra fazem parte da Comissão Provisória de Reorganização do FEES/MT, bem como, ocupam outros espaços importantes do processo de construção da economia solidária.

A estrutura institucional da economia solidária no Brasil ganha força e espaço no âmbito da sociedade civil e no âmbito do Estado. E os Fóruns nas diferentes esferas governamentais passam a ser os espaços legítimos dessas discussões. O *locus* de construção, de reflexão e de diálogo da economia solidária e da autogestão no país passa por essas instâncias.

A construção da economia solidária e da autogestão se faz no processo de formação, dentro e fora dos empreendimentos econômicos solidários através da metodologia do fazer fazendo, do aprender fazendo. Por isso, essa caminhada não pode abrir mão de, no cotidiano, exercitar a autogestão entre as pessoas e entre as instituições. Entre as instituições e outras instituições e entre as instituições e as pessoas sempre colocando o respeito à diversidade e a vida como condutor do processo do ponto de partida e ponto de chegada de qualquer caminhada.

Desde a perspectiva local, nas esferas municipais, estaduais até chegar a esfera federal o Movimento de Economia Solidária vem se esforçando no sentido exercitar o processo de organização autogerida. Um desses momentos importantes são as conferências que ocorrem primeiro nos municípios, depois, nas regionais estaduais, depois nos estados e enfim alcançam a esfera federal. O movimento vai se articulando

e ganhando corpo. A I Conferência Nacional de Economia Solidária (I CONAES) foi realizada em junho de 2006. Com o tema: Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento foi organizada com base em três eixos:

- Os fundamentos da Economia Solidária e seu papel para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo.
- O balanço do acúmulo da economia solidária e das políticas públicas implementadas.
- Os desafios e prioridades para a construção de políticas públicas de economia solidária, sua centralidade, a articulação com as demais políticas e os mecanismos de participação e controle social (I CONAES, 2006b, p. 2).

A I CONAES é considerada um marco importante na consolidação da economia solidária porque reuniu todos os sujeitos que fazem a economia solidária no país. Além do debate a I CONAES tirou indicativos das principais demandas do movimento e indicou estrategicamente as diretrizes para garantir as conquistas e ampliar a participação em outros espaços públicos através da criação de políticas públicas nas três esferas de governo: federal, estadual e municipal.

Em junho de 2010, foi realizada a II Conferência Nacional de Economia Solidária (II CONAES) os números a seguir expressam a dimensão do movimento nacional de economia solidária.

Antecedendo a etapa nacional, aconteceram as etapas preparatórias territoriais ou regionais e estaduais, além de Conferências Temáticas. Ao todo, foram realizadas 187 Conferências Regionais ou Territoriais abrangendo 2.894 municípios brasileiros, com 15.800 participantes



dos segmentos representativos locais da economia solidária. Nessa etapa foram discutidos livremente os eixos temáticos da II CONAES, o que gerou um conjunto significativo de contribuições para a etapa estadual. Entre os meses de março e abril de 2010, foram realizadas 27 Conferências Estaduais de Economia Solidária, com a participação de 4.659 pessoas, entre delegados/as e convidados/as. Com a mesma intenção foram realizadas 05 Conferências Temáticas que abordaram os temas das finanças solidárias, do comércio justo, da formação, do cooperativismo solidário, do etnodesenvolvimento e das cooperativas sociais. Todas essas conferências preparatórias (de base territorial e temática) contribuíram significativamente para a elaboração de um Documento Base Nacional Sistematizado e de Cadernos Temáticos que subsidiaram os debates e deliberações na Conferência Nacional. Na etapa nacional foram credenciados 1613 participantes que se distribuíram em duas categorias: delegados (as) com direito a voz e voto; convidados (as) com direito a voz; além das equipes de apoio e de organização. Durante a Conferência, os participantes avançaram no diálogo sobre os acúmulos e desafios da economia solidária no Brasil e apontaram prioridades e estratégias para o seu reconhecimento e afirmação política (II CONAES, 2010b, p. 6-7).

A Conferência Nacional mais do que um momento de análise e reflexão sobre a trajetória da economia solidária foi um momento de reafirmação dos postulados da economia solidária e de redefinição de estratégias e de afirmação política. O debate dirigido e centrado no tema: Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. Nesse sentido o evento reafirmou o compromisso do Movimento da Economia Solidária com “O direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade

coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento” (II CONAES, 2010b, p. 6).

Quando o documento reafirma importância de colocar a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento* é importante compreender que na base dessa ação coletiva de cooperação está a autogestão. Não existe economia solidária sem autogestão. E o processo de construção dessa possibilidade passa pelo processo de organização popular para a participação. Se é um processo, o seu resultado vai depender da competência organizativa e política dos sujeitos envolvidos. Talvez esse seja o maior dos desafios a serem perseguidos, nem por isso deixa de ser um objetivo exequível.

O momento é oportuno para propor um diálogo com a sociedade no sentido de colocar a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento* isso se justifica porque as estruturas sociais impostas pela visão hegemônica de mundo não apenas privilegia, mas centra-se apenas na ótica econômica mercantil. Não se nega a importância da economia, o que se busca é um equilíbrio de forças com base em relações sustentáveis. A solidariedade propõe rearticular o diálogo entre o econômico, o político, o ético e o ecológico só assim a humanidade poderá superar as tribulações impostas pelas crises permanentes provocadas pelo capitalismo.

Quando a utopia, na sua versão de inédito possível coloca a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento* ela apresenta uma alternativa promissora que visa superar a visão fragmentada de descontextualização e de desvalorização do local. Instiga que sujeitos pela via da autogestão passem a se organizar livremente para encontrar e construir saídas para o quadro de exploração do homem e da natureza. A sociedade contemporânea se dá o direito de

colocar em curso transformações que atendam a lógica do respeito à vida que possam superar as relações estritamente econômicas impostas pelo capitalismo. Essa sociedade clama para si o direito a esperança e a utopia. Esperança, não de quem espera, mas de quem cria um futuro sustentável. E utopia, não de ir lugar nenhum, mas de concretude de pequenas realizações que juntas estão impulsionam a luta por *outro mundo possível*.

A análise elaborada aqui segue os três eixos de discussão da II CONAES centrada nos: Avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional; Direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento; A organização do Sistema Nacional de Economia Solidária.

No que diz respeito aos avanços, limites e desafios da Economia Solidária no atual contexto socioeconômico, político, cultural e ambiental, nacional e internacional se observa que a virada do milênio foi e está sendo marcada por várias iniciativas de cooperação que podem ser traduzidas pelo Provérbio Africano estampado em várias frentes de luta mundo à fora “Muita gente pequena, em muitos lugares pequenos, fazendo coisas pequenas, mudarão a face da Terra”. Seja na África, na Ásia, na Europa ou na América pode se constatar que camponeses, indígenas, quilombolas, catadores e outras categorias de excluídos estão encontrando formas associativas de enfrentar a vida com dignidade e menos sofrimento.

Essas pequenas transformações vêm ocorrendo por todos os cantos do Brasil. Seja na floresta amazônica na organização de ribeirinhos para a exploração sustentável da floresta, seja no nordeste

os clientes da reforma agrária recuperando áreas degradadas através do sistema de agrofloresta e dela arrancando as condições de viver com dignidade e ainda recuperando o meio ambiente. Seja no centro-oeste na organização das cooperativas de agricultores familiares. Seja no sul na organização de cooperativas e redes de agricultura familiar com base na agroecologia. Seja no sudoeste através da organização de cooperativas de catadores de materiais recicláveis ou de cooperativas de produtores da reforma agrária as pequenas iniciativas estão tomando corpo em redes e cadeias solidárias que começam a se estruturar com base no solidarismo.

Essas iniciativas pequenas não estão produzindo apenas trabalho, renda e alimentação de qualidade. Elas estão resgatando a dignidade e produzindo esperança de que os excluídos têm o direito a formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade, como modelo de desenvolvimento. O que exige uma mudança paradigmática e civilizatória, e os sujeitos desse processo precisam perceber e estão percebendo que a realidade não é imutável, intransponível. A realidade precisa ser compreendida como desafiadora. Desafio esse que anima e convoca à ação transformadora com base na busca da cooperação. Esse movimento de busca, porém, só se justifica na medida em que a solidariedade seja o fio condutor do processo de transformação.

O cenário de crise internacional vem exigindo uma nova dinâmica do Estado. Também é uma oportunidade para a consolidação da economia solidária quando ela propõe romper o paradigma da economia de mercado.

Apesar de alguns avanços quanto à redefinição do papel dos Estados nacionais, o enfrentamento da atual crise traz novos desafios e oportunidades ao exigir soluções globais, com mudanças profundas

no modelo de desenvolvimento. Nesse sentido, existe a possibilidade de avançar na construção de novos modelos de desenvolvimento que sejam portadores de mudanças profundas na estrutura que orientem as formas de organização econômica, de relação entre os seres humanos e destes com a natureza. É uma oportunidade para afirmar um novo fundamento ético que estabeleça o primado da lógica das necessidades sociais e ambientais (tal como é praticado na economia solidária e na agroecologia) sobre o objetivo do crescimento econômico (II CONAES, 2010b, 13).

Para promover essas mudanças profundas na estrutura é fundamental assumir a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Parece-nos uma alternativa estratégica que faz convergir a lógica que atende as demandas sociais e ao mesmo tempo promove o respeito ao meio ambiente sinalizando a possibilidade de uma sociedade mais sustentável que reinvente o humano.

Apesar dos avanços e dos acúmulos de experiências exitosas de economia solidária que vão desde o fomento da produção, passando pelo processo de formação, de comercialização e de conscientização das novas relações de consumo

A economia solidária ainda não é uma prioridade como política pública para governos estaduais e municipais, pois é vista como uma política assistencialista e/ou emergencial, por falta de entendimento dos gestores públicos sobre o seu papel dentro do contexto da política de trabalho, sendo muitas vezes restrita ou limitada a ações de secretarias estaduais e municipais de assistência social. Além disso, há uma diversidade de compreensões do fenômeno da economia solidária, implicando em disputas de sentido entre aqueles que militam e trabalham na economia solidária e aqueles que estão no governo e em

outros setores da sociedade, além da dificuldade de discernimento entre política partidária e política pública (II CONAES, 2010b, p. 19).

Se não é uma política pública prioritária nos níveis municipais e federais, também não é no governo federal. Embora o trabalho da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) tenha alcançado êxito em várias articulações, inclusive interministeriais o Movimento de Economia Solidária tem enfrentado limitações no sentido de ampliar sua importância dentro da estrutura burocrática estatal. Por uma deliberação da II CONAES foi proposto a criação de um Ministério da Economia Solidária, mas o movimento não conseguiu se projetar para conquistar nenhuma Secretaria Especial de Economia Solidária. Não é uma questão de cargo, poder. As lideranças do movimento têm clareza de que não é a conquista de um espaço burocrático dentro do governo que por decreto vai garantir a economia solidária sua lugar de projeto de desenvolvimento. Mas sem dúvida ocupar esses espaços é importante para ampliar as políticas públicas. Visto que

A Política Nacional de Economia Solidária com suas diretrizes, princípios e objetivos deve se integrar às estratégias gerais de desenvolvimento sustentável do País e aos investimentos sociais e de fomento ao desenvolvimento. Sua finalidade é promover a economia solidária na agenda de desenvolvimento do País através do reconhecimento das atividades econômicas autogestionárias, do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários em todos os setores (incluindo incentivos

fiscais), da criação de novos grupos, do fortalecimento dos já existentes, e da integração de empreendimentos e empreendedores em redes e cadeias solidárias de produção, comercialização e

consumo de bens e serviços, assegurando o direito ao trabalho associado (II CONAES, 2010b, p. 25-26).

Daí a importância da criação e da organização do Sistema Nacional de Economia Solidária cujos objetivos são:

- i. formular, implantar e garantir a execução da política nacional de economia solidária, respeitando as especificidades locais, regionais e estaduais;
- ii. estimular a integração dos esforços entre os entes federativos e entre governos e sociedade civil, incentivando a criação de fóruns territoriais e municipais;
- iii. promover o acompanhamento, o monitoramento, pesquisa e a avaliação permanentes da política de economia solidária (II CONAES, 2010b, p. 41)

Evidente que enfrentar a máquina estatal e promover essa articulação dentro do governo federal e capilarizar isso dentro das esferas de governo estadual e municipal não é tarefa fácil. Mas um Sistema Nacional de Economia Solidária tem que enfrentar esse desafio e o seu ponto de partida está nos sujeitos da economia solidária, no seu contexto dos excluídos, dos despossuídos, no local onde eles moram, onde eles vivem e laboram.

Reafirma-se que esse processo está em construção e sua consolidação ou não passam pela capacidade de articulação do movimento, pela sua reflexão crítica, auto-crítica e iniciativa propositiva, pela permanente vontade de lutar e reanimar a luta. Passa também por esse grupo criar uma identidade coletiva que se dissemine pela sociedade e permita construir alianças que reforcem os princípios de uma sociedade solidária.

Ainda que incipiente essa alternativa mostra sua capacidade de convergência. Em sua curta caminhada está conseguindo encontrar os pontos comuns de vários movimentos sociais. Essa alternativa não pretende-se hegemônica, mas diversa, singular e heterogênea. Essa é sua natureza, e sua diversidade implica complexidade. Complexidade que pode amalgamar distintas vertentes sociais emancipatórias capazes de possibilitar que essa alternativa se concretize.

Na etapa preparatória da II CONAES, além da realização de conferências territoriais/regionais e das conferências estaduais de economia solidária, foram realizadas as Conferências Temáticas preparatórias. Visando ampliar o debate e promover a sensibilização, mobilização, articulação em torno de temas específicos, que seriam abordados na Conferência Nacional as Conferências Temáticas trataram dos seguintes temas: formação e assessoramento técnico, finanças solidárias, etnodesenvolvimento, comercialização justa e solidária e cooperativismo solidário. A seguir uma tabela com o quadro resumo das principais propostas e princípios de cada temática.



Tabela 2: Conferências Temáticas de Economia Solidária -  
Principais Propostas e Princípios.

<p><b>Formação e Assessoria Técnica</b></p>	<p>A educação em economia solidária é definida como uma “construção social”, que envolve uma diversidade de sujeitos e ações orientados para a promoção do desenvolvimento sustentável que considera as dimensões econômica, ambiental, cultural, social e política; A economia solidária reconhece o trabalho como princípio educativo na construção de conhecimentos e de outras relações sociais. Assim, as ações político-pedagógicas inovadoras, autogestionárias e solidárias, são fundamentadas na perspectiva emancipatória de transformação dos sujeitos e da sociedade [...]A formação e a assessoria técnica são processos contínuos de promoção, apoio e fomento à economia solidária tanto através da apropriação/ tradução de conhecimentos como pelo aperfeiçoamento dos processos de autogestão no interior das unidades de produção (de bens e serviços), comercialização, consumo e finanças solidárias, bem como pela construção e fortalecimento de cadeias econômico-solidárias e redes de cooperação. Envolve a apropriação de técnicas e tecnologias sociais pelos trabalhadores e trabalhadoras da economia solidária e consideram o contexto específico em que se realiza o processo de produção e reprodução dos meios de vida (CADERNO TEMÁTICO, 2010, p. 13)</p>
<p><b>Finanças Solidárias</b></p>	<p>a) Sobre o seu modo de operar: As práticas de finanças solidárias distinguem-se de outras formas de organização econômica pelo caráter autogerido de suas iniciativas. Isto porque é a comunidade que se responsabiliza autonomamente pela gestão de tais práticas; As práticas de finanças solidárias distinguem-se de outras formas de organização econômica, pois funcionam segundo uma lógica de finanças de proximidade. Nesta, as relações humanas, o contato pessoal e a mediação social (baseada em valores como confiança, lealdade e solidariedade) são estruturantes das relações de troca;</p> <p>b) Sobre o seu objetivo: As práticas de finanças solidárias estão voltadas para o fomento do desenvolvimento local através da ênfase numa outra lógica de relação com o dinheiro para o fortalecimento das economias nos territórios; Elas são portadoras de um alto grau de relevância social pelo fato de atender demandas de serviços nas localidades as quais suas populações não teriam condições de acesso nem via mercado (por não ser viável segundo uma lógica de custo-benefício privada), nem pelo poder público (pelo seu distanciamento e incapacidade técnico-política de chegar até estes locais). Além disso, o modo como tais serviços são realizados - sua qualidade (já que é a própria comunidade que toma em mão a gestão das suas próprias demandas locais) reforçam esta relevância social no seu papel;</p> <p>c) Sobre a sua sustentabilidade: As práticas de finanças solidárias supõem uma lógica de sustentabilidade diferente do modelo de mercado, pois combinam uma lógica de autofinanciamento com uma lógica de transferência direta de recursos (mecanismo redistributivo, próprio de economias não-mercantis ou mutuárias); Isto significa que a noção de viabilidade econômica, baseado no princípio da rentabilidade do capital, não pode constituir o critério principal para o entendimento ou caracterização da sustentabilidade em tais práticas. Isto porque grande parte de tais iniciativas não são viáveis sob esta lógica (em outras palavras, elas não são capazes de sobreviver apenas através das contraprestações financeiras privadas conforme uma lógica de autofinanciamento mercantil); A sustentabilidade em tais iniciativas baseia-se assim numa combinação da lógica do autofinanciamento com a lógica de uma economia de subvenção. O que justifica o recurso a esta última é precisamente a relevância do papel de tais iniciativas nas suas localidades enquanto nova modalidade de ação pública comunitária; Ou seja, os inúmeros efeitos indiretos sobre a qualidade de vida das pessoas em cada localidade devem conferir a tais práticas seu caráter de utilidade social, ecológica ou comunitária; A maior vocação, portanto, de tais práticas é de serem reconhecidas enquanto um mecanismo poderoso para inovação em termos de políticas públicas de desenvolvimento local (CADERNO TEMÁTICO, 2010, p. 23-24).</p>

<p><b>Etnodesenvolvimento e Economia Solidária</b></p>	<p>O etnodesenvolvimento tem como pressuposto fundamental a garantia dos territórios dos povos e comunidades tradicionais, sua demarcação, titulação e proteção. A garantia de igualdade de direitos com respeito à diversidade: à segurança alimentar e nutricional; à moradia; ao saneamento; à educação (escolas com projetos políticos pedagógicos que contemplem e respeitem a diversidade); à saúde com valorização e garantia de uso dos conhecimentos e saberes fitoterápicos dos povos tradicionais; ao transporte; à inclusão comunicacional; ao trabalho livre; ao lazer; ao acesso aos recursos naturais e sua preservação (água limpa); ao direito de ir e vir. Direitos não limitados à existência de leis, mas garantidos de fato. Ter direito é ser cidadão (CADERNO TEMÁTICO, 2010, p. 29).'</p>
<p><b>Comercialização Justa e Solidária</b></p>	<p>A comercialização é um dos espaços para construção do projeto político de um outro modelo de desenvolvimento, que se fundamenta nas relações de solidariedade e justiça social. A prática dos princípios e critérios do CJS contribui para o fortalecimento de uma identidade coletiva e torna-se uma forma de inserção social de grupos e pessoas que se reconhecem excluídas do modelo capitalista. A organização social dos grupos é fundamental para que a comercialização solidária aconteça e seja fortalecida (CADERNO TEMÁTICO, 2010, p. 39)</p>
<p><b>Cooperativismo Solidário</b></p>	<p>Aprovação do projeto de Lei Geral do Cooperativismo e regulamentação, promovendo a liberdade de constituição, funcionamento autônomo e democrático das cooperativas, redução do limite mínimo de sócios para 7, possibilitando sua ampla participação nos processos de construção de uma nova sociedade brasileira, igualitária, solidária e justa.</p> <p>Aprovar uma lei que regule as iniciativas da Economia Solidária, consolidando também a Política Nacional de Economia Solidária, considerando seu papel essencial no aprimoramento das condições econômicas da população especialmente as mais pobres e que seja instrumento essencial e complementar para construir a autonomia e hegemonia da classe trabalhadora.</p> <p>Aprovação dos projetos de lei que definem e regulam o Ato Cooperativo e as obrigações tributárias das cooperativas e respectiva regulamentação, garantindo a desoneração tributária para os EES e Agricultura Familiar (AF).</p> <p>A Lei de Falências e sua regulamentação sejam aperfeiçoadas para que os trabalhadores (as) e suas organizações cooperativas atuem nos processos de recuperação das empresas em regime de autogestão. Os trabalhadores das empresas sejam considerados como beneficiário do patrimônio restante anteriormente a sucessão e que os débitos da empresa com os trabalhadores sejam transformados prioritariamente em direitos sobre o patrimônio (CADERNO TEMÁTICO, 2010, p. 54).</p>

O acúmulo de debates apresentado no Caderno Temático da II CONAES comporta a síntese de diálogos, propostas e encaminhamentos e foram importantes instrumentos de preparação dos sujeitos que participaram da II CONAES. Manifestação da pluralidade e da diversidade, regra geral o texto traz contribuições que ampliam os horizontes para além da própria conferência nacional, tornando-se um material precioso para embasar políticas públicas e estratégias de luta para a consolidação da economia solidária no Brasil. Uma luta ferrenha porque enquanto o Movimento da Economia Solidária se movimenta de um lado estrategicamente as forças de mercado se movimentam por

outro. É o alerta oportuno que mostra os resultados da pesquisa de Barbosa (2007, p. 293-294)

Paradoxalmente, verificou-se que a aventura no mercado, requerida pela cultura empreendedora do auto-emprego e do cooperativismo autogestionado, exige do Estado expressiva conversão de serviços e financiamentos, sob pena de essas experiências, enquanto práticas econômicas mesmo, se renderem a mero simulacro, na medida em que, de fato, sem capital de giro, formação e tecnologia, a área não tem sustentabilidade. Observou-se que a letalidade nesse campo é bem acentuada e, no caso dos trabalhadores mais empobrecidos, tende a adensar a perversidade, na medida em que se sabe de antemão da ausência de bens e relações sociais que sustentem essa inserção social que não por meio da própria força de trabalho. O voluntarismo do trabalho empreendedor é uma névoa que esconde a submissão [...] O consentimento a essa heterogeneidade do trabalho resulta dessa cultura voluntarista do empreendedorismo que também se apresenta na narrativa da economia solidária, colaborando com o fetiche da autonomia do trabalho.

Esse alerta mostra quão importante é garantir uma política pública que coloque a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento*. Porém cabe ao Movimento de Economia Solidária ampliar esse debate político junto a sociedade. Além disso, é necessário ampliar o debate e o aporte teórico dessa iniciativa. Se junto aos governos ditos progressistas (Lula/Dilma) o Estado não assumiu essa agenda evitando criar uma secretaria especial de economia solidária e rechaçou a possibilidade de criar um ministério urge que a estratégia seja repensada. Se o diálogo do Movimento da Economia Solidária não avança nem

irrompe as estruturas na medida em que a sua sustentabilidade exige é importante retomar o debate sobre essas perspectivas.

Após essa reflexão sobre a estrutura institucional da economia solidária, adentra-se nas análises dos empreendimentos econômicos solidários selecionados para a observação participante. A Migue Confecções e Prestadora de Serviços, na capital Cuiabá e a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN), em Tangará da Serra.

#### **4.2 Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA em Cuiabá<sup>37</sup>**

É inegável que o Estado de Mato Grosso passa por um momento de euforia e crescimento econômico. Mas isso não se traduz em desenvolvimento que gera inclusão social. Se olharmos a realidade do Estado no prisma do mercado e compará-la a realidade da economia em geral pode se afirmar que a situação é bastante cômoda. Dados da Seplan (2010, p. 60-61) mostram que

Entre 2008 e 2009, a taxa de desemprego aumentou 0,4 pontos percentuais, de 5,8% para 6,2%; e a população desocupada aumentou em 9,5%, de 94 mil para 103 mil pessoas. Apesar disso, o desemprego alcançado em 2009 está abaixo da média verificada no período 2001-2008 (6,9%). Outra observação importante é que a taxa de desemprego no Estado tem ficado sistematicamente abaixo da média nacional: 6,8% contra 8,7% (média do período 2001-2009).

Segundo dados do IBGE (2010a), a capital de Mato Grosso Cuiabá tem 551.350 habitantes, desses apenas 10.348 estão na zona

---

37 Esse trabalho só foi possível devido a dedicação de todo o coletivo da Migue em especial às fundadoras do Grupo Carmem e Odília e ao apoio do amigo e consultor Wilson Luconi Junior.

rural. Ou seja, apenas 1,87% da população estão na zona rural. Isso amplia a escala dos problemas urbanos. É importante reafirmar que grande parte desse contingente populacional urbano, em sua maioria, tem origem no meio rural e sistematicamente vem sendo expulsa do campo pela introdução do modo de produção capitalista na agricultura representada pelo agronegócio.

Em que pese a confortável realidade do Estado isso não se repete na capital Cuiabá. Dados da AMM (2011) mostram que “O mapa de ocupação e do desemprego em Cuiabá revela concentração de renda nas mãos de uma minoria e uma maioria de 50% sobrevivendo com renda de até três salários mínimos. Apenas 5% da população ganha acima de R\$ 3.500 Reais”.

A situação agrava-se no caso da juventude “Como veremos, o estudo deixa margem a muitas constatações. Por exemplo, se tomarmos a capital Cuiabá, os desempregados chegam a taxa de 7% da população com mais de 16 anos de idade, mas em alguns bairros periféricos, pode chegar a 20%, com 80% deles tendo entre 16 a 24 anos de idade” (AMM, 2011, p. 6). E o problema não é de hoje, é nesse contexto de exclusão que surge o empreendimento autogerido Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA.

#### **4.2.1 Histórico da Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA<sup>38</sup>.**

Segundo os relatos de seus membros a Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA surgiu com a campanha do Betinho em

---

38 O histórico da Migue Confecções e Prestadora de Serviços foi construído pelo pesquisador junto com o grupo e posteriormente foi validado pelo coletivo do grupo em 23 de julho de 2011.

1993. A campanha do Betinho<sup>39</sup>, focada nos princípios da solidariedade e da cooperação com um Núcleo na Paróquia do Rosário no Bairro Dom Aquino em Cuiabá-MT criou o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (Coep) denominado Comitê Estadual da Ação e Cidadania-MT. As ações do comitê eram deflagradas em três fases:

1ª- fase: - Assistencialismo: quando íamos para portas dos supermercados pedir alimentos para formar as cesta-base, os alimentos arrecadados eram levados para o Comitê da Paróquia do Rosário (São Benedito), ensacolados e distribuídos para as família dos bairros carentes da capital.

2ª- fase: - Formação de cidadania: Onde havia varias palestras sobre cidadania, direitos e deveres do Cidadão, atos ecumênicos, leituras Bíblicas e reflexões da palavra, onde fazia a ligação Fé e Vida a partir da realidade de cada comunidade, foram 20 comunidades envolvidas. Mas existiam comunidades/paróquias que não aderiram ao esse movimento, pois, ele requer uma mudança de cada um e cada uma e exige que estejamos abertos para receber e também doar o que temos de melhor para o novo acontecer.

3ª- fase - Geração de renda e emprego: quando reunirmos dois grupos representantes de cada comunidade para formamos duas cooperativas. Uma cooperativa atuaria no campo e outra no perímetro urbano. As duas cooperativas surgiram depois de três meses de cursos dentro do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Mato Grosso (OCEMAT) (CASTRO E SILVA, 2011a).

---

39 O sociólogo Herbert de Souza foi o mentor intelectual da Ação da Cidadania Combate à Fome e a Miséria e pela Vida. Também foi fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), em 1981 (GRZYBOWSKI, 2005).

Uma das organizações fundadas foi a Cooperativa de Trabalho e Produção Urbana de Cuiabá (COOTRAPUC) a qual participavam as sócias fundadoras da Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA. A outra cooperativa fundada foi a Cooperativa dos Trabalhadores e Produtores de Materiais Recicláveis do Mato Grosso (COOPEMAR).

A Cootrapuc tinha 40 componentes. Houve a eleição, tudo de acordo com a lei. A frente da organização estava o Padre José Ten Cat<sup>40</sup> acompanhado de Joaquim Vintura (responsável pela assessoria ao grupo). A Coopemar abrigou o pessoal do 'lixão' e moradores próximos da estrada que dá acesso a Chapada dos Guimarães e existe até hoje, mas a nosso ver se desviou dos princípios solidários que a constituíram, não existia autogestão (CASTRO E SILVA, 2011a).

---

40 O Padre José Ten Cate foi homem simples e corajoso que abraçou a causa dos oprimidos (a) e se firmou como ícone na defesa do direito à vida com dignidade. Padre Jesuíta, foi militante defensor dos Direitos Humanos no Estado e ex-presidente do Centro de Direitos Humanos “Henrique Trindade”, primeiro Centro de Direitos Humanos de Mato Grosso. Ele ainda fundou em 1998 a Associação de Parentes de Vítimas de Violência em Mato Grosso. O Padre Ten Cate chegou em Mato Grosso em 1985, tendo trabalhado na Igreja do Rosário, em Cuiabá. Ficou muito conhecido após a defesa dos direitos humanos no caso do assassinato de assaltantes em Matupá - que foram queimados vivos, após sofrerem espancamento. A morte de menores no Beco do Candeeiro, em Cuiabá, e a morte de dois cadetes que estavam fazendo treinamento em Cáceres também tiveram atuação forte e decisiva do Padre Ten Cate. Ele morreu em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em outubro de 2002, após fazer tratamento durante dois anos de uma doença conhecida por Esclerose Lateral. O trabalho do Padre Ten Cate tem sido reconhecido de várias formas pelos Movimentos Sociais do Estado de Mato Grosso. Exemplo disso é a homenagem que o Movimento dos Trabalhadores do Sem Terra-MST fez ao Padre designando por seu coletivo o nome de um assentamento na região de Tangará da Serra-MT de: Assentamento Padre José Ten Cate. O poder público cobrado pelos Movimentos Sociais também reconheceu o trabalho do jesuíta criando o Prêmio Estadual de Direitos Humanos “Padre José Ten Cate”. Sua primeira edição ocorreu em Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, requerida pelo deputado Ságua Moraes. A sessão foi realizada em 14 de dezembro, às 19h30, no Plenário das Deliberações daquela casa de leis (ANPB, 2004).

Observa-se que as duas iniciativas iniciais sucumbiram aos princípios originais de solidariedade e cooperação. Mas esse de processo de luta e de resistência não deixou de ser um processo de aprendizagem. Dele surgiu a Migue. Um empreendimento autogerido, pequeno, mas consolidado em valores do solidarismo e da cooperação e a doação do Padre José Ten Cat, seu exemplo de vida até hoje é reconhecido e valorizado pelo grupo e pela comunidade.

Ao observar uma das camisetas feitas pelas sócias da Migue para homenagear o Padre José Ten Cat, com um pouco de atenção pode se verificar, além do olhar sereno e de esperança desse visionário, uma frase que ele estampa na camiseta que veste. *Contra a fome e o desemprego*. Talvez esse tenha sido um dos lemas e a razão de viver desse humano ser. Logo abaixo uma frase de sua autoria: *Se eu desaparecer, não me procurem, continuem a luta*. Uma frase que mostra a crença desse educador popular no poder de transformação e organização de seu povo. Uma frase que vem ao encontro do que prega: a autogestão. Todos são responsáveis pela luta, pelo trabalho, pode existir um líder, mas na sua falta os liderados têm que ter o compromisso de continuar a caminhada. Porém, nem sempre esse ideal se concretiza.

Após a formação das cooperativas, parte do grupo foi “comprado politicamente” – foram aliciados pelo poder público municipal. Momento em que o município praticamente assumiu o controle da Cootrapuc, que passa a ser cooptada pela Prefeitura de Cuiabá. O que também ocorreu com a Coopemar (CASTRO E SILVA, 2011a).

Antes de ser instalada a Cootrapuc, recebeu varias doações, o Centro de Direitos Humano Henrique Trindade caminhava junto com as cooperativas. Com o apoio do Centro as cooperativas receberam doações de: maquina de escrever, arquivos, pastas dos funcionários



do antigo Banco do Estado de Mato Grosso (BEMAT). O apoio do Centro não era apenas material. Mas era um apoio de formação, de resgate do humano e da cidadania, era um apoio ao resgate da esperança e da vontade de transformar a vida das pessoas de indivíduos esquecidos e excluídos pela sociedade com o objetivo de torná-los cidadãos conscientes de sua condição humana.

A Cootrapuc recebeu também sob forma de doação 3 máquinas semi-industriais que hoje fazem parte do patrimônio da Migue Confecções, graças a ação enérgica do Padre José Ten Cat, que vendo a traição que surgiu na Cootrapuc, retirou, à força, as máquinas da sede da cooperativa já aliciada e as levou as para o Grupo de Mulheres do Bairro Três Barras. Lá elas alojaram as máquinas num barracão construído numa área ilegal (grilo)<sup>41</sup>. Mais infelizmente elas não conseguiram fazer avançar o empreendimento, pois as dificuldades não foram superadas por uma série de limites que precisavam ser vivenciados. A superação de uma dificuldade torna-se também uma forma de apreender e do coletivo construir não apenas conhecimento, mas uma identidade de grupo que permita essa avançar coletivo.

Depois disso as máquinas foram alocadas na residência de uma das mulheres (Carmem de Melo Castro e Silva) do grupo que trabalhava com tapetes de retalhos e peças íntimas no Bairro Dom Aquino junto ao Grupo de Base União e Paz Cristão vinculado a Paróquia São José Operário.

---

41 Na linguagem popular grilo se refere a uma área ocupada irregularmente, sinônimo de grilagem.

Figura 1: Primeiras máquinas da Migue: Máquina 1 Galoneira semi-industrial; Máquina 2 Overlok semi-industrial e Máquina 3 Reta/zigue-zague doméstica.



Fonte Sguarezi (2011)

A falta de apoio dos órgãos públicos, a falta de crédito e outros problemas somados fizeram com que o Comitê da Paróquia do Rosário apoiasse a iniciativa de levar as máquinas para o Grupo de Mulheres do Bairro Dom Aquino, onde elas estão até hoje. Além do trabalho de costura o grupo produzia artesanalmente produzia produtos de limpeza como água sanitária, desinfetante e sabão. *“No começo a participação era muito animada, mas muitas mulheres foram desistindo devido as dificuldades como a distância, a falta de vale transporte, desânimo porque não tínhamos matéria prima, capital de giro e assim por diante”* (PEDROSA DE OLIVEIRA, 2011).

Mas pelo que se observa não faltava alguém para estimular o grupo a superar as dificuldades.

*Muitas vezes o Padre Tem Cat, que acreditava que o nosso sonho era possível de realizar tirava dinheiro de seu próprio bolso para confeccionarmos camisetas da Romaria, do Grito dos excluídos e de algumas paróquias, então vendo a dificuldade de estarmos num mercado que enfrenta dura concorrência. Para atender a demanda do mercado achamos por registrar uma micro empresa com o nome de “Ensinando a Pescar”. Porém não foi aceito pela Junta Comercial de Cuiabá sob a alegação de que o nome tinha mais de 4 sílabas ou algo assim* (CASTRO E SILVA, 2011b).

Para solucionar o impasse o Grupo definiu que o nome seria: Migue Confecções para referenciar uma de suas fundadoras: Miguelina Martinha de Sampaio. Tudo isso foi construído sem experiência, e sem nenhum apoio de gestão, visto que à época as fundadoras da Migue procuraram o Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE) e não obtiveram apoio.

A Migue confecções já discutiu a possibilidade de mudar o nome para Tucum Artes e Modas. Esse processo de seu deu no início

das discussões do Fórum da Economia Solidária do Mato Grosso em dezembro de 2004, mas a discussão não foi em frente. Essa proposição saiu da consultoria da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS) onde as sócias realizaram o Curso de Gerenciamento de Negócios junto ao Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho e Emprego (PNQ).

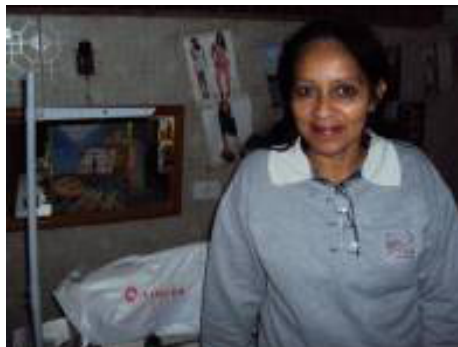
*Essa oportunidade de participar do curso de gerenciamento de negócios oferecido pelo governo federal abriu uma porta de esperança para o Grupo. Nesse espaço de construção da economia solidária, o grupo tomou contato com os seus direitos e deveres. A abertura dessa oportunidade fez com que a Migue pudesse trabalhar com a comunidade numa visão mais ampla e com uma sociedade mais justa e solidária porque antes da economia solidária quase nada vinha ao encontro com aquilo que sonhávamos (CASTRO E SILVA, 2011b).*

Em 2009 a Migue mudou sua sede do Bairro Dom Aquino para o centro da cidade. Mas esse processo dificultou ainda mais a participação das mulheres. Em 2011, após a elaboração do seu plano de ação o Grupo decidiu retornar a sua sede para o local de origem, e essa mudança foi realizada em forma de muxirum<sup>42</sup> no dia 30 de junho de 2011. Hoje a sede da Migue está localizada na comunidade do Bairro Dom Aquino, à Rua Comendador Henrique, 1533.

---

<sup>42</sup> Muxirum: Trabalho realizado em grupo, em mutirão. A palavra muxirum (JUCÁ, 2001). A palavra muxirum [...] é de origem tupi-guarani e significa mutirão. É uma linguagem muito antiga utilizada principalmente no meio rural, todas as vezes que se pretendia realizar uma ação comunitária (BEZERRA, 2009).

Figura 2: Sócias da Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA na sede do empreendimento.



Fonte Sguarezi (2011)

Um fato importante na caminhada do empreendimento se deu no final de 2010 quando a Migue Confecções foi selecionada junto

com mais quatro empreendimentos econômicos solidários do Estado de Mato Grosso para fazer parte do Programa do Sistema Nacional de Comércio Justo e solidário (SNCJS). Além da Migue foram selecionadas a Cooperativa dos Pescadores e Artesões de Pai André e Bom Sucesso (COORIMBATÁ); o Centro Municipal de Comercialização em Economia Solidária de Cuiabá e o Projeto Dando às Mãos de Rondonópolis.

Analisando os documentos e o histórico da Migue se observa que de 2003 em diante quando a Migue passou a fazer parte das discussões e do processo de construção da economia solidária no Mato Grosso as suas sócias contribuíram muito com o debate e com o processo de formação. A Migue contribuiu para a organização da primeira e segunda Conferência Estadual de Economia Solidária. Além disso, a Migue participou ativamente do processo de construção da Rede de Educação Cidadã (RECID)<sup>43</sup> e do Centro de Formação em Economia Solidária do Centro Oeste (CFES/CO). A Migue procura uma forma de valorizar a cultura cuiabana, o processo de luta dos excluídos e o processo de formação em economia solidária, no cotidiano, é uma forma de valorizar a cultura e fazer continuar a luta por uma sociedade solidária.

---

43 A Rede de Educação Cidadã é uma articulação de diversos atores sociais, entidades e movimentos populares do Brasil que assumem solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres, etc), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria, afirmando um Projeto Popular, democrático e soberano de Nação (RECID, 2011). Disponível em:<<http://www.recid.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em 30 mar. 2011.

#### 4.2.2 Análise da Migue

O acompanhamento da Migue através da observação participante trouxe a guisa de conclusão que a Migue surge dentro de um contexto de redemocratização do país e pela busca de cidadania. Esse processo de conscientização dos trabalhadores no sentido de superar as relações de emprego e construir relações de trabalho de forma autogestionária além de inovador ele não encontra amparo institucional.

Diferentemente das empresas que se constituem dentro do mercado convencional, as empresas e empreendimentos da Economia Solidária encontram um universo de limitações e indefinições, tanto de caráter jurídico quanto no que diz respeito às políticas públicas, gerando dificuldades para acessar linhas de crédito tradicionais, participar de licitações ou até mesmo para a formalização do empreendimento (ADRIANO, p. 127).

A Migue apesar de estar constituída formalmente do ponto de vista jurídico enfrenta problemas com linhas de crédito. Apesar da sua trajetória de quase dez anos de vida o empreendimento ainda não conseguiu acessar nenhuma linha de crédito, seja para investimento ou para capital de giro. Outro problema que a Migue enfrenta é perante a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso. Embora o contrato social registrado tenha cotas partes iguais, elas não conseguiram colocar no registro que o empreendimento é autogerida. Ou seja, os mecanismos burocráticos legais desconhecem essas formas de organização e dificultam o processo de formalização e consolidação de empreendimentos econômicos solidários. Assim a Migue como outros empreendimentos enfrentam um processo de fragmentação totalmente desarticulado conforme denunciado por Dowbor (2008, p. 81).

As iniciativas são sem dúvida positivas, mas insuficientes na medida em que as instituições que as geram dominam apenas um ciclo do processo, e se articulam apenas parcialmente. Uma dá assessoria técnica, outras a formação profissional, outras o microcrédito, outras ainda o sistema de gestão, mas o sistema permanece desarticulado.

Na sua análise o autor problematiza a importância do apoio do município no desenvolvimento local. Esse apoio é fundamental para apoiar as demandas alternativas que surgem. Um poder local que articule, que informe, que oportunize possibilidades e construa uma rede de relações institucionais é a base para o desenvolvimento desses grupos. O Estado de Mato Grosso carece dessa rede. Somente no final de 2011 é que se vislumbra a possibilidade da composição do Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES). E são raros os municípios que institucionalizaram políticas públicas que fomentam o desenvolvimento local.

Observa-se que a começar por Cuiabá. A capital do Estado não tem uma política pública de apoio a esses empreendimentos. Além de uma política pública é importante estabelecer um diálogo franco, aberto, democrático entre as instituições de apoio e fomento, os empreendimentos e o Estado. Outro processo de organização importante que começa a se organizar são as cadeias produtivas solidárias. Porém essa base de organização econômica social ainda é muito frágil.

Pode se afirmar a partir da observação que a Migue apesar de sua longa história de resistência ainda precisa de muito apoio – apoio não pode ser confundido como paternalismo – para se consolidar como um empreendimento econômico solidário autogerido e sustentável. Esse apoio seria em forma de assessoria para a autogestão, para captação de crédito (educação financeira), desenvolvimento de produtos e assessoria para comercialização está sendo implementado pelo Programa do



Sistema Nacional de Comércio Justo e solidário (SNCJS). Lembrando que esse apoio é um apoio que dever ser realizado sempre em favor da autonomia do grupo, nunca na lógica das consultorias de mercado.

No aspecto formação política a Migue vai muito bem. Existe autogestão, transparência e participação no processo decisório as relações de trabalho são horizontalizadas. Mas no que se refere a formação técnica de gestão a Migue enfrenta problemas de planejamento, de organização e de controle. Durante a elaboração do Plano de Ação da Migue foi possível desenvolver algumas ferramentas para enfrentar esses pontos fracos e promover junto com o grupo mecanismos de maior transparência no processo de tomada de decisão.

Em seu processo de Planejamento Estratégico Participativo o Grupo definiu que não vai alterar a razão social da Migue Confecções para manter o histórico. Mas que o nome de fantasia será alterado. Dentre os nomes sugeridos os que se sobressaíram foram: Pantanal Artes; MCDesigner (Mulheres Criativas Designer); Odília: Confeart; Ecoarte e ConfiarT. Os dois primeiros foram descartados pelo coletivo. Ficando o nome ConfiarT com destaque para o T em maiúsculo. Que apresenta o conceito de confiança do grupo em seus membros, e dos membros no grupo; e a confiança do consumidor no grupo. ArT que é prefixo da palavra artesanato. Sendo que o T maiúsculo ou o T em destaque ao final da palavra arT para lembrar o Trabalho autogerido.

Outra atividade importante para o grupo foi a definição das palavras-chaves que devem formar o conjunto de valores a missão e a visão do grupo. Conforme tabela a seguir:

Tabela 3: Migue - Palavra-chave e significado.

PALAVRA-CHAVE	MEMBRO	SIGNIFICADO
<p>Confiança Esperança Trabalho</p>	<p>Odília</p>	<p>Confiança (um no outro, confiança no empreendimento, na produção, num jeito diferente de trabalhar, numa outra sociedade);</p> <p>Esperança (esperança num jeito novo, num mundo novo, outro mundo possível. Apesar dos problemas esperança na transformação);</p> <p>Trabalho (vontade de trabalhar para construir algo diferente).</p>
<p>Confiança Perseverança Atitude</p>	<p>Verônica</p>	<p>Confiança (no grupo, na ideia);</p> <p>Perseverança (que não desiste, porque insiste. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura);</p> <p>Atitude (coragem de iniciar um novo jeito de fazer para Migue).</p>
<p>Credibilidade Esperança Entusiasmo</p>	<p>Angélica</p>	<p>Credibilidade (acreditar que vai dar certo);</p> <p>Esperança (que a Migue cresça, prospere);</p> <p>Entusiasmo (Ânimo, força de vontade).</p>

<p>Autogestão</p> <p>Respeito</p> <p>Solidariedade</p> <p>Sustentabilidade</p>	<p>Carmem</p>	<p>Autogestão (cooperação, trabalho coletivo)</p> <p>Respeito (respeito às ideias; relações interpessoais, ao outro-Ser humano; a natureza e centralidade da VIDA e no TRABALHO não na eficácia produtivista);</p> <p>Solidariedade (compromisso, autonomia, partilha);</p> <p>Sustentabilidade (Econômica: espaços de comercialização, finanças, produção); (Ambiental/Ecológica: reciclar materiais (lona reciclada), aprender com a natureza (tintas, fibras naturais e outros produtos naturais), aproveitar o máximo da matéria prima centímetro por centímetro o tecido usando no artesanato); Socialmente justo (consumo consciente, remuneração do trabalho); Ética e cultural (diversidade: respeito as várias culturas inclusive respeitar a cultura e os ícones cuiabanos e matogrossenses).</p>
--	---------------	---

Essa tabela traduz um resumo do debate, mostra um pouco da criatividade do grupo e do compromisso desse grupo com o humano e com a vida.

Diante da necessidade de regularização do Contrato Social o Grupo decidiu que só realizará a alteração do contrato social no fim do exercício de 2011, início de 2012. Além de excluir e incluir sócios será solicitada transferência do regime de tributação do Simples e para o Super Simples. A composição do novo contrato social ficará assim Retirar: Miguelina e o Mizaél. Deixar Carmen. Ingressam no empreendimento: Odília; Angélica e Verônica.

É interessante salientar que o empreendimento está com suas atividades formais suspensas. Ou seja, na Junta Comercial de Cuiabá o empreendimento está paralisado. Essa estratégia foi adotada durante o processo de regularização e também porque a Migue enfrenta falta de recursos disponíveis para pagar as taxas correspondentes a alteração do contrato social. Para resolver esse problema o grupo vai fazer um *muxirum* para confeccionar cinquenta camisetas com apelo religioso e comercializá-las durante eventos das comunidades católicas.

Além dessas ações foram desenvolvidas planilhas de controle de estoque, de produção e de venda. Todas essas atividades foram realizadas a partir da demanda do grupo. Primeiro foram levantados os problemas e depois essas ferramentas foram sendo construídas com base nos saberes dos membros do grupo. Foi um processo participativo, criativo e pelo que se observou muito exitoso.

A importância do trabalho de apoio a reestruturação da Migue pode ser percebida no depoimento de Castro e Silva (2011b).

*A gente estava no ponto de fechar o empreendimento [...] A dúvida era em quem confiar para reestruturar o empreendimento. A gente estava a ponto de fechar o empreendimento. Já tinha mandado o contador fechar, só não fechou por falta de dinheiro. Agora com esse apoio da UNEMAT/IOCASS... O pessoal parece sincero e comprometido. Agora a gente voltou a acreditar. Quando o Sandro trouxe a proposta de acompanhar e assessorar a Migue, a gente discutiu e resolveu aceitar o desafio de reestruturar. É como disse o Padre Padre José Ten Cat o Povo tem fome não é só de comida, o povo tem fome de justiça, o povo tem fome de oportunidade.*

Outro depoimento interessante é o de Pedrosa de Oliveira (2011) “Com esse apoio de vocês criamos uma nova esperança”. A esperança é

importante. Mas o problema é que ela aparece quando surge o estímulo de fora para dentro do grupo.

O desafio da Migue prossegue. É uma caminhada em processo, é um processo de aprender fazer, de aprender lutar, de aprender superar as próprias limitações. Por isso talvez a Missão da Migue seja mesmo de ajudar as pessoas. A Migue apóia o Grupo de Base da Comunidade. O Grupo Esperança que atua no Centro Municipal de Comercialização é um filho a Migue. Esse grupo surgiu e foi organizado pela Migue. Nessa perspectiva a Migue oferece Cursos de Artesanato na Comunidade São José Operário para um grupo de mulheres.

Ao formatar a missão e se perguntar qual é o cliente da Migue talvez a resposta não seja, nosso é aquele que compra nossa confecção e nosso artesanato. Mas sim aquela pessoa que perdeu a dignidade e a razão de viver. Recuperar essas pessoas talvez seja a razão de existir da Migue. Ao perguntar qual é o nosso negócio a Migue não vai responder confecções e artesanatos de qualidade com base na cultura e nos ícones da cuiabania. Seus sócios vão responder que o negócio da Migue é criar e dar oportunidade para os excluídos resgatar a sua dignidade e a sua cidadania através do trabalho autogestionário.

Por isso a Migue em sua visão de futuro não quer ser reconhecida como o melhor empreendimento de autogestão do Centro-Oeste brasileiro, e sim ser reconhecida como o melhor empreendimento de economia solidária do Centro-Oeste que atua na área de formação priorizando os valores centrados no trabalho, no respeito a vida, na confiança mútua, com atitude, entusiasmo, perseverança e solidariedade baseados na autogestão e na sustentabilidade tendo a credibilidade que nos credencia a continuar semeando a esperança e a possibilidade de outro mundo possível.

Portanto, o valor que a Migue quer criar, enquanto empreendimento autogestionário, transcende a ótica reducionista de empreender, e vai ao encontro de formar, de oportunizar que mais pessoas passem a olhar o mundo com consciência crítica e organizativa que a partir de outra perspectiva possam contribuir e somar esforços para construir essa outra economia. Uma economia na qual as relações de trabalho estejam centradas nesses valores. Valores que privilegiem o humano e a vida no seu mais amplo sentido.

A observação participante na Migue nos leva a afirmar que o histórico da Migue reflete um pouco das dificuldades dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil. Para além disso, nos levou a compreender sua razão de existir. A Migue atua no ramo de confecção e por vezes em artesanato. Mas como bem definiram suas sócias o objetivo da Migue não se resume a isso. A missão da Migue para elas é mais nobre. *É oportunizar que mais pessoas passem a olhar o mundo com consciência crítica e organizativa que a partir de outra perspectiva possam contribuir e somar esforços para construir essa outra economia.* A Migue faz autogestão sim. E faz autogestão no processo de trabalho. Ela não fragmenta o trabalho do processo de aprendizagem. Seja na aprendizagem das técnicas de gestão do empreendimento, seja nas técnicas de trabalho ou no processo de formação a autogestão não é apenas um fim. É um fim, mas ao mesmo instante é um meio que permeia as relações de produção e o processo de tomada de decisão do grupo.

Em suma, No caso da Migue os principais limites estão associados à falta de crédito, ausência de reconhecimento do Estado, falta de apoio de instituições externas e de políticas públicas, em contrapartida existe autogestão, transparência e participação das sócias no processo decisório e as relações de trabalho são democráticas e horizontalizadas.

Além disso, as sócias da Migue atuam no processo de formação em autogestão e economia solidária e na construção de políticas públicas para o setor o que mostra o protagonismo do grupo.

#### **4.3 A Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN)**

O Tangará da Serra foi criado em 1976. Está localizada na Região Sudoeste do Estado de Mato Grosso conhecida como Médio Norte a 240 quilômetros da capital de Cuiabá. O Município de Tangará da Serra situa-se no exuberante divisor das águas das bacias Amazônica e do Prata, originou-se em 1959, emergente do antigo povoado surgido pelo loteamento das glebas Santa Fé, Esmeralda e Juntinho, localizadas no município de Barra do Bugres.

Tangará da Serra é o sexto maior município do Estado de Mato Grosso em termos populacionais, com 84.076 habitantes (IBGE, 2010a) e ostenta o título de capital do médio norte por ser um pólo econômico da região. O município destaca-se na prestação de serviços principalmente na área de educação e saúde. Sobre o processo de urbanização

Observa-se, contudo, que a formação de seu espaço urbano e rural seguiu a mesma tendência das demais cidades brasileiras, atendendo ao modelo capitalista, distinguindo as áreas de valorização e apropriação imobiliária daquelas ocupadas pelas classes de menor poder aquisitivo e, normalmente, periféricas (CHILETTO, 2010, p. 12).

O município possuía “[...] no ano de 2000 em sua área urbana 87,5% da população, enquanto que no Estado de Mato Grosso essa taxa de urbanização era de 79,4% e no Brasil 81,3%” (SEPLAN, 2007a, p. 14).

Conforme dados do IBGE (2010a) em 2010 com 89,20% da população, equivalente a 75.883 habitantes está localizada na zona urbana enquanto apenas 10, 79% da população com 8.193 habitantes localiza-se na zona rural.

No que se refere ao índice de desemprego “A População Economicamente Ativa (PEA) do município totalizava em 2000 cerca de 29.272 habitantes, ou seja, 49,7% da população do município. O salário médio com CTPS era de R\$ 656,37 e o índice de desemprego da PEA era de 11,4%” (SEPLAN, 2007b, p. 56).

O problema do desemprego é permanente. Embora diante da crise o país apresente um quadro de resistência satisfatório no mês de julho de 2011 Tangará da Serra registrou um número maior de demissões do que contratações.

A cidade fechou o mês com um saldo negativo de 165 desempregados a mais. Na indústria de transformação foram 424 demissões contra apenas 189 contratações. Já setores como construção civil, comércio, serviços e agropecuária contrataram mais e ajudaram a equilibrar a balança. Mesmo assim o número de demissões em julho ainda foi maior do que de admissões (MTE, 2011).

O principal setor deficitário da balança do emprego tangaraense foi o setor da indústria de transformação. Quando se leva em consideração os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) “Apesar dos números negativos do mês julho, a avaliação de 2011 ainda é positiva, de janeiro até julho o saldo de Tangará da Serra. Neste período a cidade gerou 513 empregos novos. Os setores que mais contrataram este ano foram de serviços e agropecuária” (MTE, 2011).

Esse quadro de relativa estabilidade não garante emprego principalmente para a juventude que tenta acessar o primeiro emprego



e também para aqueles que foram excluídos do mercado de trabalho formal pelo baixo grau de escolaridade e por estarem ultrapassando a casa dos cinquenta anos de idade. Isso se reflete no grave problema da informalidade. Dados do Censo Econômico de Tangará da Serra versão 2007 mostram a “[...] distribuição das empresas de acordo com a formalidade indicando que 28,3 % das empresas estão sem registro formal e só 71,7 % tem registro formal” (SEPLAN, 2007b, p. 4).

Tudo isso corrobora para que as pessoas procurem outras alternativas de trabalho e renda fora da perspectiva mercantil é nesse contexto que surge a Coopertan.

Além disso, Tangará da Serra despontou como referência em economia solidária na maioria das entrevistas realizadas com as lideranças estaduais.

*Porque Tangará tem uma política de economia solidária estabelecida. Eles dão um apoio mais específico aos empreendimentos. Os demais municípios têm apoio, geralmente através das secretarias de agricultura, mas não tem uma política específica de economia solidária e Tangará da Serra tem uma política pública própria para o fomento da economia solidária. Em contrapartida No Estado de Mato Grosso, a política estadual não é uma política eficiente, ela é incipiente. Existem debates, discussões, mas a política não é implantada. Falta amadurecimento disso (AMARAL, 2010).*

Tangará da Serra sai na frente nesse processo, veja o que diz Arruda (2010) “*Tem Tangará da Serra que é o único município que tem uma lei de economia solidária, é um município pioneiro. A lei de economia solidária de Tangará da Serra é anterior a Lei Estadual*”. Na verdade, hoje já não é o único a ter uma política municipal de economia solidária, mas realmente o município foi pioneiro nesse processo.

### 4.3.1 Histórico da Coopertan<sup>44</sup>

A trajetória do grupo que hoje forma a cooperativa de catadores de material reciclável iniciou-se a aproximadamente 20 anos, por volta de 1988, conforme relato de alguns cooperados. As pessoas desenvolviam a atividade de catadores no antigo “lixão” da cidade onde os resíduos sólidos eram depositados de forma desordenada sem qualquer separação, a fumaça produzida pela queima do material a céu aberto e exposição a todo tipo de material tornam precária a atividade de coleta e seleção. Nestas condições, o grupo de catadores trabalhou até 1997.

Posteriormente o depósito de resíduos sólidos da cidade (o lixão) foi transferido para as proximidades do córrego Ararão. Neste local, aproximadamente 10 quilômetros fora da cidade, os catadores trabalharam nas mesmas condições de insalubridade. Os produtos de melhor valor comercial eram: plástico, latinhas de alumínio e cobre. As dificuldades que se apresentavam para o trabalho eram de toda ordem: distância do trabalho, falta de transporte adequado, trabalho individual, conflitos e desavenças entre os catadores. Veja-se o relato de uma associada *“Quando trabalhavam no antigo lixão, não havia organização. O trabalho era individual. Cada um ajuntava seu material e vendia. Eram mais ou menos 10 pessoas que trabalhavam naquele local”* (Associada da Coopertan). A organização da produção era individual, *cada um por si e Deus por todos*. Essa era a realidade dos catadores.

Em 2004, a administração municipal implanta o aterro sanitário municipal, conforme modelos e padrões requeridos pelas novas legislações ambientais e as exigências da população vizinha ao “lixão” que se mobilizava

---

<sup>44</sup> Esse histórico do grupo foi validado pelo coletivo da Coopertan em Assembleia Geral realizada em 31 de jan. 2008. Para conhecer melhor o histórico da Coopertan veja: SENGER, Neuri E.; SQUAREZI, Sandro, B. Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na Coopertan. *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. p. 212-226. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&fronteiras/artigos/2010-1-11.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2011. ISSN 1984-9036.

contra os problemas ocasionados pelo “lixão” e não mais aceitavam essa forma de descarte dos resíduos urbanos. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE), uma autarquia municipal, é a responsável pela coleta e destino dos resíduos sólidos urbanos em Tangará da Serra. A área adquirida para o Aterro Sanitário localiza-se a aproximadamente 8 quilômetros da cidade e passou a funcionar a partir do dia 05 de novembro de 2004. Construído de acordo com as normas e exigências de segurança e sustentabilidade ambiental, o aterro possui uma balança e áreas adequadas para cada tipo de resíduo. Foi construído um barracão com dois banheiros, rede elétrica e água. Para melhora no rendimento do trabalho foi adquirida uma prensa e um caminhão para transporte do material do aterro até o barracão. Posteriormente foi então fomentada a união dos catadores numa cooperativa.

Com o objetivo de sensibilizar e conscientizar a população para separar adequadamente os resíduos sólidos domésticos, o Samae lançou o “Programa Tangará Recicla” em 2005. Este programa teve como objetivo implantar a coleta seletiva na cidade de Tangará da Serra, o que melhorou a qualidade dos resíduos reciclável que chegava ao aterro, diminuindo assim, a necessidade de trabalho direto nas células do aterro pelos catadores. Antes da organização coletiva, os catadores trabalham individualmente. Quatro grupos realizavam a coleta no aterro. A renda aproximada de cada grupo, conforme relato dos trabalhadores, variava de oitocentos a mil reais por grupo, proporcionando um ganho de duzentos a trezentos reais mensais para cada catador. A organização do grupo tornou-se uma necessidade, ou uma exigência do Samae. Para o grupo não perder sua fonte de matéria prima e de renda eles foram obrigados a se organizar.

O Samae estimulou os catadores para se organizarem coletivamente no intuito de que pudessem receber melhor atenção por

parte do poder público. E a primeira tentativa de organização aconteceu ainda no ano de 2005 com fundação de uma cooperativa que se chamou Cooperativa de Reciclagem do Aterro Sanitário de Tangará da Serra (COOPERAT), mas que não foi além de uma ata de fundação.

Outra tentativa de organização coletiva foi a criação de um associação que se chamou Ascamartas – Associação de Catadores de Material Reciclável de Tangara da Serra, ainda no ano de 2005. Formada por vinte e três associados foi registrada em agosto de 2005. A partir da experiência não exitosa da Ascamartas, os associados voltaram a pensar na organização de uma cooperativa, visto que esta forma de empreendimento poderia trazer algumas facilidades de acesso a crédito e comercialização.

No mês de junho de 2006, vinte e uma pessoas aprovaram a criação da cooperativa, aprovaram o estatuto e encaminharam para o registro na Junta Comercial. Porém o processo não foi aprovado e foi devolvido indicando os itens a serem retificados para posterior encaminhamento. As anotações foram estas:

1 - Qualificação dos cooperados, completar o seu endereço, estado civil, nacionalidade, profissão de cada um; 2 - Observar que o cooperado Tiago da Silva Santos é menor e logo deve ser emancipado; 3 - Mencionar as quotas-partes de cada cooperado, e sua integralização, a forma e o prazo; 4 - Apor visto do advogado na Ata e no Estatuto; 5 - Observar que o estatuto está repetido; 6 - Apor o nome do presidente na (capa); 7 - Anexar, declaração de desimpedimento dos administradores (JUCEMAT, 2007).

Quando o grupo recebeu o processo da Junta Comercial houve uma insatisfação generalizada com várias instituições e pessoas que apoiavam a constituição da Cooperativa, que apesar de bem

intencionados e assessorados por um escritório de contabilidade não tinham os conhecimentos técnicos e burocráticos dos trâmites. Ressalte-se, que a burocracia é grande. No entanto, conforme se observa no parecer retro-mencionado alguns erros são primários. Diante de tantas dificuldades o coletivo de catadores optou por não atender as exigências desse parecer e começar um novo processo de regularização da cooperativa.

Por iniciativa dos catadores e da ONG Sociedade Alternativa La Comuna, pioneira no apoio ao grupo, o Banco do Brasil S/A foi procurado para apoiar a consolidação da organização dos catadores. Após as deliberações internas o Banco através do seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS)<sup>45</sup>, passou a apoiar a organização do grupo e buscou novos parceiros, dentre eles, destaca-se os seguintes: D. E. Siebert – Empresa Particular de Assessoria Agrônômica e Ambiental; Câmara Municipal de Vereadores; Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE) – Autarquia do Poder Público Municipal – responsável pela coleta de lixo e pela administração do Aterro Sanitário e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), através do

---

45 O Programa DRS é Estratégia Negocial para o Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), visa articular e mobilizar parceiros e a participação efetiva da comunidade através de uma metodologia construtivista, que prevê planejamento participativo e compartilhamento da visão de futuro pelos diversos atores sociais e econômicos envolvidos. A participação dos parceiros viabiliza ações voltadas, por exemplo, para capacitação, formação de associações e cooperativas, conservação e recuperação ambiental, melhoria das condições de saúde, educação e moradia, construção e melhoria de estruturas de produção e valorização da cultura local. A perspectiva é de que, no longo prazo, o DRS ainda gere outros ganhos. À medida que as ações forem implementadas e os empreendimentos prosperarem, as parcerias consolidadas poderão ser estendidas para outras iniciativas, os beneficiários mudarão de patamar de qualidade de vida e de consumo e o Banco, além dos ganhos de imagem, poderá obter resultados econômicos pela venda de produtos e serviços aos parceiros e aos novos clientes. Um círculo virtuoso que irá propiciar a todos bons negócios. Neste caso o programa DRS, embora tenha colaborado com o processo, não investiu nenhum tipo de recurso financeiro na Coopertan (BB, 2009).

Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT)<sup>46</sup>.

A UNEMAT/NECOMT passou a apoiar formalmente a organização do grupo a partir da institucionalização do Projeto de Pesquisa denominado de: Participação da UNEMAT no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) desenvolvido junto aos Catadores de resíduos sólidos do Aterro Sanitário de Tangará da Serra-MT. Isso ocorreu em março de 2007. Com o ingresso formal da UNEMAT no projeto o NECOMT passou a liderar a rede de parceiros num processo de incubação visando a criação da Cooperativa e a consolidação do empreendimento na perspectiva do econômico, do social, do cultural, do político, do técnico e do ecológico. Dessa forma foi convocada via edital nova Assembleia para a constituição da Coopertan. O evento ocorreu em 12 de julho de 2007 e teve a participação de 22 sócios fundadores. E o processo foi encaminhado para regularização para a Junta Comercial de Mato Grosso em meados de agosto, sendo devolvido devidamente aprovado em novembro do mesmo ano.

No que se refere ao perfil a composição atualmente o grupo é formado por 48% de homens e 52% mulheres. Em sua maioria são casados, 5% divorciados e 29% solteiros. Embora o percentual de mulheres seja maior o grupo é bem equilibrado são de respeito mútuo.

---

46 Vinculado a UNITRABALHO. É uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. A UNEMAT/NECOMT passou a fazer parte da UNITRABALHO em 2003.

Por medidas de segurança ambiental e de saúde e a pedido do Samae, a cooperativa precisou sair do aterro sanitário. E em abril de 2008 a sede da Coopertan foi transferida para um barracão com aproximadamente 3000 m<sup>2</sup> na saída de Tangará da Serra para Deciolândia. O Programa Tangará Recicla com a coleta seletiva implantada em toda a cidade melhorando a renda e a qualidade de vida e do trabalho dos cooperados. A figura 4 mostra o local da sede da Coopertan.

Figura 3: Sede da Coopertan.



Fonte: Senger (2008).

Para enfrentar os problemas de gestão, financeiras, contábeis, jurídicas e de logística a Coopertan conta com o apoio e o voluntariado de pessoas e instituições e isso tem sido fundamental para a consolidação da cooperativa. Além disso, hoje a Coopertan apóia com treinamento em reciclagem Associações de Catadores de três cidades no Mato Grosso: Juína, Colíder e Barra do Bugres.

### 4.3.2 Análise da Coopertan

Existem setores e atividades que se sobressaem. “*Olha, existe uma grande heterogeneidade de experiências de economia solidária no Brasil. Existem as experiências urbanas e experiências rurais. Nas experiências urbanas o que sempre chama a atenção é a experiência das cooperativas de coleta seletiva de resíduos sólidos*” (EID, 2010).

O problema é que a maioria dessas cooperativas de catadores, e é o caso da Coopertan,

*Não são cooperativas que surgiram a partir da necessidade dos trabalhadores e dos interesses dos trabalhadores. Não surgiu do interesse deles, dos trabalhadores se organizarem de forma autônoma. E sim do poder público. Então essa relação de dependência se dá muito mais por conta de um decreto federal que vai determinar que as prefeituras tenham que acabar com os lixões e criar aterros sanitários e daí você começa a observar uma intervenção de uma política pública nas cooperativas de coleta seletiva. Se elas surgem de forma dependente de uma política pública municipal, o que interessava nessa pesquisa, nessa dissertação, se na sua trajetória elas trabalhando para a sua autonomia para a construção da sua autogestão. Se esses trabalhadores estaria caminhando para a autonomia para a sua autogestão. Porque essa autogestão ela é muito restrita, muito reduzida. Na medida em que a renda que é gerada ela é muito baixa e você acaba tendo uma influencia muito grande, direta, dos servidores públicos das próprias prefeituras na gestão dessas cooperativas. Não dá para a gente generalizar e dizer que todas elas são dessa forma (EID, 2010).*

O caso da Coopertan não fugiu a regra<sup>47</sup>. A Cooperativa surgiu com o apoio de uma rede de instituições a começar pela Prefeitura

---

<sup>47</sup> Para conhecer mais veja: SQUAREZI, Sandro. B. Et al. Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT. In: **XXVII CONGRESO ALAS**-Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Demo-



Municipal de Tangará da Serra que criou o “Programa Tangará Recicla”. Entre 2005 e 2007 foram várias tentativas de organização da cooperativa. Nesse intervalo de tempo, por iniciativa dos catadores que perceberam que se não se organizassem perderiam a fonte de renda e procuraram a ONG Sociedade Alternativa La Comuna, que promoveu o diálogo com o Banco do Brasil S/A para apoiar a consolidação da cooperativa. Após as deliberações internas, o Banco através do seu Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), passou a apoiar a organização do grupo tendo como parceiros: D. E. Siebert – Empresa Particular de Assessoria Agronômica e Ambiental; Câmara Municipal de Vereadores; e a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), através do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT). Mas se não fosse o estímulo e o apoio da sociedade civil a cooperativa jamais teria existido, pois

O interesse dos cooperados, inicialmente, não era de se agrupar coletivamente no processo de produção, eles queriam apenas um mecanismo jurídico para celebrar um convênio com o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE) – no caso a cooperativa – para não serem expulsos do aterro sanitário, local de trabalho. Mas aos poucos foram percebendo que não podiam fazer parte de um corpo fracionado que se reunia apenas quando eram ameaçados. A organização coletiva ultrapassava essa necessidade e exigia o compromisso com o coletivo (SGUAREZI, et al, 2009, p. 5).

Isso garantia o direito ao trabalho, mas não garantia o direito a remuneração pelo trabalho. Nesse contexto a cooperativa nasce e é incubada. A cooperativa enfrenta várias contradições. Dentre elas o interesse das diferentes instituições de apoio. Assim a se inicia o processo

---

cracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento. 27., 2009. Buenos Aires-AR. **Grupo de Trabalho 20 Sociedad civil: Protestas y movimientos sociales.** *Anais...* ALAS. Buenos Aires, 2009.

do trabalho coletivo e autogerido. Quando perguntados sobre os motivos que os levaram a trabalhar coletivamente as respostas foram:

A predominância dos motivos pela opção de trabalho coletivo está assim distribuída. (35,29%) afirmam que não desejam mais trabalhar de empregado. Em segundo lugar com 17,64% das respostas está a falta de emprego. Os outros 47,07 % apresentam outras motivações para a organização autogestionária. A oportunidade de acessar crédito<sup>48</sup>, o reconhecimento do grupo, a busca de identidade e a realização no trabalho também são fatores referenciados (SGUAREZI, et al, 2009, p. 4-5).

É importante ressaltar que por traz desse não desejar mais trabalhar de empregado estava o fator do analfabetismo e da idade – a maioria que indicou esse motivo tinha mais de 40 anos de idade –. Ou seja, dois fatores quase que impeditivos de acessar o trabalho formal que exige uma qualificação mínima. Isso vai ao encontro do depoimento de um dos membros do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), veja-se:

*Me tornei catador em função de desempregos. E buscando a volta mercado de trabalho passei por diversas qualificações. E não conseguindo retornar ao mercado de trabalho a opção que eu enxerguei foi me tornar catador. Isso 12 anos atrás. Meu início de histórico de início profissional é como metalúrgico desempregado. Em 1999 mais ou menos. E como catador, por incrível que pareça, é a atividade pela qual eu me realizei como pessoa, como cidadão. Fazendo talvez uso da minha experiência como sindicalizado enquanto estava no mercado de trabalho, isso tenha facilitado a minha atividade de militância no Movimento Social Organizado (CAVALCANTI, 2010).*

---

48 Esse debate foi complicado, especialmente caro para o grupo porque foi difícil, ainda é, para os sócios da Coopertan compreenderem que o que estava se propondo, não era uma ação paternalista, mas um trabalho em conjunto.

Não é por isso que não ocorre o trabalho coletivo. Um dos sócios afirma:

*Antes da Cooperativa o trabalho era individual. Não tinha liderança. Hoje não, hoje a gente trabalha em grupo, tem as lideranças de equipe, dos grupos, mas a gente toma as decisões em conjunto. Hoje é muito mais gostoso de trabalhar [...] A gente tem uma administração, as lideranças. Tem o diretor operacional que organiza o trabalho. Tem o fiscal de trabalho. Tem uma equipe que organiza todos os setores de trabalho na cooperativa (VIANA, 2010).*

Não ocorre apenas o trabalho coletivo. Na Coopertan ocorre a autogestão. Os sócios assumem a responsabilidade pelo empreendimento, as relações de trabalho e de produção se dão com base no solidarismo, mas também na disciplina. Veja o que diz um representante da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra-MT responsável pelo Núcleo de Políticas para a Economia Solidária (NUPES),

*Eu participei de uma reunião da Coopertan, na qual os sócios propunham a destituição do presidente. E por uma pequena margem de votos, entre 14 votos à favor e 12 votos contra, eles decidiram pela permanência do presidente. Posteriormente a isso, houve um movimento dentro da cooperativa que levou o presidente a disponibilizar o cargo e chamar uma assembleia geral para a eleição da nova diretoria [...] Esse processo na Coopertan foi um processo autogestionário porque o coletivo fez a sua análise. Num primeiro momento houve uma proposta de afastamento do presidente e numa primeira reunião houve o diálogo, troca de ideias, e o presidente por decisão do grupo não foi afastado naquele momento. Dessa reunião saíram alguns encaminhamentos que deveriam ter sido cumpridos dentro de um prazo estabelecido, e isso não foi atendido pelo presidente, não foi realizado pelos gestores da cooperativa e o coletivo se reuniu novamente*

*e tomou outra decisão. E apesar do grupo não solicitar explicitamente o afastamento do presidente, o presidente se sentiu incompetente para continuar realizando a sua tarefa que era a de liderança e coordenação da cooperativa, diante disso eu entendo que esse processo foi um processo autogestionário. Entendo que o coletivo teve empoderamento suficiente para cobrar de seus gestores atitudes e atividades que deveriam ter sido feitas em prol da cooperativa como um todo (SENGER, 2010).*

A observação participante me fez perceber a responsabilidade com que os sócios participam do processo de tomada de decisão. E quando perguntei ao Coordenador de Produção se existia autogestão ele respondeu:

*Sim. Existe autogestão sim. Autogestão pelo que eu entendo é ser dono do próprio trabalho, ser dono do seu próprio negócio e não estar trabalhando de empregado e realizar o trabalho em conjunto com os sócios, então eu entendo que há autogestão na cooperativa [...] A gente realiza reuniões em sequência. Em todos os finais de semana. Se não houver necessidade a gente se reúne a cada quinze dias e a cada seis meses a gente realiza uma assembleia geral (VIANA, 2010).*

Talvez por isso a Coopertan se enquadre como um empreendimento econômico solidário que se destaca no cenário da autogestão. A relação da Coopertan com a universidade tem sido muito próxima e talvez mais produtiva para a universidade do que para a cooperativa. Coopertan tem sido alvo de várias pesquisas uma espécie de laboratório social. Os estudos realizados ali vão desde trabalhos de conclusão de cursos de graduação a tese de doutorado.

Tabela 4: Pesquisas realizadas na Coopertan.

AUTOR/ORIENTADOR NÍVEL DO ESTUDO IES	TÍTULO	RESUMO
<p>Sandro B. Sguarezi</p> <p>Lúcia M. M. Bógus</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)</p>	<p>Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades</p>	<p>As transformações sócio-econômicas das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando os rumos do Brasil de forma significativa. O Estado de Mato Grosso, não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país. Se por um lado colocou Mato Grosso na condição de um dos principais produtores agrícolas brasileiro, por outro promoveu a exclusão social e a concentração de renda. Embora Mato Grosso venha sofrendo redução do ímpeto migratório percebe-se o crescimento da população concentrada nos centros urbanos, gerando sérios problemas sociais, dentre eles o desemprego. Como resposta para enfrentar os problemas ocasionados por essas mudanças, os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda e a democratização econômica. Considera-se que a consolidação da democracia no Brasil e no Mato Grosso depende da competência organizativa da sociedade e esse resultado se dará na medida em que as pessoas compreenderem sua complexidade, a importância do fazer coletivo e da participação. Pode-se afirmar que os movimentos sociais também percebem isso e protagonizam através da economia solidária uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Silenciosa porque é uma transformação sem armas, sem violência, sem exclusão. Paradigmática porque exige dos trabalhadores a transcendência da heterogestão para a autogestão e coloca o desafio da democracia como modo de vida. Pragmática porque requer o avanço das competências organizativas, internas em cada empreendimento e externas criando redes estratégicas que possibilitem a consolidação dessa iniciativa. A pesquisa perseguiu o objetivo de identificar os limites e as possibilidades da autogestão em empreendimentos econômicos solidários (EES) no Estado de Mato Grosso. A linha metodológica foi delineada pela pesquisa qualitativa porque entendemos que a realidade é construída socialmente por compreensões que orientam o nosso modo de investigar e porque nos permite a transcrição das subjetividades presentes no processo de construção do conhecimento. As principais ferramentas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, a entrevista não-estruturada e a observação participante em conferências, fóruns, encontros de formação, oficinas, seminários e através de visitas técnicas <i>in loco</i> aos empreendimentos selecionados. Para ampliar a compreensão do fenômeno foram realizadas 30 entrevistas com representantes dos três segmentos que atuam no campo da economia solidária: Estado, Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Também foram utilizadas informações do banco de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Com base no banco de dados do SIES e dos resultados das entrevistas foram selecionados dois empreendimentos de referência em autogestão no Estado de Mato Grosso para a observação participante. Sendo um na capital e outro no interior. Na capital foi selecionada um empreendimento autogerido, a Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA e no interior foi selecionada a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN). A análise foi organizada a partir das relações de trabalho no interior dos empreendimentos e da participação dos sócios no processo de tomada de decisão nesses empreendimentos com base em 14 indicadores de autogestão. Os resultados do estudo mostram a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão e explicitaram não apenas as diferenças e os paradoxos que recobrem esse fenômeno, mas igualmente indicam quais os limites e as possibilidades da autogestão para a construção da economia solidária.</p>

<p>Wilson Luconi Junior</p> <p>Marília Veríssimo Veronese</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais</p> <p>Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS)</p>	<p>No Lixo? Na Arte? Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT</p>	<p>A dissertação discute a economia solidária com foco na consciência política dos sujeitos participantes nos empreendimentos solidários, dos segmentos de coleta e separação de resíduos sólidos e artesanato. Descreve e analisa elementos da consciência política, através de sete dimensões, conforme proposto por Sandoval (1994), sendo elas: identidade coletiva; crenças, valores e expectativas; interesses antagônicos e adversários, eficácia política; sentimentos de justiça e injustiça; vontade de agir coletivamente e ações e objetivos do movimento social. Para contribuir nesta discussão foram apresentadas articulações teóricas sobre a economia solidária, a compreensão do sujeito, movimentos sociais e consciência política. A pesquisa consiste em um estudo de caso de cunho exploratório, cujos dados foram coletados por meio de entrevistas individuais, grupos focais e observações do pesquisador. Os empreendimentos selecionados foram: Coopertan – Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT e a Artetan – Associação dos Artesões de Tangará da Serra-MT. A análise consistiu em categorizar os discursos dos sujeitos através das dimensões da consciência política. Os resultados apontam que os empreendimentos são um espaço possível de politizar a sobrevivência através da prática da autogestão e da formação que ela demanda; que as identidades em geral são construídas através de relações de parentesco e de liberdade no trabalho e que a luta dos cooperados é contra o sistema capitalista que os exclui do mercado de trabalho. Indicam também que eles encontram, nos espaços do empreendimento, significativo apoio e solidariedade. Esse trabalho, que compartilha da própria vida, evidenciou aspectos da formação política engendrada na esfera do trabalho, ou seja, uma politização da e para a sobrevivência.</p>
<p>Ana Maria de Lima</p> <p>Farid Eid</p> <p>Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção</p> <p>Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)</p>	<p>Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra-MT</p>	<p>O trabalho de separação de materiais recicláveis no município de Tangará da Serra é uma prática que acompanhou o nascimento e desenvolvimento da cidade. Com o passar dos anos percebe-se a presença do interesse do poder público e da comunidade em relação a importância do trabalho de reciclagem desenvolvido no município nos aspectos sociais, ambientais e de geração de renda. A partir da necessidade da construção do Aterro Sanitário Municipal, o interesse quanto aos trabalhadores que faziam a separação do lixo doméstico, ainda individualmente, ficou mais evidente. Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho foi: contribuir para a construção do conhecimento sobre o processo de transição do trabalho individual para o trabalho coletivo no segmento de coleta de resíduos sólidos. Os objetivos específicos foram: entender como ocorreu a criação e o desenvolvimento da COOPERTAN no município de Tangará da Serra-MT; analisar o desenvolvimento do processo de trabalho coletivo na COOPERTAN; fazer um comparativo entre o trabalho individual e o trabalho coletivo no município; compreender como os trabalhadores da COOPERTAN percebem as diferenças entre o trabalho individual e o trabalho coletivo após a formalização da cooperativa, identificar os pontos fortes e os desafios para a cooperativa. A metodologia utilizada foi a pesquisa participante e estudo de caso, através de acompanhamento do trabalho, reuniões, assembleias e a formação do grupo nas temáticas de cooperativismo em coleta seletiva do lixo doméstico e organização do trabalho. A pesquisa demonstrou fragilidade e dificuldade da organização coletiva e falta de formação técnica do coletivo. Notou-se também dificuldades das instituições apoiadoras agirem com coerência, conforme as necessidades e as especificidades do grupo analisado. Vale ressaltar que, apesar de tantas dificuldades nesse percurso, a grande maioria dos cooperados principalmente os fundadores que continuam no grupo gostam do que fazem, sentem orgulho do trabalho e apresentam grande expectativa e persistência na busca da autonomia e de bons resultados do empreendimento.</p>

<p>Luciane Veronese</p> <p>Sandro B. Sguarezi</p> <p>Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)</p> <p>Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Organizacional</p>	<p>Coopertan: aspectos sociais, econômicos, ambientais e a viabilidade do empreendimento</p>	<p>Tangará da Serra assim como muitos municípios brasileiros que estão em desenvolvimento produzem em proporção similar o lixo. Com o objetivo de solucionar este problema, garantir a sustentabilidade do meio ambiente e apoiar um grupo de catadores é implantado o programa de coleta seletiva e, a partir de então surge a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT-COOPERTAN. O presente trabalho teve como objetivo geral a construção de forma participativa de um plano de negócios para a COOPERTAN. Especificamente, objetivou-se: 1) identificar o perfil dos cooperados, clientes e concorrentes da cooperativa; 2) diagnosticar novos mercados para comercialização dos recicláveis; 3) identificar e avaliar os pontos fortes e fracos, ameaças e oportunidades; 4) levantar as principais necessidades de investimentos para o bom funcionamento da cooperativa. Para atender aos objetivos estabelecidos, foi necessária a utilização da pesquisa exploratória, descritiva, pesquisa ação e participante a fim de identificar características do grupo e dos demais envolvidos no processo, ressaltando a relevância destas informações para a construção do plano de negócios. Esta monografia está organizada em seis capítulos, onde foram abordados temas relevantes que estão intrinsecamente ligados a realidade da cooperativa e outros que podem vir a serem inseridos no contexto, visando garantir a evolução do grupo. Os resultados da pesquisa apontam que a cooperativa ainda necessita de apoio do poder público até que tenha capacidade para a gestão dos recicláveis.</p>
<p>Neuri Eliezer Senger</p> <p>Sandro B. Sguarezi</p> <p>Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)</p> <p>Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Economia Solidária</p>	<p>Senger, Neuri Eliezer. Autogestão: a organização coletiva do trabalho na Coopertan</p>	<p>Este trabalho se propõe a compreender o processo de construção da organização do trabalho em uma Cooperativa de trabalhadores na coleta e seleção de materiais recicláveis de Tangará da Serra. Para tanto, foi utilizada a pesquisa participante para qualificar o processo de construção coletiva do investimento solidário, onde o trabalho passa a ser compreendido como instrumento social de qualidade de vida e construção de relações solidárias, e neste caso, se materializou através da organização da COOPERTAN – cooperativa de produção de material reciclável de Tangará da Serra.</p>
<p>Jucinei Rodrigues Moreira</p> <p>Adelice Minetto Sznitowski</p> <p>Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)</p> <p>Curso de Graduação em Administração</p>	<p>Identificação dos riscos ambientais presentes na Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra - MT (Coopertan)</p>	<p>O tema estudado foi sobre a Identificação dos Riscos Ambientais presentes na Cooperativa de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra - COOPERTAN, e teve a pretensão de demonstrar os riscos presentes naquele local. O grau de risco existente na cooperativa, demonstra-se que os cooperados estão sujeitos a contrair acidentes e doenças provenientes do contato com o lixo, podendo causar danos futuros a saúde do trabalhador. O objetivo geral desta pesquisa visa identificar os riscos presentes no ambiente de trabalho da Coopertan, e sugerir meios que contribuam para minimizar os riscos à saúde dos cooperados, proporcionando-lhes uma qualidade de vida melhor. A metodologia utilizada para atingir aos objetivos propostos e validação ou refutação das hipóteses foi através de pesquisa explicativa, documental, descritiva, entrevistas, pesquisa de campo, bibliográfica e observação no local. A realização deste estudo foi de grande relevância pois proporcionou a oportunidade de conhecer a realidade dos cooperados, obtendo conhecimentos dentro da área pesquisada. Verificou-se que a cooperativa possui riscos de acidentes, e os mesmos foram identificados por meio de pesquisa de campo, observações, e diagnóstico realizado por um técnico de segurança do trabalho, no qual ocorreu a identificação de riscos. Assim, faz-se necessário orientá-los da importância da segurança do trabalho, e que possa conscientizar a respeito dos riscos existentes naquele local e buscar soluções para a diminuição dos mesmos.</p>

<p>Maila Karling Vieira Flávio Amaral Oliveira</p> <p>Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)</p> <p>Curso de Graduação em Ciências Contábeis</p>	<p>Contabilidade de cooperativas: um estudo de caso a cerca da contabilidade da Coopertan</p>	<p>O trabalho versa sobre a contabilização de uma cooperativa de catadores de Tangará da Serra. O objetivo da monografia foi elaborar as demonstrações contábeis, com base nos controles internos da cooperativa, de forma a atender as exigências legais e as demandas dos cooperados. A metodologia foi delineada pelo estudo de caso, entrevistas informais, observações, participações em reuniões e Assembleias Gerais e através da consulta bibliográfica já existente. Os resultados alcançados foram as demonstrações contábeis elaboradas juntamente com a cooperativa, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, propondo uma forma de atender as exigências legais e auxiliando os cooperados a interpretação das mesmas, uma vez que estes participaram do processo de construção. Os objetivos propostos foram alcançados. As hipóteses foram refutadas. Concluiu-se que a Cooperativa legalmente deve elaborar as demonstrações contábeis para fins de atender as exigências do fisco, e que através de controles e relatórios internos é possível atender as demandas dos cooperados.</p>
--	---	--

Essas pesquisas geraram outras publicações em livros, revistas e eventos acadêmicos inclusive de âmbito internacional. Sustenta-se que parte desse conhecimento produzido em conjunto com os seus sócios, sujeitos desse processo, tenha sido apreendido e revertido em ações práticas que de alguma forma estejam contribuindo para a consolidação da cooperativa. Os estudos em sua maioria, sem deixar de valorizar as disciplinas, comportam uma visão interdisciplinar do processo. A seguir, apresenta-se uma tabela das produções científicas a partir da Coopertan.

Tabela 5: Coopertan estudos publicados

AUTORES	TÍTULO	OBRA/EVENTO
<p>SGUAREZI, Sandro B. LIMA, Ana M. de. PEREIRA FILHO, José. SENGER, Neuri E. BORGES, Juliano L.</p>	<p>Desafios e contradições no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT.</p>	<p>ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela, F. (orgs). <b>Cooperativa de Catadores: reflexões sobre as práticas</b>. Claraluz: São Carlos, 2011. P. 283-322.</p>



<p>VERONESE, Luciane. SGUAREZI, Sandro B. CHAVIER, Elei M.</p>	<p>Coopertan: aspectos sociais, econômicos e a viabilidade do empreendimento.</p>	<p>BORGES, Juliano, L. SENER, Neuri, E.; SQUAREZI, Sandro B. <b>Educação e sócioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local.</b> Vol. 6. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/ Editora Unemat: Curitiba, 2011. ISBN 978-85-8042-061-6. p. 181-191.</p>
<p>SENGER, Neuri E. SGUAREZI, Sandro B.</p>	<p>Autogestão: organização coletiva do trabalho na Coopertan.</p>	<p>SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano, L. <b>Educação e sócioeconomia solidária: praxis educacional e desenvolvimento social.</b> Vol. 5. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/ Editora Unemat: Curitiba, 2011.p. 179-190. ISBN 978-85-8042-060-9.</p>
<p>LUCONI JUNIOR, Wilson. VIEIRA, Maila K.</p>	<p>Globalização e Economia Solidária: uma análise em uma Cooperativa Popular.</p>	<p>XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da Abrapso. Recife PE, 2011.</p>
<p>SENGER, Neuri E. SGUAREZI, Sandro B.</p>	<p>Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na Coopertan.</p>	<p><i>Revista Territórios e Fronteiras.</i> Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/ UFMT. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. p. 212-226. Disponível em: &lt;<a href="http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&amp;fronteiras/artigos/2010-1-11.pdf">http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&amp;fronteiras/artigos/2010-1-11.pdf</a>&gt;. Acesso em 11 abr. 2011. ISSN 1984-9036.</p>
<p>SGUAREZI, Sandro B. SENGER, Neuri, E. FILHO PEREIRA, José. LIMA, Ana M. de.</p>	<p>A organização coletiva do trabalho: a construção do regimento interno na Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT Coopertan.</p>	<p>COLÓQUIO SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO. 7., 2010, Anais... Jaboticabal/SP. Universidade Estadual Paulista (UNESP).</p>
<p>LIMA, Ana M. de, OLIVEIRA, Fabiana P. L. L. de. SILVA, José J. da, Salli BAGGENSTOSS, ANDRADE, Mario G. F. de.</p>	<p>Proposta de procedimentos para implantação de coleta seletiva</p>	<p>XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Carlos, Anais... TN_STO_121_785_14775. São Carlos, 2010.</p>
<p>LIMA, Ana M. de, SZNITOWSKI, Adelice M. EID, Farid. VARGAS, Allyson R. LAFORGA, Gilmar.</p>	<p>Desenvolvimento de Projetos para fomento de trabalho coletivo e solidário: o caso da coleta seletiva de Tangará da Serra-MT</p>	<p>CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE RURAL (SOBER), 48., 2010 Anais... Campo Grande, 2010.</p>

<p>SGUAREZI, Sandro B. LIMA, Ana M. de; BORGES, Juliano L.</p>	<p>Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT</p>	<p>CONGRESO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA (ALAS). LATINOAMÉRICA INTERROGADA: DEPREDAÇÃO DE RECURSOS NATURALES, DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, ESCENARIOS PRODUCTIVOS Y CONSTRUCCIÓN DE CONOCIMIENTO. 27., 2009. Buenos Aires-AR. Grupo de Trabalho 20 Sociedad civil: Protestas y movimientos sociales. <i>Anais...</i> Buenos Aires, 2009.</p>
<p>VIEIRA, Maila K.</p>	<p>Demandas Contábeis: um estudo de caso em uma cooperativa popular.</p>	<p>COLÓQUIO INTERNACIONAL DA CATEDRA UNESCO: TRABALHO E SOCIEDADE SOLIDÁRIA, SESSÃO TEMÁTICA GESTÃO E DINÂMICA DAS ORGANIZAÇÕES. 3., <i>Anais...</i> ISBN 978-85-7843-103-7. São Leopoldo: Oikos, 2009.</p>

Hoje a Coopertan é uma referência no Estado de Mato Grosso. E nos aspectos de relações de trabalho e participação do processo de tomada de decisão seus sócios têm enfrentado as contradições necessárias para a prática da autogestão.

Na Coopertan, esse aspecto da liderança centralizado na figura de uma pessoa já foi superado. Nesse empreendimento, há um associado que é uma forte liderança, pois foi um dos fundadores da Associação e o primeiro presidente da cooperativa, permanecendo por dois anos na presidência. Após nova eleição, outra pessoa assumiu. Hoje, um outro cooperado, um dos mais jovens na cooperativa, preside a Associação e o grupo já se organiza para as próximas eleições. As decisões são compartilhadas, as receitas e despesas são transmitidas para todos os associados de forma transparente e clara, em qualquer situação que enfrentem, seja de conflito, dúvidas ou rotina do trabalho. A cada

nova situação, o grupo é chamado ao debate para deliberar em conjunto. Essa maturidade na Coopertan é fruto de anos de luta e organização coletiva e apoio de outras instituições. Apesar do forte vínculo familiar, do espaço doméstico onde se realiza a produção, os casos de crise são superados e vistos com profissionalismo pelos cooperados (LUCONI JUNIOR, 2011, p. 91).

Foi possível observar também que a maioria gosta do que faz. Se realiza no trabalho ali na Cooperativa. Talvez porque as relações de trabalho não sigam a lógica da exploração do trabalho e isso vai ao encontro do que defende o MNCR, conforme fala de Cavalcanti (2010) sobre a

*Principal atividade do empreendimento: valorização da categoria de catador que é um trabalhador e tem sua importância e garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. O Movimento se organiza de forma bem horizontal. São colegiados que se constituem desde a comissão de comitês regionais até a comissão nacional de articulação.*

No que se refere ao processo de tomada de decisão dentro desses empreendimentos existe espaço para ampliar o aprendizado coletivo. Apesar de essas cooperativas serem induzidas elas têm capacidade para apreender fazer autogestão. Isso nos remete a refletir sobre a fala de Eid (2010) referenciado anteriormente. Pois conforme Cavalcanti (2010)

*É fundamental tornar o processo de formação num processo contínuo. Hoje dentro do Movimento de Catadores e acredito que na maioria dos*

*empreendimentos de economia solidária as decisões ainda são muito mais de fora para dentro, do que de dentro do coletivo para fora. Ou seja, as pessoas ainda não têm o conhecimento da prática da autogestão. Muito se fala da autogestão, mas na prática ela ainda encontra dificuldades de ser implementada.*

Realmente existem dificuldades a serem superadas quando se trata de praticar a autogestão na cooperativa. Mas quando perguntado sobre a principal dificuldade da cooperativa veja o que o entrevistado respondeu:

*A principal dificuldade da cooperativa é que a gente tem muito trabalho em relação às sobras da cooperativa. As sobras são baixas por causa do preço. Nós estamos longe das indústrias de reciclados e isso acaba desfavorecendo um pouco, mas não abala a cooperativa. Às vezes é difícil as pessoas participarem das decisões, assumirem responsabilidades, é o caso da Coopertan. Às vezes a gente enfrenta esse problema porque nem todas as pessoas querem assumir cargos de responsabilidade. Às vezes a pessoa entra na cooperativa e ela só quer trabalhar como sócio. Ela não quer assumir um cargo dentro da administração (VIANA, 2010).*

O maior problema segundo o sócio dirigente são as sobras, ou melhor, dizendo: a falta delas. Se as sobras são baixas na hora do rateio das sobras e na redistribuição da produção da cooperativa os sócios acabam recebendo menos. Outro problema indicado por ele se refere a poucas pessoas dispostas a assumir cargos, o que não quer dizer que elas não participem do processo de tomada de decisão. Nas reuniões que participei foi possível observar que a maioria expõe suas ideias com firmeza, chegando a esquentar o clima de discussão em torno de pontos polêmicos.

É verdade que a realidade da Coopertan não foge a realidade das demais cooperativas de catadores pelo interior do país, pois “A maioria delas se encontra em um estágio embrionário, tem grande dificuldade de resolver seus problemas básicos de infraestrutura para seu crescimento, e o trabalho de seus cooperados é realizado de forma improdutiva e ineficiente, trazendo problemas de toda ordem” (PINHEL, ZANIN, DEL MÔNACO, 2011, p. 93). Apesar de eles participarem do processo de decisão e as relações de trabalho obedecerem os fundamentos da autogestão falta infraestrutura sim. Desde máquinas como prensas, empilhadeiras e carrinhos para facilitar o trabalho até um barracão de propriedade da cooperativa é problema, visto que esses problemas influem no faturamento da cooperativa levando a sobras baixas, bem como ampliando o nível de dependência e diminuindo a autonomia desses trabalhadores.

Ainda existe o problema da alta taxa de rotatividade, principalmente nas cooperativas de catadores. Hoje, na Coopertan após quatro anos de sua fundação, dos vinte e um sócios fundadores permanecem apenas oito. Observando que a Coopertan tem hoje cerca de 60 sócios a rotatividade é elevada. Esse problema se deve a vários fatores, dentre eles a inserção de novos sócios, a falta de um compromisso com a causa da autogestão, ausência da consciência do trabalho coletivo e a baixa remuneração do trabalho são determinantes para essa rotatividade e faz com que eles deixem a cooperativa quando surge uma proposta de emprego. Embora muitos desses sócios acabem voltando para dentro da cooperativa porque não conseguiram se manter no mercado de trabalho formal a rotatividade existe e é um problema que precisa ser enfrentado. E o seu enfrentamento começa pelo processo de formação e participação, assim o sócio vai assumindo um sentimento de pertença ao grupo. Ao participar, ao

assumir responsabilidades ele acaba gerando um vínculo mais forte com a cooperativa.

Percebe-se que a autogestão contribui para melhorar as relações de trabalho e faz com que as pessoas participem do processo de tomada de decisão dos empreendimentos econômicos solidários. Mas isso não garante a autonomia do trabalho em relação ao capital. Como relatei anteriormente, os problemas e as limitações existem, mas não há dúvida que a autogestão promove a dignidade dos trabalhadores, resgata a sua auto-estima das pessoas e os impulsiona para a autonomia. “*Com a convivência, a segurança que as pessoas adquirem dentro do movimento vai surgindo a auto-estima e a vida das pessoas muda*” (OLIVEIRA, 2010).

Há uma longa jornada a percorrer. São muitas as conquistas possíveis, mas elas não chegaram sem avanços e recuos, sem uma reflexão atenta à prática do cotidiano. O processo de autogestão, passando pela incubação pode garantir grandes conquistas para os catadores.

Para los participantes Del proyecto, crece la conciencia de la dignidad del trabajo de la recolección que realizan y la importancia del mismo para la ciudad [...] Del punto de vista organizativo, se resalta que estas conquistas generaron un fortalecimiento de la organización de los trabajadores y e mayor credibilidad en la Astramare (ALVES, 2004, p. 109).

No caso da Coopertan, comparando a experiência, retromencionada da Associação de Trabalhadores de Materiais Recicláveis (ASTRAMARE), de João Pessoa-PA, pode-se afirmar que a consciência e a dignidade do trabalho foram ampliadas. A consciência da importância da cooperativa para a cidade não é apenas

dos catadores, mas dos cidadãos que em suas casas triam ou separam materiais para serem entregues na cooperativa. Também houve o fortalecimento da Coopertan que no seu processo de organização interna e de credibilidade externa. As conquistas da Coopertan não se resumem ao contrato com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) para que a própria cooperativa faça a coleta seletiva nas residências das pessoas. A Lei Nº 3015, de 13 de Novembro de 2008 declara de utilidade pública a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangara da Serra-MT (COOPERTAN). O que representa um reconhecimento público e social da importância da cooperativa e do trabalho dos catadores.

Segundo Lima (2010, p. 108) “Os trabalhadores fundadores da cooperativa [Coopertan] que continuaram no grupo, declaram ter muito orgulho do empreendimento, agora o trabalho é melhor dividido, se respeita as diferenças das forças físicas entre homens e mulheres e gostam do grupo”. Também foi possível aprender que eles não são só catadores, são agentes ambientais. Eles dizem isso: *somos agentes ambientais*, eles tem consciência disso.

*Somos agentes ambientais. Muitos acham que a gente é lixeiro. Mas a gente não é um lixeiro, agora somos agentes ambientais. Depois que formamos a cooperativa mudou muito. Antes o pessoal chegava e falava boa tarde pessoal [no atacado fez o gesto]. E hoje as pessoas cumprimentam a gente. Depois que os professores da UNEMAT, Sandro Ana Maria começaram a chegar lá e cumprimentar todo mundo pegando na mão, até os vereadores e os secretários fazem isso. Se nós fossemos lixeiro isso não aconteceria (MIRANDA, 2011).*

Se perceber como agente ambiental é fácil, mas eles vão além, eles assumem a identidade de catador, superam o estigma. Eles não

se vêem como “lixeiros”. Eles se percebem como agentes ambientais, e como catadores. Parece que os sócios da Coopertan assumiram essa identidade e é visível neles o orgulho do que fazem. Observar e constatar que a UNEMAT contribuiu um pouco para promover essa pequena revolução dá a sensação de dever cumprido, e ao mesmo tempo, impulsiona na caminhada e exige um maior compromisso da universidade com os movimentos sociais. Perceber isso leva a convicção de que o trabalho dos Catadores, desses *agentes ambientais*, é uma resposta inteligente e necessária para o destino de um dos males da modernidade: o lixo. Também conduz a corroborar com o pensamento do educador das Comunidades Eclesiais de Base (CEB), os

Catadores/papeleiros são a solução definitiva para o problema do lixo. É só uma questão de ajudá-los um pouco na organização e dar-lhes um mínimo de condições humanas de trabalho. Eles já estão fazendo a coleta, a separação dos materiais e a devolução dessa matéria-prima para às indústrias. Isso com as mãos, de maneira totalmente artesanal, sem sofisticação de espécie alguma. Trata-se de uma mão de obra preciosíssima que temos a disposição e que não existe no Primeiro Mundo [...] Os catadores papeleiros são nossos mestres em ecologia e exercem uma das profissões mais dignas e necessárias do mundo de hoje (CECHIN, 2010, p. 187).

Apesar dos catadores serem o elo mais fraco da cadeia produtiva da reciclagem a Coopertan, igualmente a outros empreendimentos econômicos solidários vinculados ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis tem indicado saídas inteligentes e alternativas para os trabalhadores através do trabalho associado pelo viés da autogestão dando uma resposta possível não só para a



problemática ambiental do lixo, mas para as contradições do mundo do trabalho.

No manejo dos resíduos urbanos essa forma de trabalho tem sido capaz de fazer face ao isolamento do trabalhador, apontando perspectivas diferentes nas relações de trabalho: do trabalho subordinado ao trabalho autônomo, do isolamento e da competição à cooperação. Mais ainda, ao se organizarem, aparecem como sujeitos políticos, como atores sociais que exigem a definição de uma nova cidadania, que representam coletivos importantes dentre os movimentos sociais reconhecidos. Desenham, no mundo do trabalho, um processo de emancipação (MELLO, 2011, p. 8).

Vítimas de um processo de exclusão e de discriminação extremamente desumano esses trabalhadores dão um testemunho vivo de que é possível construir outro mundo. Mesmo sem as condições ideais eles irrompem dessas condições desumanas e através de processos participativos procuram resgatar sua dignidade nos entulhos da sociedade moderna.

Em síntese, no caso da Coopertan, os maiores problemas destacados pelos sócios e observados *in loco* são retiradas ou sobras baixas e a rotatividade dos sócios. A realidade da cooperativa de catadores não foge a realidade da maioria dessas iniciativas e precariedade nas condições de trabalho está presente. Apesar disso, existe autogestão e a participação ativa dos sócios em todos os processos decisórios da cooperativa. As relações de trabalho ocorrem com base no solidarismo e na reciprocidade e as relações entre homens e mulheres são equilibradas não havendo discriminação entre eles. A Coopertan tem sido um laboratório de aprendizagem coletiva e de construção de conhecimento e tecnologia social. É fato que nem todo

o conhecimento produzido é apreendido pelos sócios da cooperativa, mas de alguma forma esses conhecimentos são revertidos em ações práticas que beneficiam a Coopertan. Além disso, existe consciência ambiental e da condição de Catador e o que envolve seus direitos e sua cidadania, também indicando o protagonismo desses sujeitos por um mundo melhor.

#### **4.4 Análise comparativa da Migue e da Coopertan com base nos indicadores**

A análise comparativa entre os dois empreendimentos selecionados foi elaborada com base nos quatorze indicadores (GAIGER, 1999) definidos na metodologia e orientada pelas duas categorias de análise propostas no início da investigação: Participação no processo de tomada de decisão e relações de trabalho.

Tabela 6: Comparativo de indicadores Migue e Coopertan.

INDICADORES	MIGUE	COOPERTAN
As decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto do grupo	Sim. Em reunião geral	Sim. Em assembleia geral
Princípio: <i>um associado um voto</i>	O peso no processo de decisão é igual	Sim
Eleições diretas e livres do presidente	A coordenação e a liderança ficam a cargo da participante mais antiga	Sim. Não apenas para presidente, mas para todos os cargos de gestão da cooperativa
Voto secreto nas decisões fundamentais	Não. As discussões são abertas	Sim. Apesar das discussões serem abertas o voto é secreto em caso de não haver consenso.
Uso de ata e outros registros oficiais	Sim. Principalmente nas decisões mais importantes	Sim. Na maioria das reuniões são lavradas atas. E há outros tipos de registro e controle formal desenvolvidos pelo grupo
Regularidade nas reuniões decisórias	Não existe um calendário de reunião. Como o grupo é pequeno a maioria das deliberações são tomadas no momento da realização do trabalho. Ali conversam sobre os problemas e retiram os encaminhamentos	Existe uma reunião semanal ou quinzenal dependendo da necessidade entre a diretoria e o grupo de cooperados. São repassados informes e retiradas deliberações, como planejamento e distribuição do trabalho semanal
Renovação dos quadros diretivos	Não há uma hierarquia definida no grupo, as relações são horizontalizadas e baseadas na politecnia	Sim. Os mandatos são de dois anos e as eleições são realizadas por meio de assembleias gerais
Órgãos fiscalizadores independentes da direção	Não existe um conselho fiscal.	Sim. Existe o conselho fiscal. Existe o Conselho Consultivo composto por membros da Coopertan e membros de instituições apoiadoras
Socialização das informações entre os membros	Como o grupo é pequeno e se reúne frequentemente esse processo se realiza no próprio trabalho	As informações, as reclamações e as demandas do grupo são socializadas nas reuniões semanais ou quinzenais que ocorrem periodicamente entre a direção da cooperativa e os sócios
Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito	Existem colaboradores. É o caso de um tecelão que é funcionário público e sua participação se dá de forma restrita	Existem os sócios em estágio probatório de 90 dias. O candidato a sócio passa por um período de adaptação de 90 dias como contratado. Se aprovado é alçado a condição de sócio

Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios	Sim	Sim
Aporte em capital e trabalho similar entre os sócios	Sim	Sim
Envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento	Cada um tem a sua tarefa. Mas a decisão do que fazer? Como fazer? Quando fazer? É do coletivo	Existe a Coordenação de Trabalho interno daqueles que trabalham diretamente na reciclagem e a Coordenação de Trabalhos Externos que envolve a coleta seletiva, mas a decisão final compete ao coletivo.
Participação igualitária de sócios homens e mulheres	O grupo é composto apenas por mulheres. Com a participação esporádica do tecelão	Sim. A participação é igualitária. Também não há preconceito com o homossexualismo.

A comparação elaborada com base nesses indicadores e nas categorias de análise propostas no início da investigação: Participação no processo de tomada de decisão e relações de trabalho indicaram o que segue:

Primeiro que há uma diferença entre o processo de formalização dos dois grupos. A Migue é um empreendimento autogerido e sua forma legal no órgão de registro é empresa. Enquanto a Coopertan é um empreendimento autogerido, mas sua forma legal no órgão de registro é cooperativa. O primeiro grupo se forma a partir de uma base política fundamentada no trabalho das comunidades eclesiais de base, que sai de um grupo de base, transforma-se em cooperativa que sofre um processo de cooptação pelo Estado, sendo que as pessoas descontentes com esse processo encontram na formação do empreendimento uma saída para garantir trabalho e renda. O segundo se organiza em cooperativa mais para atender uma necessidade do grupo em manter o próprio posto de trabalho e a fonte de renda do que por opção ou consciência política. O grupo foi induzido pelo poder público local a se organizar em cooperativa para continuar trabalhando. Porém em ambos está presente a participação no processo de tomada de decisão e relações de trabalho ocorrem com base no solidarismo.

As decisões fundamentais são tomadas pelo conjunto do grupo em ambos os grupos. No caso da Migue como o grupo é pequeno – apenas 04 mulheres, e um homem tecelão que faz trabalho esporádico junto ao grupo – quando a necessidade exige são realizadas reuniões com atas e outros apontamentos. No caso da Coopertan além das reuniões gerais existem as assembleias gerais ordinárias realizadas semestralmente e em caso de necessidade realizam-se assembleias gerais extraordinárias.

Princípio: *um associado um voto*. Geralmente as decisões são por consenso, até hoje não há relato da necessidade de uma votação na Migue, mas como as relações de trabalho são horizontalizadas o processo decisório passa por esse princípio. No caso da Coopertan esse princípio é mais utilizado, como o grupo é maior – hoje em torno de 60 sócios – eles utilizam frequentemente o voto. A maioria das deliberações passa por esse critério. O Coordenador geral (presidente) coloca em votação e vence a proposta que tem maioria simples dos votos. Também no caso da Coopertan e relacionado a esse princípio há intensa participação no processo decisório e as relações de trabalho se dão de forma democrática.

Eleições diretas e livres do presidente. A Migue não tem eleições livres e diretas a coordenação geral é exercida pela sócia fundadora mais antiga. Depois existem as coordenações administrativo-financeira, a administração da produção e a função de articulação política. Sendo que cada uma das quatro sócias ocupa uma função. Não raro se observa que na ausência da coordenação geral alguém assume naturalmente a liderança do processo. As relações não são formais. Mas são perceptíveis. Também é comum observar que em muitas vezes elas trocam de função sem perceber e quem está na coordenação administrativo-financeira passa a fazer a função de articulação política. Isso indica que tanto no processo de tomada de decisão como nas relações de trabalho existe certo grau de autonomia dessas trabalhadoras. No caso da Coopertan

esse princípio está garantido pelo estatuto no Artº. 39, Parágrafo 1º - É obrigatório, ao término de cada período de mandato, a renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração (diretoria) (COOPERTAN, 2007a).

Voto secreto nas decisões fundamentais. Como já expliquei anteriormente e pelas relações de trabalho na Migue serem bastante transparentes o voto não é utilizado, geralmente ocorre o consenso. Isso, porém não descaracteriza o compromisso do grupo com a autogestão. Mas na Coopertan esse instrumento fortalece a participação do grupo e o voto secreto sempre é utilizado caso o debate não conduza ao consenso.

Uso de ata e outros registros oficiais. Também por ser um grupo menor esses instrumentos são pouco utilizados, mas o grupo não abre mão de lavrar atas nas decisões importantes. Além disso, o grupo tem controles de estoque, controle de trabalho e de produção. No caso da Coopertan o uso de atas é frequente. Mas o grupo também não abre mão de lavrar atas principalmente diante de decisões importantes ou mesmo polêmicas.

Regularidade nas reuniões decisórias. Na Migue não existe um calendário de reunião. As deliberações são tomadas durante o percurso da realização do trabalho. Ou mesmo na hora do cafezinho. Mas sempre que necessário tomar uma decisão coletiva de maior peso o grupo é convocado para deliberar sobre os encaminhamentos. Na Coopertan existe uma reunião semanal ou quinzenal dependendo da necessidade entre a diretoria e o grupo de cooperados. E outras reuniões de diretoria sempre que houver demanda. Nas reuniões gerais são repassados informes, retiradas deliberações do grupo, realizado o planejamento e distribuição do trabalho semanal, a composição das equipes e outras decisões pertinentes.

Renovação dos quadros diretivos. A horizontalização das relações de trabalho na Migue representada na politecnia praticamente elimina a possibilidade de rodízio de cargos. Cada uma das sócias sabe o que fazer e a distribuição das responsabilidades no organograma é mais uma formalidade do que uma necessidade do grupo. Por exigência legal e estatutária é obrigatória a renovação dos quadros diretivos.

Órgãos fiscalizadores independentes da direção. Esse princípio não é contemplado na Migue. Na Coopertan existe o Conselho Fiscal e na última assembleia geral foi introduzido o Conselho Consultivo que será

Presidido pelo Coordenador-Presidente e composto por uma comissão externa permanente de aconselhamento técnico e científico, composta por individualidades de reconhecido mérito, e constituída por profissionais indicados pelos principais parceiros da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT dentre eles a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) representada por: um professor do Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT); um representante do Banco do Brasil S/A (Sociedade Anônima) da agência de Tangara da Serra, Mato Grosso vinculado ao Programa Desenvolvimento Regional Sustentável(DRS); um representante da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra representado por um membro do Núcleo de Políticas para a Economia Solidária (NUPES); um representante do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAMAE); um vereador representante da Câmara de Vereadores; um representante da ONG Sociedade Alternativa La Comuna; um representante do Fórum Municipal de Economia Solidária; um contador representante do Conselho Regional de Contabilidade; e um advogado representando a Ordem dos Advogados do Brasil

(OAB) seção Tangará da Serra (COOPERTAN, 2011).

No caso da Coopertan não mostra só o compromisso com a transparência. Mas a abertura dada à sociedade civil organizada que colabora com o processo de consolidação desse empreendimento. Vale frisar que o papel desse conselho não é deliberativo, ou seja, ele não tem poder de decisão, mas pode influir nesse processo dado o seu peso técnico e político. Além disso, a cooperativa passa a ser conhecida e reconhecida pela sociedade civil organizada, podendo assim ampliar suas raízes.

Socialização das informações entre os membros. Como foi observado e relatado anteriormente, o processo de socialização na Migue é espontâneo, e ocorre durante a realização do trabalho. Na Coopertan, as informações, as reclamações e as demandas do grupo são socializadas nas reuniões semanais ou quinzenais que ocorrem periodicamente entre a direção da cooperativa e os sócios.

Trabalhadores não associados apenas em caráter restrito. No caso da Migue existe apenas um trabalhador nessa condição, um tecelão que desenvolve trabalhos esporádicos junto ao grupo. Ele não é sócio, mas participa esporadicamente de algumas ações do grupo. A Coopertan por ter um trabalho diferenciado que exige adaptação dos trabalhadores eles criaram no regimento interno a figura do sócio em estágio probatório. Foi realizado um sorteio entre os sócios fundadores da cooperativa e quando há necessidade da entrada de um novo sócio, o sócio fundador faz sua indicação. O sócio em estágio probatório passa um período de adaptação de 90 dias como contratado. Após esse período seu nome é submetido a avaliação de uma reunião ou assembleia geral e se aprovado é alçado a condição de sócio (COOPERTAN, 2007b). Em muitos casos



a inserção de um sócio não é consensual e o grupo recorre ao voto para definir a situação de inserção ou não.

Atividades-fim realizadas apenas pelos sócios. Em ambos os grupos isso ocorre, seja na Migue ou na Coopertan as atividades-fim são todas realizadas por sócios. Outra questão pertinente a apontar aqui é que nenhuma delas tem empregados.

Aporte em capital e trabalho similar entre os sócios. Na Migue esse é um dilema. Como o contrato social está para ser reformulado, e isso deve ocorrer em dezembro de 2011, no contrato existe uma realidade, mas a prática que se impõe é de igualdade. No entanto, até o momento nenhuma das sócias teve que aportar capital no empreendimento. Elas adentram no empreendimento com quotas partes iguais representadas pela capacidade de trabalho de cada uma, o princípio da solidariedade está acima da condição material representado na cota parte. Para elas o que importa são as relações de trabalho, não o processo formal. Na Coopertan o estatuto reza que cada sócio deve integralizar uma cota parte de R\$ 10,00 (dez reais) (COOPERTAN, 2007a). Como as relações de trabalho são horizontalizadas nos dois empreendimentos e os rendimentos são distribuídos conforme a produção o aporte de capital e de trabalho acaba sendo similar entre os sócios.

Envolvimento dos membros na gestão cotidiana do trabalho e do empreendimento. Na Migue cada um tem a sua tarefa bem delimitada, isso não quer dizer que elas não participem da gestão do trabalho. A gestão flui porque cada sócia assume sua responsabilidade, e muitas vezes o processo de cooperação e tamanho que uma está fazendo a atividade da outra. Na Coopertan existem duas células de trabalho. A equipe interna que atua com a triagem, prensagem e outras tarefas internas no barracão da cooperativa e uma equipe externa que atua na coleta seletiva junto aos caminhões. Mas desde a definição da

composição das equipes até o que cada um vai fazer dentro ou fora do barracão passa pela gestão coletiva. Por exemplo, no caso de uma pessoa estar doente é reservado a ela uma serviço mais leve.

No que diz respeito a participação igualitária de sócios homens e mulheres os dois empreendimentos estão livres de preconceito. A Migue trabalha apenas com mulheres – a exceção é o trabalho esporádico do tecelão –. Aliás, no processo de formação política da Migue a conscientização das mulheres para o exercício da cidadania é muito forte. Na Coopertan também há igualdade de participação. Existe o caso de um casal de homossexuais que são sócios, mas as relações de ordem pessoal são respeitadas nas relações de trabalho e não ocorre, ao menos não foi observado nenhum tipo de discriminação nesse sentido.

#### **4.5 Autogestão: limites e possibilidades**

Uma sociedade autodestrutiva, vincada ao apego doentio do consumo material tem raízes ideológicas profundas, que ultrapassam e fragmentam o diálogo entre a economia e a política, entre estas e a ciência. Coraggio (2010, p. 391) alerta

El neoliberalismo está presente, no sólo en el discurso del poder, sino también en nuestro sentido común. Representa una estructura construida y opera en base a determinadas categorías de pensamiento y de acción. Categorías que nos indican lo correcto, lo posible y lo que no es posible.

Construir formas de superar essas estruturas arraigadas que subordina todas as demais relações ao capital é imperativo para a nossa civilização. E a economia solidária e a autogestão se inscrevem nessa possibilidade. Na possibilidade do resgate do inédito viável e da esperança. Da esperança como estado de espírito que dá sentido a vida.

Nesse sentido, é pertinente a meditação de Václav Havel citado por Capra (2003, p. 273)

O tipo de esperança sobre a qual eu penso frequentemente,... compreendo-a acima de tudo como um estado de mente, não um estado de mundo. Ou nós temos a esperança dentro de nós ou não temos; ela é uma dimensão da alma, e não depende essencialmente de uma determinada observação do mundo ou de uma avaliação da situação... [A esperança] não é a convicção de que as coisas vão dar certo, mas a certeza de que as coisas têm sentido, como quer que venham a terminar.

A autogestão não é a luz para todas as sombras. A autogestão não é o melhor dos mundos, mas pode fazer o mundo melhor. Estudar o fenômeno da autogestão é uma forma de compreender as diferenças significativas que incorporam a riqueza de contextos locais. Os empreendimentos econômicos solidários incorporam a solidariedade como objetivo principal da elaboração das atividades econômicas e das relações de trabalho fugindo da frivolidade, do mercantilismo e ao mesmo tempo valorizando o local. Pode-se afirmar que por sua peculiaridade essa é uma possibilidade da autogestão. Porém, a questão é mais complexa um pouco porque toda possibilidade comporta também limites e igualmente todos os limites comportam possibilidades. O principal limite identificado junto aos entrevistados é a falta de formação. Veja-se o depoimento de uma liderança de empreendimento

*Hoje ainda, o principal limite é a falta de formação do que é realmente a economia solidária. A falta de formação para participar. Para saber o que fazer no movimento a partir da nossa realidade. Nós temos que falar mais da nossa realidade. Precisa formação para diferenciar o individual do coletivo. As pessoas depois que sabem o que é economia solidária se apaixonam*

*porque ela transforma a vida das pessoas... Por isso eu acho o maior limite a formação. Se as pessoas tiverem formação as coisas acontecem. Não só aqui no nosso município, mas em todo o Brasil, a partir do momento que você der formação, visitar, conhecer, explicar a diferença entre você trabalhar no individual e no coletivo as pessoas começam a se apaixonar pelo movimento, se apaixonar pelo que faz, e aí começa a transformação de vida deles. Está começando a autogestão. Mas tem que ter mais formação. Tem que trabalhar mais a formação, noção dos direitos que a gente tem. Como fazer? O que é economia solidária? Tem que trabalhar a formação pra cidadania pra dignidade das pessoas. Isso é autogestão. Isto é economia solidária. Mais informação, mais formação, mais consciência das pessoas de como fazer as coisas de como conseguir entrar nos planos dos governos nas leis (OLIVEIRA, 2010).*

Percebe-se que há uma necessidade de educar para a participação, mas não é para qualquer participação. A formação de que a depoente fala é uma formação política qualitativa para a imersão dos sujeitos na sua realidade, na compreensão de seu contexto. Um contexto de exploração, um contexto de cerceamento de direitos para muitos e de privilégios para poucos. Esse contexto exige uma formação que supere o limite do individualismo, respeite os indivíduos e possibilite um agir coletivo consciente, reflexivo e propositivo capaz de promover transformações sociais a que se propõe um projeto que coloca a *economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento* e os desafios que isso implica.

*Os principais limites para implantar a autogestão nos coletivos de catadores a meu ver é que historicamente nós somos uma categoria de excluídos. Nesse contexto, histórico de pessoas excluídas ainda hoje, na nossa categoria, é baixo o nível de escolaridade do grande número de pessoas que atuam nos empreendimentos de economia solidária. Isso é um grande limitador*

*para o avanço dos empreendimentos de catadores no sentido da autogestão. Do ponto de vista gerencial, do ponto de vista do entendimento e da compreensão da tecnologia da gestão, esse é o principal limitador para o avanço da autogestão no processo de organização dos catadores. Outro limite é a falta da cultura do trabalho cooperativo no Brasil. As pessoas estão dentro de um empreendimento coletivo, mas ainda presas a uma possibilidade de emprego (CAVALCANTI, 2010).*

Se por um lado o baixo nível de escolaridade formal é um limite, outro seria a falta de cultura para o trabalho coletivo, a falta do espírito de cooperação que prejudica as relações interpessoais. Não é possível pensar um processo produtivo alijado de tecnologias tampouco o processo de cooperação. Mas dentro dos empreendimentos se observa nos sujeitos da economia solidária uma disposição de partilhar o que se sabe com o outro, mesmo que seja um conhecimento de maior complexidade. Desde o ensinar a manusear uma prensa de material reciclável, a uma técnica de plantio, ou mesmo a digitar num teclado de computador existe uma predisposição de contribuir com o aprendizado do outro. Nesse sentido “A energia deve centrar-se na valorização da diversidade dos saberes para que a intencionalidade e a inteligibilidade das práticas sociais seja a mais ampla e democrática” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 18). Se as novas tecnologias exigem um grau de escolaridade mais elevado, por outro lado, hoje em dia não há como abrir mão de determinadas tecnologias para que o empreendimento ganhe sustentabilidade. Daí a necessidade de ampliar a democraticamente o acesso a essas técnicas.

*Outro fator limitante tem a relação com a tecnologia. Existe uma dificuldade de assimilação da tecnologia. A utilização de computadores, por exemplo, a maioria desses trabalhadores não consegue dominar*

*essa tecnologia. A maioria dos trabalhadores são jovens de meia idade e pessoas de idade avançada. Na área de reciclagem é muito comum pessoas com mais de 50, 60 anos de idade. A dificuldade que eles têm de operar um computador é muito grande, esse é um problema do lado administrativo porque hoje você não administra sem um computador, isso na questão da gestão. Mas essa questão da tecnologia também influi na questão da operação de máquinas e equipamentos, desde a leitura de um manual fica difícil, além de ter dificuldades de ler na própria língua muitos dos manuais desses equipamentos são escritos em espanhol, inglês ou outra língua. Além de que a maior parte da tecnologia produzida é penada pra atender a linha de produção da empresa privada e não para atender a demanda dos trabalhadores. A demanda é muito grande por tecnologias que atendam esse setor, na área de resíduos, por exemplo, quando o lixo passa a agregar valor rapidamente apareceram empresas produzindo equipamentos para atender a demanda de grandes empresas, as pequenas cooperativas que ainda não tem grande escala de produção não encontram equipamentos para atender as suas necessidades. Não é possível trabalhar em regime de autogestão na ótica da competitividade. Se tiver tecnologias que atendam aos empreendimentos a demanda existe (CULTI, 2010).*

Novamente a ótica empresarial domina o cenário. Mais uma vez se observa a importância da universidade na construção de conhecimentos e de tecnologias sociais compatíveis com as demandas dos empreendimentos econômicos solidários.

A base da formação técnica passa inevitavelmente pelas competências oferecidas pela escola. O desafio é de mão dupla. Um de formação escolar para garantir acesso às técnicas de produção e o outro da formação política no sentido de criar consciência coletiva. Para Castro e Silva (2010),

*Esse processo de formação ajuda a superar, ajuda a compreender essas limitações. Ajuda a traçar metas, objetivos, ajuda a definir prioridades. Como podemos fazer para lidar com isso. A contribuição da Migue na formação é para que as pessoas possam se empoderar desse processo – de autogestão – e ser protagonistas. Não precisa esperar que o outro venha e faça o que precisa ser feito. As pessoas têm que aprender fazendo. Unir a teoria com a prática ainda é um grande desafio pra nós seres humanos. Precisamos unir essas duas coisas.*

O processo de formação é particularmente importante no sentido dos sujeitos assumirem o protagonismo, mas um dos grandes limites desse processo é romper a visão elitista de educação. É fundamental superar a visão fragmentada da educação formal e subsidiar o processo de formação com base na educação popular. Nesse sentido é importante compreender que esse processo de re-ligação perpassa pela ideia da *práxis*.

*Eu creio que a compreensão da ideia de práxis. A leitura gramsciana, associando a Paulo Freire em sua pedagogia da práxis parece uma boa resposta. Isso significa que a gente tenha um projeto para implementar isso que articule várias coisas ao mesmo tempo. É preciso ter uma visão sistêmica do processo porque não adianta a gente chegar numa comunidade, fazer formação para essa comunidade sem organizar a produção e não adianta querer organizar a produção sem o processo de formação. Um dos desafios que temos é esse. Ter um projeto claro, objetivado, construído coletivamente para podermos alcançar e executar essas ideias no seu conjunto. A ideia de formação. Formação técnica e política. A ideia da organização da produção, a ideia da comercialização. Quer dizer a ideia de gerar a experiência concreta do trabalho associado baseado na economia solidária (ZART, 2010).*

Religar a educação formal a educação popular, a formação técnica à formação política e a organização da produção ao processo de comercialização é um exercício de aprendizagem coletiva que pode contribuir nesse processo de formação e organização popular. Nessa lógica pensar a formação enquanto se organiza a produção torna-se uma questão de necessidade, de subsistência mesmo. Um projeto interessante nesse sentido é o projeto: Bases de Serviços de Comercialização (BSC)<sup>49</sup>. Visto que anterior ao processo de formação está a necessidade do sujeito alimentar-se e alimentar a sua família. Dificilmente alguém estará disposta a luta, a formação se estiver com fome o que torna esse processo recursivamente interdependente.

*Você só vai aprender a gerir coletivamente se você experimentar, se você aprender fazendo. Para mim os empreendimentos coletivos têm essa dupla função: tanto sobreviver e manter os grupos como também mostrar que é possível fazer gestão coletiva com todos os limites que eu já falei antes. Então tentar encontrar soluções para os limites é um processo de construção. É um processo de educação, você tem que aprender a gerir de outra forma coletivamente, não tem outra solução. Não tem como pegar fila para ser solidário (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

Percebe-se que o processo de formação é mesmo um limite a ser superado. Mas esse limite só será superado se os sujeitos estiverem dispostos a aprender a aprender no processo de construção coletiva, no processo de aprender a aprender *fazendo*. Partindo, assim, de um processo de formação que religue o fazer intelectual ao processo de trabalho

---

49 Bases de Serviços Técnicos de Comercialização (BSC) são instituições que prestam um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos produtivos e comerciais dos empreendimentos da agricultura familiar e economia solidária. Podem ser Ongs, associações e cooperativas que, com o apoio do MDA, atuam focadas no recorte territorial ou na escala estadual (MDA, 2011).



*O maior valor das cooperativas é que elas permitiam os homens a gerir coletivamente seus problemas e de forma autônoma, o maior valor da autogestão era ensinar as pessoas a enfrentar e resolver seus problemas coletivamente. Para mim a principal função de um empreendimento econômico solidário é isso. Habituar os homens a resolver seus problemas coletivamente e não acreditar que individualmente cada um vai encontrar a sua solução. O que o sistema tenta fazer crer é que cada um vai resolver o seu problema individualmente. Se você fizer um curso universitário, se você fizer um curso de qualificação, se você conseguir um micro crédito você pode se tornar um empreendedor, isso é uma grande mentira – essa história de que existe desemprego porque as pessoas estão desqualificadas é uma mentira –. Na autogestão as pessoas se qualificam coletivamente, num processo coletivo. Tem que perceber qual é a necessidade coletiva e ir atrás do conseqüentemente o que lhes falta (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

Se, portanto, a formação é uma necessidade coletiva nos parece que é no processo coletivo que está a resposta para superar essa deficiência. Superar o individualismo que permeia as relações sociais, culturais, políticas e econômicas requer um exercício, e se observa que esse

*É um processo de amadurecimento. A gente percebe ainda muita falta de capacitação. Não existe uma orientação técnica. Não existe essa capacitação técnica para o autogerenciamento, para a autogestão. Há ensaios, há uma disposição em fazer, mas ainda é muito incipiente, falta muito para os empreendimentos do Mato Grosso na questão da autogestão. Em muitos empreendimentos a gestão ainda está na mão de uma pessoa. A questão da co-participação, do coletivo da gestão é um processo de amadurecimento. Falta muito essa questão da formação, da capacitação para a autogestão (AMARAL, 2010).*

Se uma sociedade solidária exige a capacitação para a autogestão é inevitável que isso perpassasse pelo processo de formação e o Movimento de Economia Solidária tendo clareza disso tem procurado dar respostas a partir de iniciativas coletivas que enfrentam o problema. Embora essas iniciativas ainda sejam incipientes elas estão acontecendo.

*O Problema é que nossos sistemas educacionais não nos ajudam nisso, nas nossas escolas, nas universidades as relações são verticalizadas, são heterogestionárias. A gente tem percebido que todas as experiências por menores que sejam, aqui no Estado de Mato Grosso, posso citar, por exemplo, o CAMOSC<sup>50</sup>, que foi uma iniciativa de formação em que a gente tentou, eu não diria que a gente fez autogestão, porque a gente denominava isso de co-gestão o Estado intervém. Então cada vez que a gente tem uma iniciativa de abertura o Estado intervém e cria mecanismos de impedimento para que as coisas funcionem. Diante disso temos que ter mais capacidade de compreensão de como funciona a sociedade e como funciona o Estado e fazer com que as pessoas compreendam cada vez mais como funciona a sociedade e o Estado e fazer a formação para que a gente tenha cada vez mais resistência. Maior resistência. O processo autogestionário ele vai se produzir nas camadas populares e nos empreendimentos e nas outras iniciativas se nós tivermos experiências concretas no sentido da educação popular, não no sentido de você transmitir um conhecimento. No sentido que você vivencia um conhecimento. No meu entender o protagonismo dos sujeitos da economia solidária, a experiência autogestionária ela será produzida e vivenciada completamente se nós conseguirmos*

---

50 Curso de Agronomia dos Movimentos Sociais do Campo (CAMOSC) realizado na Universidade do Estado de Mato Grosso no período de 2005-2010 em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) com o apoio do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

*implantar experiências concretas. É interessante ressaltar que aqui no Estado temos muitas iniciativas. Eu estou otimista porque percebo que as populações realmente querem outra coisa. Tenho percebido que os limites de conhecimento sobre e os limites de conhecimento de ter uma prática, uma experiência mais completa, positiva, também limitam e muitas pessoas começam desconfiar da possibilidade de isso dar certo. Mas nós temos que ser persistentes resistentes e insistentes nesse processo de construção (ZART, 2010).*

Elisalde (2010, p. 104), citando (ZIBECHI, 2003, p. 56-7), afirma: “Los movimientos están tomando en sus manos la educación y la formación de sus dirigentes, con criterios pedagógicos propios a menudo inspirados en la educación popular, crean escuelas populares y espacios culturales de diferente naturaleza”. É importante ressaltar que quando os movimentos sociais chamam para si o desafio da educação, essa educação se desenvolve na perspectiva de uma educação popular que integra formação técnica e política. E seja no Brasil ou em toda a América Latina se observa nessa vertente de educação popular o legado de Paulo Freire.

Os acampamentos dos trabalhadores do MST se tornam um espaço de aprendizagem coletiva, e no centro do aglomerado de barracos de lona preta está a escola. Depois da conquista da terra nos assentamentos essa prática se reproduz e a escola passa a ser o espaço de referência do coletivo. As fábricas recuperadas no Brasil ou na Argentina assim que ocupadas passam ter espaços dedicados a educação. Se o processo de formação é um limite para a consolidação da autogestão, por outro lado os movimentos sociais têm clareza da sua importância. Talvez seja esse o motivo da maioria dos entrevistados apontarem a formação como o principal limite para consolidar a autogestão, sua importância estratégica. O grande desafio é transformar a escola estatal,

burocrática formal num espaço de autogestão, num espaço público na acepção original da palavra. Creio que esses movimentos devem travar não apenas um diálogo pela descentralização do processo educacional, mas assumir uma luta específica pela autonomia das escolas para que estas efetivamente atendam as demandas dos trabalhadores.

Apesar dos avanços e recuos, resistência dos movimentos sociais tem contribuído para o seu protagonismo. O processo de transposição das barreiras culturais e burocráticas tem se apresentado também como um processo de aprendizagem, de formação de educação para novas relações sociais.

Neste projeto de educação não basta a consideração do nível consciente e verbalizado de uma determinada cultura organizacional, nem é suficiente tratar apenas daquilo que constitui o universo do conhecimento. Exige-se, ao mesmo tempo, que se leve em conta elementos do inconsciente, reelaborando-se informações e juízos já adquiridos e incorporados, muitas vezes como se fossem naturais. Por conta disso, a construção de um novo paradigma requer a afluência de diferentes áreas, envolvendo conhecimentos, valores, comportamentos, desejos e ideais (ADRIANO, p. 130).

Superar a lógica racional positivista exige uma compreensão do funcionamento dessas instituições. Exige competência crítica pra questionar o instituído. E isso só se aprende no fazer do cotidiano, no enfrentamento das contradições e no debate que problematiza e educa. E nesse sentido, a autogestão educada. Mas não é só a compreensão dessa lógica institucionalizada que é importante. Também é importante compreender a lógica da autogestão. A compreensão dessas lógicas contraditórias acaba sendo necessária para que os sujeitos a partir do processo de formação compreendam uma para superar a outra e esse processo inicialmente é um pouco confuso.

*O grande problema do processo de autogestão é o processo de formação. É importante que a companheirada que está na ponta tenha formação para entender como funciona esse processo de autogestão. Porque no início ele é muito confuso. No início se faz muita confusão. Muito se fala que na cooperativa todo mundo é dono. Todo mundo é dono sim, mas, porém existe um processo de organização dentro da cooperativa. Então esse processo de autogestão ele é dependente do processo de formação. Nesse sentido, a formação é fundamental para ocorrer a autogestão (ROCHA, 2010).*

Compreender essa lógica de organização autogestionária que os empreendimentos econômicos solidários tentam implementar exige compromisso com a cidadania, com a responsabilidade coletiva porque ser dono num empreendimento coletivo não pressupõe uma relação verticalizada mas sim compreender um processo de organização horizontal de relações amplamente democráticas e isso esbarra no inconsciente coletivo, é importante compreender dentre outras coisas que

*Nós não temos a formação dessas pessoas para o trabalho associado. Está muito distante. As próprias universidades, apesar de existirem alguns trabalhos isolados, no conjunto a universidade está muito distante dos empreendimentos econômicos solidários. Eu tenho colocado assim: como é que vamos trabalhar coletivamente se a nossa cultura política é autoritária? Não é apenas o Estado que é autoritário. A nossa cultura é autoritária, porque nós vivemos numa cultura na qual nós não sabemos ouvir o outro. Alguém fala e todo mundo fala ao mesmo tempo. Ou enquanto um fala o outro levanta e vai embora, despreza a fala daquele outro. Ainda tem a ideia da desconfiança, aquele cara eu conheço, eu sei que ele não presta por isso já não ouço ele, já me recuso a ouvir ele (ZART, 2010).*

Se faz urgente superar a ausência dessa transcendência em *ouvir o outro*. Ouvir nesse sentido significa superar o autoritarismo arraigado nas nossas mentes, nas nossas ações e atitudes. Para superar essa cultura autoritária é fundamental mais do que desprendimento é necessário construir laços de confiança coletiva que superem esses preconceitos e possibilite a autogestão, mas o processo de autogestão começa com as pessoas, portanto, cada sujeito precisa se predispor a isso, a partilhar e compartilhar dessa ousadia que também

*É essa capacidade, essa possibilidade que as pessoas têm de autogerir não só seus produtos, mas seus espaços de formação. É a possibilidade das pessoas contribuírem nos mais diversos aspectos. Ser capaz de produzir, administrar, organizar, não só para produzir um produto, mas para a própria partilha do grupo, de suas experiências para que a gente consiga avançar, socializar os conhecimentos também é uma forma de autogestão. Fala-se muito de autogestão para o processo produtivo, mas eu acredito que autogestão é também um processo de gestão da vida da própria comunidade da organização de todas as atividades (MUNHOZ, 2010).*

Percebe-se que a autogestão apesar de seus limites acaba sendo também um ato pedagógico que possibilita a aprendizagem, não apenas individual, mas coletiva. Ao colocar a autogestão para além do processo produtivo é possível vislumbrar um projeto político de sociedade. Diante disso cabe a reflexão do professor Farid Eid (2010)

*É preciso cuidado para não cair nas armadilhas do corporativismo ou do pragmatismo do mercado para alcançar resultados a qualquer preço. Então esses desafios colocam essas contradições, mas é dessa maneira que a economia solidária cresce e vai politizando e se consolidando como uma alternativa, não só de geração trabalho e renda, mas colocando um*

*horizonte de um novo mundo possível, que talvez a gente construa um novo modo de produção.*

É importante lembrar que a autogestão se coloca como mais uma alternativa, uma alternativa contra-hegemônica, um embrião de coisas novas, mas o Movimento de Economia Solidária não tem a pretensão de um sujeito histórico de promover uma revolução de cima para baixo. Seu objetivo é aglutinar pessoas que juntas, embora na sua diversidade, em sociedade possam superar suas contradições e pavimentar novos caminhos.

*O socialismo de Estado nunca foi autogestionário. Há uma inversão aí. O socialismo de Estado sempre foi heterogestionário. Por isso a economia solidária não se prende às respostas puras e simples do Estado. Ao contrário, o movimento de economia solidária sabe que tem que tomar conta do Estado. É preciso tomar o Estado, mas a economia solidária não é estatal. Nesse caso a economia solidária não caminha no rumo em que o socialismo mais tradicional caminhou. Tanto o soviético, quanto o chinês. Na verdade estamos numa relação inversa centrada na sociedade. Não se centra como o capitalismo, no mercado. E não se centra no socialismo, chamado de socialismo real centrado no Estado. Na verdade a economia solidária é a negação dessas duas dimensões. É uma nova síntese a ser construída (ZART, 2010).*

A autogestão não cabe apenas nos espaços produtivos, nas relações de produção, além disso, alcança os espaços públicos, exige um agir coletivo que depende de um processo de formação que aos poucos vai transformando as pessoas e as relações sociais. Por outro lado

*Se fazer autogestão é tão limitado, é tão complicado, porque fazer autogestão no capitalismo? Porque eu acho que é preciso que os trabalhadores e as trabalhadoras aprendam a gerir coletivamente nem*

*que seja um pequeno empreendimento para poder a partir daí compreender como seria uma gestão coletiva da sociedade como um todo. Isso é um processo. Não existe um projeto pronto de sociedade que a gente vai tomar o Estado, tomar as fábricas e fazer o socialismo por aí, não é essa concepção, ao menos na afiliação teórica que eu defendo. Modelos dessa natureza já provaram que não funcionam (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

Um novo modo de produção não será construído num passe de mágica. A economia solidária via autogestão é uma alternativa e uma oportunidade de organização dos trabalhadores e da sociedade civil de criar novos espaços públicos. É uma utopia sustentada na proposta do inédito viável que se realiza em várias configurações e circuitos promovendo relações de aprendizado não-monetarizadas, redes e cadeias solidárias sócio-produtivas que buscam relações mais sustentáveis e que promovam um aprendizado coletivo que conduza a emancipação dos trabalhadores.

*Existe autogestão nesse processo? Olha hoje as pessoas estão começando a fazer esse tipo de trabalho. Elas estão começando. Tanto nos empreendimentos como no Fórum Municipal de Economia Solidária está começando. A grande dificuldade é que a gente precisa trabalhar com eles a parte de formação. As pessoas ainda não têm as informações, elas não sabem quais são os seus direitos, elas ainda não sabem aquilo que estão vivendo, elas precisam de formação do que realmente é a economia solidária, elas precisam saber quais são seus direitos, como exercer a sua liberdade de convivência. Mas as pessoas estão buscando isso, elas estão se preparando, buscando aprender o que é autogestão. Mas enquanto não tiver a formação as pessoas não vão saber bem o que é autogestão, não terão isso bem definido, por isso a importância da formação. Mas eu acredito que se a gente passar mais informação*



*tiver mais formação para os empreendimentos a autogestão vai melhorar. Se isso ocorrer vai haver mais autogestão, vai haver uma autogestão transparente nos empreendimentos como no Fórum. Porque hoje a gente vai para uma plenária do Fórum a gente vê muitas pessoas indecisas não sabendo bem o que é? Como falar? O que tratar dentro de um fórum? Mas cada vez que a gente prepara uma reunião do Fórum a gente percebe que isso muda. A gente tá sentindo que as pessoas estão realmente falando, cobrando, colocando as suas ideias e aquilo que eles precisam, quais são as suas necessidades (OLIVEIRA, 2010).*

Esse depoimento mostra com clareza que esse processo está em construção. Daí a importância da universidade nesse processo. A construção de estratégias articuladas entre ensino, pesquisa e extensão visando o desenvolvimento local sustentável pela interface de novas metodologias exigem que a universidade assuma um maior compromisso de se inserir nesse contexto. De produzir, socializar, divulgar e reaplicar experiências participativas e tecnologias sociais em maior escala enfrentando o desafio permanente da educação para a vida e por toda a vida contribuindo para uma reflexão atenta e responsável para enfrentar os problemas concretos do cotidiano, mas também para contribuir para a construção de arcabouço teórico que permita melhor compreender esse fenômeno e garanta que o conceito não seja banalizado ou apropriado pelo mercado virando um modismo.

*O primeiro limite que a gente enfrenta é que a economia solidária ainda não tem uma referência teórica ainda consolidada. Essa referência teórica está em processo de construção. Se a gente colocar 10 pessoas para dizer o que é economia solidária talvez a gente tenha entre 5 e 7. Talvez até 10 concepções de economia solidária. Então essa é a primeira questão. Isso vai desde a aquela concepção de que essa é a economia dos pobres, só para os pobres, que não precisa*

*ser profissional, que não precisa de um planejamento estratégico, não precisa de um plano de negócios. Muitas vezes a gente ouve trabalhadores dizendo 'a gente vende o almoço para garantir o jantar', é aquela coisa onde os trabalhadores tiram 200, 300 reais por mês. Parece que isso aí é reproduzir a precariedade, por isso é preciso tomar muito cuidado com isso para colocar novos horizontes para os empreendimentos de economia solidária. Então a formação ela é estratégica. Então a formação coloca desafios para a própria universidade. Porque a universidade não tem tradição de trabalhar com essa população excluída, marginalizada das universidades. Tem pouca gente pobre que estuda nas universidades públicas. As opções hoje ainda são muito limitadas. Você tem os cursos PRONERA, um programa que já tem mais de 10 anos. É um programa com um projeto pedagógico popular que abre as portas das universidades para que os trabalhadores rurais e assentados possam fazer cursos universitários de graduação e cursos de segundo grau. Isso abre novos horizontes para os trabalhadores em termos de conhecimento. Nós temos que promover uma mudança radical nos projetos pedagógicos das universidades, para formar novos professores, criar grupos de pesquisa que tenham uma visão da importância da articulação da pesquisa com o ensino e a extensão. Promover a mudança dos conteúdos dos projetos pedagógicos como já mencionei. Criar políticas públicas porque nós temos que reconhecer que a sociedade brasileira tem uma enorme dívida social com essa população com a qual a gente trabalha. Então nós temos que assumir uma parte dessa dívida social criando alternativas para que eles consigam caminhar com suas próprias pernas (EID, 2010).*

O movimento social sabe quão pertinente é trabalhar na perspectiva da construção de um arcabouço teórico que atenda a demanda de um projeto alternativo não capitalista.

O desafio se apresenta ainda no processo de construção de um referencial teórico-metodológico próprio para o processo de educação em economia solidária, pois as estratégias de formação e assessoria técnica que predominam hoje ainda são muito carregadas do conteúdo tecnicista, inerentes aos processos educativos voltados para as organizações de base capitalista (CADERNO TEMÁTICO, 2011, p. 11).

Se por um lado a formação é um desafio, por outro se faz urgente consolidar um referencial teórico. Um referencial que possibilite compreender e alavancar o processo e garanta sua credibilidade e seu compromisso popular sem se tornar um modismo. Reflete-se, aqui, sobre a imposição de um diálogo entre a formação técnica e a formação política, que supere o reducionismo, que a modernidade encorajou. Precisa-se de um referencial teórico inter e transdisciplinar, que possa, além de compreender e re-ligar, também, inter-relacionar os fenômenos. Portanto, precisa-se de uma nova forma de ler o mundo, em um mundo vivo, em processo permanente de construção.

*Embora o trabalho nos empreendimentos econômicos solidários ocorra de forma coletiva ainda está muito centrada na subserviência do trabalho ao capital. Se as pessoas tem uma vivência de toda uma vida toda do trabalho subsumido ao capital há muita dificuldade dos trabalhadores assumirem a autogestão. Essa dificuldade se observa muito nas fábricas recuperadas. Quando os trabalhadores assumem a fábrica eles entram numa crise psicológica, numa falta de iniciativa porque não tem quem manda. Uma crise da autogestão reside nisso, a autogestão requer alguém que lidere, só não pode ser essa mesma pessoa sempre. É preciso promover a politecnia. Não pode se repetir o que ocorria na empresa capitalista onde um manda e os outros obedecem. Mas é preciso ter comando. Por outro lado, é preciso cuidado para isso não se*

*transformar em poder. É preciso coordenar o espaço de trabalho, é preciso compartilhar os espaços. Sempre que a gente discute economia solidária surge isso porque a lógica da economia solidária é outra. E a lógica que o trabalhador está acostumado não é a lógica que privilegia a coletividade e a solidariedade. Quando a gente trabalha com os jovens camponeses isso fica mais fácil, mas essa lógica do individualismo também está presente, a primeira coisa que o acampado faz quando ele é assentado e recebe seu pedaço de terra é cercar o que é dele, não tem espaço para o coletivo. A primeira dificuldade é esse histórico de subserviência do trabalho e a segunda é essa prevalência do individualismo. Essa dimensão da força do conjunto social, da coerção social a lógica da individualidade permeia essas relações. A economia solidária evidente está na contra mão disso, mas enfrenta essa limitação (VAILANT, 2010).*

Enfrentar essas contradições e promover a politecnia é de certa maneira fazer a técnica dialogar com a política e com a economia. A transcendência das leituras, das práticas e da cultura fragmentada torna-se alicerce dessa possibilidade porque existe por parte das populações excluídas muita

*Descrença em entidades associativas ou cooperativas pelas comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhos quase ninguém acredita nisso [...] Falta de relações de confiança entre os beneficiários dos projetos e as entidades executoras e parceiras (acadêmicas, ONGs, setor público e empresas) dos projetos devido a uma história de insucessos e de exploração das comunidades que deveriam ser beneficiadas pelos projetos. Outro problema é o baixo nível escolar. Um pescador não quer sair da beira do rio para ficar preso no escritório da cooperativa. Quando você obriga ele a isso você está agredindo ele. Eu cansei de ir até a beira do Rio Cuiabá para pegar a assinatura do presidente em projeto. Outro ponto crítico é*

*baixa qualificação profissional o pessoal não tem apoio nessa área de formação. A falta de assistência técnica é outro gargalo. Mas para a Coorimbata o maior problema está em superar as dificuldades de atender exigências da inspeção sanitária. Não tem um programa estadual nem municipal que não seja pago. Isso inviabiliza o frigorífico da cooperativa. Há ainda o caso dos agricultores familiares e pescadores profissionais atuando de forma individual sem uma articulação coletiva porque não acreditam no grupo ou por outras razões (PRIANTE FILHO, 2010).*

Observou-se que existem limites para a consolidação da autogestão. Principalmente quando se propõe a fazer autogestão numa sociedade capitalista. Para Sardá de Faria (2010)

*Autogestão no sistema capitalista encontra uma série de limites estruturais. O Primeiro limite estrutural para uma empresa de autogestão, uma empresa recuperada vamos pegar um caso concreto. Eles [os trabalhadores] pegam os meios de produção, em alguma medida transformam o capitalismo, pegam os meios de produção e transformam em uma propriedade coletiva, digamos assim e a partir desses meios de produção tentam implementar uma nova forma de gestão, uma relação social diferenciada, coletivista, autogestionária. Em primeiro lugar esses meios de produção não foram feitos nem pensados para esse tipo de relação social, eles foram pensados – os meios de produção – para atuarem na valorização do capital, não é o caso que os trabalhadores vão querer fazer agora, criação de trabalho, novas relações de trabalho etc... De outra maneira. Então o primeiro limite é a tecnologia, em várias empresas recuperadas nas quais os trabalhadores se apoderam dos meios de produção a primeira coisa que eles fazem é tentar reorganizar o processo de trabalho para ver como eles podem conversar durante o processo. Você pega, por exemplo, o caso de empresas têxteis que geralmente tem fábricas em linha. As mulheres geralmente se*

*aproximam nas fábricas e tentam fazer ilhas, não as ilhas que o capitalismo faz, mas ilhas para poder conversar durante o processo de trabalho e ir ajustando a produção no momento em que eles vão produzindo, não deixam para ajustar depois. Então o primeiro debate é como se apropriar de uma tecnologia existente e transformá-la em uma tecnologia autogestionária que possa servir a autogestão. Esse para mim é o primeiro limite.*

Isso reafirma a importância de aproximar a universidade desse processo, ou da própria iniciativa da universidade procurar isso. A academia é uma importante aliada no processo de reflexão e de construção de conhecimentos e tecnologias capazes de superar os limites de formação no sentido de desenvolver tecnologias sociais que dêem respostas para essas demandas. Para Sguarezi (2010, p. 7) Não existe modelo único de pesquisa, os pesquisadores precisam desenvolver as competências para lidar em grupo de forma autogestionária e superar em conjunto com o grupo as limitações e os constrangimentos próprios de um processo permanente de construção e desconstrução de saberes que emergem durante a pesquisa. É um espaço, ao mesmo tempo de construção coletiva e individual no qual se confrontam posições ideológicas e sociopolíticas contraditórias e ao mesmo tempo convergentes. É um espaço no qual o objeto se transforma em sujeito e todos dependem uns dos saberes dos outros e juntos protagonizam a participação responsável e autogestionária ou auto-eco-organizada. É, portanto, um espaço novo na universidade. Na sua inter-relação com os movimentos sociais, é um espaço de autonomia dependente no qual todos são sujeitos.

Em grego, autonomia é o fato de seguir a própria lei. A autonomia do ser vivo emerge da sua atividade de autoprodução e de auto-organização. O ser vivo, cuja auto-organização realiza um trabalho ininterrupto, deve alimentar-se de energia, matéria e informação exteriores para sempre se regenerar. A sua autonomia é portanto, dependente; a sua auto-

organização, auto-eco-organização. (MORIN, 2005, p. 205).

Esse debate chama a atenção para uma questão especialmente cara para o Movimento da Economia Solidária a questão da autonomia.

*Eu tenho notado que as possibilidades que os empreendimentos e a economia solidária têm despertado dentro dos empreendimentos autogestionários é a autonomia. As pessoas adquirem a autonomia. E quando nós falamos de autonomia, nós não estamos falando única e exclusivamente que as pessoas ganham mais, ganham mais dinheiro. Nós temos observado que dentro do movimento de economia solidária, que com os empreendimentos da economia solidária nem sempre as pessoas ganham muito dinheiro. Mas elas estão bem. Elas estão bem consigo mesmo. Elas se tornam seres humanos melhores, mais realizados. As pessoas participam dos seus grupos, dos seus coletivos de trabalho e o trabalho e a renda que elas geram faz com que elas se sintam bem. Se a gente for olhar isso diante do capitalismo, diante da sociedade de consumo imposta, diante da visão do capital se impõe sobre o trabalho nós vamos perceber que nos empreendimentos autogestionários e na economia solidária nós temos as possibilidades onde o ser humano é valorizado, onde as pessoas ficam bem. Ficam de bem consigo, de bem com o próximo, de bem com o seu coletivo. Em determinados momentos, em determinados empreendimentos há melhoria, há renda melhoria da renda. Em outros as vezes nem tanto, por falta de organização, de uma caminhada (experiência) ou por falta de aperfeiçoamento, por falta de maquinário, ou alguma coisa assim, mas eles continuam a luta, continuam trabalhando. Na minha visão as possibilidades são essas. Nós estamos criando uma sociedade um pouco mais humana, mais justa e no sentido de atender esses anseios (SENGER, 2010).*

Além de colocar a questão da autonomia esse depoimento chama a atenção para o foco na realização das pessoas. A economia solidária promove a transformação social, o foco não está apenas na produção, mas na possibilidade de construir relações sociais que ultrapassam os vínculos das relações de trabalho. Essa capacidade de humanizar-se de *ficar de bem consigo, de bem com o próximo, de bem com o seu coletivo*, aflora resgatando a humanidade que se perdeu com a modernidade. Para Carvalho e Almeida (2009, p. 105), citando Le Pichon, na obra: *Ciência razão e paixão/Ilya Prigogine*,

O homem tem a capacidade de se projetar no tempo e essa capacidade constitui, de fato, a fonte de sua angústia existencial. Esse olhar reflexivo e essa capacidade de projeção no tempo constituem, penso eu, a verdadeira originalidade do homem. Talvez mesmo a única originalidade do homem.

A autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, assim a autogestão promove o re-encantamento do humano. Simultaneamente busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho. Partindo do pressuposto de que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29), a autogestão é uma forma de libertação. Para Ramos (2010) “*Uma realização concreta da autogestão é a possibilidade de o reencontro com o sujeito, o individuo, passa a se ver como um sujeito e ter uma autonomia dentro do seu processo de trabalho*”. E essa autonomia emancipa e liberta. O que não quer dizer que esse reencontro fique restrito ao processo de produção.

*A possibilidade primeira é das pessoas redescobrirem que o trabalho não gera só a sobrevivência. Você vende o trabalho, recebe as horas da sua vida que você vende, você suas horas de trabalho e morreu o seu*



*compromisso com o mundo do trabalho. A primeira possibilidade da economia solidária é resignificar o trabalho. Reorientar o trabalho é recolocar o trabalho, e colocar o a vida no centro. Se o trabalho não serve a vida não tem razão de existir. Quando as pessoas compreendem essa mensagem da economia solidária elas passam a perceber o trabalho de forma diferente, a pensar que é por aqui o caminho. As pessoas passam a perceber que podem ser melhor, elas passam a pensar eu posso ser mais, eu posso fazer mais. Mas ainda tem outra possibilidade. A possibilidade do prazer de ser livre, ser livre no trabalho. Quando a pessoa percebe que ele tem a liberdade do que fazer, do como fazer. De fazer ou não fazer isso mexe com as pessoas. Então essa mensagem vai se espalhando, vai tomando conta dos projetos institucionais, das políticas públicas, das universidades. Isso vai criando possibilidades diferentes, você vai levando essa mensagem e criando outra forma de se contrapor a ideologia capitalista. Começa no centro disso surgir outras versões, surgir um movimento de resistência, um movimento de contra-hegemonia (VAILANT, 2010).*

Evidentemente que isso não depende apenas dos trabalhadores, ainda mais quando se promove o solidarismo e a autogestão numa sociedade capitalista centrada no individualismo e na competitividade. Porém cabe aos trabalhadores a busca por essa liberdade, sabendo “Que a liberdade é uma conquista, e não uma doação e exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz [...] É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos” (FREIRE, 1987, p.18). Esses seres inconclusos, nesse processo inconcluso responsabilmente colocam sua capacidade de *resistência contra-hegemônica* a serviço de criar uma ambiência favorável ao processo de aprendizagem coletiva. Para Ladeia (2010)

*Onde acontece de fato a autogestão a gente vai ter o crescimento de todo mundo. Não apenas no sentido da pessoa ter uma garantia do trabalho e da renda, mas em condições que isso depende mais dela do que do mercado, as pessoas não dependem mais de muitas circunstâncias externas e passam a depender muito mais da força do trabalhador. E também das oportunidades que a pessoa tem de se apropriar do conhecimento e dos meios de produção que no capitalismo essa apropriação ocorre de forma privada e não de forma coletiva. Através do trabalho coletivo o sujeito vai tendo oportunidade de se inserir em políticas públicas, a pessoa se desenvolve pessoalmente do ponto de vista da educação, do processo de apropriação do conhecimento, da realidade em que ele vive e até do ponto de vista psicológico, da auto-estima dele, de se sentir um cidadão um ser humano independente da atividade que ele desenvolve, seja ele um catador, um agricultor ou um artesão ele pode andar na rua de cabeça erguida e falar de igual pra igual na sociedade onde ele vive e trabalha.*

Num mundo moderno dominado pelo estresse e por doenças como a depressão essas conquistas parecem significativas. Nesse sentido parece oportuna a declaração a seguir:

*A autogestão promove a emancipação dos empreendimentos. O objetivo da autogestão é esse. É fazer com que essa emancipação ocorra. Eu creio que no momento que o empreendimento se define por autogestionário, se assume, avança nisso ele está realizando, ele está emancipado. E o objetivo da autogestão é esse. E emancipação e autogestão não quer dizer não ter parceria, não ter apoio. É saber ter posição e colocar limites nas relações e ocupar os espaços públicos enquanto empreendimento autogestionário dono do seu fazer, do seu saber do seu conhecimento (BASTOS, 2010).*

Mas a autogestão não pode ficar presa a essa função. Nos parece que suas possibilidades podem, com um pouco de esforço avançar para outros territórios, para outros espaços, principalmente na direção dos espaços públicos.

*Para fora do grupo, para fora do empreendimento as possibilidades da autogestão seriam o grupo tomar consciência desse espaço público e fazer valer a sua autogestão em relação ao espaço público. Muitas vezes a autogestão fica esquivada, presa ao empreendimento. Mas como essa relação de autogestão se dá com os parceiros, nas relações com o poder público. Para as relações externas, para fora do empreendimento é preciso mostrar a sua realidade de protagonista do processo de emancipação (BASTOS, 2010).*

Os empreendimentos econômicos solidários, os fóruns de debates e outras instâncias da economia solidária são o lócus privilegiado das contradições, das disputas, dos consensos provisórios que paradoxalmente coloca nos mesmos espaços os limites e as possibilidades da autogestão. Daí a afirmação pertinente de que

*Não adianta a gente ficar cheio de utopia, de ideais, ficar falando da importância do processo de cooperação se a gente não estiver sujando as mãos das nossas diferenças, dos nossos conflitos e colocando isso na balança do dia-a-dia. É nesse processo, que a gente aprenda exercitar esse bem tão precioso que é a democracia que é tão difícil de conquistar. Por isso que eu vejo a economia solidária, e a autogestão como uma escola do cotidiano que nos fortalece a partir de muita prática na economia solidária e a partir daí a gente começar a propor algo para o mundo (TYGEL, 2010).*

Essa reflexão coloca o desafio da democracia como modo de vida (WANDERLEY, 2009, p. 34). O exercício de práticas democráticas

é que vai garantir um conjunto de relações sociais, de produção e comercialização horizontalizadas. É imperioso que se supere a cultura do individualismo e as estruturas hierárquicas verticalizadas próprias da sociedade hegemônica. Mas esse exercício requer a transcendência do modo de pensar e de agir em todos os espaços públicos do cotidiano. Requer não um repensar apenas, mas um fazer comprometido como a lógica da cooperação e do solidarismo.

A maioria dos entrevistados afirma que precisa haver uma mudança paradigmática das relações das pessoas dentro dos empreendimentos, na vida, no cotidiano, veja o que afirma Tygel (2010) “*É isso mesmo. Essa coisa é muito profunda. Eu não vejo os empreendimentos como um fim. Eu vejo os empreendimentos de economia solidária como um espaço, quase que pedagógico, de uma vida pautada pela cooperação*”. É necessário que nesses espaços se crie laços de confiança tão caros na modernidade.

Juntos os membros cooperados são donos do empreendimento. Diante desse fato e sempre o levando em consideração, precisa-se estabelecer mecanismos que não inibam sua força criativa. É, portanto, a liberdade e autonomia na criação dos seus produtos e serviços que os libertam dos laços de subordinação determinados pelas relações de emprego conduzindo-os ao grau mais elevado de organização e decisão nas relações autogestionárias da cooperação. Os trabalhadores cooperados devem deter a capacidade de interagir com os demais em igualdade. Deve ficar bastante claro que o fator confiança entre os membros do grupo é muito importante para o crescimento conjunto. Nesse caso, os membros precisam evitar diferenciações entre si, reduzir as ambiguidades e criar ambiente de respeito. Imbuir nos cooperados a ideia de que se trata de um processo de aprendizado mútuo (CULTI, TENÓRIO, CHAVES, 2001, p. 12-13).

Ser dono, não pressupõe cultivar uma cultura autoritária. Nesse caso ser dono implica ter a autonomia necessária para garantir a responsabilidade individual e coletiva no processo de tomada de decisão, no agir coletivo, no agir com o outro em condições de igualdade. Ações dessa natureza restauram as condições para o florescimento de relações de reciprocidade e confiança. Mas esse processo de construção leva tempo para se concretizar. É necessário estabelecer um diálogo que com base nas demandas e nos problemas do coletivo acreditando que os sujeitos desse processo estão dispostos e comprometidos com os interesses desse coletivo.

Se a fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo, a confiança se instaura com ele. A confiança vai fazendo os sujeitos dialógicos cada vez mais companheiros na *pronúncia* do mundo. Se falha esta confiança, é que falharam as condições discutidas anteriormente. Um falso amor, uma falsa humildade, uma debilitada fé nos homens não podem gerar confiança. A confiança implica no testemunho que um sujeito dá aos outros de suas reais e concretas intenções. Não pode existir, se a palavra, descaracterizada, não coincide com os atos. Dizer uma coisa e fazer outra, não levando a palavra a sério, não pode ser estímulo à confiança (FREIRE, 1987, p. 46).

Alcançar essa relação de confiança e adquirir autonomia não é uma coisa mecânica, fácil. Não se alcança apenas com o discurso, mas com exemplos. Se a autonomia e a confiança não são estabelecidas por decreto é impositivo que se estabeleça uma reflexão sobre as ações estratégicas para a sua conquista, afinal

*O processo de autonomia dos trabalhadores é mais difícil. As políticas são muito assistencialistas. Em Cuiabá – em especial na Baixada Cuiabana – há muito assistencialismo que cria uma certa dependência.*

*Então há uma dificuldade para a autogestão, para o trabalho coletivo. É preciso desenvolver todo um processo de reflexão de qual é a importância de você ser o dono do seu produto, de como colocar preço etc... É todo um processo (MUNHOZ, 2010).*

A Autogestão contribui para superar essas dificuldades, o assistencialismo, essa dependência, pois o processo de autogestão requer o exercício da solidariedade. Que requer a mudança de paradigma. Pois

O trabalho associado encontra-se inextricavelmente ligado à mudança social. A criação ou recuperação de uma unidade de trabalho sob sua égide é um ato de mudança, porque ao afastar-se de imediato do paradigma dominante de organização do trabalho, erige-se sobre relações de produção relativamente democráticas. Esta sua característica encontra-se no fato de que todas as teorizações que buscam a inteligibilidade do fenômeno colocam a questão da mudança da ordem estabelecida. O motivo é evidente. Para que os benefícios democráticos do trabalho associado sejam de fato historicamente relevantes, estes devem transcender, quantitativa e qualitativamente, uma situação social de subalternidade ou mera complementaridade da atividade capitalista (VIEITEZ; DAL RI, 2010, p. 72).

Superar o paradigma da subalternidade e ousar o protagonismo de transformação social está na gênese da prática da autogestão. Para Ramos (2010) *“A autogestão traz um aspecto importante que é a questão da solidariedade. Quem trabalha a autogestão têm uma visão integrada do processo de trabalho para poder realizar, executar a solidariedade”*. Mas isso é muito relativo as assimetrias, os hiatos a serem superados no processo de construção de alternativas autogestionárias são enormes até porque existe uma variedade muito grande dessas iniciativas em andamento.

*Na verdade são vários os empreendimentos. Não sei se eu vou conseguir categorizar de forma geral todos*

*eles empreendimentos. Tem alguns um pouco mais avançados em relação a essa questão da autogestão, da participação e da democracia. E têm outros que vivem um processo de amadurecimento, outros passam por um processo de entendimento sobre as questões ligadas a economia solidária, porque quando você participa de um grupo autogestionário, de um empreendimento de economia solidária você tem que de fato viver a democracia. E viver a democracia não é algo fácil porque todos nós fomos educados para viver num mundo individual, num mundo onde o que vale é a habilidade individual. Se você conseguir colocar a sua habilidade individual de forma bem clara para a sociedade você consegue se sobressair. Num empreendimento econômico solidário as pessoas têm que se sobressair como um coletivo, como um grupo. E isso é muito difícil. Viver essa democracia é muito difícil. Mas eu penso que a maioria dos empreendimentos tem experimentado viver de forma coletiva, viver as suas experiências coletivizadas junto com o seu grupo. E posso categorizar que a maioria tem esse entendimento da democracia presente no grupo, da participação presente no grupo, e do próprio respeito de um para com o outro para poder fazer com que possa sobressair o trabalho coletivo (JACONIAS DA SILVA, 2010).*

### Oportuna é a declaração de Ladeia (2010)

*Eu andei lendo muito sobre autogestão. Inclusive eu andei escrevendo sobre autogestão. O que se chama de autogestão dentro da economia solidária eu desdobraria em dois conceitos diferentes. Eu desdobraria em gestão democrática e autonomia de gestão. O que se quer expressar quando se diz autogestão são esses dois conceitos. Na vertente da economia solidária é quando um grupo de trabalhadores se organiza coletivamente e tem autonomia, esse grupo não é dirigido de fora para dentro, são os próprios trabalhadores que fazem a gestão de sua atividade,*

*do seu empreendimento de forma coletiva de maneira que se relacionam democraticamente, com transparência, tomando decisões em conjunto, se consultando mutuamente durante todo o processo de trabalho. O que nós chamamos de autogestão na economia solidária é isso. Na história autogestão é outra coisa, autogestão é um processo de organização muito mais amplo do que aquilo que a gente entende que pode ocorrer dentro de um empreendimento de trabalhadores. Autogestão envolve a participação mais ampla da sociedade. Um exemplo de autogestão foi a Comuna de Paris. São experiências históricas como a experiência da Iugoslávia na década de 1960, que foi um movimento sufocado pela União Soviética através de uma intervenção armada para impedir que os trabalhadores de fato fizessem com que o socialismo fosse democrático e ocorresse de forma direta pelos trabalhadores, contestando o chamado centralismo democrático do socialismo soviético. Autogestão é um processo que se remete à uma experiência histórica muito mais ampla do que essa que ocorre nos empreendimentos de trabalhadores em situações mais particulares (LADEIA, 2010).*

Mesmo dentro dos empreendimentos de economia solidária a autogestão é um processo que ainda dá os primeiros passos. Segundo Lima (2010)

*Nos empreendimentos que eu tenho acompanhado até o momento, eu acredito que autogestão ocorre de forma bastante incipiente ainda. Trabalhadores e trabalhadoras tem dificuldade de formação e de entendimento do que seja a autogestão. Ainda há um vínculo muito forte com a metodologia do trabalho capitalista onde você tem a força de trabalho dominada por alguém que gerencia, organiza e determina as coordenadas para as pessoas realizar o trabalho. A autogestão acontece, mas não de forma concisa e consistente como nós gostaríamos de ver nos empreendimentos.*



Isso tem a ver com a falta de formação política por um lado e por outro, mostra como está arraigada a cultura autoritária da lógica empresarial.

*A autogestão pressupõe uma relação entre iguais. Nós somos todos iguais, nós não temos patrão, e nós vamos tomar as decisões de maneira coletiva sem referência a alguém que mande ou alguém que determine as decisões ou que se sobreponha a decisão coletiva. Uma coisa que está bem clara é que nós temos uma definição muito normativa da autogestão. A gente acha que é uma coisa muito boa, mas do ponto de vista da prática dos empreendimentos ela não está referendada. Nos coletivos há uma prática autoritária. Em primeiro lugar na sociedade, na forma como as relações humanas na sociedade são estabelecidas. É preciso compreender e problematizar um pouco isso. Vejo que fica um discurso que é aceito, e uma prática que na realidade se fundamenta num outro tipo de lógica. Lógicas pautadas por diferentes tipos de situação no movimento popular. Tem duas coisas: uma diz respeito ao processo de construção, nós temos uma metodologia que é com os empreendimentos, e não para os empreendimentos. Mas muitas vezes nós temos o discurso que é da nossa cabeça, que não acompanha essa lógica e as dinâmicas distintas da educação popular. Tendem a normatizar que todo mundo é egoísta, que todo mundo é individualista. O que não deixa de ser um pouco verdade, nós vivemos numa sociedade que tem outros valores. Mas é preciso entender a autogestão como um processo, muito a partir da prática de um determinado grupo. É uma questão que tem que refletir a partir da prática, senão a autogestão fica num campo inatingível, abstrata, que acaba sendo muito difícil de perceber como ela se manifesta no cotidiano dos empreendimentos (ICAZA, 2010).*

Cada empreendimento comporta uma realidade distinta, vive um processo diferente, em estágios diferentes, com concepções e objetivos diferentes é importante compreender isso sob pena de cometer equívocos de interpretação. Cada realidade exige uma leitura diferente justamente porque as lógicas se apresentam diferentes daí a importância da problematização de cada contexto, de cada universo, de cada grupo. Um grupo de mulheres vai manifestar sua lógica de solidariedade diferentemente de um grupo de catadores. Um empreendimento criado a partir de uma necessidade de sobrevivência tem lógica distinta de um empreendimento forjado na militância política, por exemplo. Então é preciso cuidado e a acuidade aguçada do observador atento e preparado para observar e perceber como a autogestão se manifesta.

*Uma empresa na qual o processo foi mais politizado, um pessoal mais politizado que tinha uma proposta realmente autogestionária, apesar das contradições eles tinham isso muito claro, muito forte porque era um valor fundamental. E outra empresa que surgiu mais em função do processo de terceirização. Não é que não se avance. É porque o motivo inicial dele é outro. Eles querem trabalhar de forma coletiva, mas eles já têm incorporadas determinadas práticas que impedem isso. E vir a propor, implantar um processo de autogestão como a gente entende muitas vezes é uma violência. Porque é da minha cabeça e não a partir do que eles colocam. Há uma inadequação. Isso no mundo sindical. O mesmo ocorre no mundo popular, com as mulheres, tem uma lógica muito forte da informalidade, das relações familiares muito vai depender dessa lógica, desse universo. Eu acredito que a universidade está muito longe desse universo. O grande problema para o nosso trabalho é esse. Nós levamos uma ideia que nós temos como boa, e que é. Mas depois nós não sabemos trabalhar a partir da prática. É preciso encontramos mecanismos de construção a partir da realidade, não só com base em*

*discursos de valores individualismo versus coletivo. Tem que se através de processos que as relações vão sendo construídas e compreendidas num processo de construção de confiança. Isso é difícil porque é um processo pedagógico inserido nessa contradição. É um processo de construção de coletivos de pessoas que se conhecem, que confiam e criam esse conjunto de relações. É difícil construir espaços onde eu consigo opinar, ser ouvido. São duas coisas: uma de construir processos metodológicos que superem essa inadequação. E outro é a o processo de falta da compreensão da cultura que vem de outros universos, de outras práticas, de setores que constroem culturas como eles funcionam. Não quer dizer simplesmente que seja bom ou ruim. Mas funciona de outra maneira porque vem de outro universo, de outras práticas que muitas vezes estão pautadas por outras praticas que não as relações de solidariedade, que não as de confiança mútua. Por onde que elas passam? Nós temos que trabalhar muito a partir do grupo, não a partir da ideia ideal. Eu percebo um distanciamento da universidade que normatiza muito isso que é muito distante dos processos de construção do grupo (ICAZA, 2010).*

Retomando a importância da confiança no processo autogerido se observa que na medida em que você reconquista a confiança o ambiente fica propício para que o processo de autogestão possa fluir com mais tranquilidade. Recuperar os laços de confiança não é apenas uma necessidade, é uma condição, um pré-requisito básico indispensável para encontrar um ponto comum entre os membros do grupo no sentido de superar a cultura da sociedade capitalista.

*A principal dificuldade é que para você trabalhar a autogestão você precisa ter, em primeiro lugar um clima de confiança entre as partes e também uma cultura de cooperação. E isso é muito difícil nos dias de hoje porque a gente é treinado, seja na*

*escola, seja na sociedade a desenvolver processos mais individualizados, desde a proibição da cola na prova até as aulas de educação física que reforçam um clima extremamente competitivo e sempre passam uma ideia que você precisa vencer e que o mundo está contra você. Se o mundo está contra você e você precisa vencer, todos a sua volta são potenciais inimigos. Para você conseguir quebrar isso para ter uma relação de confiança é muito difícil. É por isso que a gente percebe às vezes que em lugares com maiores dificuldades econômicas e com vínculos de identidade mais antigos, mais enraizados é melhor para se praticar a autogestão. Isso aparece nas zonas rurais, em comunidades tradicionais porque ali existem vínculos que transcendem as diferenças entre as pessoas. São vínculos profundos que permitem que as pessoas tenham grandes conflitos mas que mantenham de alguma maneira a relação de vínculo entre as pessoas. Claro que temos casos e casos. Temos casos de famílias que brigam durante séculos mesmo em comunidades pequenas, mas o principal elemento dificultador para a autogestão são as condições para a abertura de confiança quando existe uma cultura muito forte relacionada a isolamento, à competição e ao vencer na vida (TYGEL, 2010).*

Singer (2010) também enfoca a importância da confiança “*Para empreendimentos de pequena dimensão em que as pessoas estão muito juntas a autogestão realmente não é difícil, é preciso que as pessoas tenham confiança umas nas outras, enfim se gostem, se tiverem relações de ódio, repulsa etc, aí é muito complicado, a ideia de solidariedade é essencial*”. Um fator limitante para o desenvolvimento pleno da autogestão é o tamanho do empreendimento. Parece que existe um consenso de que nos pequenos empreendimentos a o exercício da autogestão fica mais fácil.

*A meu ver depende do tamanho do empreendimento. Em empreendimento pequenos, com poucas pessoas que trabalham juntas acho que não há problema nenhum, eu sei de cooperativas, uma famosa que é a UNIVENS, são vinte mulheres que costuram juntas, que tem um homem que faz serigrafia num outro lugar, na mesma casa, elas se reúnem e fazem autogestão enquanto trabalham. O trabalho é um pouco mecânico, então elas podem trabalhar lá na máquina e estar conversando. Uma boa parte da conversa é sobre o trabalho delas, sobre o cliente, o mercado, enfim, coisas que normalmente se tratariam numa assembleia de autogestão, elas não precisam fazer assembleia, elas se encontram todo o dia, da manhã até ao fim do dia. Tá claro? Agora a autogestão começa a encontrar muitos limites quando se trata de empreendimentos grandes. Por exemplo, um empreendimento de mil pessoas. Pra começar é muito caro reunir mil pessoas sem estarem trabalhando por horas para discutir assuntos de interesse vital, mas que tem que ser discutidos. Se cada um deles falar por cinco minutos já se gastam semanas para reunir. Então em geral o que se pratica é uma autogestão por representação. Cada setor do empreendimento elege alguns delegados, esse grupo muito menor, de umas vinte pessoas que se reúne e procuram tomar as decisões, volta para a base para a definição de acordos, isso pode funcionar também. É até indireto, uma autogestão até indireta, mas tem que ser. O tamanho eu diria é o limite para uma autogestão perfeita (SINGER, 2010).*

Nos pequenos empreendimentos há uma forte tendência de não separar o trabalho da vida e a vida do trabalho. É bem verdade que nos empreendimentos autogeridos as relações de estranhamento no trabalho são praticamente eliminadas por si só essa realidade já facilita o processo de democratização na tomada de decisão. A distância entre o ideal e o real está justamente no tamanho da organização, mas nem

por isso o processo deve ser menos democrático. A tirada de delegados, a escolha de representação parece uma saída inteligente e necessária para facilitar o processo. Corroborando com o que argumenta Singer, Ladeia (2010) diz:

*Eu posso afirmar que nos empreendimentos menores, empreendimentos pequenos, associações e grupos menores a tomada de decisão é mais democrática. Até porque as pessoas trabalham muito próximas, são grupos de doze a vinte pessoas no máximo. Nesses grupos a participação é mais ativa porque o trabalho se dá num âmbito mais restrito em galpões menores, o pessoal vai junto fazer a coleta, volta e faz a triagem conjuntamente, eles não dividem o grupo, para um grupo fazer uma coisa, outro grupo fazer outra coisa. Há um rodízio na organização e na execução do trabalho. Nos grupos maiores se percebe que a autogestão é mais difícil porque essa democracia que a gente poderia chamar de democracia direta, que a gente chamaria de autogestão, não ocorre com tanta frequência. Geralmente é a democracia representativa que predomina. Isso facilita com que algumas pessoas consigam se apropriar melhor sobre os conhecimentos da gestão e alcançar uma formação política melhor, mas não conseguem socializar isso e dar oportunidade para que outras pessoas também atuem. Isso cria um nicho de poder dentro do grupo que acaba funcionando quase como se fosse uma empresa que tivesse uma gestão democrática. Isso não ocorre em relação ao resultado final do trabalho, ou seja, a distribuição das sobras que são igualitárias, mas as relações de trabalho se tornam relações de poder mais verticalizadas do que nos grupos menores.*

Por ser um processo cada grupo deve recorrer à criatividade de seus membros para encontrar a melhor forma de exercitar o processo de tomada de decisão coletiva. Nos empreendimentos de maior porte parece imperar a democracia representativa, mas o grupo pode

construir mecanismos de superar esses entraves. Um desses mecanismos é o rodízio das lideranças no processo de representação. Outra estratégia importante é o desenvolvimento da politecnia. Apesar das decisões serem mais verticalizadas não deixam de ser democráticas, tampouco os resultados da partilha deixam de ser iguais. E não existe a mínima possibilidade de promover uma sociedade solidária esta se sustentar no princípio da autogestão.

*Autogestão é um dos conceitos básicos dos princípios **suleadores**<sup>51</sup> da Economia Solidária. É uma forma de se estabelecer relação dentro do trabalho que perpassa e adentra na forma como se conduz a própria vida em sociedade. É uma prática quase que inexistente dentro da dinâmica organizacional da nossa sociedade e por isso mesmo se torna um processo um tanto quanto complexo de ser apropriado. É um processo de aprendizagem do exercício da autonomia e cidadania plena (FERREIRA, 2010).*

É muito interessante analisar o compromisso das lideranças dos empreendimentos econômicos solidários. Em seus depoimentos transparece o compromisso com a causa. Observa-se que eles internalizaram os valores. Embora pareça contraditório, os valores estão internalizados nos sujeitos, mas estes as vezes são traídos pelas práticas reducionistas e autoritárias. Não creio que deslizem dessa natureza ocorram por má fé, creio que ocorrem mais por uma questão de

---

51 Em contraposição aos princípios **norteadores** da visão hegemônica que indicam o norte como referência. A entrevistada usou a expressão **suleadores** para se referir ao “Sul aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo [...] que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados [...] As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes, chama-se ecologia de saberes (SANTOS, 2006) in: (SANTOS; MENESES, 2009, p. 12-13).

costume próprio da cultura autoritária que permeia todo nosso processo de relação social. Ir em busca do direito, da voz é uma conquista que ocorre na vida desses sujeitos.

*Autogestão pra mim é um espaço onde as pessoas buscam seu conhecimento, buscam se preparar para aquilo que elas estão fazendo para que elas passem a se empoderar daquilo que é direito delas. Aprender a falar, dar as suas sugestões. As pessoas quase não têm esse conhecimento hoje. É o processo de se empoderar, ter conhecimento, voz, vez, direito de falar. Saber o que vão ganhar. A partir disso, dessa autogestão as pessoas podem até mudar a vida delas. Isso é autogestão (OLIVEIRA, 2010).*

Apesar das dificuldades essa realidade se concretiza em todos os cantos do país. As pessoas passaram a acreditar que outro mundo é possível. As pessoas passaram a acreditar que o trabalho coletivo não é só uma promessa, é uma realidade concreta que depende única e exclusivamente de cada membro do grupo. Que cada sujeito pode contribuir com o grupo e que cada grupo pode retribuir e partilhar seus saberes e conhecimentos com base na reciprocidade, na solidariedade e assim o conjunto de coletivos ganha cada vez mais adesão e força.

*O trabalho nos grupos é coletivo. A maioria dos grupos são de pequenos grupos. Você tem um número limitado de famílias atuando, mas na economia solidária eu percebo que há uma prática da autogestão. Existe autogestão. Para os grupos isso as vezes não é muito claro ainda esse processo, mas eles exercitam a autogestão, há um diferencial desses grupos da economia solidária. Isso é perceptível quando você passa a acompanhar os grupos. Apesar de todos os desafios que tem a economia solidária e que os empreendimentos enfrentam como a falta de recursos, de assistência técnica, falta de apoio na comercialização eles enfrentam e superam os desafios*



*de forma extraordinária, de forma coletiva. Cada vez mais os grupos estão descobrindo a importância de estar juntos. Se antes eles tinham apenas o parâmetro interno do grupo hoje eles conseguem ver e se relacionar com outros empreendimentos, já percebem a possibilidade de formar uma rede, pensar o comércio juntos. Acredito que isso em função de todo esse processo que a gente tem vivido nesses últimos anos, o processo de formação, o processo de organização da economia solidária está contribuindo com isso (BASTOS, 2010).*

Outra questão manifesta de forma espontânea no percurso da pesquisa foram os depoimentos que levam a observar que as relações de solidarismo estão mais presentes no campo do que na cidade. O processo de organização do trabalho nos empreendimentos econômicos solidários

*Nas comunidades rurais isso acontece com mais tranquilidade. Apesar dos poucos recursos financeiros é mais fácil trabalhar. Já existe outra dinâmica, a dinâmica da participação e da solidariedade. Veja o exemplo do muxirum cuiabano – na Baixada Cuiabana – as pessoas trabalham juntas, assumem a tarefa de beneficiar de uma família porque ela está precisando. A gente vê que tem essa mágica do bem. Na área urbana o processo de trabalho muda radicalmente. Tem muitas carências (MUNHOZ, 2010).*

Porém a economia solidária como um processo de organização popular via autogestão tem a possibilidade de superar esse dualismo campo cidade. Que está na cidade não vive sem aquele que está no campo. Em contrapartida a vida no campo depende dos consumidores que estão nos centros urbanos. A economia solidária através das redes de produção e consumo está contribuindo significativamente para promover o diálogo e a aproximação desses setores por meio de

iniciativas autogestionárias baseadas no comércio justo e solidário e no consumo consciente.

*Tem outra possibilidade que é muito importante é romper com essa dualidade campo cidade. Você organizar associação de moradores e associação de agricultores familiares, assentados de reforma agrária. Essa articulação pode se dar entre os agricultores produzindo e a associação de moradores na cidade se organizando para o consumo, fazendo um ponte com a sua base social no bairro popular por exemplo. Nós estamos tentando introduzir isso lá no Pará, a partir de um projeto muito interessante com assentados de reforma agrária que estão próximos da cidade, a 60 quilômetros da região metropolitana de Belém. Essas são experiências novas que colocam novas possibilidades. Tem outra possibilidade fundamental que é de construir cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento local e regional. Também com base na agricultura a gente identifica a partir das demandas dos trabalhadores que cadeias produtivas que são estratégicas. Lá no Pará a gente identificou a cadeia produtiva da aquicultura e da pesca, da mandiocultura, a fruticultura de oleaginosas e outras. Nós vamos trabalhar a partir da demanda dos trabalhadores porque boa parte desses conhecimentos eles já tem. Então é como você organizar uma fábrica, é como você planejar a produção para que depois você não tenha uma capacidade instalada muito elevada na fábrica e depois não tenha matéria prima para abastecer a fábrica. Então é necessário elaborar um planejamento estratégico integrado entre a agricultura a parte da fábrica para que não haja nem excesso de oferta, nem falta de produtos e matéria prima para o funcionamento da agroindústria e nessa visão estratégica tem que planejar a relação com o mercado fazendo parcerias com os outros movimentos sociais, como a associação de docentes o diretório central dos estudantes (DCE), os movimentos sociais urbanos que podem estar comprando também esses produtos*

*promovendo essa interação entre o campo e a cidade*  
(EID, 2010).

Esse movimento de mão dupla propicia um diálogo amplo com todos os setores da sociedade, principalmente os mais progressistas, como é o caso do movimento ambientalista.

*Outro fator interessante que gera uma oportunidade é o movimento ecológico, embora a gente ache que está sempre perdendo terreno, ele existe. Há uma pressão do exterior pela preservação e isso tudo acaba sendo uma oportunidade para a economia solidária, isso gera possibilidades para a economia solidária. Embora existam mais são desafios. O coronelismo no nosso Estado, a cultura da subserviência, isso vai contra a da autonomia das pessoas para elas poderem ter seus próprios empreendimentos e chegar a autogestão*  
(GOES, 2010).

Apesar de incipiente o diálogo da economia solidária e da autogestão com outros movimentos sociais vem ocorrendo. Essa é uma lacuna a ser preenchida. A autogestão não pode ficar circunscrita no âmbito dos empreendimentos. Um dos desafios do Movimento da Economia Solidária é se aproximar dos diversos movimentos sociais e definir estratégias e ações conjuntas que contribuam para repensar a sociedade e não só as práticas econômicas. Uma ação importante que caminha para consolidar esse espaço de interlocução foi o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências

Somos 300 cidadãos e cidadãs brasileiras integrados à Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), à Associação Brasileira de Pós Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), ao Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), à Rede

Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), à Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), à Marcha Mundial de Mulheres e à Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), em reunião na cidade de Salvador-BA, entre os dias 26 a 29 de setembro de 2011, durante o Encontro Nacional de Diálogos e Convergências entre Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo. Nosso encontro resulta de um longo e fecundo processo de preparação motivado pela identificação e sistematização de casos emblemáticos que expressam as variadas formas de resistência das camadas populares em suas diferentes expressões socioculturais e sua capacidade de gerar propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento hegemônico em nosso país. Vindos de todas as regiões do país, esses casos iluminaram nossos debates durante esses três dias e fundamentam a manifestação política que apresentamos nesta carta (CARTA DE SALVADOR, 2011).

Além de ser uma manifestação política é uma tentativa de aglutinar forças. É assim que o processo vai se enraizando e encontrando formas de avançar na sociedade. A economia solidária através da autogestão não só participa do diálogo, como pode ser o movimento capaz de aglutinar essas forças e potencializar essas convergências.

O segundo fator limitante mais encontrado no percurso da pesquisa é a falta de crédito. Os princípios da autogestão são contraditórios aos princípios do *laissez-faire* e quando os empreendimentos econômicos solidários precisam de crédito geralmente eles não têm os pré-requisitos exigidos pelo mercado. As dificuldades passam pelo problema da informalidade de alguns grupos, e chega a falta de garantias exigidas como bens de raiz ou mesmo um aval. Não existe uma cultura de acesso a crédito por parte dos empreendimentos. Ao mesmo tempo, também

não existe uma cultura das instituições financeiras para atender essa demanda específica. Existe uma inadequação do sistema.

*Falta investimento. A maioria deles não tem recursos para investimento. Os empreendimentos não têm capital de giro. Quando você vai discutir as sobras às pessoas enfrentam dificuldades, porque elas têm a necessidade de sobrevivência. Fica difícil você ter solidariedade de barriga vazia, eu vejo que isso é uma dificuldade. O Grupo Esperança, por exemplo – que está dentro do Centro Municipal de Comercialização de Economia Solidária – eles não tem capital de giro. Eles acabam vendendo o almoço para comer a janta. Então a autogestão e a solidariedade vão por água a baixo. Aqui mesmo isso acontece (GOES, 2010).*

Não existe crédito nem para capital de giro nem para investimentos. Faltam recursos tanto para os empreendimentos, quanto para as instituições de apoio, conforme destaca Cavalcanti (2010): “*Um desafio que eu observo é a falta de fomento, a falta de acesso a recursos que viabilize esses empreendimentos, e viabilize principalmente as entidades de apoio a desenvolverem um trabalho de apoio mais efetivo junto aos empreendimentos para tornar efetivo esse processo de formação*”.

A observação participante também mostrou que o problema para os empreendimentos econômicos solidários não é só a falta de preparo para lidar com o crédito, mas a falta de crédito. Evidente que as lideranças dos empreendimentos precisam de uma qualificação em educação financeira, mas a maioria, não se referenciou a isso, a maioria indicou a falta de crédito como um limite. Veja o que diz Munhoz (2010),

*Um dos limites é o acesso a crédito. As políticas públicas do Estado de Mato Grosso não garantem crédito. Apesar da lei as políticas públicas não garantem o fomento. Existem municípios como Tangará da Serra,*

*Juína e Rondonópolis que se destacam em políticas públicas. Mas não existe uma política estadual. É mais uma iniciativa local mesmo.*

Creio que esse é um problema a ser mais bem investigado. Será que as instituições de crédito não liberam crédito por falta de capacidade para a gestão desse crédito? Embora se perceba um movimento de expansão de linhas de crédito e investimento os valores ainda são irrisórios para atender a demanda dos empreendimentos econômicos solidários.

*Um problema sério é a falta de crédito. Na agricultura familiar a maioria já pegou financiamento e a maioria não soube trabalhar porque não tiveram nenhum tipo de orientação. Não tiveram assessoria técnica nenhuma. Não tiveram nenhum tipo de assessoria mesmo. Ocorre que acabaram endividados e impossibilitados de acesso a crédito. Com o surgimento de novas entidades oferecendo formação, dispostas a ajudar surgem novas perspectivas. Uma delas surge com o funcionamento da Central de Comercialização da Agricultura Familiar que vai ser a grande oportunidade para a comercialização (AMORIM, 2010).*

O problema apontado por Amorim não se restringe a falta de crédito, mas a falta de assessoramento técnico. Esse assessoramento falta na busca por acesso a crédito, mas também é deficiente na hora do planejamento da produção. Outro depoimento que vai ao encontro de explicitar essa demanda é de Zart (2010)

*Outro ponto é a dificuldade de acesso a crédito. O Crédito está distante dos empreendimentos econômicos solidários. As pessoas desses empreendimentos não conseguem entrar no Banco do Brasil para acessar crédito. No conjunto, os empreendimentos econômicos solidários não têm acesso ao crédito. Não temos*

*assistência técnica. Como é que vamos desenvolver um produto de qualidade se nós não temos assistência técnica?*

Essas lideranças apontam os gargalos do sistema porque conhecem as deficiências e as limitações impostas por ele, mas também porque conhecem as demandas dos empreendimentos, eles sabem quais são as necessidades das comunidades, das pessoas que estão construindo essa alternativa. Essa preocupação se retrata no coletivo que ao mesmo instante que levanta o problema, aponta um conjunto de estratégias e possibilidades de enfrentá-lo.

A Política Nacional de Economia Solidária nos níveis federal, estadual e municipal deverá garantir o acesso a serviços de finanças e de crédito que atendam as necessidades de financiamento de capital de giro, de custeio e para a aquisição de equipamentos e infraestrutura destinados à consecução das atividades econômicas fomentadas. Além disso, é preciso ampliar o financiamento da assessoria para elaboração de projetos de orientação técnica e comercial. Os juros devem ser subsidiados, respeitando as especificidades e realidades dos empreendimentos solidários rurais e urbanos, tais como: os diferentes portes dos empreendimentos (pequenos, médios e grandes), o tempo necessário para consolidação das atividades produtivas, a escala de produção, os recortes de gênero, raça, etnia e geração, bem como as características específicas dos distintos setores econômicos. As linhas de crédito com uso de moedas sociais locais, bem como clubes de troca, devem ser reconhecidas e estimuladas. Uma das fontes de recursos deve ser o Fundo Nacional de Economia Solidária a ser criado, além de se buscar a garantia de ampliação e simplificação do acesso a outros fundos já existentes, tais como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), as linhas

de crédito do BNDES, o Fundo da Amazônia, Fundos de Desenvolvimento Regionais e Fundos Constitucionais, entre outros. (II CONAES, 2010b, p. 30).

A II CONAES além debater o problema do crédito, amplia a discussão para um sistema de finanças solidárias colocando o desafio da utilização das moedas sociais e dos fundos rotativos solidários. São alternativas ousadas e criativas que visão a ampliação do atendimento facilitando o acesso e minimizando a burocracia.

*A outra questão eu penso que é importante é o acesso ao crédito. Como a gente vive num mundo capitalista, para o trabalhador conseguir financiar uma atividade de economia solidária, para ele chegar a uma agência bancária ele tem que necessariamente ter garantias. Como que um trabalhador que não tem nada. Muitas vezes o capital que ele tem é um capital muito pequeno. De repente o único capital que ele tem é a sua casa para morar, quando tem a casa. Como ele vai oferecer garantia? Como ele vai oferecer uma garantia de patrimônio se ele não tem patrimônio? Então eu vejo que o acesso ao crédito é outro limitador, é um gargalo grande a ser superado para alavancar a economia solidária. É preciso de uma política pública que venha de cima para baixo para que as instituições financeiras, as agências pensem outras formas de financiamento para os empreendimentos (JACONIAS DA SILVA, 2010).*

Não basta apenas crédito, é necessária a educação financeira para se ter a utilização do crédito de forma consciente. Para não tornar o processo de financiamento um processo paternalista. As pessoas precisam ter responsabilidade com o crédito por dois motivos: primeiro porque não podem ficar escravas do dinheiro e segundo porque os recursos financeiros são parcos e precisam retornar para as comunidades para retro-alimentar o sistema. É o caso dos fundos rotativos solidários. São



muitas as experiências dessa natureza. Nem sempre os fundos rotativos solidários exigem a devolução dos recursos. Os fundos rotativos solidários

São fundos mantidos por entidades da sociedade civil ou organizações comunitárias, e destinados ao apoio de projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Por meio dos fundos rotativos solidários, investem-se recursos na comunidade, através de empréstimos com prazos e reembolsos mais flexíveis e mais adaptados às condições socioeconômicas das famílias empobrecidas beneficiadas nos projetos. Com isso, o financiamento é mais barato e mais acessível para os projetos apoiados, favorecendo o acesso mais democrático e solidário ao crédito, e estimulando o desenvolvimento local (MTE, 2011).

Embora a maioria dessas práticas não exija a obrigatoriedade e os fundos não exijam reembolso dos recursos “A proposta é construir uma metodologia de retorno dos recursos, com compromisso voluntário de devolução, à medida que as iniciativas vão se consolidando e se auto-sustentando (HECK, 2006). Além disso,

*É preciso oferecer linhas de crédito com taxas de juros subsidiadas, tem que ter projetos a fundo perdido, já existem vários editais da Petrobrás, da Fundação Banco do Brasil, da Finep/Proninc vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação agora lançou editais mas ainda é muito pouco para se constituir essa base de transformação na medida que um dos gargalos é o comércio. Os trabalhadores se encontram ainda muito dependentes dos atravessadores e das grandes empresas que recebem a matéria prima e depois vão agregar valor ao produto final. E na cadeia de valor os trabalhadores vão ficar com uma renda muito baixa. Isso de certa forma coloca a questão*

*da reprodução e da dependência, ou seja, está muito longe da gente pensar na organização de um novo modo de produção [socialismo x capitalismo]. Daí a importância dos trabalhadores se qualificarem do ponto de vista técnico, político, administrativo para o horizonte não ficar apenas no meu empreendimento, na ótica da minha cooperativa vai bem, obrigado, e está deslocada dos movimentos sociais, se desligar da pressão por políticas públicas melhores. Esse é um grande risco da economia solidária. O risco de que os empreendimentos acabem se isolando do coletivo e fiquem pensando apenas nos seus problemas internos (EID, 2010).*

O depoimento anterior mostra que existem iniciativas que estão atendendo as demandas, mas isso ainda é incipiente, se faz urgente avançar nessas questões criando mecanismos para que os recursos cheguem à base. Mas também chama a atenção para a importância de um horizonte carregado de uma visão crítica que vá além do individualismo. A ideia e a prática da autogestão só se sustentarão se compreendidas e levadas a cabo coletivamente. O crédito pode até ser a fundo perdido, mas tem que deixar um retorno para a comunidade. Os três segmentos que fazem o Movimento da Economia Solidária enfocam a preocupação com o crédito, mas ambos têm a clareza de que o problema não se limita a isso.

*Há diversos tipos de organização dos empreendimentos, mas o problema comum à muito deles, gargalos que decididamente influem na consolidação da autogestão são recursos que viabilizem investimentos (crédito). Faltam recursos produtivos, não dá para pensar na possibilidade de autogestão para um grupo sem acesso a mapas e equipamentos (RAMOS, 2010).*

Sem esses mapas fica difícil inserir um grupo no mercado, dependendo da complexidade do mercado, até que não é difícil, mas

quando é um mercado bem estruturado que requer planejamento e logística os empreendimentos enfrentam limitações. O maior problema é garantir a sustentabilidade desse grupo que produz de forma associativa num ambiente de competitividade e de concorrência num mercado que muitas vezes é desleal, não considera as preocupações ambientais, tampouco éticas nas relações de produção.

Portanto, é fundamental travar um diálogo com os consumidores no sentido de criar redes de consumo plugadas a redes de produção comprometidas com os princípios da economia solidária. Uma fortalecendo e cooperando com a outra. É fundamental criar novas relações de consumo com base no comércio justo e solidário. Por outro lado é urgente se preocupar com a consolidação de políticas públicas de fomento às finanças solidárias apoiando iniciativas já existentes e fortalecendo a institucionalização de iniciativas de financiamento de empreendimentos econômicos solidários.

O desafio é colocar o Estado a serviço da sociedade. O que nos remete para outro limite da autogestão que é a questão cultural e suas perspectivas para um Estado rico por natureza, mas excludente por opção.

#### **4.6 Perspectivas para a economia solidária em Mato Grosso**

A questão cultural foi apontada como a terceira maior dificuldade, ou limite para a consolidação da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários. Ou seja, existe dificuldade de superação dos valores da sociedade capitalista. A lógica hegemônica está presente no cotidiano das pessoas, se apresenta na burocracia estatal e nas relações de trabalho porque fomos educados para o emprego e não para o

trabalho. Os sujeitos da economia solidária precisam estar preparados para enfrentar essa contradição.

*Outro limite da autogestão no sistema capitalista é a cultura que a gente é formado, é forjado, é criado na escola na família, etc... Essa cultura patriarcal, verticalista é uma cultura da heterogestão, a gente não é ensinado para a autonomia, para a autogestão, a gente é ensinado para ser subordinado, mesmo nas escolas hoje, a não ser nas escolas de elite que já preparam os seus quadros para a autonomia, agora as nossas escolas os alunos são preparados com esse limite. Essa cultura administrativa, de gestão que agente carrega, que vem da gestão da própria família acaba sendo limite para uma gestão mais participativa, mais democrática nos locais de trabalho (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

Está explícita a contradição de duas propostas antagônicas. Sendo assim não há como não abordar esses entraves culturais que permeiam as relações sociais hoje centradas em valores de uma sociedade capitalista naturalmente ligada umbilicalmente a “*Cultura machista e positivista; visão mercadológica, competitiva e individualista do capital; políticas divergentes/desconexas e a falta de políticas públicas que dêem condição da Mulher atuar sem com isso colocar os filhos e a família em situação de vulnerabilidade social*” (FERREIRA, 2010). Outro desafio para a construção de uma sociedade solidária é superar essa fragmentação, esse dualismo que inevitavelmente exclui o que é diferente.

Encontra-se no coletivo dos sujeitos do Movimento da Economia Solidária uma visão bastante crítica desse processo de apropriação desse novo modo de fazer economia e de se relacionar com as pessoas e com o meio ambiente. Não existe uma visão romântica do processo de revolução social incorporado pela economia solidária na lógica da autogestão. A economia solidária como um movimento de base não é

uma panaceia, mas um processo de aprendizagem coletiva que convida a repensar nossas práticas e esse desafio se coloca não apenas no âmbito da economia, mas também no âmbito da política e da cultura.

Por essa razão, a possibilidade de uma economia solidária passa, a meu ver, pela ampliação de enfoque, vale dizer, o tratamento da cooperação sob o ponto de vista cultural. Minha perspectiva aqui, portanto é pensar a economia solidária para além da própria economia, tratando-a como parte fundamental de uma abordagem mais ampla relativa à cultura da cooperação, levantando elementos para uma proposta pedagógico-política que nos permita construir relações sociais cooperativas (BARRETO, 2003, p. 290).

Essa questão cultural mais ampla se revela importante porque a autogestão não é só uma proposta, é uma construção que busca o resgate do humano colocando a vida no centro do processo de cooperação. E isso exige uma mudança paradigmática, axiomática que passa a considerar a radicalização da democracia como meio e fim do processo, negando os valores historicamente arraigados de uma sociedade violenta e excludente centrada na exploração mercantil.

*O primeiro desafio é cultural. Na economia solidária a questão da autogestão é um desafio na nossa sociedade. A gente sempre foi educado para ter um emprego. Você ser autônomo não é uma coisa muito comum. O trabalho coletivo é outro desafio, você não olhar só você, tomar decisões em grupo. Por isso eu acredito que o primeiro desafio é cultural. O Mato Grosso tem coisas muito interessantes da sua cultura, da população daqui mesmo, da população autóctone – da população da Baixada Cuiabana – que caminha nessa direção da autogestão que vem da origem indígena, do muxirum cuiabano – que é o fazer juntos –, que é nessa perspectiva, das populações*

*indígenas, do trabalho coletivo numa dimensão cultural, mas aí não tem a dimensão econômica do ganhar dinheiro com isso. Então quando você tem uma coisa você não tem a outra (GOES, 2010).*

Se por um lado o desafio é superar a visão puramente economicista. Por outro é imperioso recuperar a dimensão econômica adjetivada pelo termo solidária.

*Nós somos acostumados a trabalhar muito no eu. Eu trabalho para eu conseguir o meu salário. Essa é uma cultura nossa. Se eu trabalho eu quero um salário. Dentro da autogestão você tem que trabalhar e precisa dividir. E muitas vezes você acredita que trabalha mais, o colega trabalha menos. Você acha que trabalha mais, o outro faz corpo mole e quando chega a hora de dividir o dinheiro divide a sua parte igual com aquele que trabalhou menos. Isso é uma caminhada, um processo. É preciso cursos de capacitação. As pessoas precisam do entendimento do que é autogestão. As pessoas precisam aprender a assumir responsabilidades, porque aquilo ali é um negócio seu. É um empreendimento seu. Se você quiser que aquele negócio cresça e prospere você precisa trabalhar, acreditar e procurar meios. No início era muito difícil trazer as pessoas para fazer os cursos de capacitação para que as pessoas adquirissem o entendimento do que significa autogestão. Quando você fala para as pessoas que elas vão trabalhar para se sustentar. A primeira coisa que elas pensam é que vão ter um emprego. A economia solidária não vai te dar um emprego, ela vai te dar os caminhos para você conseguir se sustentar (AMORIM, 2010).*

É necessário superar essa visão individualista e reducionista subserviente do homem ao capital. Trata-se, aqui, de relações de trabalho, não de relação de emprego nas quais o trabalhador se submete

ao jugo do capital até porque é pertinente afirmar que a generalização do assalariamento não é objetivo do capital.

*Temos várias questões, mas a primeira e talvez a mais complicada e que todos nós carregamos é a questão do trabalho alienado. Nós nascemos dentro desse sistema de trabalho assalariado e quando o empreendedor social se vê na condição de deixar de ser empregado e passa a ser gestor do seu próprio negócio, que é o seu grande desejo, é um tanto conflitante, porque ele enfrenta uma contradição. Ele tem esse desejo de ser o gestor do próprio negócio e ter uma relação de trabalho menos subserviente. Ele tem um desejo de autonomia, mas ao mesmo tempo ele está preso ao modelo que está muito fixado na sua consciência que é o modelo taylorista no qual ele não precisa pensar, sempre tem alguém que manda e ele não precisa planejar. É um modelo onde sempre tem alguém que pense por ele. E quando ele enfrenta o desafio da autogestão e de gerir o próprio negócio ele precisa mudar a maneira de pensar e mudar a maneira de pensar é a coisa mais difícil. Em alguns empreendimentos essas coisas vão se diluindo, mas em outros empreendimentos isso demora muito. Isso está associado a vários fatores (CULTI, 2010).*

Sem enfrentar essas contradições a autogestão não se afirma. Observa-se que é no processo de enfrentamento que esses dilemas serão superados. Se “*Além da formação outra limitação é a questão cultural. Não há o desprendimento do modo que fomos formados e conduzidos para desenvolver o nosso trabalho. Ainda estamos presos a relação patrão-empregado*” (LIMA, 2010). Precisa-se enfrentar essa realidade, contextualizar o debate e enfrentar a situação problematizando-a de forma crítica propositiva, mas não isoladamente, isso se faz no coletivo.

Justamente porque esse processo de transformação de valores da sociedade objetiva e subjetivamente é um processo demorado, que

exige tempo, formação e preparo dos trabalhadores, e nesse aspecto o processo de incubação dos empreendimentos econômicos solidários integrados aos movimentos sociais tem alcançado êxito.

*Outro aspecto que eu coloco como desafio é a gente não pensar o trabalho de incubação e de relação com os trabalhadores e entre os trabalhadores não só nos aspectos econômico da geração de trabalho e renda. Mas colocar isso na perspectiva cultural, ética, política. Um desafio da autogestão, por exemplo, se você pegar um grupo de trabalhadores e organizar o trabalho apenas para atender o viés econômico da geração de trabalho e renda. Passado um tempo, um prazo de formação desse grupo existe a tendência daquele grupo virar uma empresa capitalista, senão uma empresa capitalista, uma empresa de relações verticalizadas onde um pequeno grupo de pessoas se apropria do poder e permanece mandando nos demais como se fosse uma empresa capitalista. Isso não transforma a sociedade. É a reprodução da sociedade capitalista e não a transformação dela numa sociedade autogestionária. E eu acredito que o Movimento da Economia Solidária luta exatamente para tentar transformar a sociedade na sua totalidade. Eu entendo, que de uma forma um pouco romântica, a gente não pode esquecer que a matriz ideológica do associativismo, do cooperativismo e da própria economia solidária é o que o Marx chamava de socialismo utópico lá no século XIX. Essa é uma transformação que deve ocorrer de uma realidade micro para uma realidade macro. E nessa linha o Movimento da Economia Solidária sozinho não vai transformar essa realidade. É um movimento que precisa estar articulado com outros movimentos sociais de trabalhadores em geral. E até movimentos que levantam outras bandeiras, por exemplo, o movimento ambientalista, da igualdade racial, étnica, movimento de gênero. Se a gente não se articular com outros movimentos sociais par ir mudando esses preconceitos que ao longo do tempo*



*fomos absorvendo, que a mulher é menos que o homem, que o homossexual é um estorvo ou uma deformação da sociedade, que o negro é menos que o branco etc... Se a gente não superar juntos esses preconceitos, que sociedade vamos criar? É preciso criar consciência e superar isso. Nós temos muitos desafios, além desses que são colocados para quem trabalha com incubação por isso é importante essa articulação entre os diferentes movimentos sociais e a economia solidária é uma alternativa. Uma tarefa importante durante o processo de incubação é vincular os empreendimentos incubados aos movimentos sociais que os representam nessa luta de transformação da realidade social em que a gente vive. Os catadores, por exemplo, eles precisam estar vinculados a luta do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O trabalhador rural precisa estar vinculado a algum movimento social que defenda o trabalhador rural, o sem terra, ou o agricultor familiar (LADEIA, 2010).*

Um desafio importante dentro do aspecto cultural é fazer com que o trabalhador compreenda a lógica de produção capitalista de exploração e não permita a sua reprodução dentro dos empreendimentos econômicos solidários. O trabalhador precisa estar preparado não apenas para compreender ou enfrentar essa contradição, mas ele precisa estar preparado para superar essa lógica, e a superação dessa lógica não apenas será mais fácil, mas só será possível se for enfrentada coletivamente.

*Um dos limites que eu percebo é a falta de entendimento do que é autogestão. Outro limite é timidez de parte dos membros dos empreendimentos, timidez ou falta de formação, falta de uma cultura de participação. E nesse cenário você acaba tendo pessoas que se destacam mais, outras que ficam mais retraídas. As que se destacam mais acabam monopolizando o processo. Monopolizando não é a palavra correta, mas essas pessoas acabam tomando mais a frente aí você compromete a autogestão porque*

*a autogestão precisa que todos tenham essa concepção de participação, esse entendimento. Um limite que provoca esse desconhecimento decorre da falta de formação em autogestão. Ai que eu vejo a importância do papel das entidades de apoio e de formação. Temos que contribuir mais, trazer para a nossa prática a autogestão junto aos empreendimentos para que cada vez mais pessoas nos empreendimentos entendam o seu papel enquanto empreendimento econômico solidário (BASTOS, 2010).*

Superar a cultura do eu, do individualismo é um problema apontado várias vezes pelos entrevistados porque no cotidiano se observou um discurso do coletivo, mas paradoxalmente encontra-se uma prática individualista. Existem os problemas das vaidades pessoais, mas não é isso que impera. Percebe-se que na maioria das vezes as pessoas incorrem nesses erros, não é uma questão de má fé. Mas porque subjetivamente os valores de uma sociedade individualista estão impregnados nas nossas consciências e nas nossas práticas. Mesmo negando esses valores somos traídos invariavelmente pelos reducionismos do individualismo.

*Dentro dos empreendimentos o primeiro limite é o da implantação da cultura autogestionária. Isso implica em vencer uma lógica, ao menos nos empreendimentos urbanos, é vencer a lógica do mandonismo da alienação, de obedecer, do trabalho tecnológico que vem do externo. Muitas vezes a origem dos trabalhadores é a partir da linha de produção ou a partir do desemprego. Essa capacidade gerencial, essa capacidade de liderança é uma capacidade importante para desenvolvimento deles. Eu não coloco como limite, eu coloco como desafios a serem superados. A incorporação dessas capacidades gerenciais da gestão dos empreendimentos, da compreensão dos movimentos que a economia faz nos setores em que os empreendimentos estão inseridos*

*são questões importantes que eu tenho observado (LEMOS, 2010).*

Essa questão cultural está arraigada e precisa da vigilância diuturna para ser superada. Portanto, esse exercício é um exercício pessoal, mas também coletivo.

*Embora o trabalho ocorra de forma mais coletiva, é mais coletivo. Isso ocorre por forças das circunstâncias. Mas o pensamento que as pessoas têm ainda é um pensamento individualista. Nós vivemos numa sociedade capitalista que constitui uma subjetividade na nossa educação. Desde a nossa infância essa subjetividade é marcada pelo individualismo, pela competição, as pessoas são educadas para sempre levar vantagens, as pessoas são educadas para se apropriar do conhecimento e a partir dessa apropriação ocupar um lugar diferenciado, privilegiado na sociedade. Enfim, esses aprendizados que vamos tendo na vida e mesmo que a gente não queira reforça a supremacia do individual sobre o coletivo, é a ideia da exploração do capital sobre o trabalho presente nas relações. E aí é inevitável que as pessoas no seu cotidiano não consigam olhar a realidade na ótica do outro. Tem essa dificuldade para ouvir, para compartilhar, para colaborar com o outro. Então esse processo de formação massificado dificulta muito o trabalho coletivo. Dificulta muito o trabalho na sua forma participativa. Na organização do trabalho esse é um desafio grande a ser superado (LADEIA, 2010).*

Mas, na medida em que as pessoas têm a iniciativa de se associar, de pensar o seu projeto, o seu empreendimento econômico, que é também cultural e político as pessoas vão criando para si uma ideia mais clara sobre o que elas são como seres humanos e, também, uma concepção mais clara e objetiva no que se refere as relações sociais e o que é a sociedade. Essas práticas vão gerando as condições para que

as pessoas possam visualizar mais claramente o que é essa sociedade solidária e criar condições para que elas possam aos poucos ampliar os espaços de tomada de decisão coletiva. Portanto, precisa-se religar o econômico, o político, o social e o cultural.

*Vamos pensar no sentido político. Nós vivemos num Estado onde o caudilhismo, onde a política do assistencialismo ainda é muito presente, associado a isso a política do medo ainda domina e predomina. Nós vivemos sob uma cultura política muito próxima ao assistencialismo e pessoas extremamente dominadas. Por exemplo, tenho percebido que em Cáceres as pessoas são extremamente pobres. E tem pessoas que dizem que essas pessoas são pobres porque não gostam de trabalhar. E no pouco tempo que eu tenho vivido em Cáceres, tem me permitido fazer uma afirmação inversa. As pessoas são pobres porque foram extremamente exploradas. Explorados no sentido econômico e no sentido da dominação política. E no sentido da sua destituição da sua identidade cultural. Então você imagina chegar a uma população extremamente explorada economicamente, dominada politicamente, destituída da sua identidade cultural e você chega e diz a ela: agora você será o sujeito, você irá protagonizar a organização econômica da sua vida. Você está contrapondo todo um pensamento político, cultural e econômico que se reproduz a séculos. Então essa é uma dificuldade enorme. Se as pessoas estão destituídas das condições econômicas, culturais e políticas elas também não tem domínio sobre os instrumentos de pensar, elas não tem domínio sobre os instrumentos de gestão por exemplo. Elas não têm domínios sobre planejamento, administração, controle contábil, do que seja o mercado, da organização da produção, da comercialização, se pensar na agricultura eles não tem a compreensão da possibilidade da agroindustrialização e assim por diante. Quando a gente pensa a economia solidária a gente está pensando em uma população que foi*

*extremamente empobrecida e uma das grandes dificuldades que a gente tem é exatamente enfrentar isso. Enfrentamos também dificuldades de compreensão no sentido do conhecimento do que é economia solidária. Em alguns eventos, palestras seminários que a gente tem a possibilidade de conversar com o povo a primeira pergunta que eu faço é: O que é economia solidária? As pessoas se entreolham, se olham e dizem: eu nunca ouvi falar nisso. Daí eu pergunto: O que é globalização? Isso as pessoas sabem o que é. Então se percebe que aquela linguagem que é própria da classe dominante – a globalização é um projeto burguês – esse projeto, a população, os trabalhadores sabem. Quando é o projeto da própria classe trabalhadora, que favorece a classe trabalhadora nós ainda não temos essa informação, esse conhecimento, nós não temos disseminado isso, as pessoas e os trabalhadores ainda não conhecem esse projeto. Então, ultimamente eu tenho pensado sobre o problema da alienação. Mas não no sentido de dizer assim: Eu tenho a consciência o outro não tem. Eu tenho pensado isso no sentido inverso. Nós estamos vivendo uma relação social de alienação muito profunda em que a gente não se percebe enquanto trabalhador, trabalhadora. E enquanto a gente não se percebe disso perde a possibilidade de se integrar a movimentos sociais e culturais que possam estar transformando as relações da sociedade que nós vivenciamos (ZART, 2010).*

Na perspectiva de religar o econômico, o político, o social e o cultural outro fator limitante para a consolidação dos empreendimentos econômicos solidários é a relação com o mercado. A maioria dos empreendimentos conhece muito bem o processo de produção, na maioria das vezes produzem bons produtos, mas nem sempre atendem as demandas dos consumidores. Daí a importância do processo de conscientização dos consumidores pelo processo do comércio justo e solidário. Um produto agroecológico, por exemplo, nem sempre tem a

forma, a cor, a beleza de um produto convencional produzido à base de agrotóxico. Se o consumidor não estiver consciente disso ele vai definir a compra por outros critérios que não o do preço justo e solidário.

*O terceiro aspecto para mim dificulta que essas experiências possam se desenvolver é o próprio mercado. O mercado não em termos de espaço de troca de equivalência etc... O mercado capitalista que impõe critérios de eficácia determinados. Por exemplo, quem produz confecção hoje na economia solidária tem que competir com quem produz de uma forma heterogestionária, explorada, etc, etc... Então o critério de eficácia da fábrica que produz sob normas, as regras e a forma de gestão capitalista acabam se contrapondo, acabam se confrontando com os critérios de eficácia de um empreendimento solidário que não é só de lucro. É contraditório. Quanto mais o produto estiver próximo de relações mercantis... Ou melhor, quanto mais o produto estiver no mercado globalizado piores são as condições para se efetivar a autogestão, mais difícil é efetivar a autogestão. Teria que construir um mercado de solidariedade para poder manter os critérios de efetividade da produção da relação socialista, diferente do capital. Da democracia, interna, da participação, da igualdade de direitos, de uma certa otimização das retiradas etc... É uma certa igualitarização das condições de vida dentro do local de produção. Para isso, para conseguir aprofundar essas relações a gente teria que tentar fugir do mercado capitalista, porque o mercado vai colocar o seu dedo lá dentro e vai dizer que ele tem que produzir uma camisa em trinta segundos senão ele não consegue vender num preço competitivo, ou então os trabalhadores vão ter seus salários rebaixados porque não conseguem esses índices de produtividade e manter a competitividade no mercado. Então é um limite. A única solução seria um mercado da solidariedade, em rede, mas a gente tem percebido que quem consegue sair da lógica do mercado, dos limites*

*do mercado, são as empresas de bens de uso corrente – toalha, roupa – é possível escoar de outra maneira que não o mercado[...] É preciso encontrar formas alternativas de escoar a produção e tornar a compra um ato político (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

Tornar a compra um ato político exige conscientização do consumidor, esse processo está em desenvolvimento, é um processo de desconstrução de valores demorado, de longo prazo. Portanto, é fundamental compreender como o mercado funciona.

*Saber que o mercado não é só na perspectiva do mercado burguês, abstrato, de concorrência, etc. Compreender o mercado como um espaço de relações de produção, relações de consumo, relações entre pessoas. Pessoas que tem valores, crenças, gostos, costumes. Por exemplo: Seu eu vou comprar um frango caipira, eu não vou comprar um frango caipira qualquer eu vou escolher um frango bem cuidado, bem limpo. Então eu sou um consumidor que tem um gosto. Então é preciso ter a compreensão desse mercado, desse mercado próximo, de intercâmbio (ZART, 2010).*

Aproximar os produtores dos consumidores é uma estratégia que vem sendo adotada pelos empreendimentos econômicos solidários. A constituição de redes e cadeias solidárias tem sido um aprendizado muito significativo nessa caminhada para ampliar os espaços de comercialização. Pois “A comercialização é outro grande gargalo. As pessoas produzem e não sabem para quem vender. Quando elas vão vender elas acabam caindo na mão do atravessador e acabam desanimando” (AMORIM, 2010). Se essas estratégias encurtarem as distâncias entre quem produz e quem consome a comercialização com base no preço justo e solidária poderá fluir melhor. Se por um lado é necessário conscientizar o consumidor por outro, o desafio é contribuir para que

os sujeitos da economia solidária se apropriem de algumas ferramentas de gestão que lhes possam ser úteis nessa relação de comercialização.

*Às vezes os trabalhadores conseguem produzir produtos bons, bonitos, com qualidade, mas às vezes pecam na hora de comercializar os seus produtos. O trabalhador peca na hora de colocar o preço porque ele não consegue formar um preço que contemple todo o trabalho por detrás daquele produto e muitas vezes eles não conseguem nem construir uma tabela de preços para satisfazer às necessidades dos integrantes do seu grupo. Além das atividades de realizar o trabalho, ou o produto que eles constroem e necessário trabalhador desperte outras habilidades administrativas, financeiras, contábeis que são necessárias para o desenvolvimento dos empreendimentos (JACONIAS DA SILVA, 2010).*

Esse depoimento nos remete novamente a necessidade e a importância do processo de formação. Mas uma formação integradora e competente, pois “*A organização política é um limite, mas formação política pode dar uma direção, mas não consegue inserir o grupo no mercado*” (RAMOS, 2010). A questão não é apenas inserir esse grupo no mercado, mas garantir a sua permanência através da sua sustentabilidade, portanto é fundamental que se criem alternativas de comercialização com base no comércio justo e solidário.

Outro limite a ser superado pela autogestão é o autoritarismo do Estado. Transpor as estruturas burocráticas estatais e promover um processo de participação radical é uma das missões da autogestão. A autogestão pressupõe uma transformação de “baixo para cima” e as cooperativas, as associações, os grupos informais que promovem a autogestão são exemplos do exercício cotidiano, visto que as políticas públicas em sua maioria são pensadas para atender a sociedade de mercado.



*O Segundo limite a meu ver, o mais sério, é o próprio Estado. O Estado na sua forma jurídica, no seu formalismo, na sua linguagem totalmente diferenciada da linguagem da população comum dificulta que os trabalhadores acessem as políticas públicas. Geralmente tem que ter um intermediário no meio para pegar a demanda dos trabalhadores e transformar isso numa linguagem que o Estado consiga compreender para poder acessar algumas políticas públicas, onde, embora, muitas políticas públicas não são feitas para empreendimentos coletivos autogestionários, a maioria das políticas públicas é para empreendimentos individuais ou para grandes empreendimentos, não temos uma política de trabalho e renda para pequenos trabalhadores, coletivos de trabalhadores associados, carecemos de um marco legal para isso (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

A importância de um marco legal e de um Estado amarrado nas estruturas burocráticas aparece espontaneamente nos depoimentos.

*Outro limite que é a falta de políticas públicas, o poder público amarrado a burocracia. A necessidade do movimento é uma o tempo do poder público é outro, por causa da burocracia e as coisas não acontecem dentro daquilo que a gente queria, respeitando as necessidades dos empreendimentos, da comunidade e das pessoas (SENGER, 2010).*

Definir um marco legal é fundamental para a consolidação da economia solidária com base na autogestão. Se essa alternativa ao capitalismo existe e ela assume uma lógica diferente a sociedade precisa pensar um arcabouço jurídico institucional menos fragmentado que de conta de incluir essas formas de produção numa legislação. E o *locus* dessa discussão é o poder legislativo.

*Existem várias limitações, mas eu quero evidenciar uma terceira e última limitação. Essa questão das leis*

*e das políticas públicas. Como nós temos hoje um tipo de ordenamento jurídico para organizar e manter um tipo de sociedade – capitalista –, é necessário que a gente discuta com os parlamentares e com o poder público em geral outro ordenamento jurídico que possa respeitar um pouco mais os trabalhadores. Que possa pensar que essa forma de se organizar baseada no lucro, baseada somente em tirar vantagem do outro, é uma forma que não se sustenta. Então é necessário leis que possam resguardar mais o trabalhador enquanto pessoa, o trabalhador enquanto ser pensante da sua atividade de trabalho, que possibilite pensar que não haverá emprego para todo mundo nas empresas e que é necessário que o trabalhador possa despertar seu espírito empreendedor para desenvolver atividades produtivas que não pensem somente no lucro, mas que pensem na saúde dos trabalhadores, que pense outra forma de viver das pessoas. Eu creio que seja necessário um conjunto de leis, um novo ordenamento jurídico para repensar o funcionamento da sociedade. Penso que a economia solidária é muito mais que apenas a organização dos trabalhadores para produzir. A economia solidária pensa outro modelo de sociedade. E esse modelo de sociedade tem que ser analisada pelo poder público – por quem está poder público – em todas as esferas de governo. Mas principalmente na esfera do legislativo, porque lá é o espaço de debate (JACONIAS DA SILVA, 2010).*

Criar frentes parlamentares de apoio a economia solidária nas três esferas do poder legislativo é uma estratégia importante. Essa articulação foi realizada dentro da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso que criou a Frente Parlamentar de Economia Solidária, aprovada pela Resolução n. 954, de 09 de setembro de 2008. No Congresso nacional também relançada dia 19 de maio de 2011 a Frente Parlamentar Mista da Economia Solidária da qual participam do grupo 213 deputados e senadores. Já existem vários municípios no Estado de

Mato Grosso e Brasil a fora que constituíram suas frentes parlamentares, o que indica que há uma tendência de se criar um marco legal para essa alternativa econômica. A luta pela institucionalização da economia solidária enquanto política pública está alicerçada na inclusão social via mecanismos governamentais de ação. Nessa perspectiva, o Estado deve garantir, por meio de ações efetivas, a consolidação de mecanismos que contribuam para o desenvolvimento de alternativas de geração de trabalho e renda.

*As articulações políticas são terríveis. Por exemplo, o Estado de Mato Grosso o não tem uma política pública, as políticas públicas nesse sentido são ausentes. Nos municípios, tem um ou outro, temos alguns municípios que tem suas iniciativas, mas no conjunto ainda são muito pequenas e na maior parte as pessoas quiçá sabem o que significa economia solidária. Então o desafio é trabalhar cada vez mais, fazer disseminar essa ideia, fazer formação e criar experiências concretas que possam ser referências positivas para que outros possam melhorar e possam dizer: realmente isso dá certo (ZART, 2010).*

Na verdade, a economia solidária pensada enquanto ação de Estado depende do sistema socioeconômico e político, cada vez mais totalizante para atrair as práticas sociais. Daí provém a necessidade dos atores políticos atuarem no Estado, tomando a economia solidária no contexto histórico de desigualdade e encarando o poder para se constituírem como sujeitos da mudança.

As políticas públicas de economia solidária podem ser uma frente de luta importante na democratização e na construção de um Estado republicano no Brasil, assim como são as lutas pela reforma agrária, pela educação pública de qualidade e tantas outras importantes na nossa história antiga e recente. Elas podem ser

democratizadoras e de construção de um Estado republicano porque partem do reconhecimento de um novo ator social e político — o movimento da economia solidária — e porque devem inscrever, nas várias esferas do Estado, novos direitos, assim como a ampliação do alcance dos atuais para cidadãos e cidadãs que estavam excluídos de tais direitos (SCHWENGBER, 2005, p. 06).

Caminhar para a participação exige muita predisposição visto que as estruturas burocráticas estatais não comportam espaços para essa participação. Nesse sentido, é importante criar uma ambiência política para que a autogestão se afirme. No Estado de Mato Grosso os esforços se direcionam nesse sentido, mas ainda falta essa ambiência política.

*O aspecto político institucional da economia solidária no Estado de Mato Grosso não é bom. As instituições políticas não têm uma capacidade de absorção desse trabalho, não tem capacidade de instituir políticas públicas estaduais, comparado com outras políticas que nós temos no Estado. Não há capacidade do Estado de Mato Grosso em instituir políticas públicas que dialoguem com as políticas nacionais pensadas pela SENAES. O poder público estadual não se estabeleceu. Não existe uma instituição que represente efetivamente a economia solidária. É preciso que o Estado abra uma estrutura para a economia solidária e que envolva os municípios nisso. É preciso definir uma agenda de interlocução em torno de uma política pública de economia solidária. O governo do Estado precisa criar uma política de economia solidária (ARRUDA, 2010).*

Exemplo concreto dessa falta de ambiência política e da aversão as iniciativas populares autogeridas foi o veto do ex-governador Blairo Maggi, em 2005, a Lei já aprovada pela Assembleia Legislativa que Instituí a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária

no Estado de Mato Grosso (Lei 8.936 de 17/07/2008)<sup>52</sup>. O processo não fluiu nesse governo e só três anos depois da aprovação da Lei foi implantado o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES). Na eminência da realização da II Conferencia Nacional de Economia Solidária (II CONAES)<sup>53</sup>, o governo do Estado de Mato Grosso lançou o Decreto 2.433-10 de 23 de Março de 2010 que regulamenta a Lei criando um comitê ao invés do CEES (MATO GROSSO, 2010a). O Movimento de Economia Solidária, através do deputado Alexandre César, procurou abrir uma agenda de diálogo com a Secretaria de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS), mas não conseguiu êxito. Veja o que ele diz: “Já conversei com a secretária, Roseli Barbosa, e é urgente marcarmos uma audiência para mobilizarmos o andamento dessa política de Economia Popular Solidária (EPS)” (JUSBRASIL, 2010. s.p.). Essa audiência nunca saiu e o descaso aumentou quando o vice-governador de Maggi se elegeu governador do Estado. A reivindicação do movimento é ampla. Mas a principal delas diz respeito a alteração do referido decreto no seu

**Art. 5º** A aplicação da Política Estadual de Fomento às Cooperativas e Empresas de Autogestão que integram a Economia Popular Solidária será organizada e acompanhada pelo **Comitê Estadual**

---

52 Com o primeiro Projeto de Lei vetado na íntegra em 2005, a Rede Matogrossense de Educação e Sócio-economia Solidária (REMSOL) se rearticulou e conseguiu mobilizar novamente todos os parceiros, inclusive dentro da Assembleia Legislativa, que organizou a Frente Parlamentar da Economia Solidária e obrigou o Governador sancionar a Lei Estadual 8.936 de 2008, que cria a política de fomento à economia solidária. Porém o governador vetou o artigo que criava o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES).

53 Em Mato Grosso foram realizadas oito Conferencias Territoriais/Regionais preparatórias para a II Conferencia Estadual de Economia Solidária. As regiões foram assim distribuídas: Cuiabá; Cáceres; Colíder; Poconé, Tangará da Serra; Rondonópolis; São Félix do Araguaia; Juína (MTE, 2010). Durante a realização das conferencias regionais e no processo de mobilização para a conferencia estadual o movimento de economia solidária tentou articular o debate com

**de Economia Popular Solidária** [grifo nosso]  
(MATO GROSSO, 2011a).

A alteração proposta pelo movimento era suprimir a criação do Comitê Estadual de Economia Popular Solidária criando no decreto substitutivo o Conselho Estadual de Economia Solidária. Pois uma política pública de economia solidária, que vise a emancipação dos trabalhadores pelo viés autogestionário, só se concretiza, eminentemente, na luta cotidiana. E a criação de um comitê estadual fica muito aquém das atribuições de um conselho. O comitê não é um órgão deliberativo ele é um órgão com características de aconselhamento e não de deliberação, portanto sua força política é restrita e limitada, se comparada a força de um conselho. Essa proposta foi engavetada, por mais de dois anos, pela Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS) – lugar institucional da economia solidária dentro do governo definido por Lei –. Veja o que disse o Superintendente de Projetos e Investimentos Sociais da SETECS, o economista Ricardo Augusto Moreira, quando questionado sobre o assunto. O que Você pode dizer sobre a Lei de Economia Solidária 8.936 de 17/07/2008 e sobre o Decreto 2.433-10 de 23 de Março de 2010 que regulamenta a referida Lei?

*Existe a Lei. Existe o decreto. Mas não existe nada de economia solidária na SETECS, nem no governo. Que não existe nenhuma ação de governo que ele conheça que contemple a economia solidária. Na SETECS tenho certeza que não tem nenhuma ação, nada de economia solidária que esteja funcionando* (MOREIRA, 2011).

Isso mostra a total falta de compromisso do Estado com os movimentos sociais. Apesar disso, a articulação para a implantação da política pública de economia solidária para o Estado de Mato Grosso

continua. Os esforços dos sujeitos da economia solidária no Estado e principalmente a lógica da política nacional de economia solidária apresentada pelo governo federal através da SENAES obrigou que o governo do Estado de Mato Grosso retomasse o processo de diálogo<sup>54</sup>. Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS) (que teve nome alterado para SETAS<sup>55</sup>), no final de 2010 deixou de ser o órgão de governo responsável pela gestão da economia solidária e atribuiu através da Lei Complementar nº 413, de 20 de dezembro de 2010 essa responsabilidade para a Secretária Estadual de Desenvolvimento Rural (SEDER)<sup>56</sup> (MATO GROSSO, 2010b), que

---

54 [...] a SENAES convida aos parceiros governamentais e da sociedade civil para a implementação de um modelo de política pública caracterizada pela integração das ações de apoio aos empreendimentos solidários, pelo enfoque territorializado, pela ampliação dos canais de participação e controle social e pela transversalidade e plurissetorialidade da ação governamental. É através do fortalecimento do pacto federativo, da interação entre Estado e sociedade e da busca da efetividade da atuação pública que será possível a promoção da inclusão produtiva, a erradicação da pobreza extrema e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (MTE, 2011, p. 5).

55 ESTADO DE MATO GROSSO. Lei Complementar nº 428, de 21 de julho de 2011. Altera a denominação da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 25605. p. 1. 2011a. “”Art. 1º A Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social (SETECS) passa a denominar-se Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS).

56 ESTADO DE MATO GROSSO. Lei Complementar nº 413, de 20 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, reestruturação e extinção de órgãos, dá nova redação aos dispositivos das Leis Complementares nº 14, de 16 de janeiro de 1992, nº 88, de 13 julho de 2001, nº 230, de 14 de dezembro de 2005 e nº 264, de 28 de dezembro de 2006, que tratam da organização administrativa e do funcionamento da Administração Estadual, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 25461. p. 1-3. 2010. “Art. 5º A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural (SEDER) passa a denominar-se Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEGRAF). Essa foi a resposta medíocre do atual governador a sua promessa de campanha de criar a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar, ao movimento da agricultura familiar liderado pela REMSOL.

passou a ser denominada de Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (SEDRAF).

A Lei cria toda uma estrutura para atender a economia solidária e a agricultura familiar, mas apesar de a Lei garantir a uma estrutura e uma terminologia adequada, a lógica anterior persiste. Hoje a SEDRAF é o lugar institucional da economia solidária dentro do governo do Estado, mas fica difícil crer que essa não seja apenas mais uma estratégia de cooptação de lideranças dos movimentos sociais vinculadas a economia solidária. É verdade que no momento em que a SEDRAF assumiu o lugar da SETECS no diálogo com os principais sujeitos da economia solidária foi retomado. Esses sujeitos assumiram o compromisso de se reunir todas as quintas feiras – nas 5<sup>as</sup> (Quintas) Solidárias – para realizar estudos, apresentar proposições de políticas públicas e avaliar os resultados dos encaminhamentos. Ainda em maio de 2011, esse coletivo, formou dois grupos de trabalho (GT) dentro da SEDRAF. O GT1 ficou denominado de GT de criação do CEES, e o GT2 ficou denominado de GT de levantamento das políticas públicas de economia solidária no Estado de Mato Grosso e ainda não concluiu seu trabalho.

O GT1 acaba de alcançar êxito, pois, na data de ontem, foi publicado o Decreto nº 598, de 15 de agosto de 2011 que regulamenta a Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso e dá outras providências (MATO GROSSO, 2011b). O Movimento da Economia Solidária está dando a sua contribuição, e parece que o governo se predispõe a encaminhar algumas demandas, mas tem-se clareza que nessa caminhada de luta haverá avanços e recuos. Também sabe-se que uma política estadual de economia solidária não se constrói por decreto, não se constrói dentro das perspectivas de um conselho



estadual de economia solidária, mas na contradição da esfera pública e democrática.

A institucionalização de uma política pública em economia solidária no Mato Grosso enfrenta grandes desafios, mas ao mesmo tempo tem superado limites que antes eram considerados intransponíveis. Além de impulsionar a luta, essas conquistas e as várias possibilidades que se apresentam aos empreendimentos de autogestão no Estado tem motivado os sujeitos da economia solidária a continuar a caminhada. Muitas vezes, os próprios limites que se constituem em desafios a serem superados contraditoriamente comportam possibilidades. Isso desvela as tensões existentes entre um projeto de transformação paradigmática dos movimentos sociais e as amarras culturais paternalistas burocráticas estatais que tentam manter seus lastros conservadores.

A conquista da institucionalização do Conselho Estadual de Economia Solidária demonstra que o movimento está ocupando espaços públicos importantes para garantir que a política estadual adquira um *corpus* com estrutura, orçamento, organização e, principalmente, entendimento sobre os princípios teóricos e práticos da economia solidária. Contudo, a convergência de interesses por um projeto de desenvolvimento local sustentável que possibilite a emancipação desses empreendimentos solidários e a autonomia dos trabalhadores ainda está distante, embora seja possível.

*Eu acredito que a transformação da sociedade existe. Só não acredito que a gente consiga essa transformação radicalmente. Essa transformação do capitalismo para o socialismo, essa transformação radical demora. Mas dentro do processo democrático que nós vivemos – se a gente falar em termos de Brasil – nós avançamos. O que nós estamos fazendo não é perfeito e as vezes não conseguimos avançar tanto, mas algumas em algumas coisas estão avançando. Nós só conseguimos*

*fazer algumas coisas e avançar no nosso processo de economia solidária, no processo autogestionário porque nós temos um processo democrático instaurado no nosso país. Eu penso que nós estamos num período intermediário, de transição, entre o que era ditadura, totalmente fechada para uma democracia onde as pessoas podem se expressar, falar e pensar livremente. Mas precisamos chegar a um terceiro ponto. O estágio da gente aprende a viver a democracia participativa e dentro do processo democrático a economia solidária tem esse papel, necessita avançar, a economia solidária é importante para o desenvolvimento sustentável da sociedade e para superar um dos gargalos do processo democrático que é o assistencialismo. Nós não conseguimos fazer com que as pessoas que tem mais necessidade, mais carência saiam dessa situação para uma situação de segurança com sustentabilidade. O que existe as vezes é o Estado fazendo assistência e as pessoas voltam ao seu Estado de miséria, de carência novamente. Temos ainda que superar toda a estrutura jurídica herdada do período militar, nós estamos num processo democrático que avançou em muitas coisas em alguns momentos, mas em outros âmbitos nós continuamos atrasadas (SENGER, 2010).*

Observa-se que os sujeitos da economia solidaria compreendem que o processo de transformação social via democracia é lento, de longo prazo, mas possível. No entanto é necessário superar a visão estadocêntrica paternalista que mais atrapalha que ajuda. Quando o Estado se aproxima da economia solidária cooptando suas lideranças o movimento passa a ser vítima de seus próprios alçozes visto que o objetivo do Estado é empoderar<sup>57</sup> os empreendimentos econômicos

---

57 O empoderamento é uma dentre as categorias e/ou abordagens – como, por exemplo, participação, descentralização, capital social, abordagem de direitos (*rights-based approach*) – que de forma explícita ou implícita está inserida no debate ideológico em torno do desenvolvimento. Este debate tem sido polarizado nos últimos tempos entre os defensores de uma globalização regida pelo mercado (ou, dito de outra forma, pelo Império, pelo Consenso de Washington, pelo neoliberalismo)

solidários para que eles possam entrar no mercado. Esse é um caminho perigoso e sem volta porque a lógica do solidarismo é trocada pela lógica do mercantilista que domina o Estado, e como os empreendimentos econômicos solidários geralmente não têm financiamento e tampouco conhecem os desafios de gestão e de administração de empresas, assim, ficam mais vulneráveis e fracassam ou assumem os valores da competitividade exigidos pelo mercado afastando-se da sua gênese.

*Nós ainda não temos a possibilidade de tomar conta do próprio Estado para fazer com que o Estado assuma demandas populares porque a nossa organização política enquanto classe trabalhadora, enquanto classe popular está ainda muito frágil. Pode-se afirmar ainda que as forças políticas de esquerda do Estado de Mato Grosso ao invés de trabalharem para promover a emancipação da classe trabalhadora no sentido da organização popular são forças políticas atreladas às forças de direita. O Brasil está assim. Mas aqui no Estado de Mato Grosso isso está mais confundido. Porque no Brasil é a direita que vai se aliando à esquerda, mas aqui no Mato Grosso essa relação é inversa. É a esquerda que se atrela à direita. E a gente não tem espaço, a gente não tem lugar, não tem locus de diálogo para que a gente consiga construir uma política mais clara, mais objetiva que atenda a classe trabalhadora (ZART, 2010).*

O Estado de Mato Grosso é um Estado retrógrado no sentido político. Seu tamanho, sua extensão, suas riquezas naturais, sua diversidade não são incorporadas nos espaços políticos públicos porque aqui a política está a serviço dos interesses privados. Há uma elite econômica que se transformou em elite política que coopta de uma forma ou outra as lideranças mais progressistas. Se existe hegemonia política, econômica financeira ela está representada aqui no Estado de

---

e os críticos que defendem que “a construção de um outro mundo é possível (ROMANO, 2002, p. 9).

Mato Grosso. Nem por isso o Movimento de Economia Solidária se intimida, sabe-se que a caminhada é longa e requer persistência. Fazer autogestão num cenário desses não exige apenas doação, requer preparo, formação, consciência crítica, política e competência organizativa aliada a muita disposição para enfrentar todo o tipo de contradição. Inclusive as disputas no interior dos espaços de construção da economia solidária e da autogestão como os fóruns, os conselhos e mesmo dentro dos empreendimentos.

É nesse espaço de enfrentamento que se constrói a resistência necessária e a radicalidade possível para a construção de *outro mundo possível*. Se os enfrentamentos são constantes e as contradições estão expostas a pergunta que surge é:

*Se fazer autogestão é tão limitado, é tão complicado, porque fazer autogestão no capitalismo? Porque eu acho que é preciso que os trabalhadores e as trabalhadoras aprendam a gerir coletivamente nem que seja um pequeno empreendimento para poder a partir daí compreender como seria uma gestão coletiva da sociedade como um todo. Isso é um processo. Não existe um projeto pronto de sociedade que a gente vai tomar o Estado, tomar as fábricas e fazer o socialismo por aí, não é essa concepção [...] Modelos dessa natureza já provaram que não funcionam (SARDÁ DE FARIA, 2010).*

É, justamente, porque é preciso, de forma coletiva, aprender a construir uma alternativa. O desafio é superar essas contradições no debate e encontrar uma via, não uma *terceira via*, mas *outra via*, que não necessariamente precisa ser hegemônica, mas precisa ser solidária. Esse é o desafio do processo de fazer junto, com o outro e pelo outro, pelo coletivo, como um todo.

Fragmentar a análise entre os limites e possibilidades da autogestão é um exercício racionalização quase que impossível, mas necessária. A análise de um tema singular, transversal, inter e transdisciplinar não se fecha nesses reducionismos, além disso, como afirmou-se anteriormente, toda possibilidade comporta também limites e igualmente todos os limites comportam possibilidades. Não há uma fronteira nítida entre limites e possibilidades. Mesmo assim, apresenta-se o que, no decorrer da pesquisa, os entrevistados apontaram como possibilidades para o trabalho coletivo, sob forma de autogestão.

*Dentre as possibilidades eu destacaria do processo de autogestão eu destacaria a busca do real sentido do cooperativismo. Uma vez que a gente atinja, que a gente alcance esse processo cultural do cooperativismo a autogestão é fundamental para o avanço do processo democrático para avanço do empreendimento. Tanto no processo da gestão administrativa quanto operacional (CAVALCANTI, 2010).*

Se por um lado a cultura individualista depõe contra o processo de consolidação da autogestão, por outro a cultura se apresenta como um instrumento de resgate do real sentido do cooperativismo, do espírito de cooperação.

*As possibilidades da autogestão que eu percebo é a união do grupo, das pessoas (solidariedade). As pessoas gostam de trabalhar na cooperativa. Muitas vezes a pessoa sai da cooperativa e depois volta por que elas gostam do ambiente de trabalho na cooperativa. A diferença é que quando você é sócio você é dono. E quando você trabalha de empregado você é mandado, você precisa cumprir regras e normas que são muito diferentes. Somos nós os sócios que decidimos a finalidade da cooperativa. Nós temos a ajuda da Unemat, da prefeitura, mas quem decide, quem toma*

*a decisão final são os sócios da cooperativa (VIANA, 2010).*

Nesse depoimento aparece a possibilidade de realização no trabalho. Da liberdade e do exercício da autonomia no espaço de trabalho. Quem define o que fazer? Como fazer? E quando fazer? É o próprio trabalhador, ele que estabelece os limites do tempo de trabalho e o tempo da vida internamente. E externamente os sócios garantem autonomia institucional como um critério.

*O nosso trabalho não possui período fechado ou determinado. Depende muito das encomendas. Eu trabalho junto com mais quatro mulheres na confecção de peças em biscuit, e se junta à nós mais três quando há a necessidade de produzir papel reciclado. A minha maior atuação, porém, é à frente da Formação em Economia Solidária e Gênero. Também, na medida do possível, articulamos as vendas. Tem períodos que trabalhamos semanalmente até quarenta horas, isso é muito relativo em nossa dinâmica organizacional. [...] O processo de tomada de decisão no empreendimento? Como todo processo de aprendizagem, nós estamos aprendendo a viver essa dimensão de forma mais democrática e participativa possível. Digo isso pelo respeito que tenho às minhas companheiras que, como eu, foram educadas para serem mandadas, não emitirem sua opinião, enfim, tiveram suas identidades abduzidas em prol de um sistema parasita como é o capitalismo. Assim sendo, opinar, sugerir, fazer a própria organização não é um processo simples. Em suma, este processo se dá em reuniões ordinárias ou extraordinárias, sempre quando se faz necessário, e todas são incentivadas à fala, a dizer sua “palavra”, mesmo que seja uma frase só a respeito do assunto em questão. Nada é decidido por uma ou duas pessoas. A maioria é consenso, apesar de que este consenso é pensado e repensado pelo grupo (FERREIRA, 2010).*

A autogestão garante assim autonomia no processo decisório interno dos empreendimentos econômicos solidários e relações de cooperação externamente. A cooperação institucional é realizada com base numa relação dialógica. Mas a autogestão que pressupõe liberdade e autonomia também cobra disciplina e responsabilidade, não é porque o trabalhador é o sócio, o dono do próprio negócio que ele não tem que cumprir regras. A diferença é que os arranjos no trabalho coletivo são arranjos inteiramente novos em relação ao trabalho subsumido ao capital. Ninguém manda em ninguém, mas todos obedecem o que foi previamente combinado no coletivo.

*Eu diria que a autogestão influi enormemente. Nós temos exemplos de empresas recuperadas em que os trabalhadores eram empregados alguns deles por muitos anos. Empresas antigas, empregados velhos, que inclusive ficavam com a empresa para recuperá-la porque sabiam que não teriam nenhuma possibilidade no mercado de trabalho por causa da idade... Esses trabalhadores passaram por uma mudança radical porque enquanto assalariados eles não tinham nenhuma possibilidade, mas também tinham pouquíssimas informações, era segredo da direção se as coisas não iam bem, até a empresa afundar. Agora não, agora eles têm que compartilhar todas as informações porque as decisões são coletivas. Então isso significa a meu ver um processo, eu diria, de tornar-se adulto. O trabalhador assalariado é um sem ação. Ele não tem nenhuma responsabilidade, nenhuma informação, ele obedece a ordens. E ele é treinado e é pago para fazer justamente o que o chefe deseja dele, e ponto final, se der tudo errado a culpa é do chefe não é dele. Agora mudou, a situação dele é totalmente de adulto. Ele sabe do que vai acontecer, ele toma decisões, poder ser voto vencido, ou voto vencedor pouco importa, tem consequências. Pode dar certo, pode dar meio certo ou nada certo, então é um processo de aprendizagem coletivo (SINGER, 2010).*

Vencido ou vencedor pouco importa no sentido de que foi ele que decidiu, e não outro que decidiu por ele. Ou seja, o trabalhador adquire o *status* de sujeito do processo. Ele passa a ser protagonista das relações de trabalho e do processo de decisão, nesse sentido, é o próprio trabalhador quem pensa, quem planeja e ao mesmo tempo executa o trabalho.

*Quando se fala em possibilidades da autogestão a primeira coisa importante é que o sujeito deixa de ser um indivíduo e passa a ser um sujeito que está no meio de um processo. A autogestão na verdade é um resgate da possibilidade, de reintegrar, de reunir a concepção e o fazer no processo de trabalho. Ou seja, supera aquela ruptura taylorista que houve no passado. Surge essa possibilidade de reintegrar o processo nas relações de trabalho. Essa é a grande vantagem (RAMOS, 2010).*

Além de superar a ruptura taylorista entre quem pensa e quem executa o trabalho, a autogestão supera a sujeição do trabalho ao capital e passa a ser uma alternativa concreta dos trabalhadores alcançarem a sua autonomia.

*A economia solidária é a grande possibilidade de gerar uma economia alternativa. Uma economia diferente que possa superar o sistema capitalista. Que ela possa gerar uma economia com outros princípios, da solidariedade, da cooperação do cuidado com o meio ambiente. Em especial creio que a economia solidária é uma alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras alcançarem a autonomia. Autonomia: para ser mais compreensiva é o trabalhador e a trabalhadora conseguirem ser dono do seu próprio nariz. É a possibilidade do trabalhador e da trabalhadora poderem determinar o seu destino, onde eles querem chegar, determinar o seu ritmo de produção, de trabalho, ser dono do seu tempo e ser*



*capaz de pensar um produto que não atenda apenas a lógica do lucro, mas que possa chegar às comunidades, de não pensar as necessidades só da cidade, mas da comunidade. Eu acredito muito que a economia solidária pode gerar a força necessária para mudar o sistema, a economia solidária é uma alternativa que está a caminho de cambiar o sistema. Está a caminho de. Como é um processo, ela vem há tanto tempo se fazendo, se construindo de diferentes formas, economia solidária, economia popular sempre a autogestão no centro do processo. Eu acredito que ela pode mudar, e mudar a vida das comunidades locais. Aos poucos ela vai crescendo, por isso eu creio que tem que ter apoio, tem que ter um olhar diferenciado e estratégico do Estado (MUNHOZ, 2010).*

Esse olhar diferenciado e estratégico de Estado não se consegue de uma hora para outra. É necessário compreender o funcionamento da burocracia estatal, é preciso conhecer as regras do jogo democrático para propor mudanças que caminhem nesse sentido. No Brasil, muita coisa vem sendo feita, mas ainda não se chegou nas transformações estruturais. Às vezes se tem a sensação que o que já foi feito está se diluindo nesses processos burocráticos, no entanto, é fundamental fazer uma avaliação criteriosa para observar que algumas conquistas foram significativas e vieram para ficar. Outra que corrobora com essa questão da autonomia é o depoimento de Lima (2010),

*Apesar da autogestão não acontecer com a intensidade que nós gostaríamos que acontecesse. A autogestão tem proporcionado para as pessoas de uma forma em geral que estão envolvidas no empreendimento uma autonomia maior nas rédeas da condução da sua própria vida. A busca pela aprendizagem principalmente entre as lideranças. A autogestão acontecesse de forma muito incipiente porque as pessoas não conseguem sentir em si o poder da liderança. Ai nesse processo de autogestão faz falta a*

*formação. A falta de formação limita a atuação das pessoas, limita a capacidade de entendimento das pessoas sobre autogestão. Mas mesmo a autogestão sendo incipiente a gente percebe nos grupos que há uma autonomia das pessoas, uma vontade, uma busca para as pessoas melhorar de vida e poder tomar as rédeas do seu processo de trabalho, da forma como eles querem realizar o trabalho, como eles querem fazer o trabalho, organizar o trabalho em si.*

Esse desejo, essa busca, essa vontade e o exercício da autonomia é uma grande conquista para os trabalhadores que historicamente foram aliados dos processos de tomada de decisão e subjugados a relações de trabalho verticalizadas e autoritárias. A autonomia é o ponto culminante desse processo, permite a superação do dualismo trabalhador *versus* trabalho, a autogestão não vai elucidar os problemas da sociedade capitalista, mas com a sua competência crítica e auto-crítica pode levar a compreensão dos limites dessa lógica social suscitando a possibilidade de uma sociedade solidária e do re-encantamento do humano.

Tem-se clareza do que representa o desafio de construir uma sociedade solidária, democrática e sustentável. “É verdade que a transição para um mundo sustentável não será fácil. Mudanças graduais não serão suficientes para virar o jogo; vamos precisar também de algumas grandes revoluções. A tarefa parece sobre-humana, mas, na verdade, não é impossível” (CAPRA, 2003, p. 272). O humano traz intrinsecamente na alma o gosto pelo novo, pelo belo e pelo criativo e será capaz de promover as pequenas e as grandes revoluções por *outro mundo possível*.

Assim se trata de promover uma política de civilização que militaria contra a atomização e a compartimentação dos indivíduos, restauraria responsabilidades e solidariedade, reduziria a hegemonia do cálculo e do quantitativo em

benefício da qualidade de vida [...]. Tal política reduziria a hegemonia do lucro estimulando a economia plural<sup>58</sup>, a economia solidária, o comércio justo, a ética da qualidade. A finalidade global da política de civilização seria civilizar a Terra e se conjugaria necessariamente com a política da humanidade (MORIN, 2005, p. 170).

Ao pôr em questão o destino histórico que a globalização neoliberal e a ciência positivista proclamam e representam a economia solidária e a autogestão se colocam como aliadas estratégicas dos movimentos sociais no campo da política e da economia. A ousadia de buscar a re-ligação na contra-mão da visão hegemônica está consubstanciada na possibilidade que essa alternativas engendram. Na ética da vida. E na unidade, na diversidade e pela convicção de outro mundo possível.

---

58 Economia plural é uma abordagem da economia real que parte do pressuposto de que as relações entre os produtores e entre estes e a natureza são regidas por princípios econômicos plurais e assumem formas institucionais igualmente diversas. Essa percepção analítica constitui uma crítica à identificação estreita entre mercado e economia classificada por Karl Polanyi como um sofisma econômico. Polanyi salienta o valor heurístico de uma retomada reflexiva da definição de economia (LAVILLE, 2009, p. 145).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incompletude desse trabalho reside na sua complexidade, na complexidade que encera o termo autogestão e o termo economia adjetivado da palavra de solidária. Na essência, procura-se trazer um trabalho verossímil. Mas dada a sua complexidade não deixa de apresentar suas contradições. Nem por isso deixa de ser um trabalho comprometido com o rigor científico que uma pesquisa dessa natureza requer. Analisar esse contexto revestido de ineditismo que envolve alternativas com base na autogestão nos levou a compreender um pouco desse rico e diverso universo de práticas econômicas e sociais que emergem frente a contradição neoliberal predatória que quanto mais explora, mais agoniza.

O termo solidariedade esteve em desuso na modernidade, mas as transformações das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando a relações políticas, econômicas, sociais, ambientais no Brasil implicando um chamado ético significativo e compromissado com a vida e isso recolocou o termo em evidência. O projeto de globalização hegemônica de natureza neoliberal está em permanente crise, embora agonizando, tem apresentado em suas plataformas o descompromisso público com os trabalhadores e com o meio ambiente. As falsas promessas da economia de mercado e da democracia representativa revestidas de modernidade não se concretizaram e via de regra, produziram disparidades perversas que ampliaram as formas de exploração e exclusão. E a população mundial começa a tomar consciência de que só através da participação esse quadro é passível de mudança.

Nesse contexto de assimetrias os movimentos sociais no viés contra-hegemônico procuram construir alternativas de ressignificação

do trabalho e a economia solidária através da autogestão vem buscando dar respostas coletivas para os problemas dessa natureza. É dentro dos empreendimentos econômicos solidários, invisíveis e marginais a economia de mercado, que se realiza essa ressignificação. Não livre de contingências, experiências dessa natureza avançam no sentido de revelar novas práticas e novas relações de trabalho apontando possibilidades e alternativas comprometidas com *outro mundo possível* e isso perpassa em mudar a nós mesmos e se desdobrar sobre a sociedade.

No processo de construção de autogestão os sujeitos da economia solidária compreendem não só as diferenças nas relações de trabalho, mas despertam para se conscientizar sobre os problemas e as contradições do sistema capitalista e da sociedade em que se vive. Portanto, o processo de autogestão assume características pedagógicas que exigem a problematização do mundo e da realidade do empreendimento que ele atua no contexto mundo. Portanto, essa problematização parte do concreto, da realidade do trabalhador para o seu contexto social. Esse processo de aprendizagem passa necessariamente pela crítica ao instituído e pela necessidade de construir alternativas de ressignificação das relações de trabalho e da própria sociedade.

As contradições paradigmáticas dos empreendimentos autogestionários na sociedade capitalista são muitas, mas começam pela necessidade de superar a cultura das relações de trabalho hierarquizadas da sociedade capitalista. É preciso um exercício do trabalhador para superar o paradigma da heterogestão, isso inclui um esforço de reflexão que problematize a questão para que os trabalhadores estejam conscientes de sua opção de escolha no processo de tomada de decisão. Transcender da heterogestão para a autogestão é um desafio para os trabalhadores que historicamente foram submetidos a relações de trabalho subordinadas ao capital. Porém se observa que nos empreendimentos econômicos

solidários esse exercício é realizado no cotidiano, no próprio fazer da autogestão. A prática da autogestão exige essa reflexão e atitude crítica criativa e coletiva. Exige também o preparo dos sujeitos da economia solidária para acessar as informações, compreendê-las, interpretá-las. E democratizar o processo implica vontade política do empreendimento e de seus sócios.

Por um lado os empreendimentos de economia solidária se exercitam para superar o paradigma patronal capitalista, por outro, a organização dos trabalhadores e a liberdade dessas iniciativas ainda enfrentam uma resistência cultural para superar essa contradição porque a cultura do explorador está arraigada na mente dos trabalhadores. Embora difícil de extirpar no processo de construção da autogestão, na formação, os trabalhadores vão percebendo as contradições e aos poucos vão construindo relações de trabalho solidárias.

Dentre os problemas vivenciados pelos trabalhadores no processo de transição do emprego para o trabalho autônomo, da heterogestão para a autogestão está a dificuldade de superação dos valores arraigados na consciência do trabalhador. Superar os valores que a sociedade capitalista introjetou e introjeta por meio de seus mecanismos de manipulação é um grande desafio para os sujeitos da economia solidária. Essa transição paradigmática é difícil porém necessária e possível. Ela se dá na análise crítica e auto-crítica das relações de trabalho no cotidiano do trabalho coletivo.

Ao analisar se as relações de trabalho ocorrem com base na solidariedade e na autogestão pode-se afirmar que sim. Se essa fosse uma hipótese ela seria verdadeira. Porém, atravessa-se um momento de transição paradigmática, que apresenta avanços e recuos. Daí a necessidade de uma vigilância permanente das ações dos sujeitos da economia solidária. A crítica e a autocrítica são imprescindíveis para esse

processo se consolidar. A solidariedade e a autogestão estão presentes, mas ainda são ameaçadas porque os valores da sociedade capitalista ainda preponderam hegemonicamente. Enfrentar essa hegemonia requer consciência coletiva e compromisso com uma nova sociedade. Requer novas práticas de gestão e de relação com o outro.

Verificou-se que a autogestão é uma ferramenta importante para a construção de novas relações de trabalho nos empreendimentos econômicos solidários. A autogestão leva a desconstrução de valores centrados no individualismo e na arrogância. O processo autogestionário se torna um processo pedagógico de aprendizagem coletiva. Nesse sentido, a autogestão é também uma ferramenta pedagógica que possibilita apreender novas realidades e construir novas possibilidades, antes nunca pensadas pelos trabalhadores. Ela descortina horizontes e perspectivas que só podem ser vislumbradas dentro do processo de autogestão. O processo de autogestão também é portador de uma antecipação do futuro.

Ao menos internamente os empreendimentos econômicos solidários já superaram positivamente a contradição entre capital e trabalho desenvolvendo relações de produção com base no solidarismo. A autogestão ainda está restrita ao interior dos empreendimentos, que estão naturalmente cerceados pelo poder coercitivo do Estado e igualmente condicionados às estruturas existentes, às regras do mercado e do sistema capitalista. Participar dos processos decisórios tem sido uma tônica dentro desse movimento. Mas isso não significa dizer que essas possibilidades devem ficar confinadas dentro desses empreendimentos. De alguma forma elas chegam a sociedade. É no respeito ao meio ambiente, é na consciência da importância entre homens e mulheres, das mulheres que passam a adquirir consciência de seus direitos, de

sua cidadania. Portanto, nos parece que a autogestão passa a encontrar possibilidades também na sociedade.

A participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisão dentro desses empreendimentos ocorre de várias formas. Seja pelo processo de participação de uma divisão de tarefa operacional, seja na definição dos rumos estratégicos do empreendimento. A participação se manifesta nas decisões quotidianas do empreendimento, como o simples exercício da fala para expressar posicionamento ou expor uma ideia, pelo respeito ao outro na igualdade entre homens e mulheres, passa pelo voto direto nas deliberações mais importantes e chega a participação na eleição dos quadros de direção do grupo. *Tomar parte da ação* é um fundamento da autogestão, mas não é um tomar parte neutro, é um tomar parte consciente, e exercitar e essa consciência da ação é particularmente importante no processo de construção da autogestão.

Constatou-se uma forte sincronia de discursos dos sujeitos da economia solidária, mas embora as práticas às vezes se distanciem do ideal, cada empreendimento criativamente vai encontrando os pontos comuns que permitem avançar a democracia nos grupos, portanto, é pertinente afirmar que ocorre autogestão nesses empreendimentos.

Existe autogestão dentro dos empreendimentos econômicos solidários pesquisados. Dos 14 indicadores analisados a Coopertan se enquadra em todos. A Migue não se enquadra diretamente apenas em 4 indicadores: Eleições diretas e livres do presidente; Voto secreto nas decisões fundamentais; Renovação dos quadros diretivos; Órgãos fiscalizadores independentes da direção. Isso não quer dizer que não existe autogestão. O grupo não tem eleições diretas e livres do presidente porque a coordenação e a liderança ficam a cargo da participante mais antiga, essa liderança não é imposta, ela é aceita pelo grupo porque é



democrática senão não se sustentaria. No que se refere ao voto secreto nas decisões fundamentais ele não ocorre, a meu ver, pela maturidade do grupo. Elas debatem os problemas com autonomia, as discussões são abertas e com base na confiança. Esse debate sempre procura o consenso ao menos provisório. Evitar o voto secreto parece um esforço do grupo, um amadurecimento no sentido de resolver seus problemas com base no diálogo.

No caso da renovação dos quadros diretivos, não dá para se observar porque não há uma hierarquia definida no grupo, as relações são horizontalizadas e baseadas na politecnia. O que se observa é que existe um revezamento das sócias por vezes solidariamente assumindo funções que são de outras pessoas, as coisas acontecem com base na ajuda mútua. Quando se trata dos órgãos fiscalizadores independentes da direção, não existe um conselho fiscal, a prestação de contas é feita de forma coletiva, as decisões de compra também. Observa-se, que embora não haja um conselho fiscal a transparência e a confiança dos membros do grupo supera essa exigência. Isso nos permite afirmar que ao menos internamente existe a autogestão, ou seja, os sujeitos da economia solidária se esforçam para praticar a novas relações de trabalho dentro desses empreendimentos econômicos solidários.

A pesquisa apontou que o ambiente dentro dos empreendimentos econômicos solidários é uma ambiente de troca de saberes e construção de conhecimentos. Esses empreendimentos são um laboratório rico de inter-relações e fenômenos novos que produzem um movimento de interações na qual os empreendimentos, sujeitos desse processo vivo, produzem seus produtos, mas também produzem conhecimento, formação e educação gerando enriquecimentos mútuos. Esses empreendimentos vivem numa relação de interdependência com o Estado, com a sociedade e com a ciência. Mas essa interdependência

não lhes toma a autonomia porque as relações são abertas, complexas e auto-eco-organizadoras.

Embora os empreendimentos de economia solidária carreguem várias oportunidades e possibilidades. Há um aspecto que é pouco ventilado nos círculos da militância da economia solidária. A maioria dos empreendimentos econômicos solidários são respeitados precariamente em vários sentidos. Existem empreendimentos em que as condições de trabalho ainda são degradantes, como na maioria dos casos das cooperativas de catadores. A Coopertan se encaixa nesse contexto. Mas no Mato Grosso essa realidade é presente em todos os empreendimentos de catadores que consegui observar. Sejam cooperativas ou associações. Posso referenciar aqui, além do caso da Coopertan, o caso de empreendimentos econômicos solidários como: Cooperativa Alternativa de Preservação do Meio Ambiente (COOREPAM) e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis (ACAMARC) em Cuiabá. E da Associação de Catadores de Várzea Grande<sup>59</sup> (ASSCAVAG). Os problemas vão da falta de estrutura física, maquinários, passam pela falta de equipamentos de proteção individual e chegam a gestão.

Além disso, a renda, na maioria dos meses não ultrapassa o valor de um salário mínimo. Problemas de logística inviabilizam a reciclagem de vários materiais recicláveis produzido em larga escala, dentre eles: o vidro, o tetra-park. A matéria prima da reciclagem, considerados matérias nobres são o cobre e o alumínio. O plástico também tem bom valor comercial. O papelão depende muito do mercado e das condições do material. Os atravessadores se interessam pelo material que dá lucro. Os demais acabam no aterro sanitário ou nos lixões, visto que a maioria dos municípios ainda não tem aterros sanitários. Pois a maioria das

---

59 Município da região metropolitana de Cuiabá.

indústrias fica na região sudoeste ou sul do país. Portanto transportar esse material encarece, e a operação se torna insustentável do ponto de vista econômico.

O estudo apontou outro problema relevante na Coopertan. O problema da alta taxa de rotatividade. Conforme se identifica, após quatro anos da fundação, dos vinte e um sócios fundadores permanecem apenas oito. Se considerar que a Coopertan tem hoje cerca de 60 sócios e relativizar isso com oito sócios fundadores a rotatividade é elevada. A inserção de novos sócios, a falta de um compromisso com a causa da autogestão e do trabalho coletivo e a baixa remuneração do trabalho foram os problemas identificados como responsáveis por essa rotatividade. E para enfrentá-lo é fundamental ampliar a renda desses trabalhadores, suas condições de trabalho que hoje podem ser consideradas precárias, bem como garantir-lhes o processo de formação em autogestão e economia solidária.

A Migue, não sofre com a rotatividade, nem com a falta de compromisso ideológico com a autogestão, apesar dos problemas de gestão que são facilmente resolvidos se as sócias do grupo utilizarem as ferramentas de gestão desenvolvidas durante o período de acompanhamento do grupo o maior problema é a falta do amparo institucional e a falta de capital de giro. Com a inclusão do grupo no Programa Nacional do Comércio Justo e Solidário o empreendimento vislumbra a possibilidade de aprender a resolver esses problemas. Em ambos os empreendimentos observou-se que é melhor ser cooperado que empregado é mais realizador ser sócio e participar do processo de decisão do que ser subordinado a ordens de estruturas verticalizadas.

Mesmo assim os empreendimentos analisados são de fato uma alternativa de enfrentamento dos problemas da modernidade. São experiências concretas nutridas da ousadia necessária para enfrentar

as estruturas decadentes da sociedade de consumo. Uma sociedade autodestruidora, pois o apego doentio ao consumo material tem raízes ideológicas profundas, que ultrapassam e fragmentam o diálogo entre a economia e a política, entre estas e a ciência. Isso atinge a subjetividade das pessoas que se não estiverem dispostas a elaborar uma análise crítica da realidade acabam assumindo discursos e práticas hegemônicas.

Portanto, faz-se necessário o surgimento de novos caminhos. Caminhos de cooperação e de re-ligação, que possibilitem desencadear um processo de transformação paradigmática. É prudente que as pessoas tomem consciência da inconsciência do consumo desabrido e procurem saídas simples para resolver esse problema. E essa consciência se dá a partir da crítica e da autocrítica porque o sistema capitalista não funciona sem falhas, sem contradições. É a partir dessas falhas que pode-se pensar alternativas. É, com base na análise crítica do pensamento e da ação, que é possível decidir, a partir da leitura de cada um, o que é certo e o que é errado. A autogestão nos possibilita fazer essa leitura a partir da *práxis*, a partir da realidade local o que indica a possibilidade de construção de novas categorias de pensamento, de ação que promovam a transformação social que conduza a relações de trabalho na reciprocidade e na solidariedade.

Se os sujeitos da economia de mercado são as empresas, as bolsas de valores e tratam os trabalhadores e a natureza como “coisas” e objetos nos empreendimentos econômicos solidários os sujeitos são os trabalhadores livres e associados que decidem o desejam fazer. Esse aspecto retoma a importância do humano. Outra característica encontrada nos empreendimentos pesquisados é a preocupação com o meio ambiente. No caso da Coopertan a atividade fim da cooperativa, a reciclagem, é por si só um compromisso com a natureza. Na Migue Confeções, observei as mulheres discutindo sobre uma coleção de

roupas com base nos ícones cuiabanos que pela sua diversidade são multiplamente coloridos. O ponto central da discussão era encontrar na rede de economia solidária tecnologias sociais já apropriadas por outros grupos que possibilitasse a produção de tinta natural ecológica. Essa ação comporta não apenas o compromisso com a natureza, mas com todas as formas de vida e aponta uma possibilidade bastante valiosa, porque gera rede de intercâmbios e de reciprocidade sustentáveis.

A autogestão engendrada no sistema capitalista e sob a hegemonia neoliberal é um arranjo de organização do trabalho paradoxalmente ambíguo e contraditório. Exaustivos debates e fortes controvérsias marcam o campo de disputa teórica que não estão desprovidas de sentido, mas incontestavelmente a autogestão é o prelúdio de transformações antes nunca imaginadas. As rupturas e descontinuidades – crise – do neoliberalismo criam possibilidades para o trabalho associado romper com os limites do livre mercado e através das redes e cadeias solidárias vão se constituindo uma trama emaranhada de múltiplas formas de relações econômicas. Esse conjunto de novidades não se deixa cooptar pelo mercado, tampouco se deixa compreender por metodologias lineares e fragmentadas. Nesse contexto, a autogestão cria não só ambiência para novos problemas de pesquisa que aproxima a academia do movimento, mas igualmente aproxima o movimento da academia. Isso facilita uma elaboração teórica que embasa novas perguntas de partida que alimentam a reflexão do movimento. A autogestão cria oportunidades de novas relações econômicas e de trabalho, mas também fomenta novas relações políticas no seio dos empreendimentos econômicos solidários e na sociedade.

A autogestão não deixa de ser um exercício de negação do capitalismo, mas mesmo os empreendimentos econômicos solidários já consolidados ainda carregam o estigma da sociedade capitalista. Embora

os empreendimentos econômicos solidários sejam os donos dos seus meio de produção, não se instaura novas relações de trabalho com base no solidarismo por decreto. Para superar os resquícios e os estigmas da sociedade capitalista é básico que os sócios desses empreendimentos assumam essa contradição e na luta do cotidiano construam relações de trabalho autogeridas.

Embora situados dentro do sistema capitalista, não se pode afirmar que os empreendimentos econômicos solidários assumem os valores da sociedade capitalista. Tampouco esses empreendimentos se caracterizam como organizações de trabalho de um modo de produção comunista/socialista. No sentido da transformação o que se pode afirmar é que essas alternativas ainda não se livraram totalmente desses valores, porém, na maioria de suas práticas e nas relações de trabalho instauraram instrumentos radicais de democracia econômica e participativa, negando o trabalho mercantil e garantindo a emancipação desses trabalhadores.

A autogestão não quer confinar a democracia aos empreendimentos econômicos solidários, tampouco aos espaços políticos, públicos, a democracia precisa alcançar a esfera da economia. Só a autogestão, forma radical de democracia pode garantir a democracia econômica. Assim poderá se operar a transformação social livre de dogmatismos apresentados em projetos únicos de sociedade. Essa operação por meio da autogestão e da democratização econômica se dará pela capacidade de criação de novas relações sociais e de trabalho, de novas instituições dentro das velhas estruturas. A autogestão enclausurada irremediavelmente em sua operação de captura por esses espaços determina o desenvolvimento de novas estruturas e supera as estruturas de poder hegemônicas. Em dissintonia com o neoliberalismo,

mas dentro dele, a autogestão torna-se uma alternativa com substancial capacidade de promover essas transformações sociais.

Pela sua diversidade autogestão é resistência imanente a vida. Nem todo o aparato estatal e propagandístico do neoliberalismo consegue neutralizar a germinação e a consolidação de formas associativas de resistência. A economia solidária e a autogestão não vivem de modismos e de um entusiasmo ingênuo. Pelo que verifiquei na pesquisa, pelo que observei nos empreendimentos fazer autogestão é um desafio exercitado pelos sujeitos desse processo que lhes proporciona satisfação. Para esses sujeitos enfrentar as estruturas atrofiadas de um regime institucional baseado num Estado que cauciona a economia de mercado com ações paternalistas e compensatórias, é uma causa que realiza e que apaixona aqueles que estão nesse processo de transformação.

Se a economia solidária e a autogestão são apenas alternativas de enfrentamento da hegemonia o problema da perspectiva para essas alternativas de cooperação enfrenta o desafio de garantir ao menos o controle democrático dos empreendimentos econômicos solidários e novas relações de trabalho baseadas no solidarismo. Se essa perspectiva, ainda que modesta se transforme em espaços de aprendizagem e de construção de solidariedade e reciprocidade em certa medida está contribuindo não para o melhor dos mundos, mas para um mundo melhor.

A produção social, cultural e econômica contemporânea cada vez mais ganha um significado comum que desafia os limites da sociedade de consumo. Nesse processo a economia solidária e a autogestão por suas práticas sociais inovadoras também desafiam a sociedade de mercado. Ainda que alguns considerem essas iniciativas marginais, alternativas, insatisfeitas e utópicas elas comportam uma concretude que desempenha

um papel fundamental no avanço da autogestão e na superação do instituído.

Ao longo dessa trajetória de pesquisa, defronta-se com horizontes novos, alternativos. As múltiplas formas dos empreendimentos econômicos solidários descortinam outras relações de trabalho, outras relações das ciências com os movimentos sociais, outras relações do ser humano com a natureza e reinventam as relações humanas, políticas e econômicas na esperança de *outro mundo possível*.

De concreto, percebe-se a irreversibilidade dessas alternativas. Não são alternativas transitórias, efêmeras. A autogestão é uma realidade dentro dos empreendimentos econômicos solidários, por outro lado creio ser pertinente afirmar que não há como compreender a aventura da autogestão sem participar dela. Sem adentrar nos empreendimentos econômicos solidários, nos fóruns de debate, nas conferências e em outras instâncias pertinentes.

A ótima qualidade da participação dos sujeitos da economia solidária me surpreendeu tanto quanto o número de interpretações inadequadas que certas pessoas vinculadas ao aparelho estatal manifestavam sobre o tema. Com preconceitos determinados pela arrogância da técnica que subjuga a política e conhecimentos isolados que fraturam a possibilidade de diálogo a autogestão encontra resistências mesmo junto aos trabalhadores.

É possível afirmar que se vive um momento fecundo de reaproximação entre a técnica, a política e a economia. Porém para avançar nesse sentido, para caminhar nessa direção torna-se imperioso conhecer as carências e os limites dessas possibilidades.

E para tanto, é necessário conhecer a transformação social que se dá no cotidiano dos empreendimentos econômicos solidários, nas diferentes iniciativas do trabalho associado, quanto nas ilações teóricas



que procuram compreender esse movimento contra-hegemônico altamente instável que se instaura dentro do capitalismo. Nesse sentido, a prática das diferentes formas de cooperação não pode prescindir da teorização necessária a sua compreensão que possibilitem repensar suas estratégias de ação.

A economia solidária não é o demiurgo da transformação social. Mas uma sociedade verdadeiramente democrática não se sustentará senão for alicerçada na autogestão e na solidariedade. Por sua vez a prática da autogestão exige uma *práxis*, que requer tenacidade redobrada e impertinência deliberada dos sujeitos da economia solidária para enfrentar as contradições desse processo de transformação.

O estudo apontou que as contingências impostas a autogestão são várias e dependem do contexto de cada iniciativa. Se o empreendimento for formado por iniciativa de sujeitos que fazem parte de algum movimento social e já carregam na bagagem formação política, uma leitura crítica de mundo e experiências de trabalho coletivo é possível que a autogestão encontre um terreno mais fértil. No caso da formação de grupos por necessidade, como é o caso da maioria das cooperativas de catadores, que geralmente são empreendimentos estimulados pelo Estado ou pela sociedade civil a autogestão vai se deparar com essa falta de formação política. Como a autogestão depende da análise crítica e da auto-crítica o grupo precisa encontrar caminhos de construir essas possibilidades.

O desafio de identificar os limites e possibilidades da autogestão no processo de organização dos trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários no Estado de Mato Grosso mostrou que apesar da longa jornada da autogestão, desde a experiência dos Pioneiros de Rochdale, em termos de civilização, está no início de uma caminhada, de uma aventura humana desconhecida, mas necessária. No início porque

as experiências de autogestão e economia solidária apesar de espalhadas mundo afora e por todos os rincões brasileiros procuram se consolidar. Uma caminhada da aventura humana porque o homem na busca pela sua felicidade no fetiche da mercadoria perdeu sua humanidade e tenta reencontrá-la, e o trabalho coletivo, em comunidade, autogerido e solidário se tornou uma alternativa que está em processo de construção. É desconhecida porque todo o processo comporta a inconclusão própria do humano.

Nesse sentido, os desafios da autogestão em empreendimentos econômicos solidários se apresentam como espaços vazios a serem preenchidos por perspectivas institucionais a serem construídas. A autogestão nos dá pistas de inúmeras possibilidades, mas comporta lacunas e carências. São os casos da Migue em Cuiabá e da Coopertan em Tangará da Serra. Por outro lado, a autogestão ainda se amarra nos próprios limites e imbricada nestes estão inúmeras possibilidades visto que as perspectivas para a economia solidária no Estado de Mato Grosso apesar de desafiadoras começam a fazer dialogar estruturas contraditórias. Apesar dos antagonismos persistirem suas resistências aos poucos acaba minando, ruindo e nas suas frestas se descortinam possibilidades. Essas possibilidades deixam-nos vislumbrar um belo futuro, um futuro mais humano, com mais vida, com solidariedade e sustentabilidade.

A pesquisa em seu conjunto de entrevistas com os sujeitos da economia solidária e o seu aprofundamento na análise em torno da Migue Confecções e Prestadora de Serviços LTDA em Cuiabá e da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT (COOPERTAN) sugerem que está no agir humano a diferença entre o que se tem hoje e o que se deseja ser amanhã. Dois grupos de excluídos, de invisibilizados, de despossuídos, que se forjaram numa sociedade,

além de desigual, perversa, mostram que, embora precariamente, é possível ressignificar não só o trabalho, mas a razão de viver. Um empreendimento surge da luta contra a miséria e a fome. O outro surge para, no lixo, enfrentar a fome e a miséria. E é de submundo que, pelo processo da autogestão, eles lançam luzes, que nos fazem vislumbrar um horizonte. Um horizonte de solidariedade e de reciprocidade, numa sociedade refundada em pilares éticos, que promovem a vida e a dignidade humana. Relações éticas que transcendem a lógica perniciosa da economia de mercado e mostra possível uma economia solidária.

O Histórico da Coopertan e da Migue servem para deslindar um mundo de experiências que carregam novas perspectivas para a economia solidária em Mato Grosso. Evidente que um trabalho dessa natureza não comporta generalizações. Essa lacuna, não impede de afirmar que as experiências de economia solidária com base na autogestão estão se proliferando não só no Mato Grosso ou no país. Essas experiências únicas, em cada lugar, estão a se desenvolver na América Latina, na África, na Europa e também na Ásia.

Apesar de únicas, diversas, multiformes essas experiências são ligadas por conexões que radicalizam a democracia, praticam a autogestão e tem a solidariedade como eixo transversal que motiva a superação de relações meramente mercantis. Numa sociedade esgarçada e dilacerada por práticas nocivas a vida em todas as suas formas a concretude de experiências cria um itinerário diferente, porém possível, para a humanidade colocando a civilização em sintonia e equilíbrio, mesmo que provisório, com a natureza fazendo ressurgir a aspiração pela liberdade.

Partindo desse pressuposto pode-se afirmar que a economia solidária e a autogestão são ferramentas que promovem essa comunhão por liberdade, por autonomia. O exercício do trabalho coletivo através

da autogestão pressupõe um aprendizado coletivo capaz de alçar o indivíduo a sujeito. E sendo sujeito desse processo, não está submetido a sujeição do processo.

Em tempos de redução da política a técnica e a ciência. Da redução do desenvolvimento social ao crescimento econômico, em tempos de manifestações que exigem o revigoramento da democracia a autogestão se apresenta como alternativa ao enfraquecimento da democracia. A autogestão comporta de forma imanente elementos importantes de democracia econômica e de transformação social. Mas, a autogestão através do Movimento da Economia Solidária precisa se incorporar de maneira consciente a outros movimentos sociais de resistência contra-hegemônica. Só essa aliança poderá garantir que a autogestão ultrapasse a realidade dos empreendimentos e chegue a sociedade fazendo engendrar outra concepção de mundo e de sociedade no campo teórico e prático.

A economia solidária através da autogestão cria oportunidade de novos diálogos. É assim que a autogestão por ser mais democrática passa a dialogar com a consciência feminina, com o movimento ecológico e com a agricultura familiar que tendo ao centro a matriz agroecologia prenuncia a transformação do mundo em pequenas revoluções. As relações de trabalho nos empreendimentos econômicos solidários não seguem valores masculinos dos sistemas lineares horizontalizados, pela sua gênese eles comportam uma diversidade criativa que quebra as hierarquias fazendo perguntas inspiradoras que nos conduzem a um novo aprendizado. O aprendizado da re-encantamento do humano que nos permite aprender com a vida e por toda a vida, aprendizados que quebram paradigmas que antes impediam os processos de transformação hoje tão necessários para nos garantir a esperança.

Uma esperança que não espera. Uma esperança que realiza, uma esperança que se debate, se reparte e se articula com a utopia possível, uma utopia que sinaliza e dá pistas de que o inédito possível se torna viável e dentro de uma sociedade perversa desprovida de humanidade faz brotar uma nova sociedade. Uma sociedade mais justa, mais solidária, mais sustentável, mais humana que propugna por *outro mundo possível*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIANO, Patrícia L. “Educar para a autogestão: uma nova metodologia e seus desafios”. In: Neusa M. DAL RI (org). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, 2010, pp. 119-135.

AGUIAR, Maria, A. F. **Psicologia aplicada à administração: globalização: Pensamento complexo, teoria crítica e a questão ética nas organizações**. 2ª ed. São Paulo: Excellus, 2000.

ALVES, Rosângela. Astramare: catadores de dignidad. In: BERTUCCI, Ademar de A.; ALVES DA SILVA, Roberto M. (orgs). **20 años de economía popular y solidaria: trayectoria de Cáritas Brasileira de los PACs a la EPS**. Brasília: Cáritas Brasileira, 2004. 2ª parte. Vivencias de una economía popular y solidária, pp. 104-111.

ALVESSON, Mats. DEETZ, Stanley. “Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais”. In: CLEGG, Stewart. HARDY, Cynthia, R. NORD, Walter, R. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998.

AMARO, Rogério R. “Desenvolvimento local”. In: CATTANI, Antonio D. Et al. (orgs): **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 108-113.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. 4ª ed. São Paulo, Cortez. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ASSEBURG, Hans B. GAIGER, Luiz I. “A economia solidária e a redução das desigualdades”. In: **Grupo de Pesquisa em Economia Solidária do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)**. 2010. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/txt/desigualdades.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE SOJA E MILHO DO ESTADO DE MATO GROSSO (APROSOJA). **Vinte grupos concentram 20% da**

**área plantada de soja em MT.** *Agência Estado*. 18 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.aprosoja.com.br/novosite/noticiav.php?noticia=10964>>. Acesso em: 24 ago. 2010.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS (AMM). OCUPAÇÃO E DO DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CUIABÁ. 2011. Disponível em: <[http://www.amm.org.br/amm/images/pesquisa\\_amm.pdf](http://www.amm.org.br/amm/images/pesquisa_amm.pdf)>. Acesso em: 26 set. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PRESBÍTEROS DO BRASIL (ANPB). **Prêmio Estadual de Direitos Humanos “Padre José Ten Cate”**. Notícias. 2004. Disponível em: <<http://www.anpb.com.br/info/notpremiodireitoshumanos.php>>. Acesso em 04 de jul. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA (ANTEAG). Mapeamento 2009. Disponível em: <<http://www.anteag.org.br/index.asp?pag=0&cod=31>>. Acesso em 17 fev. 2011.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL 2007. MTE, SENAES, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/tabcgi.exe?QtdEES.def>>. Acesso em: 30 mar. 2009.

BANCO DO BRASIL S/A (BB). Programa Corporativo de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS). Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portallbb/page3,8305,8368,0,0,1,6.bb?codigoMenu=15244&codigoNoticia=28552&codigoRet=15306&bread=1>>. Acesso em 09 maio. 2009.

BARBOSA, Rosângela, N. de C. **A Economia Solidária como Política Pública: Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2007.

BARRETO, André, V. de B. Cultura da cooperação: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, André, R. de.; CUNHA, Gabriela, C.; DAKU-ZAKU, Regina, Y. (orgs). **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a economia solidária**. São Paulo: contexto, 2003. Cap.: Processos de formação em economia solidária. p. 287-314.

BECK, Ulrich. “A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva”. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Edunesp, 1997.

BECK, Ulrich. **O que é globalização? Equívocos do globalismo – respostas à globalização.** Paz e Terra: São Paulo, 1999.

BELFIORE-WANDERLEY, Mariangela. BÓGUS, Lucia M. M. YAZBEK. **Desigualdade e a questão social.** 3ª. ed. São Paulo: EDUC, 2008.

BEZERRA, Silvia R. **Regionalismo midiático: contribuições latino-americanas para a análise dos cadernos de cultura dos jornais de Cuiabá.** Disponível em: <[http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/17/52-\\_Regionalismo\\_midiatico-\\_Silva.pdf](http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/1/17/52-_Regionalismo_midiatico-_Silva.pdf)>. Acesso em: 03 fev. 2011.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil.** Rio de Janeiro: Graal, 1982.

BOFF, Leonardo. “A última trincheira: temos que mudar – economia e ecologia”. In: BEOZZO, José, O.; VOLANIN, Cremildo, J. **Alternativas à crise: por uma economia social e ecologicamente responsável.** São Paulo: Cortez, 2010. Cap. 2. p. 35-51.

BÓGUS, Lucia M. M.; RAPOSO, Isabel; PASTERNAK, Suzana. (orgs.). **Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal – Brasil.** São Paulo: EDUC, 2011.

BÓGUS, Lucia M. M.; TASCHNER, Suzana P. **São Paulo, velhas desigualdades, novas configurações espaciais.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.* Publicação semestral da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR). Belém, nº. 1. p. 153-174. maio/nov. 1999.

BORGES Juliano L.; SQUAREZI, Sandro B. **Política de desenvolvimento e produção camponesa no Brasil e desafios da agroecologia.** *Revista eletrônica Ateliê Geográfico,* América do Norte. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG da Universidade Federal de Goiânia-UFG, Goiânia-GO, v. 4, n. 12, p. 122-146, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/ateliê/article/view/12784/8349>>. Acesso em 31 dez. 2010. p. 122-146.

BORGES, Juliano, L. **MST: do produtivismo à agroecologia.** São Paulo: Terceira Margem, 2010.

BORGES, Juliano, L.; SQUAREZI, Sandro B.; LUCONI, Wilson, L. **Da estratégia de controle a autogestão: notas críticas sobre a administração participativa.** *Revista Espaço da Sophia.* Nº 43 - Jul/Set 2011. Trimestral - Ano V - versão online - ISSN 1981-318X. Trimestral - Ano V - versão impres-



sa - ISSN 2179-9849. Disponível em: <<http://www.espacodasophia.com.br/revista/no-43-julset-2011/item/422-da-estrat%C3%A9gia-de-controle-a-augest%C3%A3o-notas-cr%C3%ADticas-sobre-a-administra%C3%A7%C3%A3o-participativa.html?tmpl=component&print=1>>. Acesso em 22 jul. 2011.

BRUM, Argemiro J. **Modernização da agricultura: trigo e soja. Ijuí-RS:** Fidene, 1985.

BRUNO, Lúcia, B. **O que é autonomia operária.** Brasiliense: São Paulo, 1985.

BUARQUE, Cristovam. **Modernidade, desenvolvimento e meio ambiente:** Série meio ambiente em debate. n. 2. Brasília: IBAMA, 1996.

BUBER, Martin. **O socialismo utópico.** Perspectiva: São Paulo, 2007.

CADERNO TEMÁTICO. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (II CONAES). Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. **Conferências Temáticas 2010.** Brasília-DF, 2010. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/conaes/documento\\_final.pdf](http://www.mte.gov.br/conaes/documento_final.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2011.

CAPORAL, Francisco, R.; COSTABEBER, José A. **A extensão rural no Rio Grande do Sul: da tradição 'Made in USA' ao paradigma agroecológico.** Porto Alegre: EMATER/RS, 2001.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2003.

CARTA DE SALVADOR. **Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências.** Salvador, set., 2011. Disponível em: <<http://dialogoseconvergencias.org/noticias/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias>>. Acesso em 30 set. 2011.

CARVALHO, Edgar de A.; ALMEIDA, Maria da C. de. **Ciência, razão e paixão/Ilya Prigogine.** 2ª ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO E SILVA, Carmem, de M. **Sistematizando experiências.** Slides. Apresentação. Acervo Migue Confecções e Prestadora de Serviços, Cuiabá, 2011a.

CATTANI, Antonio D. Emancipação social. In: CATTANI, Antonio D. Et al. (orgs): **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 175-180.

CECHIN, Antônio. **Empoderamento popular: uma pedagogia de libertação**. Porto Alegre: ESTEF, 2010.

CHILETTO, Eduardo, C. Mapa de mato grosso e localização dos oito municípios com planos diretores avaliados. Disponível em: <<http://www.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/produtos/mt/Relatório%20def%20MT.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2ª. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE ABASTECIMENTO (CONAB). In: Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso (FAMATO). Abr. 2010. Disponível em: < [http://www.famato.org.br/site/arquivos/2010\\_04\\_26\\_Prioridades\\_do\\_Setor\\_Produtivo\\_\(Apresentacao\\_dados%20MT\).pdf](http://www.famato.org.br/site/arquivos/2010_04_26_Prioridades_do_Setor_Produtivo_(Apresentacao_dados%20MT).pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 05 out. 2009.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA (COOPERTAN). **Regimento interno aprovado em Assembleia Geral no dia 31 de dezembro de 2007**. Tangará da Serra, 2007b.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA (COOPERTAN). **Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral no dia 12 de julho 2007**. Tangará da Serra, 2007a.

COOPERATIVA DE PRODUÇÃO DE MATERIAL RECICLÁVEL DE TANGARÁ DA SERRA (COOPERTAN). **Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral no dia 15 de julho 2011**. Tangará da Serra, 2011.

CORAGGIO, José L. A modo de conclusión: algunos criterios para pensar las diferencias entre la economía de mercado y la economía social. In: Roberto Cittadini (orgs) Et.al. **Economía Social y Agricultura Familiar: Hacia la construcción de nuevos paradigmas de intervención**. Buenos Aires: INTA, 2010. p. 391-411.

COSTA, Sergio. **Sociedade civil e espaço público**. In: *As cores de Ercília*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CULTI, Maria N.; TENÓRIO, Maria C. C.; CHAVES, Dieine A. C. “Cooperativismo Popular: Um Processo de (Re) Educação”. In: **Congresso Nacional de Estudios del Trabajo**, 5.; 2001., de 01 a 03 de ago. 2001, *Asociación Argentina de Especialistas em Estudios del Trabajo (ASET)*. Buenos Aires, 2001. Disponível em: <<http://www.aset.org.ar/congresos/5/aset/PDF/CULTIYOTROS.PDF>>. Acesso em 11 mar. 2011.

CULTI, Maria, N. “Economia solidária: desafios e expectativas”. In: ZART, Laudemir; L. SGUAREZI, Sandro; B. LUCONI JR, Wilson; LAFORGA, Gilmar. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária: processos organizacionais socioeconômicos na economia solidária. Série Sociedade Solidária** (Vol. 3). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2009. p. 45-55.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto, J; PANFICHI, Aldo. (orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Paz e Terra/UNICAMP: São Paulo: 2006.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4ª. Ed. Cortez: São Paulo, 1999.

DORNELES, Simone. B. **Autogestão: uma alternativa para o desenvolvimento regional**. Disponível em: <[www.anteag.org.br](http://www.anteag.org.br)>. Acesso em 25 jan. 2005.

DOWBOR, Ladislau. **A organização das iniciativas locais**. (vários autores). (Le Mond Diplomatique Brasil 4). São Paulo: Editora e Livraria Paulo Freire, 2008. p. 59-84.

DOWBOR, Ladislau. **Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços**. Jun. 1995. Disponível em: <<http://dowbor.org/5espaco.asp>>. Acesso em 07 out. 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia Econômica: Um passeio pelas teorias**. Mar., 2007. Disponível em:<<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em 07 out. 2010.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EID, Farid. **Prova de Economia Solidária: Pergunta 13, Marque a alternativa que melhor descreve o que é Economia Solidária**. São Carlos: UFS-

CAR, 2004.

ELISALDE, Roberto. “Movimientos sociales y estrategias socioeducativas: experiencias en empresas recuperadas y organizaciones sociales”. In: Neusa M. DAL RI (org). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevídeu: Editorial PROCOAS, 2010. p. 97-117.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Decreto nº 2.433, de 10 de março de 2010**. Regulamenta a Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 25276. p. 1-2. 2010a.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Decreto nº 598, de 15 de agosto de 2011b**. Regulamenta a Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008, que institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 25622. p. 1-2. 2011. Disponível em: <[http://www.iomat.mt.gov.br/ler\\_pdf.php?download=ok&cedi\\_id=2921&page=0](http://www.iomat.mt.gov.br/ler_pdf.php?download=ok&cedi_id=2921&page=0)>. Acesso em: 16 ago. 2011.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Decreto nº Lei Complementar nº 428, de 21 de julho de 2011a**. Altera a denominação da Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 25605. p. 1. 2011.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei Complementar nº 413, de 20 de dezembro de 2010**. Dispõe sobre a criação, reestruturação e extinção de órgãos, dá nova redação a dispositivos das Leis Complementares nº 14, de 16 de janeiro de 1992, nº 88, de 13 julho de 2001, nº 230, de 14 de dezembro de 2005 e nº 264, de 28 de dezembro de 2006, que tratam da organização administrativa e do funcionamento da Administração Estadual, e dá outras providências. 2010b.

ESTADO DE MATO GROSSO. **Lei nº 8.936, de 17 de julho de 2008**. Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado de Mato Grosso. *Diário Oficial do Estado de Mato Grosso*. Cuiabá-MT, nº 24877. p. 1-2. 2008.

ESTADO DE MATO GROSSO. MT + 20. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO-MT + 20. **Versão Técnica (parte I), 2006**. Disponível em: <[http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A\\_531f19ce5827d5ea5462014de666c3b8Versao%20Tecnica%20PD%20MT](http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_531f19ce5827d5ea5462014de666c3b8Versao%20Tecnica%20PD%20MT)>.

pdf>. Acesso em 23 jun. 2010.

FERNANDEZ, Francisco; LUFT, Celso P.; GUIMARÃES, E. Marques. **Dicionário Brasileiro Globo**. 45ª ed. 1996, p. 624.

FLEURY, Sonia. **O Estado sem cidadãos**. Fiocruz: Rio de Janeiro, 1994.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Documento-Base Nacional**. 2008. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&Itemid=&gid=407](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&Itemid=&gid=407)>. Acesso em: 13 mar. 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Lista de discussão**. Disponível em:<[e\\_solidaria@yahoogrupos.com.br](mailto:e_solidaria@yahoogrupos.com.br)>. Acesso em: 27 jun. 2009 a 07 nov. 2011.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **O Fórum Brasileiro de Economia Solidária: Histórico**. . Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=61&Itemid=57](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57)>. Acesso em: 21 abr. 2011.

FORÚM ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DE MATO GROSSO (FEES/MT). **Lista de discussão**. Disponível em:<[fees\\_mt@googlegroups.com](mailto:fees_mt@googlegroups.com)>. Acesso em: 01 maio 2011 a 07 nov. 2011.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. UFRGS: Porto Alegre, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 17ª edição. 23ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREITAG, Barbara. **A Teoria crítica: ontem e hoje**. 2ª. Ed. São Paulo. Brasiliense, 1988.

FUNDAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O TRABALHO (UNITRABALHO). Disponível em: <<http://www.unitrabalho.org.br/>>. Acesso em: 27 dez. 2008.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia: romance da história da filosofia**.

São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

GAIGER, Luiz, I. G. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GAIGER, Luiz, I. **Metodologia de Pesquisa III: A pesquisa com fontes primárias e suas técnicas de referência**. *Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS. 2009/02)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

GALLINO, Luciano. (dir.). **Dicionário de Sociologia**. São Paulo: Paulus, 2005.

GALLO, Ana, R. **Empreendimentos econômicos solidários: Alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica**. 2003, 286 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção - área de concentração Gestão da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

GERMER, Claus. **A 'Economia Solidária': uma crítica marxista**. Outubro. n. 14. 2º semestre 2006, pp. 193-214.

GONÇALVES, Wagner. A. **O marco jurídico da autogestão e economia solidária**. (Relatório final do convênio MTE/ IPEA/ ANPEC – 01/2003). – Brasília: MTE, IPEA, ANPEC, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce**. Volume 1. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1996.

GRZYBOWSKI, Cândido. **O Ibase dos sonhos de Betinho: ver além das brumas, acreditar no possível e ousar**. *Revista Democracia Viva*. Opinião. Nº 28. Ago/Set. 2005. p. 68-75. Disponível em: <[http://www.ibase.br/pubibase/media/dv28\\_opiniaoibase\\_ibasenet.pdf](http://www.ibase.br/pubibase/media/dv28_opiniaoibase_ibasenet.pdf)>. Acesso em 04 de jul. 2011.

GUEVARA, Arnaldo, J. de H. et al. **Conhecimento, Cidadania e Meio Ambiente**. Vol. 2. São Paulo: Pierópolis, 1998.

GUEVARA, Arnaldo, J. de H; DIB, Vitória, C. **Da sociedade do conhecimento à sociedade da consciência: princípios, práticas e paradoxos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **O Estado-nação Europeu frente aos desafios da globalização: O passado e o futuro da soberania e da cidadania.** Novos Estudos: CEBRAP, Nº. 43: Nov. 1995. p. 87-101.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** 17ªed. São Paulo: Loyola, 2008.

HECK, Silvino. **Fundos Solidários/Rotativos: apoio a projetos produtivos solidários.** Brasília: FBES, 2006. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=227&Itemid=8](http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=227&Itemid=8)>. Acesso em 20 jul. 2011.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (I CONAES). Economia Solidária como Estratégia de Desenvolvimento. **Documento Base Sistematizado.** Brasília-DF, 2006a. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=332&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=216)>. Acesso em 15 maio 2009.

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (I CONAES). Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento. **Documento Final.** Brasília-DF, 2006b. Disponível em: <[http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=332&Itemid=216](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=332&Itemid=216)>. Acesso em: 08 abr. 2010.

IANNI, Octávio. A sociedade global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. **População recenseada e estimada.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo 2010b.** Disponível em: <[http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados\\_divulgados/index.php?uf=51](http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=51)>. Acesso em: 25 abr. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010a.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 02 mar. 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 jul. 2008.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (II CONAES). Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. **Documento Base Sistematizado.** Brasília-DF, 2010a. Disponível

em: <[http://www.mte.gov.br/conaes/documento\\_base.pdf](http://www.mte.gov.br/conaes/documento_base.pdf)>. Acesso em 07 out. 2010.

II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (II CONAES). Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável. **Documento Final**. Brasília-DF, 2010b. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/conaes/documento\\_final.pdf](http://www.mte.gov.br/conaes/documento_final.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2010. Mato Grosso registra uma diferença salarial entre a população pobre e rica de 2.700%. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4589:gazeta-digital-sp-diferenca-chega-a-2700&catid=159:clipping&Itemid=75](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4589:gazeta-digital-sp-diferenca-chega-a-2700&catid=159:clipping&Itemid=75)>. Acesso em 05 out. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). 2010. Resultado nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) 2009. Disponível em: <[http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=6&Itemid=6](http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=6&Itemid=6)>. Acesso em 30 ago. 2010.

JUCÁ, Pedro R. **Glossário Cuiabano. Letra M**. Cuiabá, 2007. s.p. Disponível em: <<http://glossariocuiabano.blogspot.com/2006/12/letra-m.html>>. Acesso em: 03 fev. 2011.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO (JUCEMAT). **Processo S/N. Notificação ao Requerente/COOPERTAN**. Parecer Emitido Por: Maria Rosa Silva Cruz . Em 27 mar. 2007. Transcrito da Folha 05. Cuiabá.

KAGEYAMA, Ângela, et al. “O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais”. In: Delgado, Guilherme. et al (Orgs). **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: Ipea, 1990 (relatório nº 127).

LA BOÉTIE, Étienne. **O Discurso da Servidão Voluntária ou O Contra Um**. *Manuscritos De Mesmes*. Texto estabelecido por Pierre Leonard. Brasiliense: São Paulo, 1987. p. 11-37.

LAVILLE Jeans-Louis. “Economia plural”. In: CATTANI, Antonio D. Et al. (orgs): **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 145-149.

LAVILLE Jeans-Louis; GAIGER, LUIZ I. Economia solidária. In: CATTANI, Antonio D. Et al. (orgs): **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 162-168.



LAZZARESCHI, Noêmia. **Sociologia do trabalho**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

LAZZARESCHI, Noêmia. **Trabalho ou emprego?** São Paulo: Paulus, 2007.

LEMOS, Haroldo. M. de. **Desenvolvimento sustentável: série meio ambiente em debate**. n. 3. Brasília: IBAMA, 1996..

LIMA, Ana M. de, OLIVEIRA, Fabiana P. L. L. de, SILVA, José J. da, Salli BAGGENSTOSS, ANDRADE, Mario G. F. de. **Proposta de procedimentos para implantação de coleta seletiva**. XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 30., 2010, São Carlos, Anais... TN\_STO\_121\_785\_14775. São Carlos, 2010.

LIMA, Ana M. de, SZNITOWSKI, Adelice M. EID, Farid. VARGAS, Allyson R. LAFORGA, Gilmar. **Desenvolvimento de Projetos para fomento de trabalho coletivo e solidário: o caso da coleta seletiva de Tangará da Serra-MT**. CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ADMINISTRAÇÃO E SOCIEDADE RURAL (SOBER), 48., 2010, Campo Grande, Anais... Campo Grande, 2010.

LIMA, Ana M. de. **Análise da transição do trabalho individual para o trabalho coletivo em cooperativas de reciclagem de resíduos: um estudo de caso da Coopertan de Tangará da Serra-MT**. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, 161 p.

LUCONI JUNIOR, Wilson. **No Lixo? Na Arte? Um estudo da consciência política dos sujeitos participantes em Empreendimentos de Economia Solidária em Tangará da Serra-MT**. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 115 p.

LUCONI JUNIOR, Wilson; VIEIRA, Maila Karling: **Globalização e Economia Solidária: uma análise em uma Cooperativa Popular**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Psicologia Social da Abrapso. Recife PE, 2011.

MARX, Karl. **A questão judaica**. Gráfica Editora Laemmert S/A: Rio de Janeiro-Guanabara, 2000.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. Editorial Estampa: Lisboa, 1983.

MARX, Karl. **O Capital**. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1980.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol. 1. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. 2ª. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Vol. I. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo 1. (Prefácios e Capítulos I a XII). *Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. **O Capital: Fundamentos da História**. Parte I, Cap. 1. São Paulo: Ática: 1979. p. 45-61.

MATO GROSSO. **Extensão territorial**. Disponível em: <<http://www.geo.seplan.mt.gov.br/mtemnumeros2008/index.html>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

MELLO, Sylvia L. de. Catando e transformando a vida: experiências associativas e cooperativas nas periferias. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F. (orgs). **Cooperativa de Catadores: reflexões sobre as práticas**. Claraluz: São Carlos, 2011. p. 5-9.

MILL, John, S. **Sobre a liberdade**. 2ª Ed. Tradução e prefácio: Alberto da Rocha Barros. Vozes: Petrópolis, 1992.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Seminário reúne técnicos e gestores das Bases de Serviços de Comercialização**. Seminário Formação de Técnicos e Gestores de Bases de Serviços de Comercialização (BSC) - Norte e Centro-Oeste. 21 a 25 mar. 2011. Manaus. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item\\_id=7165796](http://www.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=7165796)>. Acesso em: 27 mar. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Brasília, 2010. Conferências regionais. Convocação da SRTE. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/conaes/convocacao\\_mt.pdf](http://www.mte.gov.br/conaes/convocacao_mt.pdf)>. Acesso 30 abr. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/postos/postos\\_busca.asp?DSRegiao=Centro-Oeste&DSEstado=Mato%20Grosso&Cidade=000007;11](http://www.mte.gov.br/postos/postos_busca.asp?DSRegiao=Centro-Oeste&DSEstado=Mato%20Grosso&Cidade=000007;11)>. Acesso em: 30 jun. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Formulário de Entrevista – Fase II. Arquivo PDF (255kb). 2010. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_formularioentrevistaSIESfaseII.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_formularioentrevistaSIESfaseII.pdf)>.

Acesso em: 30 jun.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). SIES 2009-2010. Brasília, 2009. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies\\_guia\\_2009\\_02.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies_guia_2009_02.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Programa Economia Solidária em Desenvolvimento. Brasília, 2011. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_fomento\\_financas\\_rotativos.asp](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_fomento_financas_rotativos.asp)>. Acesso em: 30 set. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES). Arquivo apresentação Microsoft Office PowerPoint 97-2003 (1,15 MB). Brasília, 2008. Disponível em:<[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Apresentacao\\_SIES\\_2008.ppt](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/Apresentacao_SIES_2008.ppt)>. Acesso em: 07 maio 2010.

MONTEBELLO, Natalia, M. Federalismo e autogestão: anarquismo – Proudhon, Guerra Civil Espanhola. 2009. 369 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Também disponível em: <[http://www.sapientia.pucsp.br/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=10203](http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10203)>. Acesso em 01 de jun. 2010.

MORAIS, Clodomir, dos S. **Teoria da Organização Autogestionária**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MOREIRA, Jucinei R. **Identificação dos riscos ambientais presentes na Cooperativa de Produção de Materiais Recicláveis de Tangará da Serra - MT (Coopertan)**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação em Administração) – Departamento de Administração, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 71 p.

MORIN, Edgar. **A Cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª. Ed. Porto Alegre, Sulina: 2007.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez ; Brasília-DF: UNESCO, 2000b.

MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgar de Assis. (Orgs.) **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio D. Et al. (orgs.): **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Almedina/CES: Coimbra, 2009. p. 26-30.

MOTHÉ, Daniel. “Balanço crítico do conceito de autogestão na França”. In: MELLO, Sylvia, L. de. (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais**. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. Cap. 11. p. 102-118.

NARDI, Andréia C.; LIMA, Ana M.; FROEHLICH, Anderson G. “Incubadora de empreendimentos de economia solidária: uma análise sobre a implantação em Tangará da Serra-MT”. In: BORGES, Juliano, L. SENGGER, Neuri, E.; SGUAREZI, Sandro B. **Educação e sócioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local**. Vol. 6. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/ Editora Unemat: Curitiba, 2011.

NASCIMENTO, Cláudio. “Autogestão: Palavra e ideia”. *In*: MELLO, Sylvia, L. de; BARBIERI, Maria, E; SÍGOLO, Vanessa, M. (Org.). **Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais**. Vol 2. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, 2007, pp. 29-46..

NASCIMENTO, Cláudio. **Do ‘Beco dos Sapos’ aos Canaviais de Catgengde**. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog\\_becosapos.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/prog_becosapos.pdf)>. Acesso em 30 jan. 2009, p. 4.

NOGUEIRA, Marco. A. “Do fracasso à reforma da reforma do Estado”. In: **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004.

NÚCLEO DE PESQUISA, EXTENSÃO E ESTUDOS DA COMPLEXIDADE NO MUNDO DO TRABALHO (NECOMT). Disponível em: <[www.unemat.br/tangaradaserra/nucleos/necomt](http://www.unemat.br/tangaradaserra/nucleos/necomt)>. Acesso em: 23 dez. 2008.

NÚÑEZ S, Orlando. **La economía popular, asociativa y autogestionaria**. In: CORAGGIO, José, L. (org). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Altamira: Buenos Aires, 2007, pp. 111-144.

OFFE, Claus. “O futuro do mercado de trabalho”. In: **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Cap. II, pp. 71-105.

PACHECO, Paula. **Brasil lidera uso mundial de agrotóxicos: O mercado girou US\$ 7,12 bilhões e, apesar do avanço, lua de mel entre indústria e produtores deve ser passageira.** *Estadão de Hoje. Economia & Negócios*. Versão impressa de: 07 Ago. 2009. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not\\_imp414820,0.php](http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090807/not_imp414820,0.php)>. Acesso em: 08 Mar. 2010.

PALMA, Danielly C. de A. **Agrotóxico em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde – MT.** 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Instituto de Saúde Coletiva (ISC) – CCBSIII, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá.

PALMA, Danielly C.; PIGNATI, Wanderlei A.; LOURENCETTI, Carolina; UECKER, Marli E. “Agrotóxico em leite materno de mães residentes em Lucas do Rio Verde”. In: **I Simpósio Brasileiro de Saúde Ambiental**, 1., 2011, Belém, 2010. Disponível em: <[http://mcpbrasil.org.br/biblioteca/doc\\_view/48-agrotoxicos-em-leite-humano-de-maes-residentes-em-lucas-do-rio-verde-mt](http://mcpbrasil.org.br/biblioteca/doc_view/48-agrotoxicos-em-leite-humano-de-maes-residentes-em-lucas-do-rio-verde-mt)>. Acesso em 08 ago. 2011.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, vol. 3, n. 7, pp. 87-108, São Paulo Set./Dez., 1989.

PINHEL, Julio R; ZANIN, Maria; DEL MÔNACO, Graziela. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela F. (orgs). **Cooperativa de Catadores: reflexões sobre as práticas.** Claraluz: São Carlos, 2011. pp. 53-102.

POCHMANN, Márcio. (org). **Reestruturação produtiva: Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA (PMTS). **Lei nº 3015, de 13 de novembro de 2008.** Declara de utilidade pública a Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangara da Serra-MT (COOPER-TAN). Registrada na Secretaria Municipal de Administração e Controle Interno e publicado por afixação, em lugar de costume na data supra e disponibilizado no site: [www.tangaradaserra.mt.gov.br](http://www.tangaradaserra.mt.gov.br).

PROUDHON, Pierre-Joseph. **A propriedade é um roubo.** L&PM: Porto Alegre, 1998.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de investigação em Ciências Sociais.** Ed. 2ª. Lisboa: Gradiva, 1998.

RAMOSE, Mogobe, B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura, de S; MENESES, Maria, P. **Epistemologias do sul.** Coimbra: CES, 2009. p. 135-176.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia de Pesquisa Aplicável as Ciências Sociais. In: RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. Cap. 3., p. 76-97.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ – RECID. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.recid.org.br/quem-somos.html>>. Acesso em 30 mar. 2011.

REDE MATOGROSSENSE DE EDUCAÇÃO E SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA. **Lista de discussão**: Disponível em: <[remsol@googlegroups.com](mailto:remsol@googlegroups.com)>. Acesso em: 22 jun. 2007 à 07 nov. 2011.

RESTREPO, Luis, A. **A relação entre a sociedade civil e o Estado: elementos para uma fundamentação teórica do papel dos movimentos sociais na América Latina**. *Tempo Social*; Ver. Sociol. USP, S. Paulo, 2(2):61-100, 2. sem. 1990.

ROMANO, Jorge O. “Empoderamento: recuperando a questão do poder no combate à pobreza”. In: ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. (orgs.). **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002. Cap 1, p. 9-20. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/Portals/0/Docs/empoderamento.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2010.

ROTHBARD, Murray. N. **Esquerda e direita: Perspectivas de liberdade**. 2ª. Ed. José Olympio: Rio de Janeiro, 1988.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro, Garamond: 2001.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento sustentável: série meio ambiente em debate**. n. 7. Brasília: IBAMA, 1996.

SANTOS, Boaventura, de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. Cortez: São Paulo, 2000.

SANTOS, Boaventura, de S. **A esquerda tem o poder político, mas a direita continua com o poder econômico**. Entrevista [mar. 2010]. Entrevistador: MERLINO, Tatiana. Disponível em: <http://carosamigos.terra.com.br/>>. Acesso em 07 de abr. 2010.

SANTOS, Boaventura, de S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura, de S. **O Fórum Social Mundial: manual de uso**. São Paulo, Cortez, 2005.

SANTOS, Boaventura, de S. **Um discurso sobre as ciências**. 11ª ed. Coimbra/Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura, de S; MENESES, Maria, P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2009.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SCHÜTZ; Gabriela, D.; GAIGER, Luiz, I. “O mister de reaprender os vínculos entre a economia e a vida social”. In: ZART, Laudemir, L.; SANTOS, Josivaldo, C. (Orgs). **Educação e Sócio-Economia Solidária. Interação Universidade–Movimentos Sociais**. Série Sociedade Solidária (Vol. 2). Cáceres-MT: Editora Unemat, 2006.

SCHWENGBER, Ângela M. **Políticas Públicas de Economia Solidária e Gestores Públicos**. *Mercado de Trabalho/IPEA*, Brasília, nº 28, p. 05-07, set. 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN). **Mato Grosso em números** – Edição 2010. Aspectos sociais. Cuiabá, 2010. Disponível em: <<http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/mtemnumeros2010/pdf/aspectossociais.pdf>>. Acesso em 26 de set. 2011.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN). **Censo Econômico de Tangará da Serra** – Edição 2007. Cuiabá, 2007a. Disponível em: <<http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/economico/municipios/tangaradaserra>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL (SEPLAN). **Tangará da Serra em Números** – Edição 2007. Fundação Brasil: Cuiabá, 2007b. Disponível em: <<http://www.indicador.seplan.mt.gov.br/censo/html/mapamunicipios2.htm>>. Acesso em: 12 maio 2010.

SENGER, Neuri E. **Autogestão: a organização coletiva do trabalho na Coopertan**. 2008. Monografia (Pós Graduação Latu Sensu em Economia Solidária) – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 107 p.

SENGER, Neuri E.; SGUAREZI, Sandro, B. **Autogestão: histórico da organização coletiva do trabalho na Coopertan**. *Revista Territórios e Fronteiras*. Programa de Pós-Graduação – Mestrado em História do ICHS/UFMT. V.3 N.2 – Jul/Dez 2010. Disponível em: <<http://cpd1.ufmt.br/ichs/territorios&-fronteiras/artigos/2010-1-11.pdf>>. Acesso em 11 abr. 2011. ISSN 1984-9036, pp. 212-226.

SENGER, Neuri E.; SGUAREZI, Sandro, B. “Autogestão: organização coletiva do trabalho na Coopertan”. In: SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano, L. **Educação e sócioeconomia solidária: práxis educacional e desenvolvimento social**. Vol. 5. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/Editora Unemat: Curitiba, 2011, p. 179-190. ISBN 978-85-8042-060-9.

SGUAREZI, Sandro B. et al. “Desafios e contradições no processo de incubação da Cooperativa de Produção de Material Reciclável de Tangará da Serra-MT”. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela, F. (orgs.). **Cooperativa de Catadores: reflexões sobre as práticas**. Claraluz: São Carlos, 2011. P. 283-322.

SGUAREZI, Sandro B. et al. **Universidade e movimentos sociais: interfaces na perspectiva da agroecologia e da economia solidária**. *IV Fórum de educação e diversidade: Diferentes (des) iguais e desconectados*. 4., 2010, Tangará da Serra. *Anais eletrônicos...* Tangará da Serra/MT:UNEMAT. Disponível em: <[http://need.unemat.br/4\\_forum/artigos/sandro.pdf](http://need.unemat.br/4_forum/artigos/sandro.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2010.

SGUAREZI, Sandro B.; BORGES, Juliano L.; ZART, Laudemir L. “Economia Solidária e Educação: Uma experiência interinstitucional entre a UNEMAT e o município de Tangará da Serra – MT”. In: **II CONGRESSO DA REDE UNIVERSITÁRIA DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES**, 2., 2008, São Paulo. Grupo de Trabalho: Política Universitária e Economia Solidária. Anais... ITCP-USP-Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: ITCP/USP, 2008. Disponível em: <<http://www.itcp.usp.br/drupal/files/itcp.usp.br/Economia%20Solidária%20e%20Educação%20-%20UNEMAT%20e%20Tangará%20da%20Serra.pdf>>. Acesso em 29 Ago. 2009.

SGUAREZI, Sandro, B. **Reflexão sobre a Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) 2010: Outra Economia Acontece**. *Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FEBS)*. Disponível em:<[http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5058&Itemid=10](http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5058&Itemid=10)>. Acesso em 28 fev. 2010.

SGUAREZI, Sandro, B; BORGES, Juliano, L. **Política de desenvolvimento e produção Camponesa no Brasil e a perspectiva da agroecologia**. *Anais do II Encontro Internacional de Ciências Sociais: As Ciências Sociais e os Desafios para o Século XXI. GT 15: Problema agrário no Brasil e América latina: novas desigualdades, processos sociais e perspectivas teóricas*. De 8 a 11 de junho de 2010. Pelotas/



RS. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

SGUAREZI, Sandro. B. Et al. “Contradições no processo de incubação de uma cooperativa de catadores em Tangará da Serra-MT”. In: **XXVII CONGRESO ALAS-Congreso Internacional de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Latinoamérica interrogada: Depredación de Recursos Naturales, Democracia Participativa, Escenarios Productivos y Construcción de Conocimiento**. 27., 2009. Buenos Aires-AR. Grupo de Trabalho 20 Sociedad civil: Protestas y movimientos sociales. *Anais...* ALAS. Buenos Aires, 2009.

SILVA, João, A. da. **Crescimento populacional e ocupação recente em Mato Grosso**. Departamento de Economia da Universidade Federal do Mato Grosso. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/joseanto.doc>>. Acesso em 23 mar. 2008.

SINGER, Paul. **A economia solidária no Governo Federal. IPEA-Mercado de Trabalho**. 24 ago. 2004. Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf\\_textopaulsinger.pdf](http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/conf_textopaulsinger.pdf)>. 11 fev. 2010.

SINGER, Paul. **A Economia Solidária no Governo Federal. Mercado de Trabalho**. IPEA 24. Ago. 2004, pp. 3-5.

SINGER, Paul. “Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição”. In: SINGER, Paul. e SOUZA, A. R. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante: Repensando o Socialismo**. Vozes: Petrópolis-RJ, 1998.

SINGER, Paul.; KRUPPA, Sonia. M. P. “Senaes e a economia solidária: Democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais”. In: **Tecnologia social: Uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. p. 89-102.

SOUZA, Jessé, de. (org.). **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: UNB, 1999.

TERRA NOTÍCIAS. **País registra 26 mil focos de incêndio em agosto: MT lidera**. Disponível em:<<http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI-4651313-EI306,00-MT+e+o+Estado+com+maior+numero+de+focos+de+incendio+em+agosto.html>>. Acesso em 30 de Ago. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VERONESE, Luciane. **Coopertan: aspectos sociais, econômicos, ambientais e a viabilidade do empreendimento.** 2009. Monografia (Pós Graduação Latu Sensu em Gestão Organizacional) – Departamento de Administração, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 61 p.

VERONESE, Luciane; SGUAREZI, Sandro B.; CHAVIER, Elei M. “Coopertan: aspectos sociais, econômicos e a viabilidade do empreendimento”. In: BORGES, Juliano, L. SENGHER, Neuri, E.; SGUAREZI, Sandro B. **Educação e sócioeconomia solidária: perspectivas para o desenvolvimento local.** Vol. 6. Série Sociedade Solidária. Editora CRV/Editora Unemat: Curitiba, 2011. ISBN 978-85-8042-061-6. p. 181-191.

VERONESE, Marília V. “Solidariedade e subjetividade: será possível mudar modos de ser ao trabalhar?” In: ZART, Laudemir L.; SGUAREZI, Sandro B; LUCONI JR, Wilson; LAFORGA, Gilmar. (Org.). **Educação e Socioeconomia Solidária: Processos Organizacionais Socioeconômicos na Economia Solidária.** Série Sociedade Solidária. Vol. 3 (2009). Editora UNEMAT: Cáceres-MT, 2009. p. 56-66.

VIEIRA, Maila K. **Contabilidade de cooperativas: um estudo de caso a cerca da contabilidade da Coopertan.** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação em Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 146 p.

VIEIRA, Maila K. **Demandas Contábeis: um estudo de caso em uma cooperativa popular. Trabalho apresentado no III Colóquio Internacional da Cátedra Unesco: Trabalho e Sociedade Solidária, Sessão Temática Gestão e Dinâmica das Organizações.** ISBN 978-85-7843-103-7. São Leopoldo: Oikos, 2009.

VIEITEZ, Candido G.; Neusa M. DAL RI. “Trabalho associado e mudança social”. In: Neusa M. DAL RI (org). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevidéu: Editorial PROCOAS, 2010, pp. 67-94.

VILLOTTO Alcenor L. In: SAMPAIO, Amanda. **Os estrangeiros e a lei.** *Produtor Rural*, Cuiabá, ano 18, n. 206, set. 2010. p. 24-29.

WANDERLEY, Luiz, E. W. “Crise como momento de reflexão e criação”. In: BEOZZO, José, O.; VOLANIN, Cremildo, J. **Alternativas à crise: por uma**

**economia social e ecologicamente responsável.** São Paulo: Cortez, 2009. Cap. 1. p. 21-34.

WANDERLEY, Luiz, E, W. **Educação popular: metamorfoses e veredas.** São Paulo: Cortez, 2010.

WANDERLEY, Luiz, E, W. **Os sujeitos sociais em questão.** *Serviço social & Sociedade.* Nº. 40, Ano XIII, dez./1992. São Paulo: Cortez, 1992. p. 141-156.

WANDERLEY, Luiz, E, W; VIGEVANI, Tullo. (orgs.). **Governos subnacionais e sociedade civil: integração regional e Mercosul.** São Paulo: EDUC/UNESP/FAPEESP, 2005.

WEBER, Max. **Ciência e Política: Duas vocações. (texto integral).** Martin Claret: São Paulo, 2002.



**UNEMAT**  
Universidade do Estado de Mato Grosso  
Carlos Alberto Reyes Maldonado

